



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CDS

**Percepções e motivações dos jovens rurais em relação à atividade
agropecuária: os casos do Rio Grande do Sul e da Ilha de Marajó**

Marie Opplert

Orientadora Doris Sayago
Coorientador Jean-François Tourrand

MARIE OPPLERT

**PERCEPÇÕES E MOTIVAÇÕES DOS JOVENS RURAIS EM RELAÇÃO À
ATIVIDADE AGROPECUÁRIA:
OS CASOS DO RIO GRANDE DO SUL E DA ILHA DE MARAJÓ**

Tese de doutorado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Sustentável.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Doris Sayago

Coorientador: Prof. Dr. Jean-François Tourrand

BRASÍLIA

2023

Agradecimentos

Me sinto abençoada de ter tantas pessoas a quem agradecer. Primeiramente, agradeço à Professora Doris Sayago, minha orientadora, pelo seu apoio desde o início desta tese. Obrigada por ter acreditado no meu projeto e pelos seus conselhos sábios. Além do auxílio científico e acadêmico, tive a sorte de me beneficiar da sua experiência de vida no nosso país de adoção. Me sinto honrada de fazer parte dos seus “filhos” do CDS e espero estar à altura deste legado. Agradeço à Jean-François Tourrand, meu mentor e coorientador desta tese. Obrigada por ter me inspirado tanto e ter me guiado desde meu mestrado, em numerosos países e projetos. Obrigada pela sua confiança, pelas inúmeras horas de trabalho que você me dedicou, e por me dar a chance de seguir seus passos. Esteja assegurado da gratidão e do profundo respeito da sua “última orientanda”.

Ao meu Brasil, que me adotou e me ensinou tanto. Me sinto abençoada de ter tido a oportunidade de estudar neste país tão rico e complexo. Obrigada por esses anos de muitos aprendizados e crescimento. À Brasília, cidade encantadora, por ter se tornado meu lar. À Universidade de Brasília, por ter me acolhido e ter me dado a chance de desenvolver esta tese com um apoio financeiro e institucional. Ao Centro de Desenvolvimento Sustentável e seus professores pela transmissão de saberes e a confiança no meu projeto de pesquisa.

Ao CIRAD, pelo apoio científico e por ter me iniciado às ciências sociais e métodos participativos. Quero agradecer em particular à Aurélie Botta e Marie Piketty, pelos seus conselhos e recomendações em todas as etapas da minha tese. À Emilie Coudel por ter me dado a oportunidade de participar do projeto INCT-Odisseia, ao Gilberto Kozloski e Vicente Silveira pela oportunidade de participar do projeto Nexus Pampa. Aos membros do projeto Highlands³ pelos aprendizados e a parceria. Quero agradecer aos professores e pesquisadores que me ajudaram a desenvolver meu projeto de pesquisa, em particular ao Paulo Waquil e Janaina Diniz. Obrigada à Philippe Lescoat por ter me permitido formalizar meus conhecimentos e restituí-los em forma de aulas à jovens estudantes de AgroParisTech.

À minha família, quem tornou meu projeto possível. Esta tese não existiria sem vocês. Aos meus pais, Frédérique e Jean-Pierre, pelo apoio sem falha, pela confiança e pelo amor incondicional. Aos meus irmãos, Louis e Ruben: vocês são uma fonte de inspiração; obrigada

pelo apoio, respeito e benevolência. Me sinto grata e orgulhosa de fazer parte desta família. *Merci.*

À minha amiga Mariana Vogg, pela valiosa ajuda ao realizar a pesquisa de campo, pelo seu acolhimento, pela parceria e pela oportunidade de aprender ao seu lado. À família Vogg pelo seu acolhimento, ao Luís Alfredo Horn pela diligência em nos orientar durante a pesquisa de campo em Vacaria. Ao Simon por ter nos acompanhado no Marajó. Ao seu Carlos, pela paciência e orientação durante a pesquisa de campo em Salvaterra. Agradeço também a Hichem Yaker, que me deu aulas de estatísticas, assim como a Marcelo Grindi, quem tomou o tempo de me mostrar os rudimentos do software RStudio e me incentivou a seguir cursos afim de me especializar nas análises de correspondência múltipla. Agradeço a Clara Bomfim dos Santos, quem teve a árdua tarefa de revisar este manuscrito — e corrigir uma miríade de crases.

Aos jovens que me acordaram sua confiança ao realizar uma entrevista comigo. Foi uma honra ouvir suas histórias de vida, suas esperanças para o futuro, seus anseios. Às comunidades rurais de Vacaria e Bom Jesus, na Serra Gaúcha, pelo acolhimento. Às comunidades das vilas de Joanes, Jubim, Vila União, Retiro Grande e Condeixa, na Ilha do Marajó, pelos momentos de aprendizado.

Às pessoas que cruzaram meu caminho durante esses anos, e com quem tive a oportunidade de crescer. Aos colegas de doutorado pelos momentos de parceria e de trabalho em conjunto. Aos meus amigos, pelo apoio e disponibilidade ao largo dos anos, em particular à Marie, Jonathan, Jordane, Méliissa.

Por fim, à minha musa de quatro patas, Clio, obrigada por ter me acompanhado nesta aventura.

Resumo

Tanto ao nível local como ao nível global, os campos naturais são fundamentais devido às suas diversas funções estratégicas do ponto de vista ambiental, social e econômico. Eles cobrem quase um terço da superfície da Terra, muitas vezes em áreas secas, frias ou úmidas, ou em terras não cultiváveis, valorizadas com o pastoreio (DONG *et al.*, 2016). Nessas áreas, a agropecuária não é importante apenas na gestão da paisagem: é também um componente essencial do patrimônio, da tradição e do conhecimento local (TOURRAND *et al.*, 2015). Enquanto as pastagens e a produção agropecuária extensiva contribuem para a produção de serviços ecossistêmicos (BLANFORT *et al.*, 2015), as pastagens temperadas são o bioma mais degradado, mais ameaçado e menos protegido do planeta. No Brasil, os campos naturais e a produção agropecuária estão sendo confrontados à expansão agrícola (principalmente de soja, arroz e eucalipto), levando à destruição irreversível dos ecossistemas naturais. Nas últimas décadas, este fenômeno vem sendo ampliado pelo êxodo rural, que leva ao envelhecimento das famílias e à concentração de terras pelo agronegócio. Frente ao êxodo massivo dos jovens rurais para as cidades, quais são as motivações dos jovens que ficam ou não no campo e na atividade agropecuária? Quais são as percepções dos jovens filhos e filhas de produtores sobre a valorização da juventude rural e a sucessão familiar? Nossa pesquisa combina pesquisas de campo e questionários online (devido à pandemia de covid-19) em regiões da América do Sul contrastantes: Pampa e Serra Gaúcha no Rio Grande do Sul, e campos naturais da Ilha de Marajó. Nossa pesquisa demonstra que a maioria dos jovens entrevistados aspira a morar no campo. O acesso aos estudos é dado como o primeiro motivo de saída dos jovens para a cidade, e a vontade de permanecer no campo é maior nas áreas onde o acesso à educação recebe melhores avaliações. Se destaca também o papel central da manutenção das estradas e do transporte escolar, reforçado pela tendência atual de diminuição do número de escolas rurais e de criação de escolas núcleo. Além da educação, nossos resultados sugerem que um melhor acesso à saúde permite fomentar a permanência dos jovens no meio rural. No que diz respeito ao papel das políticas públicas, nossos resultados mostram que a maioria das propriedades dos jovens entrevistados nunca se beneficiaram de assistência técnica por parte do governo. Os jovens entrevistados lamentam a burocracia dos procedimentos de obtenção de financiamentos e assistência técnica, assim como a dificuldade de acesso à informação. Por fim, nossos resultados mostram que as políticas públicas atuais de financiamento da produção agropecuária tendem a ser pontuais e não propõem um acompanhamento inscrito no futuro.

Palavras-chave: êxodo rural, juventude rural, sucessão, pastagens naturais

Abstract

At both local and global levels, rangelands are critical due to their diverse strategic functions from an environmental, social and economic perspective. They cover almost a third of the Earth's surface, often in dry, cold or humid areas, or on non-arable land valorised through grazing (DONG et al., 2016). In these areas, farming is not only central to the management of the landscape: it is also an essential component of heritage, tradition and local knowledge (TOURRAND et al., 2015). While pastures and extensive agricultural production contribute to the production of ecosystem services (BLANFORT et al., 2015), temperate rangelands are the most degraded, most threatened and least protected biome on the planet. In Brazil, natural rangelands and farming and livestock production are being confronted with agricultural expansion (mainly of soy, rice and eucalyptus), leading to the irreversible destruction of natural ecosystems. In recent decades, this phenomenon has been amplified by the rural exodus, which leads to the aging of families and the concentration of land by agribusiness. Faced with the massive exodus of rural youth to the cities, what are the motivations of the youth staying or leaving the countryside and the farming activity? What are the perceptions of young farmers' sons and daughters about the valorisation of rural youth and family succession? Our research combines field surveys and online questionnaires (due to the covid-19 pandemic) in contrasting regions of South America: Pampa and Serra Gaúcha in Rio Grande do Sul, and natural rangelands of Marajó Island. Our research shows that the majority of the interviewees aspire to live in the countryside. Access to education is given as the primary reason for leaving rural areas, and the desire to remain in the countryside is greater in areas where access to education is better assessed. The central role of road maintenance and school transportation also stands out, reinforced by the current trend of decreasing the number of rural schools and creating hub schools. In addition to education, our results suggest that better access to health would encourage the permanence of the youth in rural areas. Regarding the role of public policies, our results show that most of the youths' farms have never benefited from technical assistance from the government. The youth interviewed deplore the bureaucracy of procedures for obtaining financing and technical assistance, as well as the difficulty in accessing information. Finally, our results show that current public policies for financing agricultural and livestock production tend to be sporadic and do not offer a long-term follow-up.

Key words: rural exodus, rural youth, succession, rangelands

Lista de figuras

Figura 1: Cobertura da terra no Brasil em 2021 (Fonte: PROJETO MAPBIOMAS, 2022)....	32
Figura 2: Campos nativos no Brasil em 2021 (Fonte: PROJETO MAPBIOMAS, 2022)	33
Figura 3: Mapa da Ilha de Marajó (fonte: POHLMANN et al., 2011)	34
Figura 4: Mapa do Rio Grande do Sul mostrando a altimetria do Estado (fonte: GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2020)	35
Figura 5: Destruição no bioma Pampa em 2016 (Fonte: SPERB, 2019)	37
Figura 5: Pirâmide etária no município de Alegrete em 2010 (IBGE, 2020)	38
Figura 6: Pirâmide etária no município de Vacaria em 2010 (IBGE, 2020).....	38
Figura 7: Pirâmide etária no município de Cachoeira do Arari em 2010 (IBGE, 2020)	38
Figura 8: Pirâmide etária no município de Salvaterra em 2010 (IBGE, 2020).....	38
Figura 9: Evolução da população entre 1991 e 2010 nos municípios de Vacaria e Alegrete (Fonte: elaboração própria a partir de dados de IPEA, 2010 e IBGE, 2017).....	39
Figura 10: Evolução da população entre 1991 e 2010 nos municípios de Cachoeira do Arari e Salvaterra (Fonte: elaboração própria a partir de dados de IPEA, 2010 e IBGE, 2017).....	39
Figura 11: Dimensões e variáveis vinculadas ao conceito de oportunidades para o futuro (Fonte: elaboração própria)	42
Figura 12: Dimensões e variáveis vinculadas ao conceito de oportunidades para o futuro (Fonte: elaboração própria)	44
Figura 13: Exemplo de respostas as perguntas sobre a comunidade.....	47
Figura 14: Nuvem de palavras elaborada a partir das respostas dos 30 jovens de Marajó entrevistados.....	Error! Bookmark not defined.
Figura 15: Mapa mental das variáveis usadas na tipologia (Fonte: elaboração própria)	55
Figura 16: Resultados da Análise de Correspondência Múltipla, todos indivíduos confundidos (elaboração própria)	62
Figura 17: Nuvem de indivíduos nas diferentes dimensões da Análise de Correspondência Múltipla, todos indivíduos confundidos (elaboração própria)	64
Figura 18: Resultados da Classificação Hierárquica Ascendente, todos indivíduos confundidos (elaboração própria)	65
Figura 19: Resultados da Análise de Correspondência Múltipla dos indivíduos do Rio Grande do Sul (elaboração própria)	70
Figura 20: Resultados da Classificação Hierárquica Ascendente dos indivíduos do Rio Grande do Sul (elaboração própria)	70
Figura 21: Resultados da Análise de Correspondência Múltipla dos indivíduos da Ilha do Marajó (elaboração própria).....	76
Figura 22: Resultados da Classificação Hierárquica Ascendente dos indivíduos da Ilha de Marajó (elaboração própria).....	77
Figura 23: Políticas federais de juventude no Brasil entre 2003 e 2010 (Fonte: adaptado dos dados de MENEZES et al., 2014 e CONJUVE, 2021)	88
Figura 24: Políticas federais de juventude no Brasil entre 2011 e 2016 (Fonte: adaptado dos dados de MENEZES et al., 2014 e CONJUVE, 2021)	89
Figura 25: Políticas federais de juventude no Brasil desde 2016 (Fonte: adaptado dos dados de CONJUVE, 2021)	92
Figura 26: Número de matrículas em escolas rurais na educação básica, segundo a dependência administrativa no Brasil em 2020 (Fonte: adaptado dos dados de BRASIL, 2021)	94
Figura 27: Taxa de distorção idade-série (2020), segundo etapa de ensino fundamental, por município (Fonte: BRASIL, 2021).....	95
Figura 28: Taxa de escolaridade líquida por unidade de federação entre 2012 e 2020 (Fonte: adaptado dos dados de TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021)	96

Figura 29: Taxa de escolaridade líquida no Brasil por localidade, renda e cor (Fonte: TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021)	97
Figura 30: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "como você avalia o acesso à educação na sua comunidade?" nos entrevistados em função da área de pesquisa (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)	101
Figura 31: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "como você avalia o acesso à educação na sua comunidade?" nos entrevistados em função da classe de jovens obtida na tipologia (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo).....	102
Figura 32: Porcentagem de respostas à pergunta "como você avalia o acesso à educação no campo?" no Rio Grande do Sul em função da preferência de moradia (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo).....	104
Figura 33: Porcentagem de respostas à pergunta "como você avalia o acesso à educação no campo?" no Marajó em função do nível de educação dos entrevistados (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)	105
Figura 34: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "como você avalia o acesso à saúde na sua comunidade?" nos entrevistados em função da área de pesquisa (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo).....	107
Figura 35: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "como você avalia o acesso à saúde na sua comunidade?" nos entrevistados em função da presença de postos de saúde e farmácias no Rio Grande do Sul (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)	108
Figura 36: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "como você avalia o acesso à saúde na sua comunidade?" nos entrevistados em função da classe de jovens obtida na tipologia (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)	109
Figura 37: Coeficiente de mortalidade padronizado de aids (por 100.000 habitantes), segundo a Unidade Federal e capital de residência, Brasil, 2019. (Fonte: BRASIL, 2020)	110
Figura 38: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "como você avalia o estado das estradas e do transporte para a cidade?" nos entrevistados em função da área de pesquisa (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo).....	111
Figura 39: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "como você avalia o estado das estradas e o transporte para a cidade?" nos entrevistados em função da classe de jovens obtida na tipologia (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo).....	112
Figura 40: Porcentagem de respostas à pergunta "como você avalia o estado das estradas e o transporte para a cidade?" no Rio Grande do Sul em função da preferência de moradia (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)	113
Figura 41: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "como você avalia o estado das estradas e o transporte para a cidade?" nos entrevistados em função da presença de estradas asfaltadas no Marajó (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo). 114	
Figura 42: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "já receberam ajuda de um técnico para a produção?" nos entrevistados em função da área de pesquisa (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo).....	120
Figura 43: Porcentagem de jovens cujas propriedades já receberam assistência técnica em função da participação em organizações agrícolas no Rio Grande do Sul (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)	121
Figura 44: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "como você avalia o acesso à terra no campo?" nos entrevistados em função da área de pesquisa (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)	128
Figura 45: Porcentagem de respostas à pergunta "como você avalia o acesso à terra no campo?" no Rio Grande do Sul em função da preferência de moradia (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo).....	129

Figura 46: Porcentagem de respostas à pergunta "como você avalia o acesso à terra no campo?" no Rio Grande do Sul em função de se já receberam ajuda financeira do governo (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo).....	130
Figura 47: Porcentagem de respostas à pergunta "como você avalia o acesso à terra no campo?" no Marajó em função da classe de jovens obtida na tipologia (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo).....	131
Figura 48: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "como você avalia as condições para a produção agropecuária na região?" nos entrevistados em função da área de pesquisa (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo).....	132
Figura 49: Porcentagem de respostas às perguntas sobre a avaliação das relações entre comunitários e com o poder público (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo).....	133
Figura 50: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "como você avalia as relações entre comunitários?" nos entrevistados em função da classe de jovens obtida na tipologia (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo).....	135
Figura 51: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "como você avalia as relações com o poder público?" nos entrevistados em função da classe de jovens obtida na tipologia (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo).....	136
Figura 52: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "você pretende continuar na propriedade?" nos entrevistados em função da área de pesquisa (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo).....	138
Figura 53: Repartição das respostas à pergunta "você já propôs mudanças na propriedade?" em função dos planos futuros dos jovens no Rio Grande do Sul (esquerda) e no Marajó (direita) (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo).....	139
Figura 54: Repartição das respostas à pergunta "você já propôs mudanças na propriedade?" em função do gênero do jovem entrevistado no Rio Grande do Sul (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo).....	141
Figura 55: Nuvem de palavras elaborada a partir das respostas dos jovens de Marajó entrevistados (autoria própria).....	143
Figura 56: Nuvem de palavras elaborada a partir das respostas dos jovens do Rio Grande do Sul entrevistados (autoria própria).....	143
Figura 57: Porcentagens da área e estabelecimentos oriundos da agricultura familiar e não familiar no Brasil (Fonte: IBGE, 2017).	145

Lista de tabelas

Tabela 1: Descrição dos jovens sul-rio-grandenses pelas modalidades após a Classificação Hierárquica Ascendente	66
Tabela 2: Descrição dos jovens marajoaras pelas modalidades após a Classificação Hierárquica Ascendente	67
Tabela 3: Descrição dos "Gaúchos tradicionais" pelas modalidades após a Classificação Hierárquica Ascendente	71
Tabela 4: Descrição dos "Agroboys" pelas modalidades após a Classificação Hierárquica Ascendente	72
Tabela 5: Descrição dos "Potenciais migrantes do Sul" pelas modalidades após a Classificação Hierárquica Ascendente	73
Tabela 6: Descrição dos "Potenciais migrantes do Norte" pelas modalidades após a Classificação Hierárquica Ascendente	77

Tabela 7: Descrição dos “Marajoaras engajados” pelas modalidades após a Classificação Hierárquica Ascendente	79
Tabela 8: Tabela de síntese das modalidades significativas para cada classe (Fonte: elaboração própria) (NS: Não significativamente diferente das respostas totais)	83
Tabela 9: Número de leitos para internação, população estimada e leitos hospitalares por 1000 habitantes por área considerada (Fonte: adaptado dos dados de BRASIL, 2021d; IBGE, 2020)	106
Tabela 10: Média ponderada do Indicador de Nível Socioeconômico dos alunos do estrato da UF (Fonte: adaptado dos dados de BRASIL, 2019).....	115
Tabela 11: Estabelecimentos agropecuários e financiamentos no Brasil, no Rio Grande do Sul e no Pará (Fonte: adaptado dos dados de IBGE, 2017).....	123

Lista de fotos

Foto 1: Cultivo de arroz na beira da estrada em Cachoeira do Arari (PA) (Fonte: foto tirada pela autora em 27/09/2019).....	34
Foto 2: Cultivo de soja entre áreas de campo nativo em Santana de Livramento (RS) (Fonte: foto tirada pela autora em 20/07/2019)	35
Foto 3: Exemplo de estrada de chão com declive em Santana de Livramento, no Rio Grande do Sul (Fonte: foto tirada pela autora em 18/07/2019)	114
Foto 4: Estrada de chão no Marajó usada por uma carroça rebocada por um búfalo (Fonte: foto tirada pela autora em 28/09/2019)	114
Foto 5: Travessia de búfalos numa estrada asfaltada sem iluminação pública no Marajó (Fonte: foto tirada pela autora em 20/08/2021).....	115
Foto 6: Horários de travessia entre os municípios de Soure e Salvaterra, no Marajó (Fonte: foto tirada pela autora em 20/08/2021)	116

Sumário

Introdução	16
Capítulo 1: Revisão da literatura.....	21
1. Juventude e êxodo rural.....	22
2. As funções da agropecuária em pastagens nativas.....	25
3. Apresentação das áreas de pesquisa	31
Capítulo 2: Materiais e métodos	41
1. Marco teórico.....	41
2. Coleta de dados.....	45
2.1. Entrevistas preliminares	45
2.1.1. Entrevistas individuais preliminares.....	45
2.1.2. Entrevistas coletivas	46
2.2. Questionário online	47
2.3. Entrevistas de atores chave por telefone	50
2.4. Entrevistas adicionais.....	51
3. Análise de dados	53
3.1. Tipologia	53
3.1.1. Perfil do entrevistado.....	56
3.1.2. Autonomia e decisão	56
3.1.3. Futuro	57
3.1.4. Condições de vida.....	57
3.1.5. Redes e apoio.....	57
3.2. Análise de políticas públicas	59
3.3. Análise estatística: teste de χ^2 de independência.....	60
Capítulo 3: Tipologia dos jovens filhos de produtores.....	62
1. Análise preliminar	62
2. Descrição dos tipos de jovens no Rio Grande do Sul	69
2.1. Os “Gaúchos tradicionais”	71
2.2. Os “Agroboys”	72
2.3. Os “Potenciais migrantes do Sul”	73
3. Descrição dos tipos de jovens na Ilha do Marajó	75
3.1. Os “Potenciais migrantes do Norte”	77
3.2. Os “Marajoaras engajados”	79
4. Comparação dos tipos obtidos por região de pesquisa	80
Capítulo 4: Serviços públicos e percepção dos jovens	86
1. As políticas públicas dedicadas aos jovens rurais	86
1.1. As políticas federais entre 2003 e 2010.....	88
1.2. As políticas federais entre 2011 e 2016.....	89
1.3. As políticas federais desde 2016	91
2. As políticas públicas relativas à educação nas áreas rurais.....	93
2.1. A educação no Rio Grande do Sul e no Pará.....	93
2.2. Problemas identificados pelos atores locais	97
2.3. A visão dos jovens rurais sobre o acesso à escola.....	100
2.3.1. Comparação das duas regiões de estudo.....	100
2.3.2. Comparação em função das classes obtidas na tipologia.....	102
2.3.3. Descrição adicional	103
3. As políticas públicas relativas a outros serviços públicos.....	106
3.1. O acesso à saúde nas áreas rurais	106

3.2.	Mobilidade e transporte nas áreas rurais	110
3.3.	Acesso à internet	116
4.	Considerações finais	117
Capítulo 5: Apoio à produção e sucessão geracional		119
1.	As políticas públicas dedicadas à produção agrícola	119
1.1.	Assistência técnica à produção agrícola e comercialização	119
1.2.	As políticas públicas de apoio financeiro à produção agropecuária	123
2.	Percepções dos jovens sobre a produção agrícola	127
2.1.	O acesso à terra	127
2.1.1.	Comparação das duas regiões de estudo	127
2.1.2.	Descrição adicional	128
2.2.	As condições para a produção	131
2.3.	As relações entre comunitários e com o poder público	133
2.3.1.	Comparação das duas regiões de estudo	133
2.3.2.	Comparação em função das classes	134
3.	Sucessão dos jovens e tomada de decisão	137
3.1.	Os planos futuros dos jovens	137
3.2.	A tomada de decisão dos jovens na propriedade agropecuária	139
4.	Considerações finais	142
Capítulo 6: Estado atual e futuro do campo: o ponto de vista dos jovens		143
1.	O campo hoje	143
1.1.	Problemas identificados pelos jovens	143
1.2.	Outros problemas identificados	144
2.	O futuro do campo: cenários construídos a partir da visão do futuro dos jovens.....	146
2.1.	Primeiro cenário - mais pessimista	146
2.2.	Segundo cenário - impulso empresarial ou vinculado às fazendas	148
2.3.	Terceiro cenário - cooperação entre jovens	151
2.4.	Quarto cenário - políticas públicas e espiral virtuosa	153
Capítulo 7: Discussão.....		157
1.	Discussão dos resultados	157
2.	Discussão sobre os métodos	161
2.1.	A questão do questionário e da pesquisa online	161
2.2.	Entrevistas presenciais e online	162
2.3.	Potencial de melhoramento na coleta de dados	164
2.4.	Tipologia	165
Considerações finais.....		167
Referências bibliográficas.....		172
Anexo I.....		182
Anexo II		188
1.	Perguntas sobre o perfil dos entrevistados.....	188
2.	Perguntas sobre as atividades agrícolas	189
3.	Perguntas sobre o histórico de migração.....	190
4.	Perguntas sobre o tempo passado na área rural.....	190
5.	Perguntas sobre as condições de vida e percepções das áreas rurais e urbanas.....	191
Anexo III.....		194

Introdução

O processo de urbanização no Brasil começou a partir dos anos 1940 com a industrialização do país e, conseqüentemente, uma forte demanda de mão-de-obra incentivando uma migração do meio rural para o urbano (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1999). Entre 1970 e 2010, a população de jovens no meio rural no Brasil decresceu em quase 30% (FOGUESATTO & MACHADO, 2015; IBGE, 2017), levando a problemas tais como a escassez de mão-de-obra e o celibato entre os homens jovens (GODOY *et al.*, 2010; WAQUIL *et al.*, 2016). Os jovens agricultores rurais são os principais atores desse êxodo rural (FOGUESATTO *et al.*, 2016; IBGE, 2017). A perda de população jovem foi mais intensa no Rio Grande do Sul, seguido por outros estados da região Sul, enquanto as regiões Norte e Nordeste têm uma maior proporção de jovens rurais em comparação com o resto do país (FOGUESATTO & MACHADO, 2015; IPEA, 2010).

Em áreas de produção agropecuária, o êxodo rural dos jovens vem se juntando a outros desafios que os produtores têm que enfrentar. Além da vulnerabilidade dos produtores frente aos preços do mercado (MORALES *et al.*, 2010), a produção agropecuária é confrontada com várias ameaças ligadas ao contexto econômico global. A expansão agrícola, impulsada pelo cultivo de soja, leva à mudança de preços ligada à globalização (TOURRAND *et al.*, 2015, DONG *et al.*, 2016), competição pela terra, pelo agronegócio e conseqüente explosão dos preços da terra (SARAVIA, 2016; LEVROUW *et al.*, 2007). O êxodo rural leva a um processo de envelhecimento das famílias (WAQUIL *et al.*, 2016) e, sem jovens para retomar as propriedades, elas são compradas por investidores interessados em agricultura intensiva tais como soja, eucalipto e arroz (OVERBECK *et al.*, 2007; MODERNELE *et al.*, 2016).

Observamos então um fenômeno de concentração de terra e intensificação da produção, conseqüência do êxodo rural dos jovens, que causa sérios danos ambientais (MODERNELE *et al.*, 2016). Entender as razões do êxodo rural dos filhos e filhas de produtores é de importância capital para manter uma alternativa sustentável às ameaças ambientais ligadas à concentração de terras. Duas questões surgem então: quais são as motivações dos jovens filhos e filhas de produtores para migrar ou permanecer no campo e na atividade agropecuária? Em complemento, quais são as percepções dos jovens filhos e filhas de produtores sobre a valorização da juventude rural e a sucessão familiar?

Diante destas perguntas, formulamos três hipóteses:

- A maioria dos jovens gostaria de permanecer no campo e na atividade agropecuária;
- As políticas públicas não apoiam a permanência dos jovens no meio rural; e
- As políticas públicas atuais não permitem a sucessão dos jovens na propriedade.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar as razões dos jovens filhos e filhas de produtores para migrar ou permanecer no campo e na atividade agropecuária. Esse objetivo geral requer a realização de três objetivos específicos:

1. caracterizar a diversidade de estratégia dos jovens no meio rural a respeito do futuro deles, através da análise das diferentes classes de jovens filhos de produtores;
2. analisar a percepção dos jovens rurais sobre as condições de vida no campo;
3. analisar a percepção dos jovens rurais sobre as condições de produção atuais e futuras e sobre o processo de sucessão.

Os dados necessários à realização desta pesquisa foram definidos seguindo o método de Creswell (2007) para criar um projeto de pesquisa. A pergunta de partida, influenciada por uma fase de exploração com base em leituras e entrevistas exploratórias, leva à definição de dois conceitos centrais. Um primeiro conceito diz respeito as oportunidades e percepções dos jovens e um segundo à autonomia e sucessão geracional. Desses conceitos decorrem várias dimensões, das quais podemos deduzir variáveis a serem estudadas a fim de validar ou não nossas hipóteses. O conceito de oportunidades e percepções dos jovens se articula entre a valorização dos jovens, o acesso à emprego, educação e terra, as condições de trabalho e a vida no campo, e a autonomia e tomada de decisão dos jovens. A ruptura geracional pode ser considerada por duas dimensões: uma sobre a valorização dos jovens e sua autonomia, e outra sobre o apoio externo para a sucessão e produção. Dessas dimensões decorrem variáveis qualitativas, as quais são definidas num capítulo cobrindo os materiais e métodos.

O capítulo 1 apresenta uma revisão da literatura sobre a juventude e o êxodo rural, assim como sobre as funções da agropecuária em pastagens naturais. São de fato abordadas as funções: social, de produção, de produção de serviços ecossistêmicos, de segurança e de desenvolvimento territorial. Este primeiro capítulo também contém uma apresentação das áreas de pesquisa.

O capítulo 2 aborda os métodos usados na pesquisa. Uma primeira coleta de dados foi realizada com entrevistas preliminares e permitiu definir com mais precisão as técnicas a serem

usadas, assim como a amostragem dos jovens. Foram escolhidas entrevistas por serem um valioso instrumento de trabalho em ciências sociais. No entanto, foi necessária uma adaptação dos métodos frente à pandemia de Covid-19, e foi desenvolvido um questionário online seguido por entrevistas presenciais adicionais, uma vez tornadas possíveis pelas condições sanitárias. O questionário criado foi testado a fim de revelar potenciais falhas tais como ambiguidade das perguntas e das respostas propostas. Além disso, um teste permitiu assegurar uma linguagem inteligível pelos entrevistados. O questionário resultante se compõe então de perguntas abertas, perguntas fechadas e perguntas de múltipla escolha. Perguntas de fato foram selecionadas para obter informações concretas tais como idade ou município, perguntas de ação foram criadas para entender as ações e decisões dos jovens tais como suas atividades, e perguntas de opinião permitiram evidenciar suas percepções sobre assuntos dados. As perguntas foram ordenadas a fim de seguir uma progressão lógica. Por fim, para assegurar uma amostragem representativa da população, e assim que a vacinação contra o Covid-19 foi efetiva e suficientemente avançada no tempo para garantir a saúde dos entrevistados e da entrevistadora, foram realizadas entrevistas presenciais nos lugares de pesquisa.

Os capítulos seguindo a metodologia apresentam os resultados da presente pesquisa e seguem a ordem enunciada nos objetivos desta tese. O capítulo 3 pretende então caracterizar as diferentes classes de jovens filhos de produtores. Este capítulo apresenta a tipologia dos jovens filhos e filhas de produtores realizada a partir dos dados coletados. As percepções dos jovens e suas motivações para se manter ou não no campo e na atividade agropecuária são fenômenos sociais complexos. Uma análise de alguns componentes destes fenômenos sociais pode levar à criação de modelos ou tipos ideais (MARCONI & LAKATOS, 2003). O tipo ideal assim construído não se encontra na realidade, mas representa um modelo. Marconi e Lakatos (2003) mostram que este modelo permite uma análise e a melhor compreensão de casos concretos que se encontram na população estudada. Eles demonstram que um processo de comparação dos indivíduos de uma população e uma seleção das similitudes dentro da população permite a criação de vários tipos ideais. Eles retêm certos aspectos da realidade, selecionando os aspectos significativos da realidade. Os tipos assim obtidos são então vistos como modelos que correspondem à realidade observada na população estudada, e são definidos por caracteres que se encontram com grande frequência no fenômeno estudado (MARCONI & LAKATOS, 2003).

Uma tipologia foi realizada a partir dos dados de 134 jovens filhos e filhas de produtores agropecuários, sendo eles 79 homens e 55 mulheres. Esta população de entrevistados é composta por 87 jovens sul-rio-grandenses e 47 jovens marajoaras, com a seguinte repartição

etária: 32 jovens entre 18 e 20 anos, 53 jovens entre 21 e 25 anos e 49 jovens de mais de 25 anos. A tipologia pretende, numa primeira parte, mostrar e analisar as especificidades relativas à cada região de estudo encontradas nos dados recolhidos. Uma análise é então realizada para cada região de estudo e os tipos resultando para cada região são comparados.

O capítulo 4 pretende analisar a percepção dos jovens sobre as condições de vida no campo. Para atingir esse objetivo, analisamos primeiramente os serviços públicos disponíveis para os jovens de cada região de estudo. Uma análise é então feita sobre as percepções dos jovens entrevistados no que diz respeito ao acesso aos diversos serviços considerados. O capítulo pretende mostrar o estado atual de diversas políticas públicas para os jovens rurais. Uma primeira parte deste capítulo trata das políticas públicas dedicadas aos jovens rurais. Uma segunda parte traz à tona as políticas públicas relativas à educação, por ser de grande importância para os jovens. Estas políticas públicas relativas à educação são olhadas pelo prisma de atores locais que foram entrevistados por telefone. Uma avaliação do acesso à educação é então feita pelos jovens entrevistados, seguida por uma análise das variáveis influenciando essa avaliação por parte dos jovens. Uma terceira parte traz o foco em outros serviços públicos. Os serviços de saúde são olhados nesta parte e avaliados pelos jovens, com uma atenção particular às infraestruturas de saúde presentes nas comunidades dos jovens entrevistados e a potencial influência da presença de postos de saúde na avaliação feita pelos jovens. O estado das estradas e transporte para a cidade, por ser de prima importância para os jovens rurais, é avaliado nesta parte. Procuramos entender sua potencial influência na migração dos jovens para a cidade. Por fim, uma parte é consagrada ao acesso à internet nas comunidades rurais.

O capítulo 5 pretende analisar a percepção dos jovens sobre as condições de produção e sucessão. É então preciso mostrar o estado atual de diversas políticas públicas de apoio à produção agrícola. Nesta primeira parte, tratamos de entender as políticas públicas existentes e caracterizar o acesso dos jovens à essas políticas. Esta parte está acompanhada por uma análise das percepções dos jovens sobre o acesso à terra e as condições para a produção. Uma primeira parte destaca então as políticas públicas dedicadas à produção agrícola, especificamente o apoio técnico e financeiro à produção e comercialização agrícola. Uma segunda parte trata das percepções dos jovens sobre a produção agrícola. Em particular, tratamos de evidenciar as percepções dos jovens sobre o acesso à terra, as condições para a produção, assim como as relações entre comunitários e com o poder público. Por fim, uma última parte aborda a

percepção dos jovens sobre a sucessão dentro da propriedade agropecuária, assim como sua tomada de decisão nela.

O capítulo 6 apresenta o estado atual e futuro do campo, focando-se no ponto de vista dos jovens. Uma primeira parte trata de identificar os problemas presentes no campo, destacados pelos jovens e atores locais. Uma segunda parte pretende construir e definir cenários a partir da fala dos jovens sobre o futuro do campo. O capítulo apresentando uma discussão sobre os maiores resultados e aportes da nossa pesquisa, assim como as pistas de melhoria dos métodos usados. Concluimos nossa pesquisa com as considerações finais destacando os maiores resultados, bem como as perspectivas para novas perguntas de pesquisa

Capítulo 1: Revisão da literatura

A problemática geral da nossa pesquisa é o futuro dos socio-ecossistemas de campo nativo. A nossa tese trata mais especificamente das percepções dos jovens sobre os futuros deles naqueles socio-ecossistemas, a partir de dois casos de estudo contrastantes no Brasil, Pampa e Marajó, com generalidade buscada na escala global através de outros casos de estudos em diferentes biomas e continentes. Por que o socio-ecossistema campo nativo? Por que o campo nativo (ou natural) representa entre 30 e 60% da terra do planeta - de acordo com o que é considerado ou não como campo nativo (DONG *et al.* 2016). Os socio-ecossistemas de campo nativo são povoados e explorados, valorizados por comunidades, muitas vezes de pastores e pecuaristas, aproveitando dos seus recursos tantos naturais quanto criados. Estes recursos incluem principalmente a pastagem em diversas formas (capim, folhas, líquens, musgos, cascas, etc.), a água e os minerais para alimentação dos animais. Se apresenta em formas diversas, incluindo savanas arbustivas e arbóreas, pastagens, estepes, desertos, em zonas bioclimáticas equatoriais, tropicais, temperadas e polares, em terras baixas, às vezes inundadas, em planícies e montanhas.

Devido a sua imensa extensão na escala do planeta, a sua capacidade de sequestro de água e carbono, o seu potencial de retenção do solo e a sua grande biodiversidade, os socio-ecossistemas de campo nativo têm um papel ambiental importantíssimo, especialmente no contexto de mudanças climáticas (BLANFORT *et al.*, 2015). No entanto, os ecossistemas do campo nativo em várias partes do mundo estão atualmente sofrendo destruição para o desenvolvimento do agronegócio (SARAVIA, 2016; LEVROUW *et al.*, 2007), buscando lucrar com a alta demanda global por produtos agrícolas e bioenergéticos relacionada com a globalização e a transição energética (OVERBECK *et al.*, 2007; MODERNEL *et al.*, 2016).

Concomitante a esse problema, observamos um êxodo rural por parte dos jovens. Esse êxodo afeta também os filhos e filhas de produtores agropecuários e tem consequências irreversíveis: sem pessoas para retomar a propriedade, muitos produtores acabam vendendo suas terras para produtores maiores, conduzindo à concentração das terras e participando do desenvolvimento do agronegócio. Podemos então observar que o êxodo rural seria um dos fatores contribuindo para a vulnerabilidade dos campos nativos. Assim, neste contexto, o objetivo geral desta tese é descrever, compreender e modelar a diversidade das visões do futuro dos jovens rurais destes socio-ecossistemas de campo nativo e dos seus próprios planos de vida, considerando que eles terão um papel importante no futuro destes.

1. Juventude e êxodo rural

A mobilidade dos jovens é muitas vezes vista como uma experiência que faz parte da transição para a idade adulta (NUGIN, 2014). Nas áreas rurais, a migração dos jovens para áreas urbanas pode ser percebida como um projeto de desenvolvimento pessoal, e é até incentivada em certas situações. Por exemplo, os descendentes de migrantes migram por sua vez com mais frequência do que os descendentes de famílias profundamente enraizadas no território rural (NUGIN, 2014). Mas a migração de jovens rurais compromete o desenvolvimento econômico local, assim como a própria imagem das áreas rurais (THISSEN *et al.*, 2010). Além disso, a migração contribui para o envelhecimento dos agricultores e leva a sérias preocupações sobre o futuro da agricultura (BEDNAŘÍKOVÁ *et al.*, 2016). O trabalho de Barcus e Brunn (2010) defende a ideia de que a migração é uma escolha racional feita por um indivíduo e leva em conta a situação econômica, social, familiar e de emprego. O processo de migração engloba então fatores econômicos, bem como percepções dos indivíduos sobre sua situação, assim como sobre os benefícios oferecidos no destino da migração, em nosso caso as áreas urbanas (BARCUS & BRUNN, 2010). Também foi constatado que a qualidade de vida e o ambiente comunitário local influenciam as decisões migratórias (BEDNAŘÍKOVÁ *et al.*, 2016). A concentração de capital econômico e cultural em áreas urbanas influencia a decisão migratória da juventude rural (FARRUGIA, 2016). Khanian *et al.* (2019) mostram que mudanças climáticas levam ao declínio da condição econômica das propriedades agropecuárias e assim prejudicam a identidade da propriedade e as expectativas dos agricultores. Isto pode, portanto, influenciar a migração dos agricultores. Os autores sugerem que quanto mais forte for o apego ao lugar, mais forte será a adaptação dos agricultores frente aos danos ambientais. Portanto, melhores serão as chances de permanecer nas propriedades agropecuárias e limitar a migração para as cidades.

O apego ao lugar é influenciado pela interação de um indivíduo com outros membros de sua família e comunidade. Mas fontes externas de informação e percepções também contribuem para moldar o apego ao local (BARCUS & BRUNN, 2010). Pedersen (2018) mostra que o apego ao lugar pode ser ambivalente, já que o lugar da infância rural pode ser visto como um lugar acolhedor e isolante ao mesmo tempo. A relação entre um indivíduo e sua casa rural é, portanto, complexa e multidimensional. Tanto os aspectos negativos como positivos do lugar de infância de um indivíduo contribuem para o apego ao lugar (PEDERSEN, 2018). O próprio conceito de apego ao lugar está evoluindo, à medida que as tecnologias de comunicação têm melhorado (BARCUS & BRUNN, 2010). De fato, tanto as tecnologias de comunicação como

as de transporte permitiriam uma migração com mínima perda de conexão. O apego ao lugar pode então evoluir para uma “elasticidade do lugar” (BARCUS & BRUNN, 2010). A elasticidade do lugar é aqui definida como o alongamento dos limites do lugar. De fato, a rede familiar participa da extensão do sentimento de se sentir em casa, complementada pela evolução das tecnologias de transporte e comunicação. O corolário importante da elasticidade do lugar é que a mobilidade e, portanto, a migração, não necessariamente enfraquecem o sentimento de apego ao lugar (BARCUS & BRUNN, 2010).

Os estudos mostram então a necessidade de levar em conta as relações dos jovens com os comunitários rurais, com membros da sua família, assim como o acesso ao transporte que possa favorecer uma migração para a cidade. Num estudo feito nos Países Baixos, Thissen *et al.* (2010) explicam que se a percepção das oportunidades de trabalho e o apego ao lugar são os maiores fatores no processo de decisão para migrar, o histórico de migração, o nível de educação e as percepções sobre a região considerada podem também contribuir na decisão dos jovens rurais de ficar ou migrar para a cidade. São então fatores que devem ser considerados na presente pesquisa. Um outro ponto importante diz respeito ao caráter reversível da migração, pois os jovens podem retornar às suas comunidades rurais (BARCUS & BRUNN, 2010; NUGIN, 2014). Vale então levar em consideração onde os jovens pretendem viver no futuro, seja na área rural ou na área urbana.

No Brasil, Foguesatto e Machado (2015) destacam a baixa renda e a desvalorização da atividade agrícola como fatores de expulsão dos jovens. Num estudo feito na Rússia, Bednaříková *et al.* (2016) mostram que o acesso a créditos bancários, tanto para custeio quanto para a compra de terra, podem favorecer a permanência dos jovens no campo. Melhores condições de vida nas comunidades rurais também poderiam influenciar positivamente os jovens a ficarem no campo (BEDNAŘÍKOVÁ *et al.*, 2016). Este estudo sublinha a necessidade de levar em conta o acesso a financiamentos por parte do governo brasileiro na nossa pesquisa, assim como as percepções dos jovens sobre a situação atual na comunidade rural.

Além disso, o gênero parece relacionado às possibilidades de obter posições de poder na família (LIMA, 2013), o que pode explicar a maior migração das jovens mulheres do meio rural. Lima (2013) identifica outros potenciais fatores em relação à qualidade de vida, tais como a falta de saneamento básico e de canalização interna de água no meio rural, e o menor equipamento em aparelhos domésticos. A estes fatores se adicionam problemas na sucessão dos estabelecimentos agrícolas para as novas gerações (FOGUESATTO *et al.*, 2016).

Se Lima (2013) relaciona os jovens que afirmam querer migrar para a cidade com um desejo de ter uma melhor qualidade de vida, Troian e Breitenbach (2018) defendem que é

preciso analisar as percepções, anseios e motivações dos jovens rurais. Os autores argumentam que identificar os motivos da vontade de migrar, a relação com os pais e o trabalho agrícola permitiria tornar o jovem um ator no processo de desenvolvimento do meio rural (TROIAN & BREITENBACH, 2018).

Ferrari *et al.* (2004) procuraram entender as aspirações e expectativas dos jovens rurais brasileiros sobre suas escolhas profissionais. Os autores acharam uma forte correlação entre sucessão hereditária na unidade de produção rural e o nível educacional. No entanto, esse estudo, publicado em 2004, se focou na escolha de profissão. Além disso, o nível educacional médio aumentou desde 2004. Entre 2004 e 2014, as pessoas passaram de estudar em média 5,4 anos para estudar 6,8 anos no Pará. No Rio Grande do Sul, a média passou de 6,8 a 7,9 anos no mesmo período (IPEA, 2014).

Além disso, a falta de autonomia ou liberdade na gestão da propriedade pode desestimular os jovens a permanecerem no campo e na atividade agropecuária (BRUMER, 2007; MOURA & FERRARI, 2016). Os jovens buscam independência nos centros urbanos, na falta de independência e confiança no estabelecimento familiar (PANNO & MACHADO, 2014). No Brasil, é comum os pais não valorizarem o conhecimento e o trabalho dos sucessores no meio rural (MORAIS *et al.*, 2018). Moura e Ferrari (2016) explicam que jovens da Zona da Mata mineira identificaram a negação da família ao projeto de vida do jovem, a pouca autonomia na gestão do trabalho no estabelecimento, e a invisibilidade do trabalho feminino como fatores de migração do meio rural para a cidade. No entanto, os autores chamam a atenção para a necessidade de sistematizar os resultados com outros estudos (MOURA & FERRARI, 2016).

Como podemos observar, existem muitas possibilidades de migração e transições dos jovens rurais (NUGIN, 2014). Do mesmo jeito, não existe uma única juventude rural. Nugin (2014) indica que examinar as construções sociais que envolvem os jovens rurais e caracterizar as diferentes identidades rurais existentes pode evidenciar questões de fundo negligenciadas ou emitidas pelos decisores políticos.

Nossa pesquisa trata das percepções e motivações dos jovens rurais. Por percepções, entendemos aqui o termo como defendido por Merleau-Ponty, ou seja, como a forma de consciência que permite a um ser vivo ter comportamentos e ações engajados com o mundo (SEAMON, 2014). A percepção tal como a entendemos inclui uma consciência na forma de memória, atenção, cultura e experiência. De fato, os valores, crenças entre outros, influenciam nossa representação da natureza e do nosso ambiente, o que condiciona nossas estratégias e ações (WEISS *et al.*, 2006). Agossou *et al.* (2012) defendem que um conhecimento da

percepção humana permite entender o comportamento e as medidas que desenvolvemos frente a um problema. Um estudo sobre migração de jovens na Austrália mostrou que as percepções de oportunidades sociais e de emprego entram na decisão de migrar dos jovens, independentemente de essas percepções terem ou não base na realidade (DAVIES, 2008).

Nesta pesquisa, consideramos os jovens rurais de famílias envolvidas na produção agropecuária. Por jovem, entendemos a definição dada na lei 12.852/2013 sobre o estatuto da juventude, ou seja, uma pessoa entre 15 e 29 anos de idade (BRASIL, 2013). Por razões judiciais que impedem entrevistar menores de idade sem o consentimento dos pais, consideramos na nossa pesquisa os jovens entre 18 e 29 anos de idade. Adaptando a definição de Moraes *et al.* (2018), a população de interesse nos jovens rurais são os filhos e filhas de produtores, que tenham ou não experiência na agropecuária.

A perda de população jovem nas últimas décadas foi mais intensa no Rio Grande do Sul, seguido por outros estados da região Sul, enquanto as regiões Norte e Nordeste têm uma maior proporção de jovens rurais em comparação com o resto do país (FOGUESATTO & MACHADO, 2015; IPEA, 2010). Decidimos então localizar nossas áreas de estudo nos estados do Rio Grande do Sul e do Pará. De fato, os jovens rurais do Rio Grande do Sul representavam 12,7% dos jovens do estado em 2010 (FOGUESATTO & MACHADO, 2015). Ao contrário, o Pará é um dos estados com maior proporção de jovens rurais: 30,2% em 2010 (FOGUESATTO & MACHADO, 2015). Consideramos no nosso estudo áreas de produção agropecuária em pastagens nativas, que são diretamente impactadas pelo êxodo rural atual dos jovens. Precisamos identificar as funções da agropecuária nas áreas de pastagens nativas, para depois apresentar as áreas escolhidas para nossa pesquisa.

2. As funções da agropecuária em pastagens nativas

Procuramos então identificar as funções vinculadas à agropecuária em pastagens nativas através de uma revisão ampla de literatura. As diversas e numerosas funções da agropecuária em pastagens nativas foram agrupadas em cinco grandes meta-funções: a função social, a função de produção de bens e serviços, a função de serviços ecossistêmicos, a função de segurança e a função de desenvolvimento territorial.

Função social

A revisão de literatura revelou a importante função social da agropecuária. Os agropecuaristas desenvolvem uma rede local que lhes permite ser mais eficientes econômica e tecnicamente, e ter acesso a recursos. É o caso das cooperativas de produtores para gerenciamento da produção e/ou da comercialização, ou para obtenção de empréstimos para equipamentos, etc. Com essas organizações os agropecuaristas estão mais integrados ao setor.

Os animais possuem um papel central nos laços sociais, os quais podem ser usados como presentes ou dote para o casamento, herança infantil e doação a amigos ou familiares. Essas estratégias de distribuição de capital permitem coesão social e segurança aos riscos econômicos, ambientais e de saúde das comunidades agropecuárias. No entanto, esse capital social pode ser uma fonte de marginalização, dependência ou exclusão dos mais vulneráveis (ALARY *et al.*, 2011).

Ter animais proporciona aos agropecuaristas uma relevante posição social e mais consideração por fazer parte das negociações e participar de decisões (por exemplo, acesso a pastagens ou água). De fato, o gado contribui para a estruturação política das comunidades agropecuárias (ALARY *et al.*, 2011). Os animais nos países em desenvolvimento geralmente representam um capital importante para as pessoas mais vulneráveis, como mulheres, crianças ou idosos. Esse capital lhes dá mais responsabilidades, uma melhor posição social e permite que façam parte das decisões da família.

Além disso, o gado tem uma função cultural considerável. A atividade de criação faz parte do estilo de vida (habitat, técnicas de criação). É também um símbolo forte em muitas comunidades, frequentemente representado na religião (ofertas, sacrifícios e festas como o feriado muçulmano de Eid al-Adha). Os animais geralmente são dados como presentes ou doações em eventos como batismo, casamento ou herança. E, por fim, compreende um importante patrimônio culinário em regiões com presença de gado de corte e de leite (como o churrasco no Brasil ou nos Estados Unidos, ou queijo na França). O lugar da carne na dieta é cada vez mais importante nos países em desenvolvimento, especialmente nas áreas urbanas. Para a sociedade, os animais que se alimentam de pastagens são vistos como prova da qualidade do produto (HUYGHE, 2008), sendo um aspecto importante para o bem-estar animal. Adicionalmente, cria um elo entre o território e os animais e possibilita o que poderíamos chamar de caráter típico dos produtos.

Função de produção

A revisão da literatura mostra que a agropecuária produz bens e serviços. Muitos criadores consideram que a primeira função do gado é produzir bens, seja para consumo próprio

(alimento, esterco, têxtil) e contribuir para a segurança alimentar e meios de subsistência das comunidades agropecuárias, ou para venda a fim de gerar renda. As forragens dos pastos ou dos cultivos podem ser autoconsumidas pelos animais ou vendidas. Para serem autossuficientes em energia, várias propriedades agrícolas produzem bioenergia, usando a metanização ou combustão de esterco (HOWLEY *et al.*, 2013).

Mais do que produtos, os animais representam um acúmulo de capital, o capital produtivo que produz bens (carne, leite, lã, couro...) e também um fator que participa do processo de produção de bens e serviços, especialmente através da tração animal e de uso de estrume como fertilizantes (DUTEURTRE *et al.*, 2011). Os animais também são uma economia valiosa, a qual pode ser utilizada como segurança para enfrentar situações de dificuldades como problemas de saúde ou ocasionados por fatores climáticos.

Os produtos de origem animal têm benefícios nutricionais, uma vez que o leite e a carne são fontes de proteínas, vitaminas A e B12, ácidos graxos e ômega 3 (HUYGHE, 2008). Produtos relacionados ao uso de pastagem natural se destacam pelas qualidades tais como funções organolépticas, como a cor da manteiga ou queijo, o melhor sabor da carne e produtos lácteos; e funções nutricionais, uma vez que os produtos animais contêm mais ou melhores carotenos e ácidos graxos (INSTITUT DE L'ÉLEVAGE, 2007).

O gado é multifuncional, pois pode ser diversificado. Assim, o criador pode possuir espécies diferentes, como pequenos e grandes ruminantes, ou pode diversificar suas atividades, seja realizando outras atividades agrícolas ou não-agrícolas. Alguns sistemas de criação não consomem muito tempo e dessa forma permitem que o criador tenha atividades extras ou outras fontes de renda, como culturas comerciais. O gado pode ser usado para tração animal e esterco por ele produzido pode ser usado como fertilizante (ALARY *et al.*, 2011; DUTEURTRE & FAYE, 2009). Oferece também subprodutos que podem ser utilizados, tais como couro e lã, e subprodutos de outros setores, como soro de leite, farelo e grãos de destilaria (BLANFORT *et al.*, 2011).

Por último, mas não menos importante, o gado desempenha um papel importante no turismo, oferecendo atividades como caminhadas, caça e camping nas pastagens (UNIVERSIDADE DE IDAHO, 2009), além de lazer com visitas a fazendas. Ele molda o "terroir" e a culinária regional e redes de distribuição local (GUILLAUMIN *et al.*, 2008; HOWLEY *et al.*, 2013). O gado tem um impacto na transformação de espaços e paisagens através da ação humana. Permite a abertura do meio ambiente, mas também cria frentes pioneiras, à medida que os ecossistemas naturais se tornam paisagens rurais pelos seres humanos (ALARY *et al.*, 2011; DUTEURTRE & FAYE, 2009). Além disso, estudos recentes

mostram que a pecuária permitiu sustentar humanos e assim ocupar espaços de altitude desde a pré-história, como por exemplo no planalto tibetano, onde humanos já consumiam laticínios há 3500 anos, em áreas extremas de 3700 metros de altitude (TANG *et al.*, 2023).

Função de produção de serviços ecossistêmicos

Pastagens e agropecuária extensiva contribuem para a produção de serviços ecossistêmicos que afetam o solo, o ar, o território e a água. As pastagens são caracterizadas pelo pouco uso ou pela não aplicação de produtos químicos ou fertilizantes, de técnicas de cultivo (reduzido ou o não uso do plantio direto) e cobertura permanente (DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DOS EUA, 2013). As pastagens parecem ter uma melhor atividade biológica, pois o pastoreio de leve a moderado aumenta a produtividade de parte das plantas acima do nível do solo, podendo favorecer plantas desejáveis e reduzir a invasão de ervas daninhas (UNIVERSIDADE DE IDAHO, 2009; WILSEY *et al.*, 2002). O pastoreio também desempenha um papel na manutenção da paisagem, como a abertura da paisagem (ALARY *et al.*, 2011; BLANFORT *et al.*, 2015; DURU *et al.*, 2007). Os solos das pastagens são menos favoráveis à erosão e parecem ter uma estrutura melhor do que as terras agrícolas (SCHUMAN *et al.*, 2009). Além disso, o pastoreio moderado aumenta a produtividade acima do solo e os nutrientes contidos nas folhas em comparação com as áreas sem pastoreio (WILSEY *et al.*, 2002).

Como afirmado anteriormente, as pastagens, comparadas às terras agrícolas, usam menos produtos químicos, portanto também consomem menos energia (HUYGUES, 2008). Embora o gado produza metano por ruminação, algumas técnicas de manejo de pastagens, como plantar leguminosas ou plantas ricas em taninos e saponinas, podem reduzir essa emissão (BLANFORT *et al.*, 2011). Por outro lado, a fotossíntese das plantas permite a redução de gases de efeito estufa pela captura de carbono e liberação de oxigênio na atmosfera, o que também contribui para melhorar a qualidade do ar (BLANFORT & STAHL, 2013; FOLLET & REED, 2010). Além disso, de acordo com Wilsey *et al.* (2002) os campos de pastagem têm taxas mais baixas de respiração dos ecossistemas do que os campos sem pastagem. As pastagens são um sumidouro de carbono, nitrogênio e fósforo. Estima-se que as pastagens contêm até 30% de carbono do mundo orgânico do solo (FAO, 2009; SCHUMAN *et al.*, 2009).

A presença de gado no solo pode aumentar a degradação física das plantas e sua incorporação ao solo (SCHUMAN *et al.*, 2009). A agropecuária tem a particularidade de poder compensar parcialmente as emissões graças ao armazenamento de carbono associado às pastagens. Sistemas intensivos (caracterizados por um uso de grãos e um sistema com pouco

uso de pastagens) possuem uma pegada de carbono bruta mais baixa que sistemas extensivos. Mas estes são associados à uma baixa compensação carbono, o que resulta numa pegada de carbono líquida idêntica ou maior aos sistemas mais extensivos (DOLLE *et al.*, 2011; VEYSSET *et al.*, 2011).

Embora o pastoreio intensivo contínuo tenda a diminuir o carbono orgânico do solo e altere a comunidade vegetal e a composição microbiana (INGRAM *et al.*, 2008), o pastoreio adequado pode aumentar a massa de carbono do solo na parte mais ativa do solo, ou seja, os primeiros 30 cm do solo (SCHUMAN *et al.*, 2009). As mesmas conclusões podem ser tiradas para o sequestro de nitrogênio (INGRAM *et al.*, 2008). No entanto, é importante notar que a capacidade das pastagens de armazenar carbono depende das variações climáticas, mas também do uso do solo e seu gerenciamento (VIGNE *et al.*, 2015). Esse potencial pode variar de 0 a 150 kg C / ha / ano em regiões áridas e de 100 kg a 1000 Kg C / ha / ano em regiões úmidas e frias (BLANFORT *et al.*, 2015).

O gado e as pastagens exercem um impacto no território. As pastagens contribuem para a conservação dos territórios, principalmente através da manutenção, abertura e restauração da paisagem (ALARY *et al.*, 2011; BITTENCOURT MACHADO, 2009; SRAÏRI *et al.*, 2015). Representam também habitats naturais e fonte de alimentos para as espécies (FRAGOSO *et al.*, 1999; KRAUSMAN *et al.*, 2009; KRAUSMAN *et al.*, 2011), contribuindo assim para a manutenção da biodiversidade. Com efeito, as pastagens desempenham um papel na manutenção da diversidade genética de árvores (ESQUIVEL *et al.*, 2008), minhocas (FRAGOSO *et al.*, 1999), e também na diversidade florística (FARRUGIA, 2007). Quando apropriado, o pastoreio pode melhorar a heterogeneidade das aves nas pastagens (KRAUSMAN *et al.*, 2011). O pastoreio adequado pode também permitir o controle de espécies e pragas invasoras (BLANFORT *et al.*, 2011; BLANFORT *et al.*, 2015; UNIVERSIDADE DE IDAHO, 2009), o que contribui para o controle biológico no território. Além disso, as pastagens ajudam a reduzir os riscos associados a eventos extremos, como inundações, incêndios ou avalanches (BLANFORT *et al.*, 2011; UNIVERSIDADE DE IDAHO, 2009). Elas também têm um papel crítico na polinização, pois abrigam insetos polinizadores, além de animais que podem transferir de forma indireta o pólen.

As pastagens contribuem para a redução da poluição, pois utilizam menos produtos químicos do que as terras agrícolas. A água está menos sujeita a eutrofização e acidificação. Contudo, as pastagens retêm resíduos medicinais que podem estar presentes no esterco bovino e reduzem a poluição da água (BLANFORT *et al.*, 2011). As pastagens também permitem aproveitar a água da chuva em áreas não cultiváveis (BLANFORT *et al.*, 2015). Além disso,

os ruminantes são capazes de usar terras não aráveis que não podem ser cultivadas devido à inclinação, altitude, clima ou baixa qualidade do solo (BLANFORT *et al.*, 2015). Em termos gerais, as pastagens permitem um melhor uso da água, pois reduzem o escoamento e a lixiviação, usam a água verde¹ e permitem uma melhor infiltração de água (FOLLET & REED, 2010; BLANFORT *et al.*, 2011).

Função de segurança

A agropecuária desempenha um papel crucial na segurança, especialmente nos países em desenvolvimento. Em primeiro lugar, a segurança alimentar e os meios de subsistência podem ser garantidos com o autoconsumo de produtos (carne, leite, lã, couro...). Somado a isso, esses produtos apresentam alta qualidade nutricional (proteínas, vitaminas A e B12, etc.). A agropecuária também representa uma importante fonte de renda para suprir suas necessidades (para os gastos com moradia, saúde, lazer) ou para investir em gado.

As atividades de criação oferecem oportunidades para gerenciar riscos climáticos, de saúde e econômicos (ALARY *et al.*, 2011). Por exemplo, os animais representam segurança ou economia para investimentos ou necessidades financeiras de emergência, na qual o gado é vendido ou consumido apenas quando necessário. Além disso, as pastagens precisam de poucos investimentos, os custos de produção são baixos em sistemas extensos e não exigem de uma grande quantidade de insumos (alimentos para animais, produtos químicos, fertilizantes, combustíveis, eletricidade). No entanto, a produtividade é menor quando comparados aos sistemas intensivos.

Função de desenvolvimento territorial

A agropecuária permite o desenvolvimento local, especialmente em regiões de difícil acesso ou frentes pioneiras. Devido à presença de animais reprodutores, todo o setor agropecuário pode ser desenvolvido. Por exemplo, a chegada de agropecuaristas permite o transporte de animais, abatedouros e empresas agrícolas para inserção na região (POCCARD-CHAPUIS, 2005). Outros setores também podem beneficiar-se da agropecuária, como indústrias do setor têxtil, do agronegócio e de serviços como suporte, consultoria ou serviços

¹ A água pode ser dividida em três categorias: água azul, água cinzenta e água verde. A água azul refere-se à água consumida, à água potável e à possível água de irrigação das culturas forrageiras que alimentam os animais. A água cinzenta é o volume de água teórico necessário para manter a qualidade da água de acordo com os padrões atuais nos sistemas de produção de carne. A água verde corresponde ao volume de água da chuva armazenado no solo na forma de umidade, que evapora das plantas (HOEKSTRA *et al.*, 2011).

gerais, como saúde, educação e de infraestrutura, como estradas, telecomunicações e eletricidade.

Contudo, a agropecuária não é importante apenas na gestão da paisagem, é também um componente essencial do patrimônio local, da tradição e do conhecimento local (TOURRAND *et al.*, 2015). Iniciativas de desenvolvimento sustentável parecem essenciais para a conservação dos socio-ecossistemas, elevando a importância das políticas ambientais, econômicas e sociais, sem deixar que os interesses financeiros das empresas multinacionais se interponham no caminho das discussões sobre serviços ambientais. De fato, a redução da biodiversidade poderia levar a estresse hídrico, ocorrência de doenças, competição entre predadores ou mudanças climáticas, reduzindo a qualidade de vida das populações locais. Esta tendência já é perceptível nas áreas rurais em escala global. A globalização, a reestruturação produtiva e as acumulações financeiras em larga escala levam a danos nas áreas rurais (MODERNELO *et al.*, 2016). Este problema está acentuado pelo êxodo dos jovens que facilita a concentração de terras e o avanço dos investidores internacionais. O aumento da indústria da soja está intimamente relacionado ao aumento dos investimentos estrangeiros em projetos agroindustriais, o que leva à destruição das pastagens para a implementação de cultivos de soja. O avanço da soja nessas regiões cria uma rotação de culturas onde se costumava ter pastagens naturais ou temporárias. Essa mudança leva a um aumento da erosão, do uso de irrigação, ferramentas motorizadas e agrotóxicos, bem como uma perda de biodiversidade (MODERNELO *et al.*, 2016; OVERBECK *et al.*, 2007; URCOLA *et al.*, 2015).

3. Apresentação das áreas de pesquisa

Nossa pesquisa decorre de uma prévia pesquisa de mestrado, que tratou das funções dos campos nativos na escala global. As funções atribuídas na literatura aos campos nativos foram testadas num período de campo em áreas rurais no Pampa do Uruguai. Para a pesquisa de doutorado, decidimos focar-nos no Brasil. De fato, escolhemos áreas de campo nativo que, por fazer parte do mesmo país, compartilham instituições e têm uma história em comum. No entanto, as áreas escolhidas diferem em termos de áreas climáticas e recursos em água, entre outras coisas. Além disso, nossas áreas de pesquisa se encontram perto de áreas estudadas dentro de projetos nos quais participamos entre os anos 2018 e 2019. De fato, tivemos a oportunidade de participar do projeto de pesquisa Nexus Pampa que trata das dinâmicas rurais dos sistemas de produção agrícola na bacia do Rio Ibirapuitã, no Rio Grande do Sul. Também

participamos de uma oficina de capacitação de jovens dentro do projeto Observatório das Dinâmicas Socioambientais (projeto INCT-Odisseia) no Estado do Pará.

Nossa pesquisa foca-se nos campos nativos do Brasil. O país está coberto em cerca de 60% por florestas, e cerca de 6% de campos nativos (PROJETO MAPBIOMAS, 2022). A Figura 1 mostra a cobertura da terra no Brasil em 2021. Aqui, a denominação “formação natural não florestal” abrange os campos nativos e os campos alagados, que compõem respectivamente 79 e 18% da vegetação incluída nesta definição. Os terrenos alagadiços, restinga e afloramento rochoso também são incluídos nesta denominação, no entanto, eles representam menos de 3% dela. A Figura 1 evidencia então várias áreas de campo nativo.

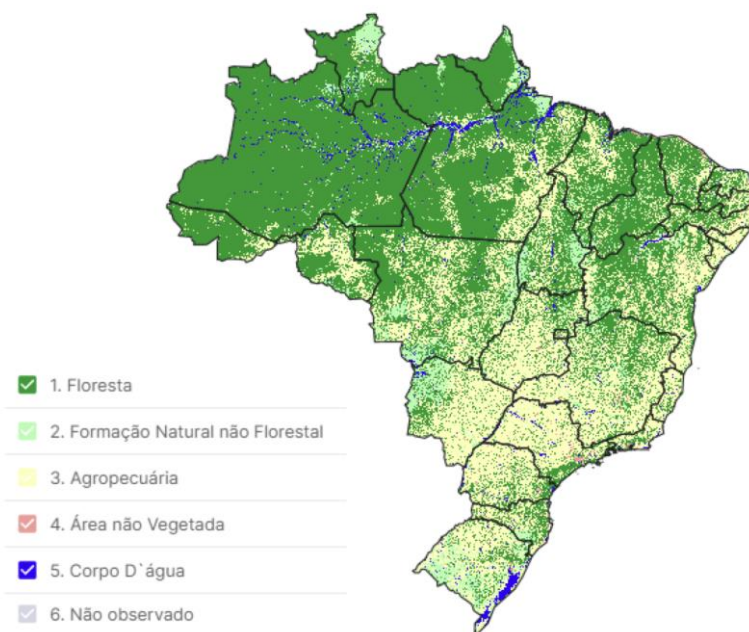


Figura 1: Cobertura da terra no Brasil em 2021 (Fonte: PROJETO MAPBIOMAS, 2022)

A Figura 2 mostra as áreas cobertas por campos nativos (identificadas em amarelo) no país em 2021. Nesta figura aparecem nossas áreas de pesquisa, destacadas com círculos vermelhos. De fato, escolhemos nossas áreas de pesquisa por serem áreas de campo natural prejudicadas pelo avanço dos monocultivos. As áreas escolhidas se encontram na Ilha do Marajó, situada no Estado do Pará, nos Campos de Cima da Serra, na Serra Gaúcha do Rio Grande do Sul, e na bacia do rio Ibirapuitã, no Pampa do Rio Grande do Sul. Essas regiões são contrastantes em muitos aspectos. O estado do Pará tem um IDH menor que o Rio Grande do Sul (0,646 contra 0,746) e um rendimento mensal domiciliar per capita cerca de duas vezes menor que o rendimento do Rio Grande do Sul. De fato, o rendimento mensal domiciliar per capita dos sul rio-grandenses era de R\$ 1.759 em 2020, contra R\$ 883 no estado do Pará (IBGE, 2020).

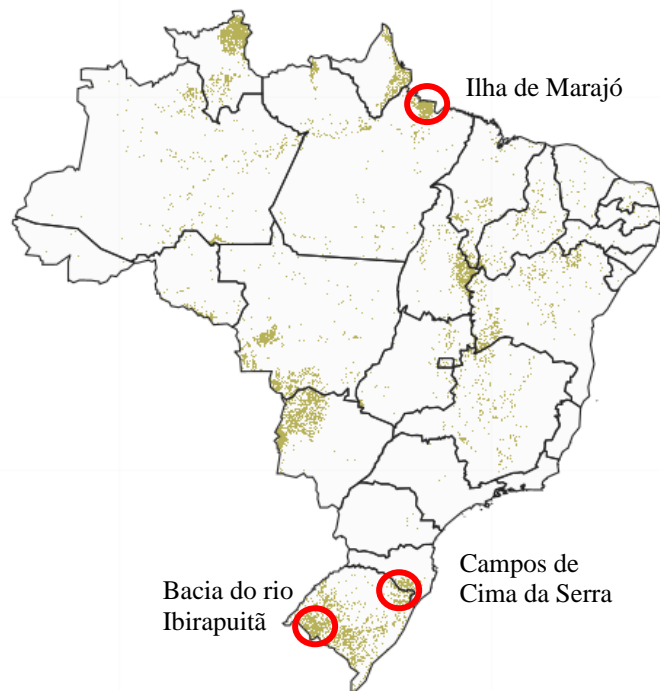


Figura 2: Campos nativos no Brasil em 2021 (Fonte: PROJETO MAPBIOMAS, 2022)

O estado do Pará abriga várias regiões de produção agropecuária. Dentro delas, a Ilha de Marajó responde por mais de 38% dos búfalos presentes no Brasil (LOPES FILHO, 2016). O búfalo foi introduzido na Ilha de Marajó em 1895 por um criador paraense (MARQUES *et al.*, 1998). As pastagens nativas de savanas mal drenadas situadas na porção leste no arquipélago abrangem 2,3 milhões de hectares e fazem parte dos 75 milhões de hectares de pastagens nativas da Amazônia Brasileira (LOPES FILHO, 2016), localizados principalmente no baixo Amazonas e na Ilha de Marajó, na embocadura do rio Amazonas. O “Marajó dos Campos” - por oposição à parte oeste do arquipélago “Marajó das Florestas” - está constituído de áreas de campo que permanecem alagados entre os meses de fevereiro e junho (SCHAAN & MARTINS, 2010). Essas áreas são desprovidas de mata e compostas de gramíneas e outras herbáceas, bem como palmeiras (BARBOSA *et al.*, 2012). O rebanho composto por bovinos e búfalos é criado solto em pastos nativos, bem como o gado no Pampa e na Serra Gaúcha, para a criação e engorda dos animais (DE OLIVEIRA *et al.*, 2016). A comercialização de animais para corte, cria e recria são as principais atividades, junto com a fabricação de queijo do Marajó (DE OLIVEIRA *et al.*, 2016). Para esta área de pesquisa, escolhemos estudar comunidades dos municípios de Cachoeira do Arari e Salvaterra, onde os cultivos de arroz e soja são presentes e crescem desde 2011 (FAPESPA, 2015). A Figura 3 mostra o mapa da Ilha de Marajó, com os dois municípios escolhidos para nossa pesquisa, aparecendo em vermelho.

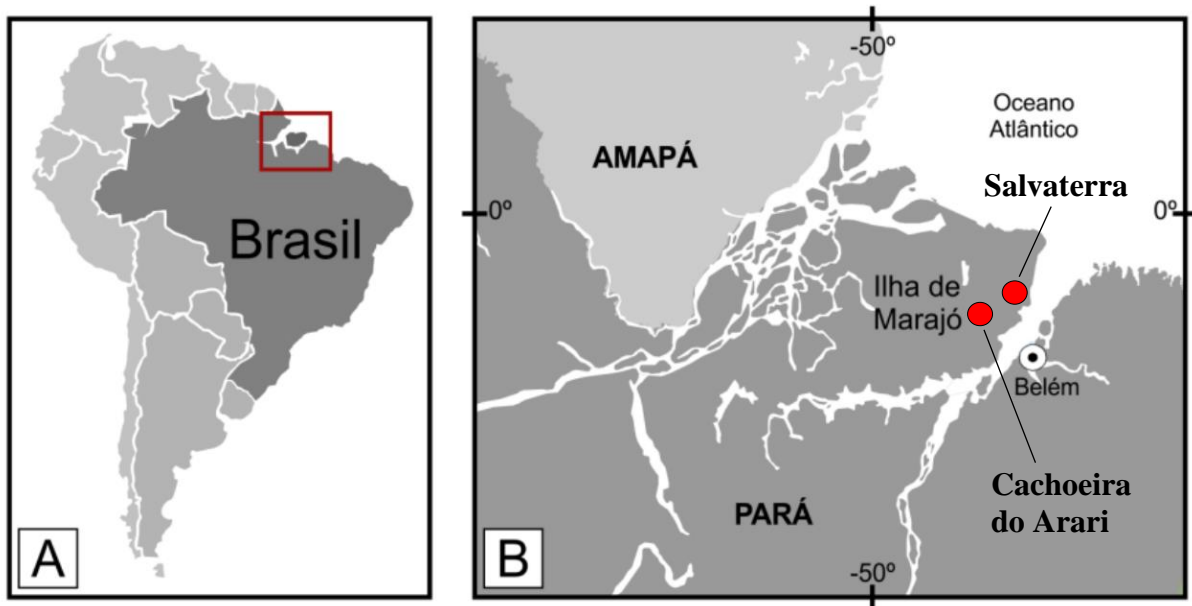


Figura 3: Mapa da Ilha de Marajó (fonte: POHLMANN et al., 2011)

A Foto 1 mostra o avanço dos cultivos de arroz nas áreas de campo nativo em Cachoeira do Arari. No plano de fundo, podemos ver uma área plantada com arroz, enquanto no primeiro plano podemos observar o campo nativo com vegetação herbácea e arbustiva, típica da região.



Foto 1: Cultivo de arroz na beira da estrada em Cachoeira do Arari (PA) (Fonte: foto tirada pela autora em 27/09/2019)

No Rio Grande do Sul, escolhemos estudar áreas de pastagens nativas: o Pampa e a Serra Gaúcha. O Rio Grande do Sul é majoritariamente composto pelo bioma Pampa, uma área de savana herbácea que cobre 75 milhões de hectares no Uruguai, parte do estado do Rio Grande do Sul no Brasil e parte da Argentina (SARAVIA, 2016; IBGE, 2019). A palavra Pampa vem originalmente do quéchua e significa uma terra plana, uma paisagem caracterizada por vastas planícies cobertas de vegetação rasteira (PEREIRA, 2014). A produção de agropecuária e de pecuária de corte (de solta, em pastagens naturais) é uma das atividades mais importantes da região desde que foram introduzidos cavalos e gado no século XVII, já que as pastagens cobriam 95% da área (PALLARÉS et al., 2005). No entanto, as monoculturas de árvores

exóticas (especialmente do gênero *Pinus* e mais recentemente do gênero *Eucalyptus*) e de soja estão modificando a paisagem do bioma (PEREIRA, 2014). Escolhemos então uma área de pesquisa perto da área de proteção ambiental da bacia do Rio Ibirapuitã, onde o desmatamento está se intensificando (SPERB, 2019). Para caracterizar a área considerada, usaremos o exemplo do município de Alegrete. A Foto 2 mostra um cultivo de soja a alguns quilômetros da área de proteção ambiental.



Foto 2: Cultivo de soja entre áreas de campo nativo em Santana de Livramento (RS) (Fonte: foto tirada pela autora em 20/07/2019)

O segundo maior bioma do Rio Grande do Sul é a Mata Atlântica, que também é teatro de mudanças de uso de solo (SILVEIRA *et al.*, 2017). Escolhemos estudar as comunidades da Serra Gaúcha, no estado do Rio Grande do Sul, especificamente os Campos de Cima da Serra, com o município de Vacaria. A Figura 4 mostra onde se situam os municípios de Alegrete e de Vacaria no mapa do Rio Grande do Sul. A altimetria do Estado também aparece na figura.

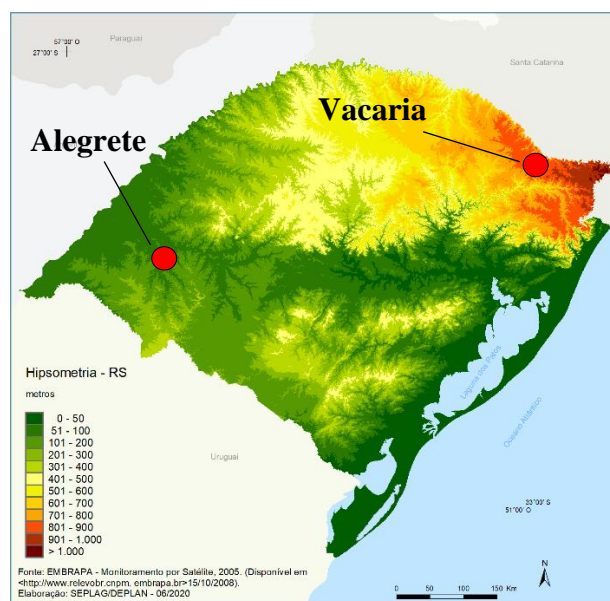


Figura 4: Mapa do Rio Grande do Sul mostrando a altimetria do Estado (fonte: GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2020)

Situado a 900 metros de altitude, o município de Vacaria se beneficia de um microclima uniforme, com um solo fértil e poucas épocas de seca. O município está vivenciando mudanças nas suas produções agropecuárias: há 30 anos, ele contava com 300.000 cabeças de gado. Hoje, Vacaria conta com menos de 60.000 cabeças de gado e virou um polo agrícola (IBGE, 2017). De fato, o município de Vacaria é o maior exportador de maçã do Rio Grande do Sul. A produção agropecuária e as lavouras são geralmente organizadas ao redor das produções de maçã. A produção de maçã traz oportunidades de trabalho sazonal nas quais a população de Vacaria aumenta em mais de 8.000 pessoas.

Como no resto do Rio Grande do Sul, os Campos de Cima da Serra foram ocupados por padres jesuítas que introduziram cavalos e gado na região desde o século XVII (RIBEIRO, 2016). Os jesuítas criaram vacarias, grandes extensões de campo nativo onde criavam gado. Algumas delas eram Vacaria do Mar, situada no Pampa do atual Rio Grande do Sul e do Norte do Uruguai, e Vacaria dos Pinhais, ao Nordeste do estado, atuais Campos de Cima da Serra (KRONE, 2009). O início da mineração de ouro em Minas Gerais desde o final do século XVII trouxe uma demanda alta por alimentos nesta região. Tropas de mulas e gado conduzidas por tropeiros saindo da Argentina e do Rio Grande do Sul permitiram abastecer São Paulo e Minas Gerais. Os Campos de Cima da Serra viraram uma área de passagem das tropas, e tropeiros e bandeirantes portugueses começaram a se estabelecer na região. De fato, durante o século XVIII, a doação de sesmarias pela coroa portuguesa foi vista como uma estratégia de colonização e ocupação do território (KRONE, 2009).

Enquanto o resto do Rio Grande do Sul recebeu muitos imigrantes alemães, a região da Serra Gaúcha também recebeu uma onda de imigrantes italianos desde os anos 1870 até 1915 (DE MAJO & MORETTO, 2021). A estes últimos foram atribuídos pequenos lotes de 30 a 60 hectares na região. O isolamento geográfico e as condições climáticas locais influenciaram as práticas agrícolas, favorecendo o desenvolvimento de um regime híbrido de policultura que combinava cultivos europeus e locais à extração de madeira e mais tarde o desenvolvimento da indústria vinícola (DE MAJO & MORETTO, 2021). Hoje, apenas 11% da população da Serra Gaúcha reside em áreas rurais, mas a agricultura representa 6,5% do valor agregado bruto da região (DE AVELINE BERTÊ *et al.*, 2016). O Conselho Regional para o Desenvolvimento da Serra também aponta que a população está envelhecendo acima da média estadual (DE AVELINE BERTÊ *et al.*, 2016).

O Rio Grande do Sul aumentou sua área de soja de 3.976 mil hectares em 2009 para 5.692 mil hectares plantadas em 2018 (CONAB, 2019), e duplicou sua produção (IBGE, 2017). Consequentemente, o desmatamento está se intensificando (SPERB, 2019). A Figura 5 mostra

em amarelo a destruição do bioma Pampa em 2016, o que representa cerca de 44% do bioma, e mais da metade da área originariamente coberta de pastagens naturais.

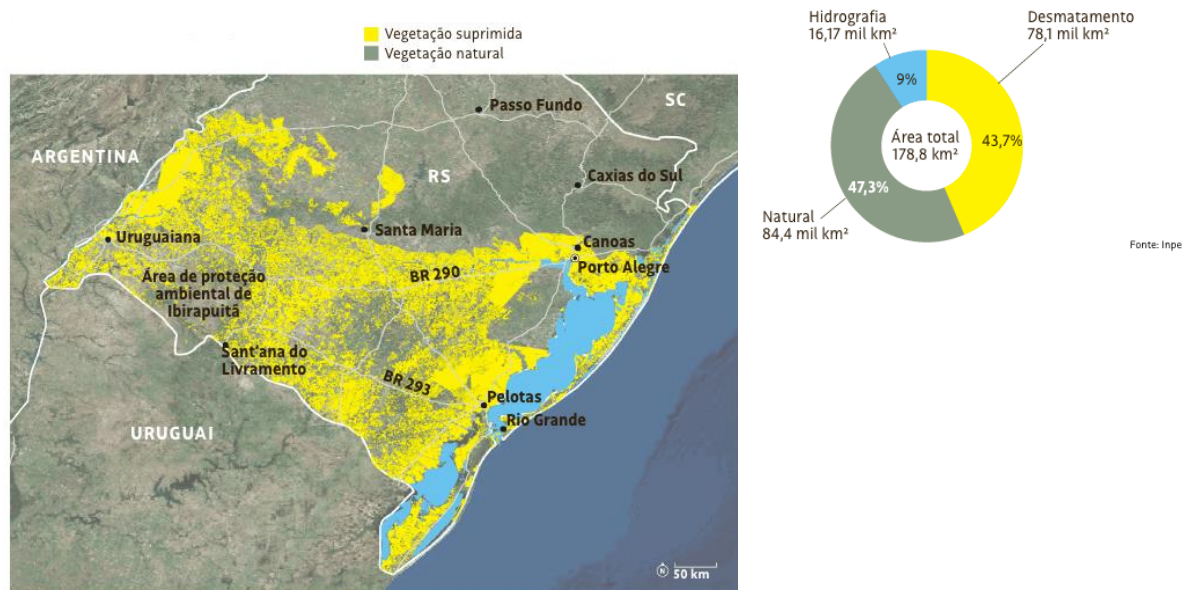


Figura 5: Destruição no bioma Pampa em 2016 (Fonte: SPERB, 2019)

O arroz e a soja representavam 94,5% das culturas agrícolas do município de Alegrete em 2018, ou 91.277 hectares. Neste município, os rebanhos bovino e ovino diminuíram respectivamente 9,9% e 18,7% entre 2008 e 2018 (SEBRAE, 2020). No município de Cachoeira do Arari, as lavouras temporárias constituíam 342 hectares em 2006 e passaram a 6582 hectares em 2017, enquanto as áreas de pastagens naturais caíram de 44,4% neste mesmo intervalo de tempo, passando de mais de 78.000 a 43.378 hectares (IBGE, 2017). Neste município, o rebanho bovino diminuiu 62,1% entre 2006 e 2017, enquanto o rebanho bubalino diminuiu 26,7% e o rebanho ovino 24,8% (IBGE, 2017). No município de Vacaria, o rebanho bovino aumentou entre 2006 e 2017, passando de umas 39 mil cabeças a mais de 46 mil cabeças. No entanto, as pastagens naturais passaram de cerca de 50 mil hectares a uns 33 mil hectares, o que representa uma diminuição de 33% da área (IBGE, 2017). Podemos então constatar a intensificação do sistema de agropecuária na região, onde cerca de 50 mil hectares são áreas de lavoura temporária, com mais de 35.000 hectares de soja em 2017 (IBGE, 2017).

Além disso, a silvicultura monocultural, de pinus, ameaça a biodiversidade da região dos Campos de Cima da Serra, com uma substituição da flora nativa pela monocultura. O aumento de pinus resulta em resíduos de agulhas resinosas que participam na acidificação dos solos e perda de nutrientes, além da repulsão da fauna nativa (BOND BUCKUP *et al.*, 2010). Outras práticas agrícolas ameaçam o equilíbrio do socio-ecossistema da região, com um uso intensivo de produtos fitossanitários que resulta numa poluição dos solos e das águas. A

irrigação de lavouras prejudica os ambientes úmidos naturais que são drenados para a atividade agrícola (BOND BUCKUP *et al.*, 2010).

A população nos municípios de Alegrete e Vacaria está distribuída com uma proporção de adultos maior, e uma proporção de jovens e crianças menor que a média do Brasil (IBGE, 2020). A Figura 6 mostra a distribuição dos diferentes grupos etários da população de Alegrete, em comparação com a média do Brasil, que aparece na figura em cinza. A Figura 7 mostra a distribuição dos grupos etários da população de Vacaria. Ao contrário, a população no município de Cachoeira do Arari tem uma proporção de adultos menor que a média do Brasil (IBGE, 2020). A Figura 8 mostra a pirâmide etária da população de Cachoeira do Arari. Podemos concluir que as populações de Alegrete e Vacaria estão num processo de envelhecimento. A população de Cachoeira do Arari, ao contrário, está constituída por mais jovens e não sofre o processo de envelhecimento presente no Sul. A pirâmide etária da população de Salvaterra também está constituída por mais jovens do que a média do Brasil (Figura 9). Temos então uma população mais jovem na nossa área de pesquisa no Norte do país, e uma população envelhecendo na nossa área de pesquisa do Sul.

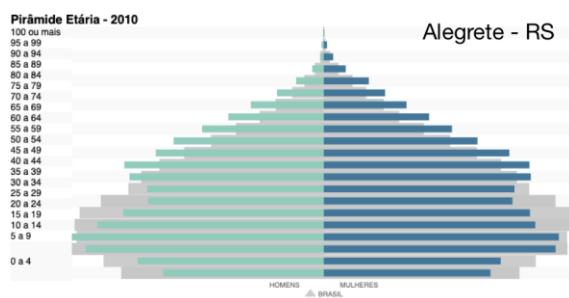


Figura 6: Pirâmide etária no município de Alegrete em 2010 (IBGE, 2020)

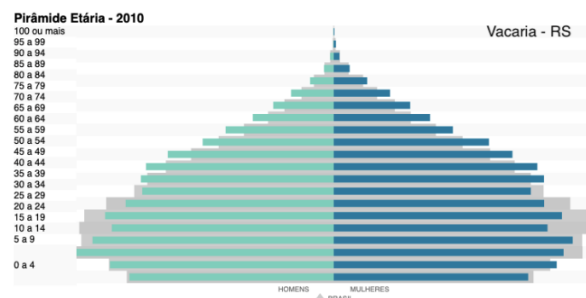


Figura 7: Pirâmide etária no município de Vacaria em 2010 (IBGE, 2020)

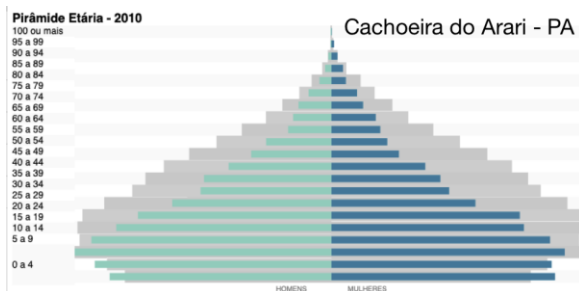


Figura 8: Pirâmide etária no município de Cachoeira do Arari em 2010 (IBGE, 2020)

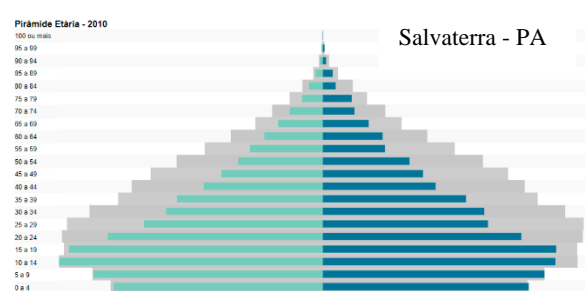


Figura 9: Pirâmide etária no município de Salvaterra em 2010 (IBGE, 2020)

No que diz respeito à repartição da população rural e urbana nos municípios de Vacaria e Alegrete, constatamos uma diminuição da população rural entre os anos 1991 e 2000, junto

com um aumento da população urbana (IPEA, 2010). A Figura 10 foi elaborada a partir de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e mostra a evolução da população rural e urbana nos dois municípios do Rio Grande do Sul em 1991, 2000 e 2010. Enquanto a população rural representa a maioria da população de Cachoeira do Arari, e consta como só 11% da população total de Alegrete e 9% da população de Vacaria, ela aumenta no município marajoara. A Figura 11 mostra a evolução da população rural e urbana entre 1991, 2000 e 2010 no município de Cachoeira do Arari e no município de Salvaterra, que também faz parte da área estudada. Em 2010, Alegrete contava com 8.059 habitantes rurais, Vacaria com 4.003, e Cachoeira do Arari com 13.087 habitantes rurais (IBGE, 2017).

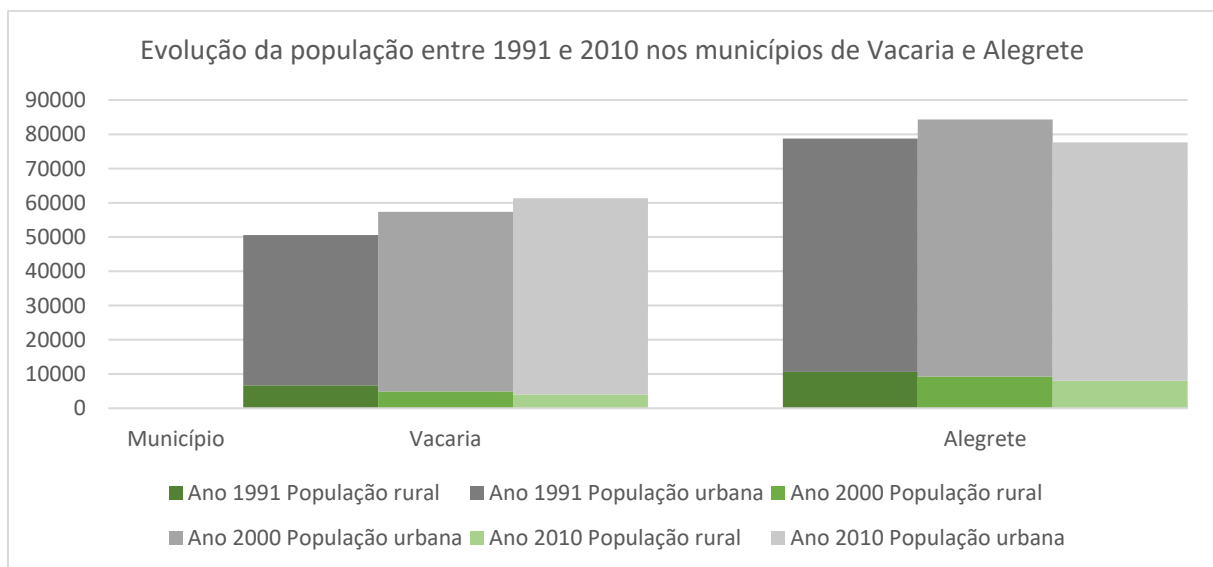


Figura 10: Evolução da população entre 1991 e 2010 nos municípios de Vacaria e Alegrete (Fonte: elaboração própria a partir de dados de IPEA, 2010 e IBGE, 2017)

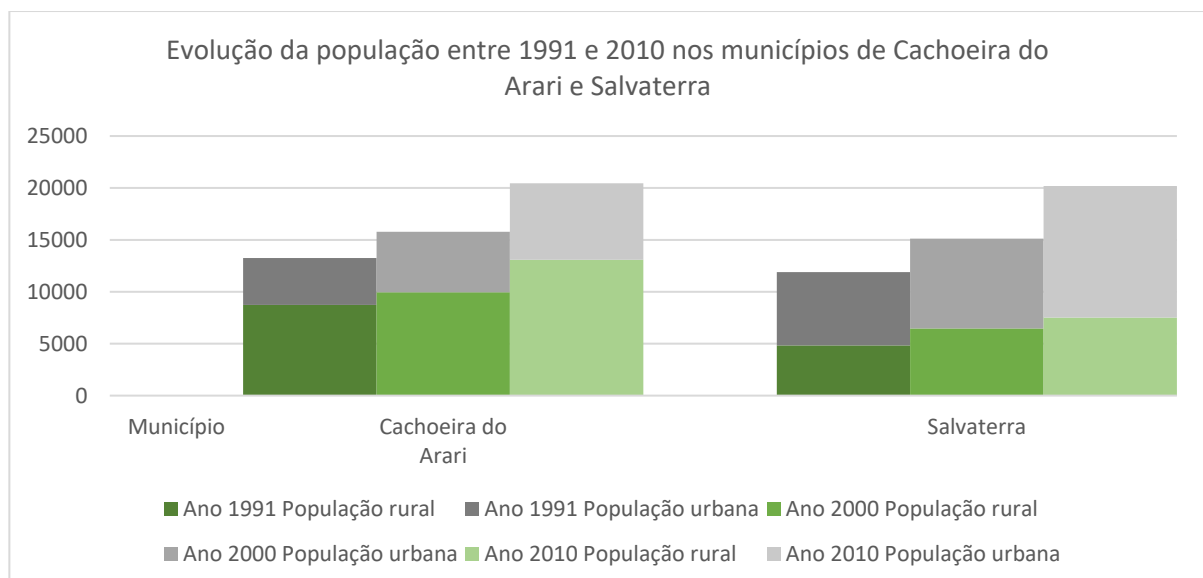


Figura 11: Evolução da população entre 1991 e 2010 nos municípios de Cachoeira do Arari e Salvaterra (Fonte: elaboração própria a partir de dados de IPEA, 2010 e IBGE, 2017)

O Rio Grande do Sul tem a menor proporção de jovens rurais do país, enquanto o Pará é o terceiro estado com mais jovens rurais em relação aos jovens totais (FOGUESATTO & MACHADO, 2015). Quando consideramos o pessoal trabalhando em estabelecimentos agropecuários, os jovens representam 9% dos trabalhadores no Pará, e menos da metade, 4%, no Rio Grande do Sul (IBGE, 2017). Lima (2013) ressalta que os estudos prévios sobre a migração dos jovens rurais têm pouco potencial de generalidade, pois as amostras se concentram em áreas muito específicas. Comparar estas duas áreas de agropecuária permitirá caracterizar os resultados das motivações dadas pelos jovens. Veremos que os pontos de vista dos jovens brasileiros sobre o futuro do campo nativo são em parte conformes ao ponto de vista de jovens rurais de outros campos nativos, mas diferem em parte, de acordo com elementos específicos dos contextos biológicos e técnicos, socioeconômicos e políticos. Destacaremos em particular o peso importantíssimo das políticas públicas de educação e saúde para ajudar a fixar os jovens casais no campo. Também, veremos o papel chave de políticas específicas para os jovens e para a transmissão pais-filhos para o desenvolvimento sustentável dos socioecossistemas de campo nativo.

Capítulo 2: Materiais e métodos

1. Marco teórico

Nossa pesquisa apoia-se em três hipóteses: a primeira é que a maioria dos jovens gostaria de permanecer no campo e na atividade agropecuária. As duas hipóteses seguintes defendem que as políticas públicas não apoiam a permanência dos jovens no meio rural, e que elas não permitem a sucessão dos jovens na propriedade atualmente. A partir destas hipóteses de pesquisa, definimos dois conceitos centrais: um sobre as oportunidades dos jovens e um sobre a autonomia e sucessão geracional. Desses conceitos decorrem várias dimensões, das quais podemos deduzir variáveis a serem estudadas a fim de validar ou não nossas hipóteses. A Figura 12 mostra o pensamento atrás da primeira hipótese, dizendo que as políticas públicas atuais não apoiam a permanência dos jovens no meio rural, e que os jovens que decidem migrar fazem-no em busca de novas oportunidades.

O conceito de oportunidades para os jovens se articula entre a valorização dos jovens, o acesso a emprego, educação e terra, as condições de trabalho e a vida no campo, e a autonomia e tomada de decisão dos jovens.

No que diz respeito à valorização dos jovens, selecionamos três variáveis: o nível de escolaridade, o fato de estar cursando agronomia, zootecnia ou veterinária, e o apoio dos pais. De fato, procuramos ver se o apoio dos pais é uma variável independente das outras duas, ou em outras palavras, se o apoio dos jovens pelos pais depende do seu nível de educação ou suas disciplinas de formação.

No que diz respeito ao acesso a emprego, educação e terra, escolhemos quatro variáveis. A primeira tem a ver com as atividades realizadas pelo jovem, a fim de medir se tem pluriatividade ou não assim como o lugar de emprego (na área urbana ou rural). As segunda e terceira variáveis têm a ver com o histórico de migração na família do jovem: se familiares migraram para a cidade ou o campo, e as razões da migração. Por fim, a última variável escolhida é uma avaliação da situação atual na comunidade realizada pelo jovem entrevistado.



Figura 12: Dimensões e variáveis vinculadas ao conceito de oportunidades para o futuro (Fonte: elaboração própria)

A dimensão das condições de trabalho e da vida no campo pode ser caracterizada por 9 variáveis. Uma primeira variável tem a ver com as tarefas preferidas dos jovens e as que eles menos gostam. Essa variável permite identificar quais tarefas são realizadas pelos jovens na propriedade agrícola, assim como ter uma ideia da penosidade do trabalho. Outras variáveis consideradas são a presença ou não de uma ajuda governamental e de assistência técnica na propriedade. Para entender melhor as condições de vida dos jovens, uma outra variável diz respeito às infraestruturas presentes na área rural do jovem, assim como suas percepções da cidade e do campo. Uma variável sobre a participação do jovem em organizações sociais oferece informações sobre a vida do entrevistado no dia a dia. Outro aspecto tem a ver com o celibato dos jovens rurais, apontado na literatura como um freio à vontade de se manter numa área rural. Cruzar as variáveis do estado civil do entrevistado com seus planos futuros permite ver se essas variáveis são relacionadas. Por fim, a avaliação pelo entrevistado das condições de produção na área rural considerada e sua visão do futuro para a comunidade são as duas últimas variáveis, permitindo categorizar as condições de vida e trabalho dos jovens.

A última dimensão considerada para caracterizar as oportunidades para o futuro dos jovens é a autonomia e tomada de decisão dos jovens dentro da propriedade agrícola. A variável medindo as propostas dos jovens que foram implementadas dentro da propriedade permite ter uma avaliação da autonomia do jovem. A variável sobre quem toma as decisões na propriedade também contribui na caracterização da autonomia.

A segunda hipótese é que as propostas dos jovens no que diz respeito às mudanças no sistema produtivo são desvalorizadas pelos pais, levando a uma ruptura entre gerações. Esta ruptura tem um impacto na tomada de decisão dos jovens sobre migração para a cidade. A Figura 13 mostra as dimensões e as variáveis representando essa hipótese.

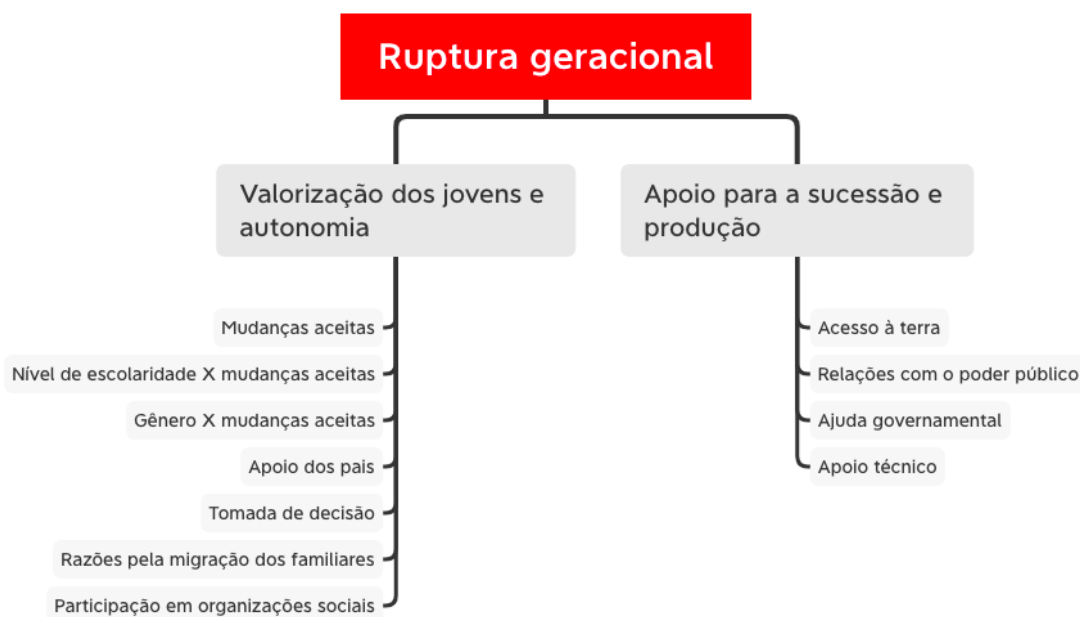


Figura 13: Dimensões e variáveis vinculadas ao conceito de oportunidades para o futuro (Fonte: elaboração própria)

A ruptura geracional pode ser considerada por duas dimensões: uma sobre a valorização dos jovens e sua autonomia, e outra sobre o apoio externo para a sucessão e produção. A primeira dimensão pode ser caracterizada por algumas variáveis já presentes na figura da primeira hipótese, como as propostas dos jovens aceitas pelos pais, o apoio dos pais, a participação na tomada de decisão, ou a razão pela migração dos familiares do jovem entrevistado e sua participação em organizações sociais. Outras variáveis também são consideradas: pretendemos analisar a importância do nível de escolaridade e do gênero do entrevistado na aceitação das propostas dos jovens na propriedade agrícola.

Na dimensão do apoio para a sucessão e produção na unidade agropecuária, consideramos quatro variáveis. A primeira diz respeito à avaliação do jovem sobre o acesso à terra na sua região. Permite avaliar a possibilidade para um jovem de ter uma propriedade agrícola própria. Outra variável tem a ver com a avaliação do jovem sobre as relações com o poder público na sua área. Permite medir as dificuldades dos agricultores familiares para serem entendidos ou ao contrário o apoio que podem obter por parte do poder público local (por exemplo com empréstimos de maquinário do município ou com informações sobre ajudas financeiras). Por fim, as duas últimas variáveis consideradas são o apoio governamental e assistência técnica para a produção na propriedade agrícola.

2. Coleta de dados

2.1. Entrevistas preliminares

Um primeiro período de campo em 2018 e 2019 permitiu entender as dinâmicas de cada local de pesquisa antes de começar a coleta de dados para nossas análises. Foram realizadas entrevistas individuais quando possíveis, e entrevistas coletivas.

2.1.1. Entrevistas individuais preliminares

Os dados foram coletados em entrevistas no Rio Grande do Sul e na Ilha de Marajó, para permitir uma melhor generalização dos resultados ou entender as diferenças entre os dois campos de estudo.

As primeiras entrevistas foram efetuadas em dois períodos, entre julho e agosto de 2018 e 2019, por uma equipe de 10 jovens pesquisadores com questionários aplicados para 60 famílias de produtores rurais da bacia do rio Ibirapuitã no Rio Grande do Sul. Esta primeira parte de entrevistas foi desenvolvida no contexto do projeto de pesquisa Nexus-Pampa, financiado pelo CNPq, para entender as dinâmicas rurais dos sistemas de produção agropecuários da região nos últimos anos.

Usando a abordagem de entrevistas interativas (WOOD, 2015), um pequeno número de informantes-chave foi identificado entre jovens agricultores e partes interessadas de comunidades locais e associações, tais como sindicatos rurais ou representantes de juventude rural. Seguindo a metodologia de Wood (2015), o número de entrevistas foi definido com o conceito de "redundância": após cada entrevista, o processo é repetido com outro informante-chave até que o entrevistador chegue a um ponto de redundância. Este ponto de redundância significa que, ao adicionar uma nova pesquisa, não adiciona significativamente novos conhecimentos.

As pesquisas consistem em uma breve apresentação da propriedade pelo produtor e/ou produtora, seguida de uma entrevista semiestruturada composta por perguntas abertas, de acordo com o método de entrevista interativa escolhido para este projeto. As entrevistas foram realizadas preferencialmente na casa da família, a fim de obter uma visão mais precisa de seu sistema de produção e ambiente. Além disso, sempre que possível, as pesquisas foram direcionadas a todos os que trabalhavam na propriedade, bem como à família, no caso em que morasse na propriedade. No total, sessenta entrevistas foram realizadas nos municípios de Alegrete, Sant'Ana do Livramento e Rosário, no Rio Grande do Sul. Cada entrevista representa o ponto de vista de uma família de produtores.

2.1.2. Entrevistas coletivas

Um período de campo em 2019 teve como foco três comunidades do município de Cachoeira do Arari em Marajó e permitiu entrevistar trinta jovens de comunidades rurais.

Aqui se consideram os jovens rurais de famílias envolvidas na atividade agropecuária, quer os jovens participem da atividade ou não. Por jovem, entendemos a definição dada na lei 12.852/2013 sobre o estatuto da juventude, ou seja, uma pessoa entre 15 e 29 anos de idade (BRASIL, 2013). Adaptando a definição de MORAIS *et al.* (2018), a população de interesse nos jovens rurais são os filhos e filhas de produtores, que tenham ou não experiência na agropecuária.

Foram também realizadas onze entrevistas com pessoas chave (professores, secretário de agricultura, coordenadores das igrejas católica e evangélica, bem como lideranças locais) nas três comunidades de Camará, Retiro Grande e Jabuti. Para facilitar a dinâmica dos trabalhos e localização do nosso público, nos instalamos na comunidade de Retiro Grande nos primeiros dias.

Para o desenvolvimento da metodologia da entrevista com grupo de jovens, usamos a dinâmica do projeto INCT-Odisseia, particularmente nas ações desenvolvidas na região de Santarém (COUDEL *et al.*, 2022). De fato, este projeto desenvolveu a capacitação de jovens pesquisadores comunitários oriundos de sindicatos rurais para a aplicação de questionários na região. Durante a capacitação, que aconteceu entre os dias 1 e 5 de abril de 2019, cada pergunta do questionário foi revista pelos jovens em ateliês em grupo (COUDEL *et al.*, 2022). Da mesma maneira, nos inspiramos nestes ateliês e dividimos as perguntas em duas categorias: perguntas coletivas a nível da vida na comunidade que foram testadas com o grupo inteiro, e perguntas individuais a nível das perspectivas e desejos de cada um, que foram testadas por escrito com cada jovem. A entrevista durou entre 45 e 60 minutos e nos permitiu estabelecer uma vivência com os jovens e validar as perguntas de acordo com a realidade local. Para as perguntas coletivas, os entrevistados foram juntados ao redor de uma mesa, e as respostas foram coletadas num papel ao centro da mesa, para que cada pessoa tenha a oportunidade de responder. A Figura 14 mostra um exemplo de pergunta e as respostas coletadas.

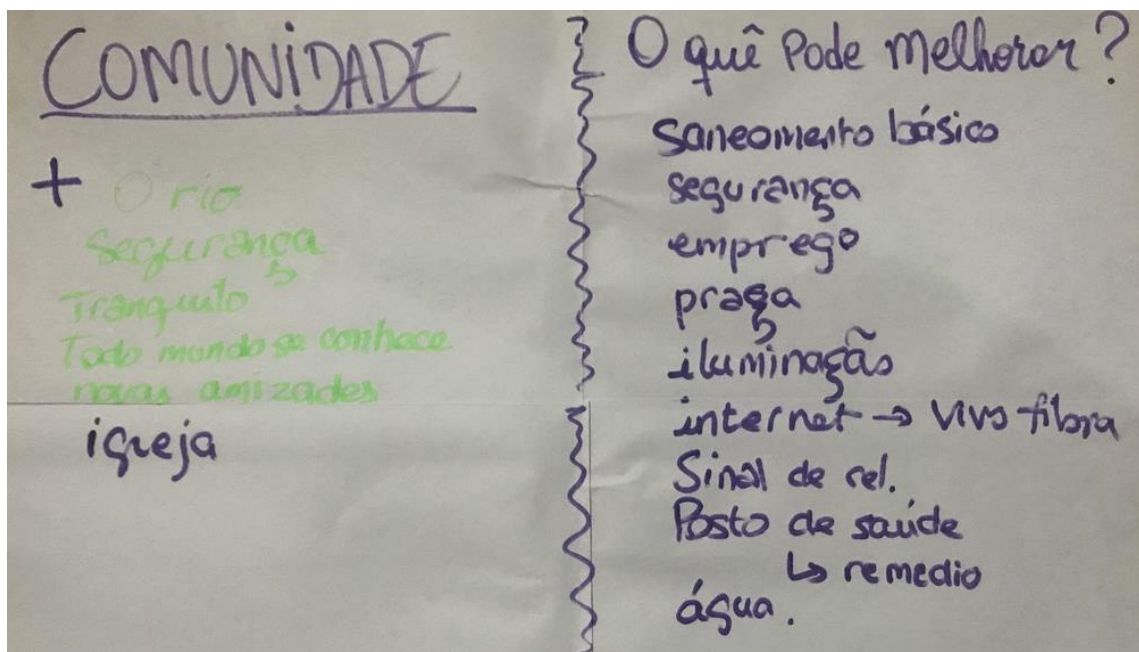


Figura 14: Exemplo de respostas as perguntas sobre a comunidade

Nestas entrevistas coletivas, foram coletados dados individuais por meio de curtos questionários pessoais. Cada entrevistado recebeu um papel onde podia completar dados sobre sua idade, escolaridade e composição da família. Além disso, foi perguntado sobre os planos do entrevistado para o futuro e se se encaixavam ou não nas atividades da família. O entrevistado também podia emitir dúvidas, sugestões ou propor perguntas adicionais num espaço dedicado do papel. Estas entrevistas preliminares permitiram entender o contexto dos jovens e formular hipóteses para nossa pesquisa.

2.2. Questionário online

Devido à pandemia de Covid-19, foi decidido substituir as entrevistas presenciais por entrevistas virtuais pelo viés de um questionário online.

O questionário foi construído de maneira a ser usado num formulário difundido pela internet. De fato, era de prima importância que as perguntas fossem formuladas claramente para não precisar de informações adicionais. Foi então efetuada uma reflexão sobre a formulação das perguntas e o uso de um vocabulário que fosse entendido nas duas áreas de pesquisa.

O questionário criado foi testado a fim de revelar potenciais falhas, tais como ambiguidade das perguntas e das respostas propostas. Além disso, um teste permitiu assegurar uma linguagem inteligível pelos entrevistados. O questionário resultante se compõe então de perguntas abertas, perguntas fechadas e perguntas de múltipla escolha. Perguntas de fato foram selecionadas para

obter informações concretas tais como idade ou município, perguntas de ação foram criadas para entender as ações e decisões dos jovens tais como suas atividades, e perguntas de opinião permitiram evidenciar suas percepções sobre assuntos dados. As perguntas foram ordenadas a fim de seguir uma progressão lógica.

Antes de iniciar, o entrevistado encontrava uma mensagem apresentando o nome do projeto e dos responsáveis pela pesquisa. Esta mensagem também assegura a confidencialidade dos dados recolhidos no questionário e define o uso dos dados e da pesquisa.

O questionário foi elaborado uma vez identificados os dados necessários para verificar as hipóteses de pesquisa. Ele pode ser achado em anexo desta tese, assim como a justificativa da escolha da estrutura e das perguntas incluídas na nossa pesquisa. De fato, o questionário foi composto de cinco seções distintas: uma primeira sobre o perfil do entrevistado, uma segunda própria aos filhos e filhas de produtores, uma terceira sobre o histórico de migração na família do entrevistado, a quarta para medir o tempo passado pelo entrevistado na área rural e uma última parte sobre as condições de vida e percepções das áreas rurais e urbanas.

O questionário foi criado com a ferramenta *Google Forms*, alternando perguntas abertas, perguntas com escolha única e perguntas com escolha múltipla. Também foi usada uma pergunta com grade de múltipla escolha: o entrevistado tinha que avaliar a situação atual na comunidade em relação ao acesso à saúde, acesso à educação, condições para a produção agrícola, acesso à terra, estrada e transporte para a cidade, relações entre comunitários e relações com o poder público. As escolhas possíveis eram “bom”, “médio” e “ruim”. Todas as perguntas eram obrigatórias, menos o número de telefone e a última pergunta do questionário que pedia sugestões ou informações complementares. Algumas perguntas eram condicionais e apareciam em função de respostas anteriores, como por exemplo as perguntas relacionadas às condições de produção na propriedade, que não apareciam se o entrevistado não era filho de produtores ou pescadores. As perguntas foram acompanhadas de instruções definidas para assegurar uma boa compreensão por parte dos leitores. Outros aspectos tais como o tamanho da fonte, a facilidade de manipulação do questionário ou a disposição dos itens para as respostas propostas também foram tomados em conta na criação do questionário.

Uma vez as perguntas e respostas possíveis elaboradas, o questionário foi criado e testado em quatro jovens estudantes de graduação em ciências ambientais da Universidade de Brasília (UnB), uma estudante de doutorado da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), assim como em duas professoras da UnB, uma professora do Instituto Federal de São Vicente no Rio Grande do Sul, um professor da UFSM, também no Rio Grande do Sul, e um professor do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) da Universidade Federal do Pará

(UFPA). Essa fase de teste foi realizada para corrigir os eventuais erros de português e verificar a clareza das perguntas e opções de respostas com jovens e com pessoas acostumadas a trabalhar com jovens. O teste permitiu revelar potenciais falhas tais como ambiguidade das perguntas e das respostas propostas.

Após ter efetuado as mudanças sugeridas durante a fase de teste, o questionário foi divulgado no Rio Grande do Sul no dia 11 de fevereiro de 2021. A divulgação foi feita pelo viés de seis sindicatos e quatro associações de produtores nas cidades de Alegrete, Santana do Livramento e Quaraí. Um contato com a secretaria da divisão de juventude da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS) foi efetuado alguns dias antes da divulgação, e o questionário mandado às representações de jovens dos sindicatos dos trabalhadores rurais do estado. O questionário também foi mandado à dois professores da Universidade Federal do Pampa, no campus de Dom Pedrito, à uma professora do Instituto Federal Farroupilha, no campus de São Vicente, à três professores da UFSM, assim como a um professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre. O questionário foi assim transmitido aos alunos e egressos das universidades e instituto citados. O mesmo questionário foi divulgado no dia 8 de março de 2021 no Marajó, pelo viés das universidades presentes nas cidades de Belém, Breves, Anajás, Salvaterra, Soure e Portel, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (FETAGRI-PA) e de membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da igreja católica. O questionário também foi mandado a um consultor ambiental do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e ao gerente de promoção dos Direitos da Juventude da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) do Estado do Pará.

Um outro aspecto importante foi formular perguntas sem induzir respostas ou influenciar o entrevistado. Por exemplo, no caso de jovens tendo familiares com histórico de migração, perguntamos as razões da migração dos familiares. Foram escolhidas algumas razões tais como “casamento”, “estudos”, “emprego”, “falta de terra”, selecionando palavras neutras que não possam ser interpretadas como desvalorização da área rural. Ademais, foi decidido permitir várias respostas simultâneas, e deixado um campo “outro” aberto à comentários. A escolha das respostas propostas no questionário também foi estudada para garantir a inclusão e o respeito de todos os entrevistados e suas famílias.

Um outro aspecto próprio das entrevistas feitas pelo viés de formulário online tem a ver com a inclusão de todas as respostas possíveis à uma pergunta dada, para não comprometer a coleta de dados. Por exemplo, para recolher dados sobre as pessoas participando da tomada de decisão, além das possíveis respostas “meus pais”, “só meu pai”, “só minha mãe”, “todos os

membros da família”, foi criada uma resposta “outro” que podia ser completada pelo entrevistado. De maneira geral, quando possível, preferimos as perguntas abertas a fim de deixar mais espaço de resposta ao entrevistado. Assim, para medir o apoio dos jovens pelos seus pais, preferimos uma pergunta aberta à uma pergunta de escolha múltipla (onde algumas opções poderiam ter sido interpretadas como desrespeitosas pelos pais do entrevistado). Foi então perguntado ao jovem “seus pais apoiam você no seu projeto para o futuro?” e a resposta deixada aberta.

Por fim, adicionamos uma última pergunta sobre as eventuais sugestões do entrevistado ou os eventuais comentários que ele queira fazer. Esta pergunta, colocada no final do questionário, permite a livre expressão do entrevistado e deixa um espaço aberto a perguntas, dúvidas ou pontos achados importantes pelo entrevistado que não foram abordados dentro do questionário.

O questionário, embora seja menos custoso em tempo, permitia atingir um maior número de pessoas e ter potencialmente mais liberdade nas respostas em razão do anonimato e menos riscos de influência por parte do entrevistador, mas tem desvantagens em comparação às entrevistas. De fato, não pode ser aplicado a pessoas analfabetas e a pessoas sem conexão de internet. Além disso, não permite uma explicação mais ampla das perguntas mal compreendidas. Por fim, o questionário pode ser preenchido em várias circunstâncias, e não permite um controle da boa realização da coleta de dados. Foram então adicionadas entrevistas, por serem um valioso instrumento de trabalho em ciências sociais (MARCONI & LAKATOS, 2003).

2.3. Entrevistas de atores chave por telefone

Para complementar o questionário online e ajudar na sua divulgação ao público-alvo, foram realizadas vinte entrevistas por telefone com atores locais nas regiões do Marajó e do Rio Grande do Sul. Estas entrevistas foram feitas a distância, de março a julho de 2021, para preparar as entrevistas presenciais e enquanto as condições sanitárias ainda não possibilitavam ir a campo, pelo risco vinculado à pandemia de Covid-19. Cada entrevista foi composta por perguntas abertas sobre as percepções dos entrevistados sobre a situação dos jovens na região dada e sobre a própria experiência do entrevistado. Foi perguntado ao entrevistado desde quando mora na região e se tem contato com jovens. Da mesma maneira que no questionário, foi perguntado o que poderia melhorar tanto no campo quanto na cidade, assim como quais infraestruturas têm (ou faltam) na comunidade rural. Foi procurado saber quais as tendências

de migração dos jovens nos últimos anos. Foi perguntado a opinião do entrevistado sobre as preferências dos jovens, as percepções dos jovens sobre a cidade e o campo, bem como os motivos dos jovens que escolheram sair para a cidade. Outras perguntas procuraram entender o ponto de vista do entrevistado sobre as políticas públicas atuais e a potencial contribuição delas na permanência dos jovens nas áreas rurais. Foi também pedido outros contatos de atores chave, numa dinâmica “bola de neve”, a fim de realizar outras entrevistas com atores relevantes da região tais como religiosos, membros de sindicatos, professores, educadores populares e vereadores. Quando uma entrevista por ligação de telefone não era possível devido à uma conexão internet fraca, as entrevistas foram realizadas por intercâmbio de mensagens de voz no aplicativo WhatsApp.

2.4. Entrevistas adicionais

Os limites do questionário online são vários, mas vale ressaltar os limites mais importantes para nosso estudo: a exclusão de vários jovens e a falta de contexto ao redor dos dados coletados. De fato, pela própria definição do questionário online, ele já exclui as pessoas que não têm acesso à internet. No Brasil, em 2018, só 13% das pessoas que moram em área rural têm acesso à internet em casa. Quando adicionamos o acesso à internet no celular, 48% das pessoas que moram na área rural têm acesso à internet, contra 85% das pessoas morando em área urbana (TRUCCO & PALMA, 2020). O questionário online também exclui as pessoas analfabetas. Em 2019, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais era de 6,6%, o que representa 11 milhões de pessoas (IBGE, 2020). De acordo com o IPEA, em 2014, 0,79% das pessoas de 15 a 24 anos eram analfabetas no Rio Grande do Sul, contra 1,52% das pessoas nessa categoria etária no estado do Pará (IPEA, 2014).

A fim de assegurar uma amostragem representativa da população, e assim que a vacinação contra o Covid-19 foi efetiva e suficientemente avançada no tempo para garantir a saúde dos entrevistados e da entrevistadora, decidimos realizar entrevistas presenciais nos lugares de pesquisa. Entrevistas presenciais também permitem vivenciar de perto a vida dos jovens e recolher dados que não fazem parte das perguntas, mas aportam informações relevantes para nossa pesquisa. Por exemplo, no que diz respeito ao transporte nas áreas rurais da Ilha de Marajó, as entrevistas presenciais permitiram recolher - além da avaliação própria do jovem - experiências dos jovens sobre a falta de segurança de noite nas estradas por falta de sinalização e luz pública. Não se trata somente do asfaltamento das estradas, mas também da

sinalização e da presença ou não de luz pública. Pudemos também observar que muitos jovens marajoaras usam bicicletas e motos, o que ressalta a importância da segurança nas estradas.

Um primeiro período de campo foi efetuado no Rio Grande do Sul entre os dias 15 de julho e 1º de agosto de 2021, com o objetivo de realizar 30 entrevistas em cada local de pesquisa. Um segundo período de campo foi feito na Ilha de Marajó entre os dias 15 e 26 de agosto de 2021. As entrevistas foram realizadas pela autora acompanhada de uma aluna de mestrado da UFSM, Mariana Vogg. As duas entrevistadoras estiveram presentes em todas as entrevistas efetuadas. Estudos mostram que a própria interação social entre o entrevistador e o entrevistado pode ter efeitos nas respostas dadas pelo último (PAPINOT, 2013). Para limitar os vieses, para cada região de estudo, um primeiro contato foi realizado com o jovem a ser entrevistado, estabelecendo uma conversa cordial e explicando a finalidade da pesquisa e sua relevância. Foi ressaltado o caráter confidencial da entrevista e das informações coletadas. As perguntas foram padronizadas e seguiram o mesmo roteiro que o questionário online, a fim de recolher os mesmos dados.

Uma atenção particular foi dada à observação dos entrevistados para assegurar-se da sua boa compreensão das perguntas e estabelecer uma confiança com o jovem, assim como evitar constrangimento por sua parte. As respostas foram anotadas durante a entrevista e, quando possível, gravadas num celular após ter obtido o consentimento do entrevistado. Nos asseguramos de que o registro das respostas seja feito com as próprias palavras dos entrevistados. Ao terminar as entrevistas, cada jovem recebeu o contato da entrevistadora e do professor responsável pela autora desta tese, caso tivesse dúvidas, sugestões ou reclamações posteriores. Foram observados um comportamento assim e uma vestimenta profissionais e respeitosos por parte da entrevistada e das pessoas acompanhando.

Antes de começar o período de campo no Rio Grande do Sul, agendamos as primeiras entrevistas com o apoio da FETAG-RS. As entrevistas foram feitas no município de Vacaria com o apoio do Sindicato Rural de Vacaria e seu presidente Luís Alfredo Horn. A amostragem dos jovens entrevistados foi criada a partir do método bola de neve: foram entrevistados alguns jovens com a ajuda de atores chave do município, e foi perguntado a cada jovem entrevistado se podiam designar outros jovens para a entrevista. Foram contatados e entrevistados atores chave do Sindicato Rural, da Embrapa, da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, de lojas e mercados agropecuários, da prefeitura e do grupo de rodeio do município. Foram realizadas 30 entrevistas em Vacaria.

O período de campo na Ilha de Marajó foi efetuado no município de Salvaterra. Para facilitar o contato com jovens, nos instalamos numa vila de Salvaterra, Joanes. Assim como em

Vacaria, usamos o método de bola de neve para obter a amostragem. Contatamos e entrevistamos num primeiro tempo a prefeitura, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Salvaterra, mas também as lojas e mercados agropecuários, uma usina de farinha, a Associação educativa rural e artesanal da vila de Joanes, e membros de igrejas de diferentes confissões. Visitamos também a Associação de mães e agricultores remanescentes de quilombos de Vila União e Campinas, assim como escolas rurais e a Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará (EETEPA) de Salvaterra, onde entrevistamos alunos dos cursos de agronomia e agronegócio. Por fim, entramos em contato com alguns jovens participando do grupo de dança folclórica da vila de Jubim, e outros participando do treinamento de bombeiros civis de Salvaterra. Entramos em contato com professores do ginásio e da quadra de voleibol de Salvaterra onde pudemos entrevistar jovens rurais. Foram então realizadas 40 entrevistas de jovens, dentre os quais 30 eram filhos de produtores.

3. Análise de dados

3.1. Tipologia

Procuramos estabelecer uma tipologia dos filhos de produtores entrevistados. No total, recebemos 199 respostas ao nosso questionário. Desses 199 indivíduos, 168 eram jovens rurais maiores de idade. As respostas dos indivíduos menores de idade e das pessoas acima de 29 anos foram excluídas da base de dados. Dos 168 indivíduos restantes, 134 eram filhos de produtores: 87 eram situados no Rio Grande do Sul e 47 na Ilha de Marajó. Foram então considerados os dados recolhidos a partir das respostas dos 134 jovens filhos de produtores. Seleccionamos 23 variáveis qualitativas para construir a tipologia. Realizamos uma análise das correspondências múltiplas no Software RStudio, seguida por uma classificação ascendente hierárquica a fim de construir classes de indivíduos.

A ACM, resultado dos trabalhos de Benzécri (1977) e Lebart (1975), pode ser aplicada à várias disciplinas (RENISIO & SINTHON, 2014). Ela sintetiza tabelas constituídas por indivíduos organizados em linhas, e variáveis organizadas em colunas. As variáveis representam uma fonte de informação sobre os indivíduos, e se declinam em modalidades, ou seja, um número limitado de valores possíveis (BENZÉCRI, 1977; HUSSON & PAGÈS, 2009; RENISIO & SINTHON, 2014). A ACM é um instrumento matemático que permite avançar o conhecimento e a compreensão do mundo social (DUVAL, 2013). Bourdieu já se referia à necessidade de tais instrumentos matemáticos para formalizar a realidade social (LEBARON, 2010). A ACM permite de fato combinar diferentes dimensões do espaço social através de um

modelo geométrico dos dados, e foi usada por Bourdieu para construir e definir ideais-tipos (DUVAL, 2013; LEBARON, 2010). Por fim, a ACM foi escolhida na nossa pesquisa pela sua faculdade de identificar e materializar fenômenos ou estruturas complexos, agrupando modalidades (DUVAL, 2013).

Usamos o pacote FactoMineR no software RStudio para analisar os dados, que permite de fato efetuar métodos de componentes principais tais como a ACM e agrupamentos. Também usamos o pacote Factoshiny para visualizar os resultados das diferentes análises, que oferece uma interface interativa para definir detalhadamente o método usado e melhorar o aspecto dos gráficos obtidos (HUSSON & PAGÈS, 2009).

Selecionamos 23 variáveis qualitativas para construir a tipologia. As variáveis selecionadas para a tipologia podem ser organizadas em 5 grupos: um grupo de variáveis estabelecendo o perfil dos indivíduos, um sobre a tomada de decisão, um sobre o futuro, um sobre as condições de vida e um último sobre as redes e o apoio. As variáveis usadas estão apresentadas na Figura 15. As variáveis selecionadas são organizadas em grupos em função do tema no qual elas aportam dados.



Figura 15: Mapa mental das variáveis usadas na tipologia (Fonte: elaboração própria)

3.1.1. Perfil do entrevistado

O grupo sobre o perfil do entrevistado reúne cinco variáveis qualitativas. Um número de identificação foi atribuído aos 168 jovens maiores de idade entrevistados, seguindo a ordem cronológica e o lugar de moradia do entrevistado. De fato, como o questionário foi lançado em dois lugares diferentes, foram criados duas cópias do mesmo: uma para a difusão do questionário no Rio Grande do Sul, e a segunda para a difusão do questionário na Ilha do Marajó. Os números entre 1 e 103 representam então indivíduos do Rio Grande do Sul, e os números 104 a 168 foram atribuídos aos indivíduos marajoaras. A primeira coluna da base de dados contém então o número de identificação do entrevistado e não seu nome, a fim de assegurar a confidencialidade dos jovens. A segunda variável considerada é a região do entrevistado: “RS” para os jovens do Rio Grande do Sul, “PA” para os jovens da Ilha do Marajó. A idade dos entrevistados foi levada em conta como variável qualitativa, já que as idades foram organizadas em classes “entre 18 e 20 anos”, “entre 21 e 25 anos”, “entre 26 e 29”. O gênero do entrevistado também está incluído na análise, assim como seu nível de escolaridade. As modalidades desta última variável foram agrupadas em 3 classes: “ensino fundamental incompleto e completo”, “ensino médio incompleto e completo” e “ensino superior incompleto e completo”.

O grupo de variáveis definindo o perfil dos jovens filhos de agricultores foi considerado na nossa análise como variáveis suplementares: elas não participam ativamente da análise, mas são adicionadas a fim de ter uma melhor descrição dos grupos considerados.

3.1.2. Autonomia e decisão

O grupo sobre autonomia e decisão contém cinco variáveis. A variável que diz respeito à tomada de decisão foi organizada com duas modalidades, segundo a participação do entrevistado na tomada de decisão ou não. No caso onde todos os membros da família participam da tomada de decisão, é considerado que o jovem entrevistado participa. Nos outros casos, seja somente o pai, somente a mãe ou ambos os pais tomando as decisões, a modalidade é a mesma, a saber que o entrevistado não participa da tomada de decisão. A variável seguinte tem a ver com a vontade do jovem de fazer mudanças na propriedade. À pergunta “se você quisesse mudar alguma coisa na propriedade, o que seria?”, os jovens, tendo respondido que não mudariam nada, são agrupados com a modalidade “não quer fazer mudanças” e no caso contrário, a modalidade considerada é “querem fazer mudanças”. Outra variável considerada nesse grupo tem a ver com a pergunta “você já propôs mudanças na propriedade?”. Aqui, as

respostas “sim, e foram aceitas” constituem uma modalidade, assim como “sim, mas não foram aceitas” e a última resposta possível “não”. A variável “apoio dos pais” também é considerada neste grupo. As respostas dos jovens que declaram ser apoiados pelos pais entram na modalidade “sim”. No caso contrário, a modalidade considerada é “não”. A última variável participando do grupo sobre autonomia e tomada de decisão mede a implicação do jovem nas tarefas agrícolas: os jovens que declararam participar nas atividades agrícolas da família, ter uma propriedade agrícola própria ou ter emprego agrícola são codificados em nossa base de dados na modalidade “tem atividades agrícolas” e nos outros casos, com a modalidade “não tem atividades agrícolas”.

3.1.3. Futuro

O grupo sobre o futuro leva em consideração três variáveis. A primeira tem a ver com os planos futuros. Suas modalidades seguem as opções de resposta possíveis no questionário: “quero trabalhar aqui depois que meus pais se aposentarem”, “gostaria de ter outra propriedade agrícola” e “quero trabalhar num outro ramo”. A segunda variável considerada trata da visão do futuro de acordo com o entrevistado. À pergunta “como você vê o futuro da comunidade”, as respostas que têm uma visão negativa ou pessimista do futuro são agrupadas na modalidade “negativa” e as respostas mais otimistas são agrupadas na modalidade “positiva”. Por fim, a variável sobre o lugar de moradia preferido pelo entrevistado entra no grupo sobre o futuro na nossa análise. As modalidades existentes para esta variável são “campo” e “cidade” e segue as respostas à pergunta “onde você prefere morar?”.

3.1.4. Condições de vida

Esse grupo sobre as condições de vida agrupa as 7 variáveis sobre a avaliação da situação atual na comunidade do entrevistado. As variáveis consideradas são então “avaliação do acesso à saúde”, “avaliação do acesso à educação”, “avaliação das condições para a produção agropecuária”, “avaliação do estado das estradas e do transporte para a cidade”, “avaliação das relações com os comunitários” e “avaliação das relações com o poder público”. As modalidades das 7 variáveis são as mesmas, “bom”, “médio” ou “ruim”.

3.1.5. Redes e apoio

O grupo sobre redes e apoio contém quatro variáveis. A primeira variável considerada trata dos estudos realizados pelos jovens: os entrevistados que estudam agronomia, zootecnia ou veterinária são classificados pela modalidade “estuda agro” e os que não estudam ou estudam em outras faculdades são classificados pela modalidade “não estuda agro”. A variável seguinte considera a participação dos jovens em organizações sociais, com as modalidades “não participa” e “participa de organizações sociais”. Aqui o objetivo é ver o potencial impacto da participação de organizações nos planos futuros do entrevistado e na obtenção de assistência técnica e financeira; consideramos então a participação em absoluto, e não o número de organizações nas quais o entrevistado está envolvido. Por fim, as variáveis “recebe ajuda governamental” e “recebe apoio técnico” são consideradas na análise. As modalidades dessas variáveis são “recebe” e “não recebe” em ambos os casos.

Os grupos formados aqui permitem um melhor entendimento da escolha de cada variável. Estes grupos (perfil do entrevistado, autonomia e decisão, futuro, condições de vida e redes e apoio) não ponderam a importância das variáveis: cada variável tem o mesmo peso na nossa análise. No entanto, o grupo de variável definindo o perfil dos jovens filhos de agricultores foi considerado na nossa análise como variáveis suplementares. Aqui nos referimos ao número de identificação dos jovens, o Estado do entrevistado (“RS” e “PA” para o Rio Grande do Sul e o Pará no caso dos jovens marajoaras), a sua idade, gênero e nível de escolaridade. Essas variáveis não participam ativamente da análise, mas são adicionadas a fim de ter uma melhor descrição dos grupos considerados. As outras variáveis são consideradas “ativas”: elas entram na análise. Como as variáveis selecionadas são qualitativas e estamos frente à uma tabela de dados com indivíduos em linha e variáveis em colunas, a análise apropriada é a ACM (HUSSON & PAGÈS, 2009). De fato, a ACM é um método com um forte potencial de aplicação para o tratamento de entrevistas (MARCONI & LAKATOS, 2003; HUSSON & PAGÈS, 2009).

A primeira ACM realizada foi construída a partir de todos os indivíduos, ambas regiões de pesquisa confundidas. Obtemos primeiramente um gráfico representando a nuvem de indivíduos, e outro representando a nuvem das modalidades. As modalidades são os diferentes valores encontrados numa variável. Por exemplo, a variável “apoio dos pais” tem duas modalidades: “sim” e “não”.

No que diz respeito à nuvem dos indivíduos, a primeira coisa a fazer é analisar o aspecto geral da nuvem: ela pode ser geral e não mostrar classes distintas, ou particular e já mostrar classes. Podemos usar as modalidades e as variáveis para interpretar o gráfico dos indivíduos com o

pacote Factoshiny. O diagrama das inércias também permite visualizar quais eixos (e então quais dimensões) são mais importantes nos gráficos (HUSSON & PAGÈS, 2009).

3.2. Análise de políticas públicas

Quando nos referimos à política, deve ser entendida como os espaços coletivos e modos de regulação das relações nestes espaços, como definido por Bursztyn e Bursztyn (2013). A política diz respeito à administração da sociedade, mas também das comunidades e outros espaços coletivos. As políticas públicas são então as ações de governos e instituições, tomadas num diálogo permanente com os princípios da democracia, visando objetivos determinados (BURSZTYN & BURSZTYN, 2013).

Analisamos as políticas públicas dedicadas aos jovens e o processo de sucessão nas propriedades rurais. Procuramos dados na literatura e nas leis federais a fim de realizar uma linha do tempo das políticas públicas para os jovens rurais. Para tal, decidimos nos focar em um método com quatro componentes principais. O primeiro componente é entender que a política pública a ser considerada pertence a um contexto global e histórico. De fato, a política pública se insere num governo dado, segue outras políticas, e é fruto da história do país. Foi então realizado um breve histórico das políticas públicas direcionadas aos jovens entre os anos 2000 e 2020.

O segundo componente a levar em conta para nossa análise é se a política pública segue uma demanda, e no caso, quais atores estão levando a iniciativa criadora da política pública. O terceiro componente diz respeito aos instrumentos desenvolvidos pela política pública. No caso, se trata dos instrumentos concretos impulsados como consequência da política, sejam eles linhas de crédito, acesso à educação, acesso à luz, por exemplo.

O último componente tem a ver com a avaliação da política pública. Existem três tipos de avaliação possíveis, a primeira sendo uma avaliação feita pelas instituições governamentais e encomendada pelo próprio governo que instituiu a política pública. O segundo tipo de avaliação diz respeito à um trabalho feito pelos principais interessados pela política pública, ou por um grupo de atores representantes da sociedade civil. O interesse deste segundo tipo de avaliação reside na estimação do impacto da política pública e pode medir o conhecimento do público-alvo sobre a existência das políticas consideradas. O último tipo de análise é realizado por pesquisadores, geralmente de modo a ter uma avaliação da política e do seu impacto num período de vários anos após a implementação desta última.

3.3. Análise estatística: teste de Khi^2 de independência

Para medir se duas variáveis qualitativas estão vinculadas ou não, formulamos hipóteses que verificamos com o teste de Khi^2 . O Khi^2 de independência permite saber se há independência entre dois critérios suscetíveis de criar uma diferença de repartição. Em outras palavras, permite ver se um efetivo pode se dever somente à uma distribuição aleatória. Definimos um valor-p, ou *p-value*, que representa o risco de rejeitar a hipótese formulada enquanto esteja verdadeira. No nosso caso, se a *p-value* estiver inferior a 0,05, então decidimos rejeitar a hipótese que não tem diferença significativa entre as modalidades de uma variável em função da variável suplementar. De fato, se *p-value* estiver inferior a 0,05, então a diferença é significativa com uma probabilidade de 95%.

Tomamos um exemplo: queremos avaliar se ser filho de produtor influencia a avaliação do acesso à terra na comunidade. A nossa hipótese nula H_0 é que a avaliação do acesso à terra na comunidade não depende do vínculo do jovem com a agropecuária. As variáveis consideradas aqui são “filho de produtor” com as modalidades “sim” ou “não”, e a variável “avaliação do acesso à terra” com as modalidades “bom”, “médio” ou “ruim”. A hipótese alternativa H_1 é que os critérios “filho de produtor” e “avaliação do acesso à terra” são vinculados (ou dependentes).

Testamos a hipótese H_0 pelo software RStudio. Formamos para isso uma tabela das contingências agrupando os efetivos com cada modalidade possível (aqui temos duas modalidades na primeira variável e três modalidades na segunda, as combinações possíveis são então seis). A partir da tabela de contingência, realizamos o teste de Khi^2 . Se a *p-value* resultando do teste for inferior a 0,05, rejeitamos a hipótese H_0 . Em outras palavras, os critérios “filho de produtor” e “avaliação do acesso à terra” são dependentes. A repartição das modalidades não segue uma lei normal, essa diferença é significativa com uma probabilidade de 95%.

3.4. Elaboração de cenários

Foram construídos cenários sobre o futuro do campo seguindo o método de cenários (GODET, 1983). Um cenário representa uma situação hipotética e constitui uma simulação de eventos reais (GUEROUI, 2016). A primeira etapa da construção dos cenários é a análise do sistema, com base na literatura. Esta análise se define pela criação de uma imagem descrevendo o estado atual do sistema considerado. Trata-se de fato de uma descrição global da situação

econômica, política e social da área considerada, que também mostra as tendências e dinâmicas da região (GODET, 1983). Esta análise se traduz nos capítulos de resultado, que evidenciam a situação atual das áreas de estudo. Depois de ter delimitado o sistema considerado e as áreas estudadas, foram identificadas variáveis chave e determinados os atores das áreas e suas estratégias. Vem então a elaboração dos cenários que mostram algumas potenciais evoluções do sistema a partir das evoluções prováveis das variáveis identificadas e do comportamento hipotético dos atores (GODET, 1983).

Os cenários foram construídos pela autora com base nas respostas e falas dos jovens entrevistados e atores chave. Foi perguntado para os jovens como eles veem o futuro do campo, quais são os planos futuros deles, quais as potenciais pistas de melhoria nas áreas rurais e quais são os pontos fortes das áreas consideradas. Os jovens também foram questionados sobre as mudanças que aconteceram no campo nos últimos anos. Com a pergunta sobre a visão do futuro do campo, os jovens entrevistados explicaram qual cenário eles achavam mais provável para o futuro. Uma vez definidas as tendências mais possíveis e os cenários, foram elaboradas estratégias potenciais para cada cenário. Nas entrevistas presenciais, perguntamos para os jovens quais ações eles consideravam mais relevantes frente aos cenários que tinham escolhido como mais prováveis.

Para validar nosso método, procuramos comprovar a sua credibilidade, no caso, a validação dos resultados obtidos (GUEROUI, 2016). Os cenários criados foram então apresentados a um grupo de pesquisadores e professores brasileiros, que validaram os cenários elaborados.

Capítulo 3: Tipologia dos jovens filhos de produtores

Este capítulo apresenta a tipologia dos jovens filhos e filhas de produtores realizada a partir dos dados coletados no questionário. Uma análise preliminar mostra que as populações do Rio Grande do Sul e da Ilha de Marajó são significativamente diferentes e precisam ser estudadas separadamente. Uma análise aprofundada leva a organização da população entrevistada em três grupos de jovens no Rio Grande do Sul: os “Gaúchos tradicionais”, os “Agroboys” e os “Potenciais migrantes do Sul”. Na Ilha de Marajó, a análise leva à definição de dois grupos: os “Potenciais migrantes do Norte” e os “Marajoaras engajados”.

1. Análise preliminar

1.1. Primeiros resultados

A primeira ACM foi realizada levando em conta todos os indivíduos entrevistados: os 87 indivíduos do Rio Grande do Sul e os 47 indivíduos da Ilha de Marajó. A nuvem de indivíduos obtida mostra uma tendência particular, como podemos ver no gráfico (A) da Figura 16. Podemos observar duas subpopulações distintas: uma na parte positiva do eixo 1 (na parte direita do gráfico), e uma outra subpopulação está na parte negativa do eixo 1 (na parte esquerda do gráfico).

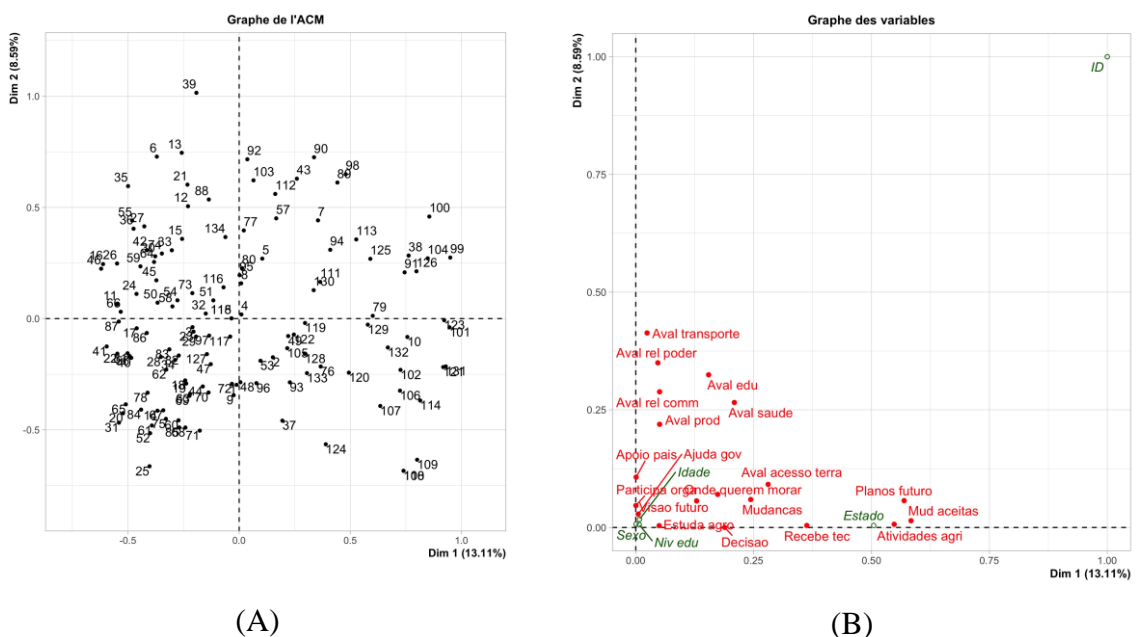
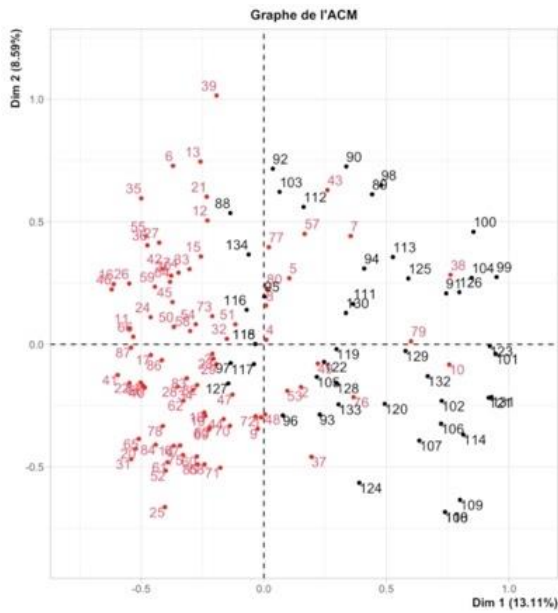


Figura 16: Resultados da Análise de Correspondência Múltipla, todos indivíduos confundidos (elaboração própria)

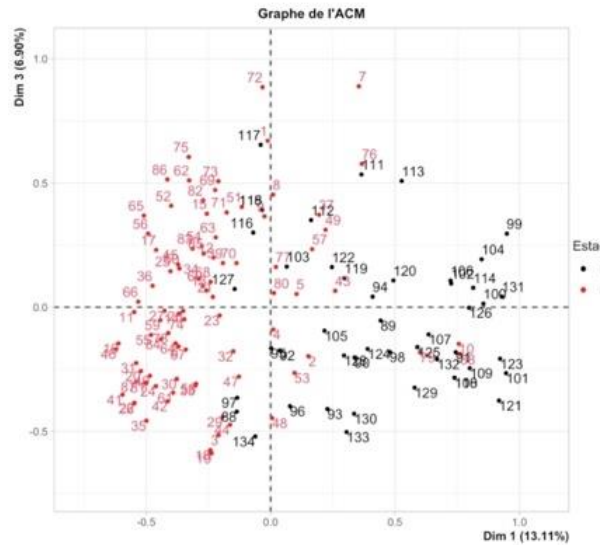
Como podemos observar no gráfico (B), as variáveis “mudanças aceitas”, “planos futuros” e “tem atividades agrícolas” caracterizam a primeira dimensão, ou seja, o primeiro eixo dos gráficos (Figura 16). A segunda dimensão está caracterizada pelas variáveis “avaliação do transporte”, “avaliação das relações com o poder público”, “avaliação do acesso à educação” e “avaliação do acesso à saúde”. Além disso, a variável suplementar “estado”, ou seja, a região do jovem entrevistado, entra na definição da primeira dimensão². Essas observações são confirmadas pela tabela de resultados da ACM. Nota-se que a variabilidade explicada por cada eixo está mais baixa em ACM do que em Análise de Componentes Principais (ACP), usada quando se trata de variáveis quantitativas.

Quando observamos a nuvem formada colorindo os indivíduos em função da variável “Estado”, podemos visualizar claramente que as duas subpopulações identificadas estão caracterizadas pela região dos entrevistados. A Figura 17 mostra as nuvens de indivíduos resultando da ACM. O gráfico (C) mostra os indivíduos projetados nos eixos 1 e 2, ou seja, a primeira e segunda dimensão, com os indivíduos da modalidade “RS” coloridos em vermelho e os indivíduos da modalidade “PA” coloridos em preto (Figura 17). Os jovens sul-rio-grandenses fazem parte de uma subpopulação, os jovens marajoaras de outra. Quando consideramos os indivíduos nas dimensões 1 e 3, obtemos uma representação similar: os indivíduos se destacam em função da região de moradia, como podemos observar no gráfico (D) da Figura 17. Por fim, o gráfico (E) mostra as elipses de confiança para as modalidades “PA” e “RS” da variável “Estado” nos eixos 1 e 2 (Figura 17). As elipses de confiança indicam que as populações são significativamente separadas, porque aparecem pequenas e não se sobrepõem.

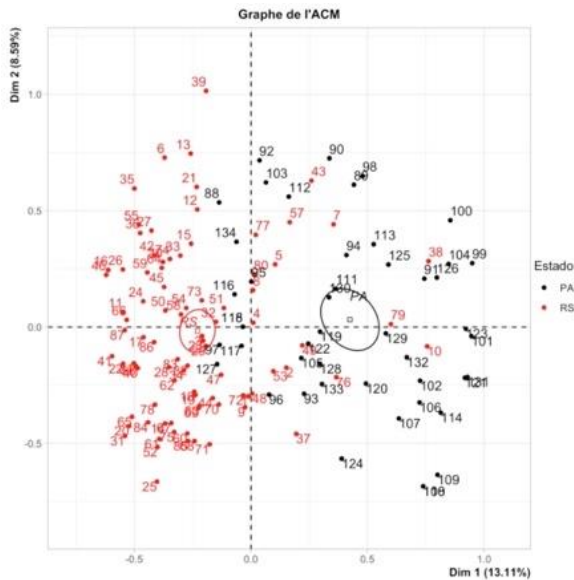
² Por ter muitas modalidades, a variável suplementar ID aparece muito alta na representação gráfica. No entanto, os números atribuídos são aleatórios e não precisam ser adicionados na análise, nem nos permitem caracterizar as populações observadas.



(C)



(D)



(E)

Figura 17: Nuvem de indivíduos nas diferentes dimensões da Análise de Correspondência Múltipla, todos indivíduos confundidos (elaboração própria)

Estes resultados preliminares apresentam a diferença significativa entre as populações do Rio Grande do Sul e da Ilha de Marajó. Procuramos então proceder a uma classificação hierárquica ascendente (CHA) a fim de realizar um agrupamento. A classificação é a ação de constituir classes, que são um conjunto de indivíduos que possuem traços de caráter comuns. A primeira etapa é estabelecer uma árvore de classificação hierárquica ascendente³. Os primeiros resultados da CHA estão visíveis na Figura 18.

³ Precisamos definir um nível de ruptura para constituir uma partição em diferentes classes. Uma partição é de boa qualidade se os indivíduos de uma mesma classe são próximos e têm caracteres comuns, o que se traduz por uma

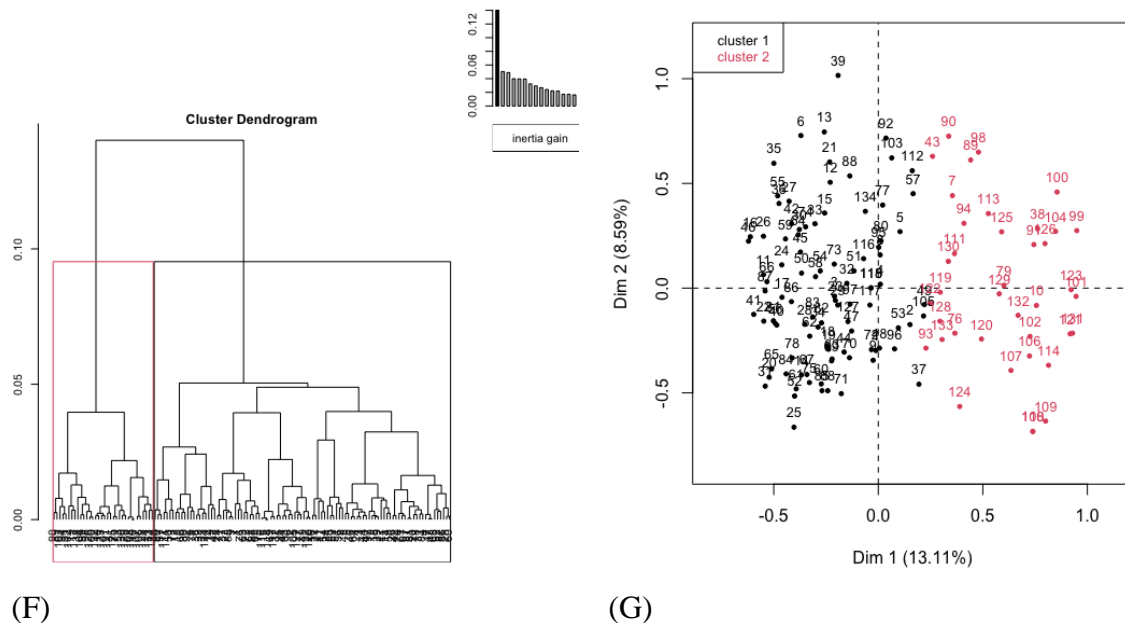


Figura 18: Resultados da Classificação Hierárquica Ascendente, todos indivíduos confundidos (elaboração própria)

A árvore de CHA está representada no gráfico (F), junto com o ganho de inércia ao partir a população em grupos. Resultam dois grupos, com a partição representada no gráfico (F): um grupo de cor vermelha e um grupo de cor preta. Elas estão visíveis no gráfico (G) que mostra o gráfico de indivíduos coloridos em função do grupo (chamado “cluster” no gráfico) na qual pertencem (Figura 18).

A tabela de resultados da CHA permite descrever os grupos de acordo com a contribuição de cada variável e cada modalidade⁴. As tabelas Tabela 1 Tabela 2 mostram as descrições dos dois grupos.

O primeiro grupo é caracterizado mais fortemente pela modalidade “RS” da variável “Estado” (Tabela 1). Isso significa que este grupo corresponde aos jovens entrevistados no Rio

variabilidade intraclasses pequena. Um outro fator para uma partição de boa qualidade é a variabilidade inter-classe, que deve ser grande, ou seja, os indivíduos de duas classes diferentes devem estar longes um do outro. A inércia total é a soma da inércia inter e da inércia intra, e a qualidade de uma partição pode ser medida por $0 \leq \frac{\text{inércia inter}}{\text{inércia total}} \leq 1$. Quanto mais próximo de 1, melhor a partição. Podemos também comparar a porcentagem de $\frac{\text{inércia inter}}{\text{inércia total}}$ com a porcentagem da dimensão 1 da ACM. No nosso caso, a porcentagem de inércia da dimensão 1 da ACM (que mede a ligação entre o eixo e as variáveis) é de 13,11%. Partir a população em duas classes permite obter uma porcentagem de inércia de 14%, o que se aproxima da porcentagem de inércia da dimensão 1. A partição pode então ser considerada de boa qualidade com duas classes. Adicionar mais classes teria um ganho de inércia bem menor, como é visível no gráfico: adicionar mais uma classe aumentaria a porcentagem de inércia de menos de 6% por exemplo. Conservamos então duas classes.

⁴ Para caracterizar os grupos por variáveis qualitativas, é preciso construir um teste de χ^2 entre a variável e a variável de classe. Podemos depois classificar as variáveis por probabilidade crítica crescente. A probabilidade crítica, valor-p, deve ser inferior à 5%. As probabilidades de significância, ou valores-p, foram então considerados significativos quando $\text{valor} - p < 0,05$. As tabelas Tabela 1 Tabela 2 mostram respectivamente as descrições dos grupos 1 e 2 com os valores necessários para construir o teste de χ^2 , junto com os valores-p e os valores centrados redutos v.test.

Grande do Sul, enquanto o segundo grupo corresponde aos jovens entrevistados na Ilha de Marajó (Tabela 2). Em outras palavras, as diferenças entre as duas subpopulações de jovens entrevistados são tão grandes que, quando combinados, uma partição com mais classes não seria de boa qualidade numa só CHA. Serão então necessárias duas ACM e duas CHA suplementares para poder observar as diferenças entre os indivíduos duma mesma região. Faremos então uma CHA dos indivíduos do Rio Grande do Sul seguida por uma CHA dos indivíduos da Ilha de Marajó. A CHA atual nos permite, no entanto, descrever globalmente as populações dos jovens das duas regiões de estudo.

Os dados da Tabela 1 nos permitem traçar um retrato do filho de produtor “típico” do Rio Grande do Sul, de acordo com os dados coletados no nosso questionário. Os jovens entrevistados no Rio Grande do Sul são caracterizados por algumas modalidades significativas, o que significa que essas modalidades são encontradas majoritariamente nesse grupo (Tabela 1). Podemos então descrever um jovem imaginário, que representa as características significativas dos jovens entrevistados no Rio Grande do Sul. O jovem típico tem atividades agrícolas, quer retomar a propriedade agropecuária assim que seus pais se aposentarem, já propôs mudanças na propriedade que foram aceitas, e a sua propriedade se beneficia de alguma assistência técnica. No entanto, ele avalia o acesso à terra como ruim. Ele pretende fazer mudanças na propriedade, e já participa da tomada de decisão. De acordo com a sua avaliação, o acesso à saúde é bom. Ele tem uma visão negativa do futuro da comunidade. Estuda uma especialidade relacionada à agropecuária, seja agronomia, zootecnia ou veterinária. Ele prefere morar no campo, e tem umas percepções positivas do acesso à educação no campo, assim como das relações com o poder público.

Tabela 1: Descrição dos jovens sul-rio-grandenses pelas modalidades após a Classificação Hierárquica Ascendente

Modalidades significativas para o grupo dos jovens sul-rio-grandenses	valor-p
Tem atividades agrícolas	9,55E-13
Quer retomar a propriedade	1,39E-12
Já propôs mudanças que foram aceitas	1,33E-10
A propriedade recebe assistência técnica	1,68E-08
Avaliação do acesso à terra: ruim	5,99E-08
Pretende fazer mudanças na propriedade	2,84E-07
Participa da tomada de decisão	3,97E-05
Avaliação do acesso à saúde: bom	2,46E-04
Visão do futuro da comunidade: negativa	4,01E-04
Estuda numa especialidade relacionada à agropecuária	1,03E-03
Prefere morar no campo	4,75E-03
Avaliação do acesso à educação: bom	6,68E-03
Avaliação das relações com o poder público: boas	2,13E-02

Seguindo a mesma lógica, é possível construir um jovem imaginário “típico”, que representa as características encontradas na maioria dos jovens entrevistados na Ilha do Marajó. As modalidades seguintes são encontradas majoritariamente nesse grupo⁵. No que diz respeito à propriedade agropecuária, a maioria das propriedades não receberam nenhuma assistência técnica. O jovem típico não tem atividade agrícola, não fez e não pretende fazer mudanças na propriedade e não participa da tomada de decisão. Ele não estuda numa especialização relacionada à agropecuária e pretende trabalhar num outro ramo. Embora tenha uma visão otimista do futuro da comunidade, o jovem “típico” marajoara prefere morar na cidade. Isso significa que a proporção de jovens preferindo morar na cidade está mais importante no Marajó que no Rio Grande do Sul, no entanto, veremos que 70% dos jovens entrevistados no Marajó também aspiram a morar no campo, o que constitui uma porcentagem menor que nos jovens entrevistados no Rio Grande do Sul. O jovem “típico” marajoara avalia o acesso à saúde no meio rural como ruim, o acesso à educação como médio, e as relações com o poder público como médio ou ruim. No entanto, ele considera o acesso à terra bom ou médio na comunidade.

Tabela 2: Descrição dos jovens marajoaras pelas modalidades após a Classificação Hierárquica Ascendente

Modalidades significativas para o grupo dos jovens marajoaras	valor-p
Não propôs mudanças	3,67E-17
Quer trabalhar num outro ramo	6,13E-17
Não tem atividades agrícolas	9,55E-13
A propriedade não recebe assistência técnica	1,68E-08
Não pretende fazer mudanças na propriedade	2,84E-07
Não participa da tomada de decisão	3,97E-05
Visão do futuro da comunidade: positiva	4,01E-04
Avaliação do acesso à saúde: ruim	5,23E-04
Não estuda numa especialidade relacionada à agropecuária	1,03E-03
Prefere morar na cidade	4,75E-03
Avaliação do acesso à educação: médio	1,24E-02
Avaliação do acesso à terra: médio	1,44E-02
Avaliação do acesso à terra: bom	1,56E-02
Não avaliou as relações com o poder público como boas	2,13E-02

1.2. Interpretação dos primeiros resultados

Alguns comentários são necessários à boa interpretação desses primeiros resultados. Um primeiro comentário tem a ver com o vínculo potencial entre variáveis. De fato, se um jovem não participa das atividades agrícolas na propriedade, é muito provável que ele não queira fazer mudanças na propriedade e que não participe da tomada de decisão. Isso explica

⁵ Já que para todas as modalidades encontradas na tabela 2, o *valor – p* < 0,05.

que todas essas variáveis apareçam juntas no perfil típico dos entrevistados de cada região. No nosso caso, podemos concluir que a maioria dos jovens entrevistados no Rio Grande do Sul têm atividades agrícolas, e a maioria dos jovens entrevistados na Ilha do Marajó têm outras atividades. Os resultados representam um perfil dos jovens entrevistados e não necessariamente de todos os jovens de uma região dada. Um outro aspecto importante de considerar são as variáveis que não são significativas para a descrição das subpopulações. Por exemplo, as propriedades dos jovens entrevistados receberam mais assistência técnica no Rio Grande do Sul do que na Ilha do Marajó.

No entanto, a repartição das propriedades que receberam uma ajuda financeira do governo não está significativamente diferente de uma distribuição homogênea. Em outras palavras, se se recebe mais assistência técnica na região do Rio Grande do Sul que na região do Marajó, não se recebe mais ajuda financeira em uma das áreas de estudo: as ajudas financeiras são poucas em todas as regiões consideradas. Uma leitura possível desse resultado é que as propriedades agropecuárias marajoaras precisariam de uma oferta de assistência técnica mais presente na região. No que diz respeito às políticas públicas, deve ser feito um esforço para que as propriedades de ambas as regiões possam se beneficiar das ajudas já existentes, ou de novas ajudas financeiras. Outras variáveis não são repartidas em função da região: é o caso do apoio dos pais, das avaliações dos jovens sobre as condições para a produção agrícola, sobre o transporte e as relações com os comunitários, e a participação em organizações sociais. Estes aspectos serão analisados com mais atenção nos capítulos seguintes.

Outro aspecto se destacando tem a ver com as visões do futuro da comunidade e onde os entrevistados preferem morar. Podemos observar que os jovens entrevistados no Rio Grande do Sul têm na maioria uma visão pessimista do futuro do campo. No entanto, eles indicam preferir morar no campo, para a maioria deles. Ao contrário, os jovens entrevistados no Marajó têm uma visão relativamente otimista do futuro do campo, com a maioria das respostas comunicando uma visão positiva do futuro. Ao mesmo tempo, eles indicam preferir morar na cidade. Aparece então que a vontade de morar na área urbana não está ligada à uma visão negativa do futuro do campo. Os jovens não denigrem o meio rural de onde pretendem sair. Uma interpretação possível é que a vontade de migrar não está acompanhada de uma desvalorização da área rural. Os jovens marajoaras entrevistados indicam preferir a cidade pela oferta de oportunidades, sem considerar necessariamente que o campo não tenha oportunidades. Rompemos assim a dicotomia rural-urbano. Um jovem pode usufruir das duas áreas e ter uma visão positiva de ambas as áreas, a escolha de lugar de moradia pode ser efetuada sem a rejeição da outra área.

A tendência dos jovens sul-rio-grandenses a ter uma visão pessimista do futuro do campo junto à uma vontade de ficar no meio rural pode parecer paradoxal. No entanto, uma leitura possível desse resultado é que a preferência pelo campo como lugar de moradia leva à uma vontade de proteger o meio rural das ameaças que está enfrentando. Uma preferência pelo meio rural pode se acompanhar de uma maior sensibilização aos desafios do campo, e então a uma visão mais pessimista do futuro.

A diferença fundamental entre as respostas dos jovens das duas regiões de pesquisa esconde os resultados mais finos na análise estatística. Para entender o que diferencia os entrevistados dentro de uma região dada, é necessário realizar uma outra série de análises. Foram então realizadas uma ACM e CHA para cada região de estudo⁶.

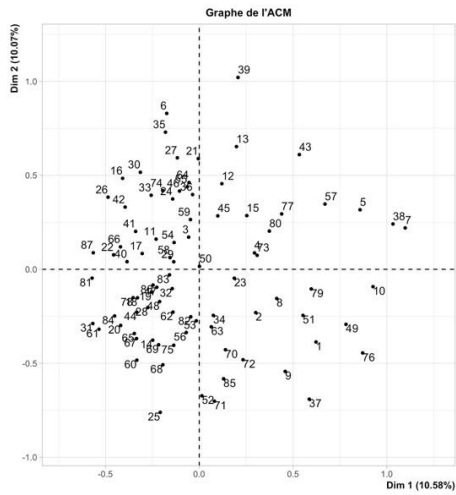
2. Descrição dos tipos de jovens no Rio Grande do Sul

Nossa segunda ACM foi realizada com os dados dos 87 jovens entrevistados no Rio Grande do Sul⁷. A nuvem de indivíduos obtida mostra uma tendência particular, como podemos ver no gráfico (H) da Figura 19. Podemos observar várias subpopulações distintas: uma na parte negativa do eixo 1, e uma ou duas na parte positiva do eixo 1 (Figura 19).

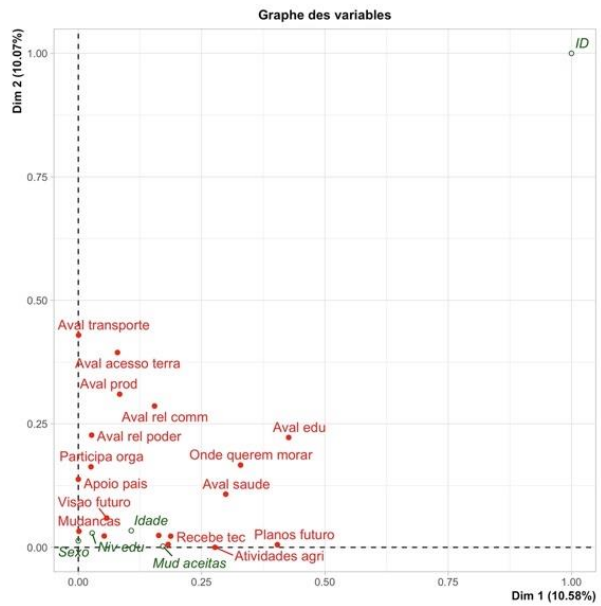
O gráfico das variáveis (I) resultando da ACM mostra que a dimensão 1 está definida pelas variáveis “planos futuros”, “atividades agrícolas”, “avaliação do acesso à educação”, “avaliação do acesso à saúde” e “onde querem morar” (Figura 19). A dimensão 2 está definida pelas variáveis sobre as avaliações dos jovens.

⁶ Para essas análises, foi retirada a variável “mudanças aceitas” em razão da sua forte correlação com as variáveis “gênero”, “tomada de decisão”, “apoio dos pais” e “planos futuros”. A variável “mudanças aceitas” foi então considerada como uma variável suplementar e não uma variável ativa na análise.

⁷ A ACM gerou 26 dimensões que retiveram 100% da inércia dos dados, e as 12 primeiras dimensões concentraram mais de 70% da informação. Desconsideramos então as últimas 14 dimensões para a CHA. As três primeiras dimensões explicam mais de 28% da informação: a dimensão 1 contribui por 10,58% e a dimensão 2 por 10,07%.



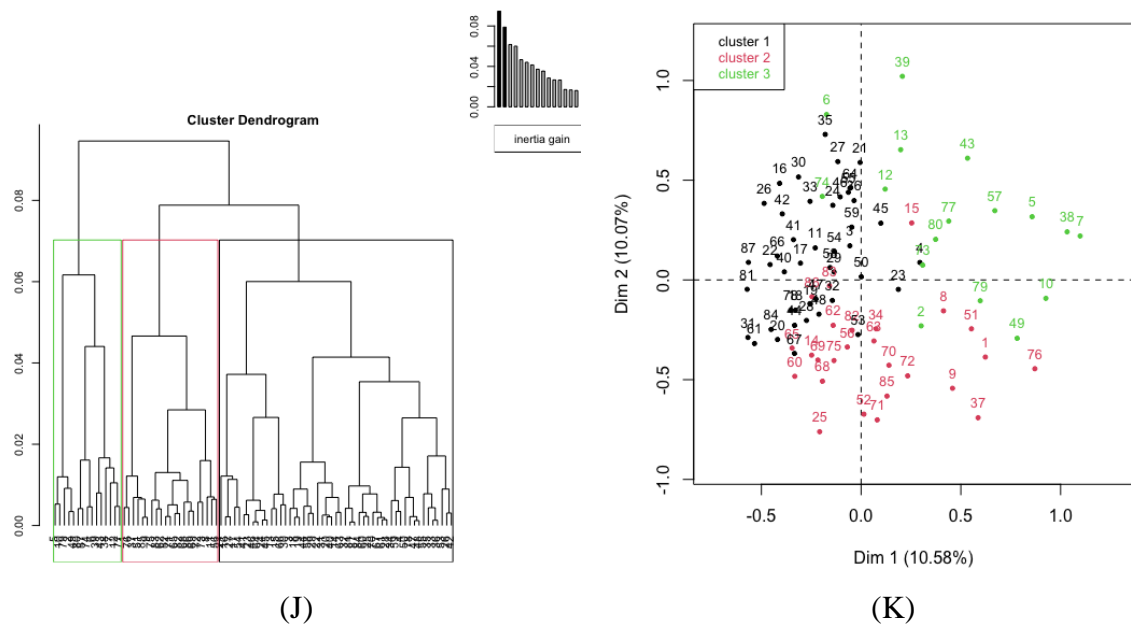
(H)



(I)

Figura 19: Resultados da Análise de Correspondência Múltipla dos indivíduos do Rio Grande do Sul (elaboração própria)

Os resultados da ACM não permitem visualizar os grupos possíveis de indivíduos, nem descrever os traços comuns à cada grupo. Procedemos para isso à CHA nos indivíduos do Rio Grande do Sul, a fim de realizar um agrupamento, seguindo o mesmo método que na primeira CHA para definir a partição. Os primeiros resultados da CHA estão visíveis na Figura 20.



(J)

(K)

Figura 20: Resultados da Classificação Hierárquica Ascendente dos indivíduos do Rio Grande do Sul (elaboração própria)

Obtivemos três grupos de indivíduos dentro da população entrevistada no Rio Grande do Sul⁸. A repartição desses indivíduos coloridos em função do grupo a qual pertencem (em função dos “clusters” no gráfico) nos eixos 1 e 2 está representada no gráfico (K) da Figura 20. Podemos observar que uma classe se situa na parte negativa do eixo 2, uma outra se situa na parte negativa do eixo 1, e a terceira na parte positiva dos eixos 1 e 2. As tabelas de resultados permitem descrever esses três grupos em função das variáveis que as definem.

2.1.Os “Gaúchos tradicionais”

O grupo de “Gaúchos tradicionais” corresponde ao cluster 1 do gráfico (K) da Figura 20 e se compõe de 44 indivíduos (o que representa cerca de 51% dos jovens sul-rio-grandenses entrevistados). As modalidades das variáveis que definem essa classe são encontradas na Tabela 3. A tabela apresenta os resultados do teste de χ^2 entre as variáveis e a variável de classe, classificando as variáveis por probabilidade crítica crescente. A probabilidade crítica, valor-p, é considerada quando inferior à 5%.

Tabela 3: Descrição dos “Gaúchos tradicionais” pelas modalidades após a Classificação Hierárquica Ascendente

Modalidades significativas para o grupo dos "Gaúchos tradicionais"	valor-p
Participa em organizações sociais	4,06E-06
Prefere morar no campo	1,11E-05
Participa da tomada de decisão	2,86E-05
Não estuda numa especialidade relacionada à agropecuária	1,60E-04
Avaliação do acesso à educação: bom	1,03E-03
Avaliação do acesso à saúde: bom	2,77E-03
A propriedade recebe assistência técnica	4,55E-03
Tem atividades agrícolas	5,51E-03
Tem mais de 25 anos	6,02E-03
Nível de educação: ensino médio (completo ou incompleto)	2,44E-02
Avaliação das relações com a comunidade: médias	2,55E-02
Avaliação das relações com o poder público: médias	2,64E-02
Não quer trabalhar num outro ramo	4,77E-02

O grupo de “Gaúchos tradicionais” é constituído por indivíduos que querem trabalhar no ramo agrícola (seja retomando a propriedade dos pais ou tendo uma propriedade agropecuária própria) e preferem morar no campo. Os “Gaúchos tradicionais” agrupam pessoas de mais de 25 anos em média, que têm o ensino médio completo ou incompleto, e que não

⁸ A partição da população dos entrevistados em classes pode ser considerada de boa qualidade quando a porcentagem de inércia (que aparece no quadro de cima do gráfico (J)) se compara com a porcentagem da dimensão 1, no nosso caso, ao redor de 10%. Podemos ver que partir em mais de três classes não adicionaria mais de 6% da informação (Figura 20). A partição em três classes é então a mais relevante.

estudam numa especialidade relativa à atividade agropecuária. Esses jovens participam da atividade agrícola e da tomada de decisão na propriedade. Eles receberam assistência técnica. No que diz respeito ao aspecto social, os jovens do grupo de “Gaúchos tradicionais” participam em organizações sociais e mantêm relações médias com a comunidade e com o poder público. Por fim, eles se caracterizam pela avaliação boa que fazem tanto do acesso à educação, como do acesso à saúde na área rural.

Podemos então deduzir dessas modalidades alguns traços comuns aos indivíduos do grupo de “Gaúchos tradicionais”. Esses jovens são envolvidos nas tarefas e na gestão da propriedade agropecuária. Enquanto não se especializaram em agronomia, zootecnia ou veterinária, eles recebem assistência técnica a fim de otimizar a produção agropecuária. Eles são bem inseridos na vida local, já que participam em organizações sociais. Os jovens pertencentes ao grupo “Gaúchos tradicionais” não se destacam por terem relações boas ou, ao contrário, conflitivas, tanto com o poder público como com a comunidade rural. A boa avaliação do acesso tem que ser interpretada com cuidado: é possível que, por serem jovens e não precisarem muito dos estabelecimentos de saúde, eles tendam a dar uma avaliação do acesso à saúde favorável.

2.2.Os “Agroboys”

O grupo dos “Agroboys” corresponde ao cluster 2 do gráfico (K) da Figura 20 e se compõe de 26 indivíduos, ou 30% dos jovens sul-rio-grandenses entrevistados. As modalidades das variáveis que definem essa classe são encontradas na Tabela 4.

Tabela 4: Descrição dos “Agroboys” pelas modalidades após a Classificação Hierárquica Ascendente

Modalidades significativas para o grupo dos "Agroboys"	valor-p
Não participa em organizações sociais	8,46E-10
Avaliação do transporte do meio rural para a cidade: bom	4,32E-05
Avaliação das relações com o poder público: boas	1,58E-04
Estuda numa especialidade relacionada à agropecuária	4,51E-04
Avaliação das relações com a comunidade: boas	6,80E-04
Prefere morar na cidade	3,14E-03
Avaliação das condições para a produção agropecuária: boas	4,55E-03
Não participa da tomada de decisão	5,54E-03
Avaliação do acesso à terra: bom	2,11E-02
Nível de educação: ensino superior (completo ou incompleto)	3,08E-02
Tem apoio por parte dos pais	3,38E-02

O grupo dos “Agroboys” está constituído de indivíduos que preferem morar na cidade. Eles realizam estudos superiores num curso relacionado à agropecuária e avaliam as condições

para a produção agropecuária e o acesso à terra como bons na região. No que diz respeito ao aspecto social, eles não participam em organizações sociais e mantêm relações boas com a comunidade rural e com o poder público. Os jovens do grupo dos “Agroboys” não participam da tomada de decisão na propriedade, mas se beneficiam do apoio dos pais para seus planos futuros. Por fim, eles avaliam o transporte do meio rural para a cidade como bom.

Esses resultados nos permitem traçar um retrato do grupo dos “Agroboys”. Esses jovens são bem inseridos na vida social local e têm uma visão positiva das condições de produção agropecuária e do acesso à terra. Podemos supor que esses jovens são oriundos de famílias proprietárias de terras, o que permite também um certo conforto de vida e favorece a oportunidade de fazer estudos superiores e se beneficiar do apoio dos pais. O fato que esses jovens se destaquem pela boa avaliação do transporte e acesso à cidade poderia ser explicado pelas boas relações que eles têm com o poder público local, uma correlação entre as duas variáveis. De um lado, se o poder instituído fornece um cuidado das estradas, o jovem estaria provavelmente mais inclinado a ter uma boa avaliação das relações com o poder público.

Uma outra opção é que se os jovens e suas famílias mantêm boas relações com o poder instituído, este último será mais propenso a cuidar das estradas, por exemplo. Voltar ao questionário inicial também nos permite aprofundar nossa análise: dos 26 jovens que constituem o grupo dos “Agroboys”, 10 participam das tarefas na propriedade todos os dias, 14 participam das tarefas quando podem, e dois não participam das tarefas na propriedade, mas sim de tarefas mais administrativas a distância. A frequência na qual os jovens entrevistados efetuam o trajeto cidade-campo também pode influenciar a avaliação do transporte e das estradas para a cidade: se a maioria não se desloca até o campo todos os dias, podem ter uma avaliação mais positiva. De fato, quando perguntados “quanto tempo você passa no campo”, a maioria dos entrevistados (19 dos 26) mora na cidade e se desloca até a área rural com diversas frequências na semana.

2.3.Os “Potenciais migrantes do Sul”

O grupo dos “Potenciais migrantes do Sul” corresponde ao cluster 3 do gráfico (K) da Figura 20 e agrupa menos indivíduos que as precedentes, com 17 jovens (ou 20% dos jovens entrevistados no Rio Grande do Sul). As modalidades das variáveis que definem essa classe são encontradas na Tabela 5.

Tabela 5: Descrição dos “Potenciais migrantes do Sul” pelas modalidades após a Classificação Hierárquica Ascendente

Modalidades significativas para o grupo dos "Potenciais migrantes do Sul"	valor-p
---	---------

Avaliação do acesso à saúde: ruim	4,57E-07
Não tem atividades agrícolas	3,33E-06
Avaliação das relações com a comunidade: ruins	9,83E-05
Tem entre 18 e 20 anos	2,94E-03
Avaliação do transporte do meio rural para a cidade: ruim	5,68E-03
Avaliação do acesso à educação: médio	6,23E-03
Avaliação do acesso à educação: ruim	6,87E-03
Quer trabalhar num outro ramo	2,50E-02
A propriedade não recebe assistência técnica	3,00E-02
Não participa da tomada de decisão	4,23E-02

O grupo dos “Potenciais migrantes do Sul” está constituído de indivíduos que querem trabalhar num outro ramo, não têm atividade agrícola e não participa da tomada de decisão. A propriedade familiar desses jovens não recebe nenhuma assistência técnica. Os jovens do grupo dos “Potenciais migrantes do Sul” têm na maioria entre 18 e 20 anos e têm um olhar crítico da situação no meio rural: avaliam negativamente o acesso à educação, o acesso à saúde, o estado do transporte e estradas para a cidade e as relações com a comunidade rural.

Como para as classes precedentes, os resultados da Tabela 5 nos permitem visualizar um jovem típico do grupo dos “Potenciais migrantes do Sul”, entrando na vida adulta, que não se relaciona com a atividade agropecuária da família com a mesma intensidade que os jovens “Gaúchos tradicionais” e “Agroboys”.

Podemos ver que o jovem típico do grupo dos “Potenciais migrantes do Sul” deplora as condições atuais na área rural: o acesso à saúde, à educação, ao estado das estradas é considerado como ruim. Esse jovem também tende a considerar as relações com outros comunitários como conflitivas, o que pode influenciar seu desinteresse de seguir na propriedade familiar. Uma modalidade de destaca: a idade dos jovens do grupo dos “Potenciais migrantes do Sul”. São de fato os entrevistados mais jovens que lançam um olhar mais crítico à situação atual da comunidade. Podemos nos questionar sobre uma possível resignação ou resiliência ao envelhecer, o que explicaria uma avaliação menos crítica dos jovens de mais de 20 anos. Uma outra explicação é que essa avaliação esteja vinculada ao desinteresse pela atividade agropecuária: podemos imaginar que um jovem querendo ficar na propriedade familiar tenha uma visão mais otimista da vida rural em geral. Por fim, podemos observar que as propriedades das famílias desses jovens não recebem nenhuma assistência técnica. Não receber apoio poderia influenciar negativamente a performance das propriedades e contribuir ao desinteresse dos jovens por retomar a propriedade familiar.

A CHA dos jovens do Rio Grande do Sul nos permite identificar três tipos de jovens e estabelecer uma tipologia dos jovens filhos de produtores. O grupo dos “Gaúchos tradicionais”

representa jovens a fim de seguir na atividade agropecuária e morar no campo, que não estudaram numa especialização agropecuária, mas recebem assistência técnica na propriedade. O grupo dos “Agroboys” representa jovens preferindo morar na cidade e cursando agronomia, zootecnia ou veterinária. Estes últimos não participam da tomada de decisão, mas são bem inseridos nas redes rurais e têm uma avaliação mais positiva das condições atuais no meio rural que o grupo dos “Potenciais migrantes do Sul”. Este grupo de “Potenciais migrantes do Sul” é constituído por filhos de produtores mais jovens que não pretendem seguir na atividade agropecuária e têm um olhar crítico do acesso à serviços públicos na área rural.

De novo, podemos ressaltar que algumas variáveis não fazem parte da construção das classes. É o caso do gênero, da visão positiva ou negativa do futuro por exemplo. O fato que os jovens queiram ou não fazer mudanças na propriedade não entra na construção das classes, assim como o fato de receber ou não uma ajuda financeira do governo. Isso significa que a repartição das diferentes modalidades dessas quatro variáveis segue uma distribuição normal nas diferentes classes descritas.

Procuramos agora realizar a mesma análise para os dados dos jovens entrevistados na Ilha de Marajó e comparar as classes obtidas com as classes de indivíduos do Rio Grande do Sul.

3. Descrição dos tipos de jovens na Ilha do Marajó

Nossa terceira ACM foi realizada com os dados dos 47 jovens entrevistados no Marajó⁹.

⁹ A ACM gerou 26 dimensões que retiveram 100% da inércia dos dados, das quais as 9 primeiras dimensões concentraram mais de 70% da informação. Desconsideramos então essas últimas 9 dimensões para a CHA. As três primeiras dimensões explicam mais de 34% da informação: a dimensão 1 contribui por 14,45% e a dimensão 2 por 10,64%.

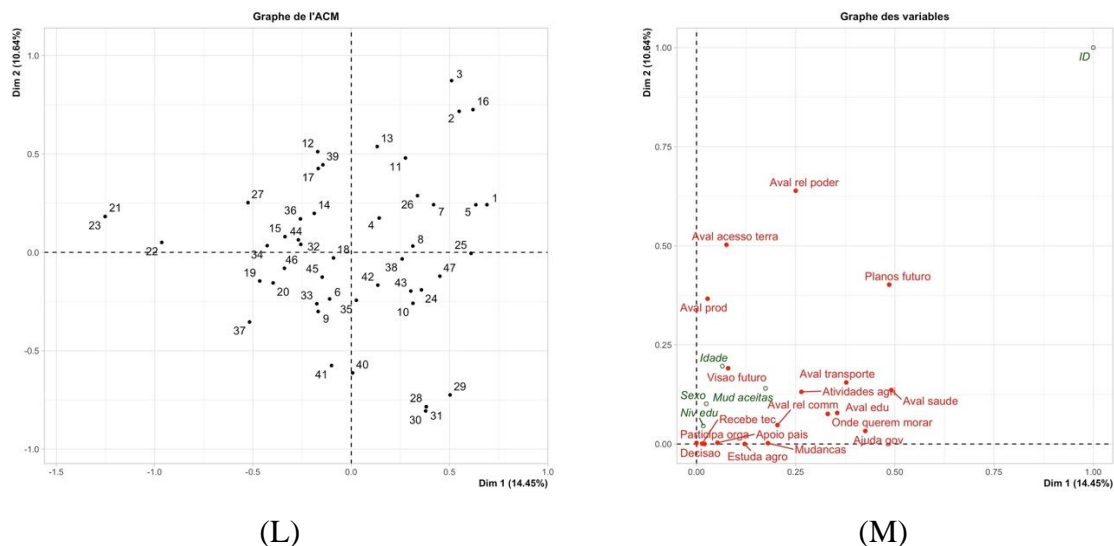


Figura 21: Resultados da Análise de Correspondência Múltipla dos indivíduos da Ilha do Marajó (elaboração própria)

A nuvem de indivíduos obtida mostra uma visível heterogeneidade na repartição dos indivíduos, como podemos ver no gráfico (L) da Figura 21. Podemos observar uma subpopulação agrupada na parte negativa do eixo 1, outra mais espalhada da parte positiva do mesmo eixo, e vários grupos de três ou quatro indivíduos com características particulares. O gráfico das variáveis (M) resultando da ACM mostra que a dimensão 1 está definida majoritariamente pelas variáveis “avaliação do acesso à saúde”, “recebe ajuda do governo”, “onde querem morar” e “planos futuros” (Figura 21). A dimensão 2 está definida pelas variáveis “avaliação das relações com o poder público”, “avaliação do acesso à terra”, “planos futuros” e “avaliação das condições de produção”. As variáveis suplementares participam pouco da construção dos eixos 1 e 2.

Para visualizar grupos possíveis de indivíduos e realizar a descrição dos traços comuns a cada grupo, procedemos à uma CHA seguindo o mesmo método que na primeira CHA para definir a partição. Os primeiros resultados da CHA estão visíveis na Figura 22.

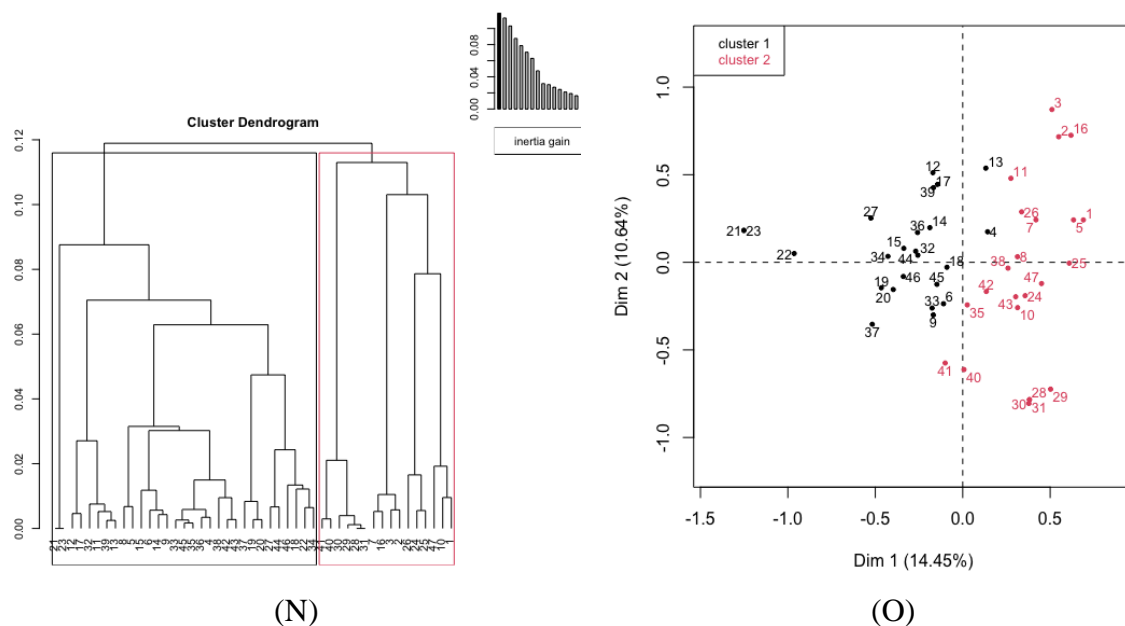


Figura 22: Resultados da Classificação Hierárquica Ascendente dos indivíduos da Ilha de Marajó (elaboração própria)

Obtivemos dois grupos de indivíduos dentro da população de jovens entrevistados na Ilha de Marajó¹⁰. Os indivíduos que pertencem às duas classes podem ser visualizados no gráfico (O) da Figura 22. As tabelas de resultados permitem descrever essas classes em função das variáveis que as definem.

3.1.Os “Potenciais migrantes do Norte”

O grupo de “Potenciais migrantes do Norte” corresponde ao cluster 1 do gráfico (O) da Figura 22 e se compõe de 24 indivíduos, o que representa 51% dos jovens marajoaras entrevistados. As modalidades das variáveis que definem essa classe são encontradas na Tabela 6. Do mesmo modo que para as classes precedentes, a Tabela 6 apresenta os resultados do teste de χ^2 entre as variáveis e a variável de classe, classificando as variáveis por probabilidade crítica crescente.

Tabela 6: Descrição dos “Potenciais migrantes do Norte” pelas modalidades após a Classificação Hierárquica Ascendente

Modalidades significativas para o grupo dos "Potenciais migrantes do Norte"	valor-p
Quer trabalhar num outro ramo	2,66E-05

¹⁰ A partição da população dos entrevistados em classes pode ser considerada de boa qualidade quando a porcentagem de inércia se compara com a porcentagem da dimensão 1, 14,45%. A inércia que aparece no quadro de cima do gráfico (N) é de mais de 12% para uma partição em duas classes (Figura 22). Tomando em consideração o número mais baixo de entrevistas para essa área de pesquisa (47 indivíduos em comparação com os 87 indivíduos no Rio Grande do Sul), uma partição maior não aportaria muita mais informação, como podemos observar no quadro de inércia, e manter a partição em duas classes é mais relevante.

Não tem atividades agrícolas	2,66E-05
Prefere morar na cidade	1,80E-04
A propriedade já beneficiou de uma ajuda financeira do governo	4,78E-04
Avaliação das relações com o poder público: médias	1,32E-02
Avaliação das relações com a comunidade: boas	1,61E-02
Não propôs mudanças	1,61E-02
Não estuda numa especialidade relacionada à agropecuária	2,19E-02
Avaliação do acesso à educação: bom	2,45E-02
Não pretende fazer mudanças na propriedade	3,48E-02
Não avaliou as relações com a comunidade como médias	4,53E-02
Não avaliou o transporte do meio rural para a cidade como ruim	4,53E-02
Não avaliou o acesso à terra como ruim	3,90E-03
Não quer retomar a propriedade	8,98E-04

O grupo de “Potenciais migrantes do Norte” está constituído por indivíduos que querem trabalhar num outro ramo, não têm atividade agrícola, não querem e não propuseram mudanças e também não estudam numa especialidade agropecuária. A propriedade familiar desses jovens já beneficiou de uma ajuda financeira do governo. Enquanto os jovens do grupo de “Potenciais migrantes do Norte” preferem morar na cidade, eles avaliam positivamente o acesso à educação no meio rural e as relações com os comunitários. Os jovens deste grupo têm uma percepção positiva ou neutra do acesso à terra e do transporte no campo, e uma percepção neutra das relações com o poder público.

Podemos então traçar um retrato do jovem “típico” do grupo de “Potenciais migrantes do Norte”. Em geral, esse jovem não está implicado na gestão e no funcionamento da propriedade agropecuária, já que não pretende fazer ou propor mudanças na propriedade. Esse resultado está alinhado com os planos futuros do jovem, que não quer trabalhar no setor agropecuário. Vale ressaltar, no entanto, que embora ele prefira morar na cidade, não fornece uma avaliação negativa das condições atuais no meio rural. Aqui, os jovens que querem sair do setor agropecuário e da área rural não tem uma visão negativa da situação rural. Nos questionários completos, esses jovens indicam na maioria querer sair por ter outras oportunidades na cidade. Além disso, esse grupo de jovens declara ter recebido uma ajuda financeira do governo. Analisando os questionários completos, podemos ver que se trata de uma situação de atividade agropecuária de subsistência conjunta com uma atividade de pesca: as ajudas percebidas por parte do governo são em grande maioria constituídas do seguro defeso. Este seguro permite ao pescador artesanal de receber o benefício no valor de um salário mínimo por cada mês nos períodos onde a pesca está proibida pela preservação das espécies (no período de reprodução das espécies).

3.2.Os “Marajoaras engajados”

A última classe de jovens, o grupo dos “Marajoaras engajados”, corresponde ao cluster 2 do gráfico (O) da Figura 22 e agrupa 23 indivíduos, ou 49% dos jovens marajoaras entrevistados. As modalidades das variáveis que definem essa classe são encontradas na Tabela 7.

Tabela 7: Descrição dos “Marajoaras engajados” pelas modalidades após a Classificação Hierárquica Ascendente

Modalidades significativas para o grupo dos "Marajoaras engajados"	valor-p
Tem atividades agrícolas	2,66E-05
Prefere morar no campo	1,80E-04
A propriedade nunca beneficiou de uma ajuda financeira do governo	4,78E-04
Quer retomar a propriedade	8,98E-04
Avaliação do acesso à terra: ruim	3,90E-03
Avaliação das relações com a comunidade: médias	4,53E-03
Avaliação do transporte do meio rural para a cidade: ruim	4,53E-03
Estuda numa especialidade relacionada à agropecuária	2,19E-02
Pretende fazer mudanças na propriedade	3,48E-02
Não avaliou o acesso à educação como bom	2,45E-02
Não avaliou as relações com a comunidade como boas	1,61E-02
Já propôs mudanças	1,61E-02
Não avaliou as relações com o poder público como médias	1,32E-02
Não quer trabalhar num outro ramo	2,66E-02

Os indivíduos que pertencem ao grupo dos “Marajoaras engajados” têm uma atividade agrícola e pretendem retomar a propriedade familiar. Eles preferem morar no campo e estudam alguma especialização agropecuária. Eles querem fazer mudanças na propriedade e já propuseram ideias, que foram aceitas ou não. A propriedade familiar desses jovens não recebe ajuda financeira do governo. No que diz respeito às avaliações da situação na área rural, elas são negativas para o acesso à terra, o transporte e as estradas para a cidade, médias a negativas para o acesso à educação, e médias para as relações com os comunitários. O grupo de “Marajoaras engajados” também se destaca por não conter pessoas tendo uma avaliação média das relações com o poder público. Em outras palavras, os jovens desta classe avaliaram as relações com o poder público como boas ou ruins.

O jovem “típico” do grupo dos “Marajoaras engajados” pretende seguir na atividade agropecuária e estuda nesse sentido. Já está envolvido na gestão da propriedade familiar: ele já propôs e ainda pretende fazer mudanças na propriedade. Suas avaliações da situação atual no meio rural são mais negativas que as do grupo “Potenciais migrantes do Norte”. No entanto, o grupo dos “Marajoaras engajados” é o único com uma avaliação das relações com o poder público polarizada. Vale ressaltar também que a vontade de ficar não está vinculada com a

recepção de uma ajuda financeira do governo, já que a maioria das propriedades dos jovens do grupo dos “Marajoaras engajados” não obteve benefícios por parte do governo.

Como na descrição das classes de jovens entrevistados no Rio Grande do Sul, parece interessante abordar as variáveis que não participaram da construção das classes de jovens entrevistados no Marajó. As variáveis “apoio dos pais”, “recebe apoio técnico”, “participa em organizações sociais”, “visão do futuro”, “participam da tomada de decisão” não participam da definição dos grupos “Potenciais migrantes do Norte” e “Marajoaras engajados”. Em outras palavras, as modalidades dessas variáveis seguem uma distribuição normal nas classes. As variáveis “avaliação das condições para a produção” e “avaliação do acesso à saúde” também não entram na caracterização das classes, assim como as variáveis suplementares “gênero”, “idade” e “nível de educação”.

Um aspecto interessante dos grupos “Potenciais migrantes do Norte” e “Marajoaras engajados” é que os jovens que não recebem ajuda financeira do governo são os mesmos jovens que pretendem ficar no setor agropecuário e no campo. Esse resultado tem a ver com a natureza da ajuda, no caso o seguro defeso. Os jovens que pretendem ficar não têm atividade de pesca conjunta à atividade agropecuária e não recebem essa ajuda. No entanto, vale ressaltar que as condições de pesca podem ser precárias e perigosas, o que pode ter influenciado os jovens filhos de pescadores a se afastarem da atividade agropecuária em geral.

Vale destacar também que os jovens que pretendem sair do meio rural e do setor agropecuário são os mesmos que avaliam positivamente os serviços públicos presentes no meio rural como o acesso à educação e o transporte e estado das estradas. Ademais, esses jovens avaliam o acesso à terra como bom ou médio. Podemos então observar que os jovens marajoaras que querem sair do meio rural não têm uma visão negativa desse último.

4. Comparação dos tipos obtidos por região de pesquisa

Podemos observar que algumas variáveis não participam da definição de nenhuma classe, tanto nos indivíduos do Rio Grande do Sul quanto nos indivíduos da Ilha de Marajó. É o caso da variável “gênero” e da variável “visão do futuro”. Podemos então concluir que as modalidades dessas duas variáveis seguem uma distribuição normal nas diferentes classes. Outras variáveis participam da definição das classes somente numa região. Por exemplo, nos jovens do Marajó, a variável “querem fazer mudanças” participa da construção das classes, junto com a variável “recebe ajuda do governo”. No entanto, essas variáveis não aparecem na definição das classes obtidas com os jovens do Sul do país. A maioria dos jovens do Sul

pretende mudar alguma coisa na propriedade, e a maioria das propriedades dos entrevistados não recebe ajuda financeira do governo. Este último aspecto tem a ver com a especificidade de algumas famílias marajoaras que têm uma atividade agropecuária de subsistência junta com uma atividade de pescador artesanal, e se beneficiam então do seguro defeso nos meses de reprodução dos peixes. Esse fator explica a diferença visível entre as duas regiões. Podemos então considerar que em nenhuma das duas regiões a propriedade familiar dos jovens entrevistados se beneficia de uma ajuda financeira do governo para a produção agropecuária.

Ao contrário, algumas variáveis participam da construção das classes somente nos jovens do Rio Grande do Sul. É o caso da variável “apoio dos pais”, “recebe apoio técnico”, “participa em organizações sociais”, “avaliação das condições para a produção”, “avaliação do acesso à saúde”, “participam da tomada de decisão”. As variáveis suplementares “idade” e “nível de educação” também contribuem na definição das classes no Sul, mas não das classes no Norte do país. A primeira ACM realizada mostrou que a maioria das propriedades dos jovens entrevistados no Marajó não recebia nenhuma assistência técnica, e que a maioria dos jovens não participava da tomada de decisão. Além disso, a maioria dos jovens marajoaras avaliavam negativamente o acesso à saúde na área rural. Essas três variáveis não participam da definição das classes porque as modalidades consideradas estão presentes em maioria e seguem uma distribuição normal nos grupos “Potenciais migrantes do Norte” e “Marajoaras engajados”. As outras variáveis que não entraram na definição dos grupos “Potenciais migrantes do Norte” e “Marajoaras engajados” podem não aparecer por causa do menor número de entrevistados na região do Marajó, levando a uma análise potencialmente menos fina.

No que diz respeito aos aspectos comuns nas duas regiões de pesquisa, podemos constatar que cada região tem um grupo menos envolvido que as outras classes na atividade agropecuária, que pretende trabalhar num outro setor. No entanto, as avaliações da situação no meio rural diferem muito nesses dois grupos (“Potenciais migrantes do Sul” e “Potenciais migrantes do Norte”): tendem a ser negativas nos “Potenciais migrantes do Sul” e positivas nos “Potenciais migrantes do Norte”. Podemos concluir que a vontade de seguir ou não na propriedade e na atividade agropecuária nem sempre está ligada a uma percepção negativa dos serviços públicos disponíveis no campo, nem a uma percepção negativa das condições de produção e aquisição de terra. Os jovens entrevistados no Norte indicam buscar novas oportunidades na cidade, mas têm uma percepção positiva da situação na área rural. Em outras palavras, uma vontade de trabalhar num outro setor e de morar na cidade não necessariamente se acompanha duma rejeição ou desvalorização do meio rural.

Para concluir, podemos comparar as classes obtidas em cada região com uma tabela de síntese das variáveis usadas e as modalidades que aparecem com maior frequência nas classes de jovens filhos de produtores (Tabela 8).

Tabela 8: Tabela de síntese das modalidades significativas para cada classe (Fonte: elaboração própria) (NS: Não significativamente diferente das respostas totais)

Variável	Gaúchos tradicionais	Agrob oys	Potenciais migrantes do Sul	Potenciais migrantes do Norte	Marajoaras engajados
Idade do entrevistado	Mais de 25 anos	NS	18-20 anos	NS	NS
Gênero do entrevistado	NS	NS	NS	NS	NS
Nível de educação	Ensino médio	Ensino superior	NS	NS	NS
Participa da tomada de decisão	Sim	Não	Não	NS	NS
Quer fazer mudanças na propriedade	NS	NS	NS	Não	Sim
Já propôs mudanças na propriedade	NS	NS	NS	Não	Sim
Tem apoio por parte dos pais	NS	Sim	NS	NS	NS
Tem atividade agropecuária	Sim	NS	Não	Não	Sim
Estuda num curso relacionado à agropecuária	Não	Sim	NS	Não	Sim
Planos futuros	Pretende seguir na atividade	NS	Quer trabalhar num outro setor	Quer trabalhar num outro setor	Pretende seguir na atividade
Visão do futuro da comunidade rural	NS	NS	NS	NS	NS
Onde preferem morar	No campo	Na cidade	NS	Na cidade	No campo
Avaliação do acesso à saúde no campo	Bom	NS	Ruim	NS	NS
Avaliação do acesso à educação no campo	Bom	NS	Médio ou ruim	Bom	Médio ou ruim
Avaliação do transporte e das estradas para a cidade	NS	Bom	Ruim	Bom ou médio	Ruim
Avaliação das condições para a produção agropecuária	NS	Boas	NS	NS	NS
Avaliação do acesso à terra no campo	NS	Bom	NS	Bom ou médio	Ruim
Avaliação das relações com o poder público	Médias	Boas	NS	Médias	Boas ou ruins
Avaliação das relações com os comunitários	Médias	Boas	Ruins	Boas	Médias ou ruins
Participa em organizações sociais	Sim	Não	NS	NS	NS
Receberam um apoio técnico na propriedade	Sim	NS	Não	NS	NS
Receberam uma ajuda financeira do governo na propriedade	NS	NS	NS	Sim	Não

Se podemos observar dois grupos polarizados entre os jovens que pretendem seguir na atividade agropecuária e no campo em cada região, algumas diferenças aparecem. Enquanto os jovens que pretendem seguir na atividade no Rio Grande do Sul participam da tomada de decisão, esse fato não é significativamente destacável nos jovens que pretendem seguir na atividade no Marajó. No entanto, esses últimos pretendem fazer mudanças na propriedade e já propuseram mudanças, que foram aceitas ou não pelos pais. Ambas as classes (“Gaúchos tradicionais” e “Marajoaras engajados”) são constituídas de jovens que já têm atividade agropecuária, seja ajudando os pais na propriedade ou tendo um emprego agrícola. No entanto, os jovens do Marajó cursam em maioria uma especialização em agropecuária, enquanto o nível educacional da maioria desses jovens sul-rio-grandenses é até o ensino médio.

Além disso, as avaliações dos jovens que pretendem seguir na atividade no Rio Grande do Sul são em geral mais otimistas que as avaliações dos jovens pretendendo seguir na atividade no Marajó. Os jovens que pretendem ficar na atividade no Rio Grande do Sul são mais inseridos em organizações sociais e têm relações com os comunitários ligeiramente melhores que os jovens marajoaras. Por fim, os jovens do Sul que pretendem ficar já receberam assistência técnica na propriedade, o que não é o caso das propriedades dos jovens marajoaras. No entanto, em geral, as propriedades dos jovens do Sul não recebem ajuda financeira do governo, incluindo as propriedades dos jovens que querem retomar a atividade. Do mesmo modo, as propriedades dos jovens “Marajoaras engajados” não receberam ajuda financeira governamental.

Além de grupos polarizados entre os jovens querendo ficar e os jovens querendo sair, o Rio Grande do Sul apresenta um terceiro grupo de jovens: os “Agroboys”. Esses filhos de produtores estudam um curso relacionado à agropecuária e pretendem morar na cidade. A tendência desses jovens é de morar na cidade e se deslocar até a propriedade todos os dias. Esses jovens se destacam por serem em maioria apoiados pelos pais nos seus planos futuros. No que diz respeito aos planos futuros desses jovens, a repartição das respostas não parece significativamente diferente da repartição das respostas da população total dos jovens do Rio Grande do Sul. De fato, 73% dos jovens do grupo “Agroboys” pretendem retomar a propriedade agropecuária dos pais, 15% preferia ter uma propriedade agropecuária própria, e menos de 12% deles pretendem trabalhar num outro ramo.

Analisando com mais fineza as respostas sobre as mudanças potenciais que os jovens gostariam de fazer na propriedade, podemos observar que 65% deles propõem implementar mais tecnologia dentro da propriedade, seja para o melhoramento do campo nativo, a inseminação de animais ou modernizar o maquinário. Esses jovens pretendem intensificar a produção pelo viés do uso de tecnologia. Essa classe nos permite romper com a ideia de que o

êxodo rural está necessariamente ligado a um desaparecimento da atividade agropecuária e a uma concentração das terras. De fato, esses jovens podem aproveitar das áreas urbanas e rurais em conjunto. Eles descrevem que o que mais gostam da cidade é o acesso a produtos em mercados ou comércios (com 69% das respostas dos jovens do grupo “Agroboys”). A palavra “facilidade” aparece em 31% das respostas dadas pela classe à pergunta “o que você gosta da cidade?”. Os jovens que pretendem morar na cidade sublinham assim o fácil acesso a comércios e a conveniência que traz a vida na cidade, com respostas tais como “facilidade para se comprar qualquer coisa que precise”, “a facilidade de conseguir as coisas” ou “poder fazer o que tu quiser, na hora que tu quiser”. Morar na cidade e se deslocar diariamente ao campo permite se beneficiar de um certo conforto de acesso a produtos e serviços na cidade, assim como da calma, sossego ou espaço no campo.

Os grupos “Potenciais migrantes do Sul” e “Potenciais migrantes do Norte” são constituídos por indivíduos que pretendem trabalhar num outro setor e não têm atividade agropecuária. Conseqüentemente, eles não participam da tomada de decisão ou não propuseram mudanças. Se esses dois grupos compartilham algumas características comuns, podemos observar na tabela 8 que diferem significativamente em várias modalidades. Para descrever e entender o potencial impacto das percepções dos jovens na sua decisão de ficar ou não na atividade agropecuária, é necessária uma análise com foco nas percepções dos jovens sobre as políticas e serviços públicos disponíveis para os jovens rurais em ambas as regiões. O capítulo seguinte propõe analisar o impacto das percepções sobre as decisões dos jovens no que diz respeito a se manter na atividade e no meio rural.

Capítulo 4: Serviços públicos e percepção dos jovens

Este capítulo pretende mostrar o estado atual de diversas políticas públicas para os jovens rurais. Uma primeira parte trata das políticas públicas dedicadas aos jovens rurais. Uma segunda parte traz à tona as políticas públicas relativas à educação, por ser de grande importância para os jovens. Uma terceira parte traz o foco em outros serviços públicos: serviços de saúde, transporte e acesso à internet e informação. Por fim, uma última parte aborda algumas considerações finais.

Se é frequente se referir aos jovens como o futuro do Brasil, este capítulo pretende mostrar a importância de investir agora neste futuro. Uma jovem entrevistada observa:

“Eles nos veem muito como futuro, não nos veem como presente. Se o Estado Brasileiro não passar a ver a juventude no todo e a juventude rural como presente, no futuro a gente vai ter sim muita falta de alimento na mesa como nós estamos voltando novamente pro país na escala da pobreza, da fome.” (transcrição de entrevista realizada no 22/03/2021).

Este testemunho destaca uma visão do jovem como um futuro cidadão, que somente será considerado e visto quando for adulto. No entanto, é importante preparar desde hoje a instalação dos jovens nas áreas rurais para garantir o futuro deles e o futuro da produção agropecuária brasileira. O gerente da Promoção dos Direitos da Juventude da Secretaria do Estado de Justiça e Direitos Humanos do Pará comenta:

“Se a juventude é o amanhã, o que somos hoje?” (transcrição de entrevista realizada no 02/04/2021).

O capítulo seguinte procura identificar as políticas públicas atuais dedicadas aos jovens rurais, assim como a demanda dos jovens.

1. As políticas públicas dedicadas aos jovens rurais

A política diz respeito à administração da sociedade, mas também das comunidades e outros espaços coletivos. As políticas públicas são então as ações de governos e instituições, tomadas num diálogo permanente com os princípios da democracia, visando objetivos determinados (BURSZTYN & BURSZTYN, 2013).

Pretendemos analisar as políticas públicas dedicadas aos jovens e o processo de sucessão nas propriedades rurais. Procuraremos dados na literatura e nas leis federais a fim de realizar uma linha do tempo das políticas públicas para os jovens rurais. Para tal, decidimos nos focar em um método com quatro componentes principais. O primeiro componente é entender

que a política pública considerada pertence a um contexto global e histórico. De fato, a política pública se insere num governo dado, segue outras políticas, e é fruto da história do país. Será então realizado um breve histórico das políticas públicas dedicadas aos jovens entre os anos 2000 e 2020. Consideramos um período a partir do ano 2000, pois as políticas e programas de desenvolvimento territorial rural se multiplicaram desde esse ano na América latina (PERAFÁN *et al.*, 2018). Mais precisamente, o ano 2003 foi escolhido como ponto de partida por ser o ano de criação de estruturas administrativas voltadas aos jovens. A linha do tempo será construída combinando uma revisão da bibliografia e uma análise de arquivos, com uma consulta de sites, anuários estatísticos, textos legais e relatórios de avaliação de políticas, como efetuado por SABOURIN *et al.* (2015).

Realizamos uma linha do tempo das políticas federais de juventude no Brasil entre os anos 2003 e 2020. O ano 2003 foi escolhido como ponto de partida por ser o ano de criação de estruturas administrativas voltadas aos jovens, como a Assessoria de Juventude. Para mais clareza, dividimos o gráfico da linha do tempo entre diferentes períodos: entre os anos 2003 e 2011, entre 2012 e 2015 e desde 2016 até hoje. Esta delimitação foi definida a fim de ter uma melhor visualização das diferentes políticas públicas, já que o tema da juventude ganhou mais importância a partir de 2013 com a sanção do Estatuto da Juventude, que garante 11 direitos aos cidadãos jovens.

Vale ressaltar a criação do Projeto Amanhã, prévia aos anos considerados na nossa análise. Criado em 1993, o projeto busca capacitar os jovens rurais para integra-los à atividade de produção. No entanto, seu alcance é regional, já que abrange somente os jovens dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. No ano 2000, a lei de Aprendizagem profissional define uma porcentagem de aprendizes para as empresas de médio e grande porte, no intuito de garantir o direito dos jovens à profissionalização e trabalho decente. Em 2020, o Brasil conta com cerca de 400.000 jovens aprendizes, a maioria nas atividades de comércio e reparação de veículos (26,72%), seguido pelas atividades das indústrias de transformação (23,49% dos aprendizes) e na saúde humana e serviços sociais (para 12,04% dos aprendizes) (BRASIL, 2021). No entanto, a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura vem em décima segunda posição nas atividades dos aprendizes, com somente 1,33% deles. Além disso, quase um terço dos aprendizes estão localizados no Estado de São Paulo (27,79%); o Rio Grande do Sul conta com 33.893 aprendizes, o que representa somente 8,60% dos jovens contratados. No Pará, a porcentagem é ainda menor: o Estado conta com 9.760 aprendizes, que representam 2,48% do total de jovens contratados em aprendizagem profissional no país (BRASIL, 2021).

1.1. As políticas federais entre 2003 e 2010

Os primeiros anos do milênio mostram a progressão da importância dada aos jovens na vida política brasileira. A Figura 23 mostra a linha do tempo das políticas federais de juventude no Brasil entre os anos 2003 e 2011. As políticas públicas específicas para os jovens rurais estão cercadas em verde nesta figura, assim como nas próximas.



Figura 23: Políticas federais de juventude no Brasil entre 2003 e 2010 (Fonte: adaptado dos dados de MENEZES et al., 2014 e CONJUVE, 2021)

Em 2003, o Ministério de Desenvolvimento Agrário impulsiona a criação de estruturas administrativas voltadas aos jovens, como a Assessoria de Juventude. Neste mesmo ano, a política pública Nossa Primeira Terra e o programa Pronaf Jovem são também criados. Estes últimos serão descritos mais adiante.

O ano 2005 marca uma etapa importante no reconhecimento dos jovens como cidadãos a levar em conta na elaboração de políticas públicas, com a formação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ). A SNJ propõe elaborar, propor e discutir as políticas públicas dedicadas aos jovens. No mesmo ano é constituído o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), composto por representantes da sociedade civil (dois terços do conselho) e de representantes dos órgãos governamentais. Enfim, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) é criado no mesmo ano. Ele se destina aos jovens que sabem ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental, com o objetivo de oferecê-los um curso de 18 meses. Existem quatro modalidades do ProJovem, dentro das quais uma para as áreas urbanas e outra para áreas rurais, respectivamente ProJovem Urbano e ProJovem Campo – Saberes da Terra.

Entre os anos 2012 e 2016, o programa ofereceu em média 48.200 matrículas por ano para jovens brasileiros. No entanto, em 2017 o número de matrículas passou a 1.267, chegando a 594 matrículas em 2018, último dado disponível em 2021 (DE ALBUQUERQUE *et al.*, 2021). De acordo com de Albuquerque *et al.* (2021), esta queda drástica poderia ser explicada pela mudança administrativa no governo federal em 2016. O ano de 2008 marca a primeira Conferência Nacional de Juventude, que terá duas outras edições em 2011 e 2015. A primeira edição reuniu cerca de 2,5 mil participantes e resultou em 841 conferências municipais e regionais, a fim de ouvir as reivindicações dos próprios jovens em termos de políticas públicas. Dos 402.100 participantes envolvidos nas conferências municipais e regionais, 26.684 eram originários do Rio Grande do Sul, contra somente 6.001 originários do Estado do Pará. A Conferência Nacional observou 4.500 propostas dos jovens brasileiros e aprovou 70 resoluções abrangendo temas diversos como educação, cultura, meio ambiente e saúde, sendo a maioria dedicadas ao acesso à educação (IPEA, 2008).

1.2. As políticas federais entre 2011 e 2016

Foi entre os anos 2012 e 2015 que os jovens passaram a ser reconhecidos como cidadãos com especificidades. A Figura 24 mostra a linha do tempo das políticas federais de juventude no Brasil entre 2011 e 2016.

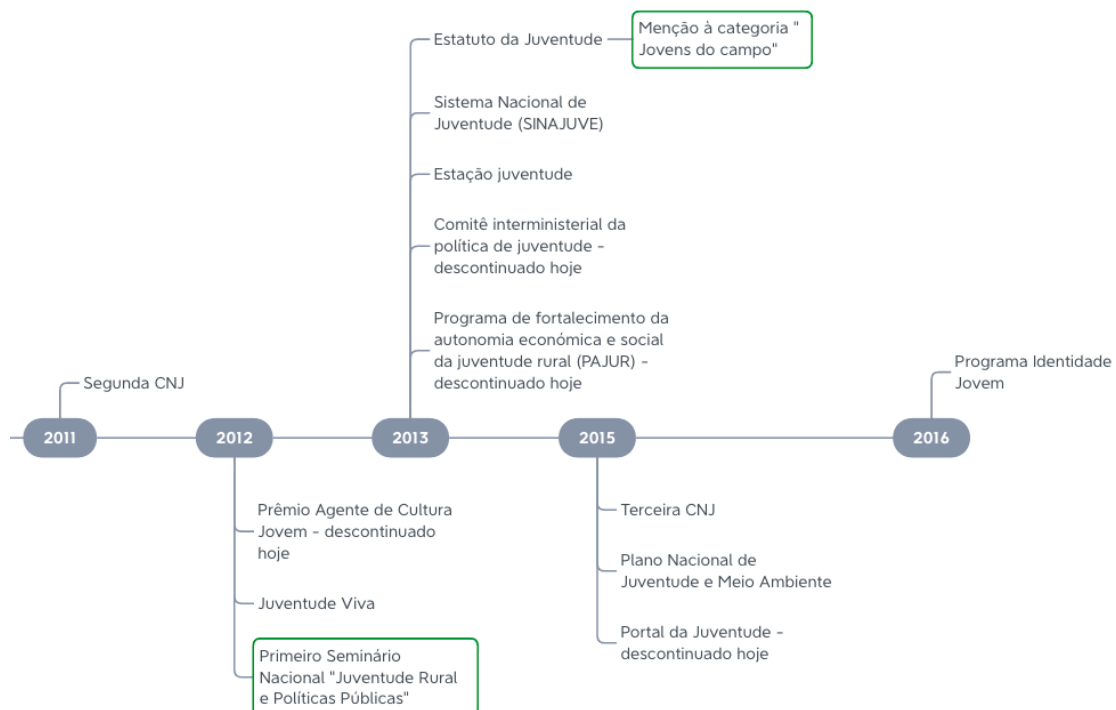


Figura 24: Políticas federais de juventude no Brasil entre 2011 e 2016 (Fonte: adaptado dos dados de MENEZES *et al.*, 2014 e CONJUVE, 2021)

O intervalo 2012-2015 corresponde a um plano plurianual. Os planos plurianuais são instrumentos definindo as diretrizes, objetivos e metas dos governos para quatro anos. Permitem um planejamento da gestão pública e traduzem as prioridades de cada governo no período dado. Neste plano foi definido um programa orçamentário específico para a juventude: “Autonomia e Emancipação da Juventude”. Foram destinados 87 milhões de reais para o programa específico, no entanto, sua porcentagem de execução financeira foi de 11,57%. Foram então investidos 10 milhões de reais ao longo dos quatro anos no programa específico para a juventude (CONJUVE, 2021).

O ano 2012 vê a aparição de duas políticas públicas federais dedicadas aos jovens: o Prêmio Agente de Cultura Jovem, Juventude Viva e a primeira edição do seminário nacional “Juventude Rural e Políticas Públicas”. O Prêmio Agente de Cultura Jovem visava a selecionar e premiar projetos e iniciativas culturais juvenis, participando da dinâmica cultural no país. O Prêmio, parceria entre o Ministério da Cultura e a SNJ, está descontinuado hoje. O programa Juventude Viva se dirige a territórios concentrando índices de homicídio e racismo institucional altos. O programa articula iniciativas de 11 ministérios e busca reduzir a vulnerabilidade dos jovens e permitir autonomia e inclusão social (CONJUVE, 2021). O ano 2012 também viu a primeira edição do Seminário Nacional “Juventude Rural e Políticas Públicas”, parceria da SNJ e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Seguindo o objetivo de inclusão das juventudes rurais nas conversas sobre juventude, historicamente atrelado aos temas relativos à vivência dos jovens urbanos (ATLAS DAS JUVENTUDES, 2021), aparece em 2013 o Estatuto da Juventude (MENEZES *et al.*, 2014), que representa uma formalização das diretrizes para as políticas dedicadas à juventude, no nível federal. O Estatuto da Juventude garante 11 direitos aos cidadãos jovens e faz menção à categoria “jovens do campo”. O termo de Juventude Rural unifica então seres distintos que compartilham a identidade cultural com a terra e que vivem do campo ou da floresta. O Estatuto da Juventude marca um passo importante no reconhecimento dos grupos sociais reunidos no termo de jovens rurais (MENEZES *et al.*, 2014). No mesmo ano, o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE) é criado, seguindo uma demanda da SNJ (CONJUVE, 2021). Este sistema institucional é composto por órgãos de juventude no poder executivo, legislativo e judiciário e se beneficia de uma dotação orçamentária própria. Pode ser interpretado como uma forma de articulação e organização de órgãos em diferentes escalas, a fim de promover políticas públicas de juventude (CONJUVE, 2021).

O programa Estação Juventude também é criado em 2013 e permitiu a execução de 74 convênios com diferentes municípios para garantir os direitos, a inclusão, autonomia e

participação social dos jovens. Vale mencionar dois programas implementados no mesmo ano, ambos descontinuados hoje: o Comitê interministerial da política de juventude e o Programa de fortalecimento da autonomia econômica e social da juventude rural (Pajur). O primeiro visava a articulação, o acompanhamento e monitoramento das políticas resultantes dos Ministérios da Educação, Saúde, Cultura, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Desenvolvimento Agrário e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (CONJUVE, 2021). O Pajur tinha como objetivo criar as condições necessárias à permanência dos jovens rurais no campo, garantindo assim a autonomia dos jovens (MENEZES *et al.*, 2014). A terceira e última CNJ aconteceu em 2015; a quarta edição da conferência, aprovada em 2020 para acontecer em agosto do mesmo ano, foi cancelada (SINAJUVE, 2020).

Em 2015 ainda foram desenvolvidos o Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente e o Portal da Juventude. O Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente, ainda vigente hoje, está integrado à SINAJUVE e visa à promoção e integração das políticas públicas ambientais. Faz eco aos direitos da juventude definidos pelo Estatuto da Juventude que incluem o direito à sustentabilidade e ao meio ambiente (FAO, 2014). Em 2016 e 2017, o Ministério do Meio Ambiente, junto com o Instituto Chico Mendes (ICMBIO), capacitou 880 jovens sobre conhecimento ambiental e realizou estudos técnicos sobre as agendas ambientais dentro do Plano (CONJUVE, 2021). O Portal da Juventude foi lançado na internet no mesmo ano numa iniciativa da SNJ, junto com perfis em redes sociais para favorecer a comunicação entre e sobre jovens e gestores (CONJUVE, 2021). No entanto, o site está atualmente desativado.

O Programa Identidade Jovem foi lançado em 2016 e permite aos jovens se beneficiar de meia-entrada em eventos artísticos ou culturais e oferece vagas de transporte coletivo gratuitas ou com desconto para viagens interestaduais (BRASIL, 2020a). Para se beneficiar do programa, o jovem precisa se inscrever no Cadastro Único do Governo Federal no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), conhecer seu Número de Identificação Social e ter renda familiar de até dois salários-mínimos (BRASIL, 2020a). Em média, o Brasil estima ter 267.000 carteiras ativas (BRASIL, 2020a), para quase 50 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos no país (ATLAS DAS JUVENTUDES, 2021).

1.3. As políticas federais desde 2016

O plano plurianual de 2016-2019 também teve um programa orçamentário para a juventude: “Promoção dos Direitos da Juventude”. Apesar de ter um valor de investimento destinado ao programa menor que no plano anterior, a eficiência de execução do programa foi

maior, com 28,59% de execução financeira do programa. Foram então usados mais de 10 milhões de reais ao longo dos quatro anos, valor parecido com o plano anterior. O plano plurianual seguinte, ativo ainda hoje, não dedicou um programa orçamentário próprio à juventude, dificultando a análise orçamentária entre os diversos planos considerados. Decidimos juntar o plano de 2016-2019 e o plano atual (2020-2023) na linha de tempo para uma leitura simplificada. A Figura 25 mostra então as políticas federais para a juventude brasileira desde 2016 até 2020.

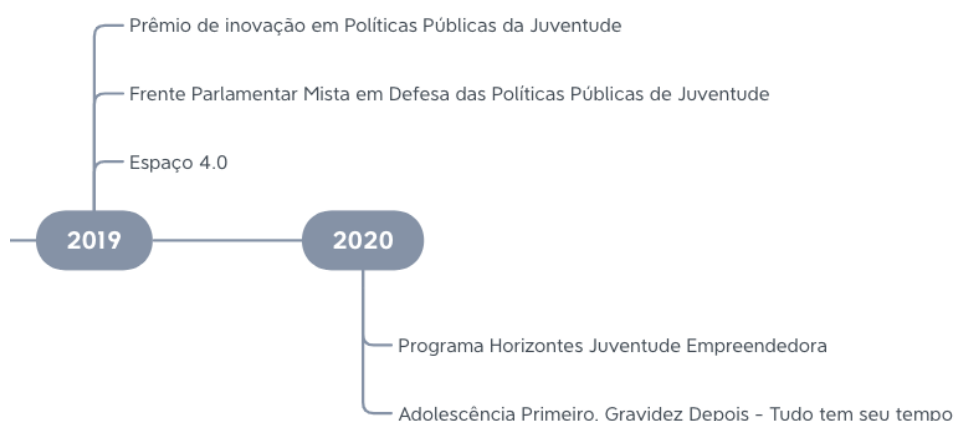


Figura 25: Políticas federais de juventude no Brasil desde 2016 (Fonte: adaptado dos dados de CONJUVE, 2021)

O ano 2019 contou com o lançamento do Prêmio de Inovação em Políticas Públicas da Juventude, que destacou as melhores propostas de inovação nas políticas públicas para a juventude nas diferentes regiões do país. As iniciativas mais inovadoras receberam o selo de Inovação da SNJ. No mesmo ano, foi lançada a Frente parlamentar mista em defesa das Políticas Públicas de Juventude. Requerida na Câmara dos Deputados em 2015, foi lançada em agosto de 2019, com o propósito de garantir a promoção de pautas dedicadas aos jovens brasileiros (BRASIL, 2019). Durante o lançamento da Frente, o Programa Espaço 4.0 foi apresentado. Ele visa à capacitação profissional de jovens em locais de alta vulnerabilidade nas áreas das novas tecnologias (CONJUVE, 2021).

O Programa Horizonte Juventude Empreendedora, lançado em 2020, destina até R\$ 1 milhão para projetos voltados ao empreendedorismo de jovens e criou uma parceria com instituições selecionadas para oferecer cursos e oficinas a fim de capacitar os jovens brasileiros (SINAJUVE, 2020). No mesmo ano, a campanha “Adolescência primeiro, gravidez depois” procurou a sensibilização sobre os riscos de gravidez na adolescência, no âmbito de reduzir a incidência de gravidez dos mais jovens (CONJUVE, 2021).

Podemos observar que são poucas as políticas públicas dedicadas ao jovem rural no nível federal. Se parece ter sido feito um esforço nos últimos anos para a capacitação dos jovens e a inserção deles no mercado de trabalho, ainda falta apoio no que diz respeito à inserção dos jovens rurais e às condições de vida nas áreas rurais.

2. As políticas públicas relativas à educação nas áreas rurais

2.1. A educação no Rio Grande do Sul e no Pará

Para um melhor entendimento dos problemas afetando a educação no campo, é preciso ter uma noção do contexto atual das escolas rurais no país e nas áreas de estudo. Desde 1990, o Brasil observa um processo de fechamento e nucleação de escolas rurais. De fato, para reduzir os gastos enfrentados pelos municípios em termo de salário de professores e pessoal de educação, mas também de manutenção dos prédios, gestores públicos tendem a fechar escolas rurais e transferir alunos para escolas-núcleos (DE OLIVEIRA SILVA *et al.*, 2022). Entre 2010 e 2020, 9.579 escolas urbanas foram criadas, enquanto 24.985 escolas rurais foram fechadas (QEDU, 2021). Em 2020, 6% das escolas rurais não possuem abastecimento de água, o que representa 3.254 das 54.403 escolas rurais existentes em 2020 (QEDU, 2021). Em comparação, somente 212 das 125.130 escolas urbanas não possuem abastecimento de água em 2020 (QEDU, 2021). Além disso, 7% das escolas rurais não possuem energia elétrica, o que representa 3.800 escolas rurais (QEDU, 2021). Somente 18 das escolas urbanas não possuem energia elétrica (QEDU, 2021).

A rede municipal representa 81% das matrículas em escolas rurais na educação básica no Brasil, seguida pela rede estadual, que representa somente 15% das matrículas, como mostrado na Figura 26 (BRASIL, 2021).

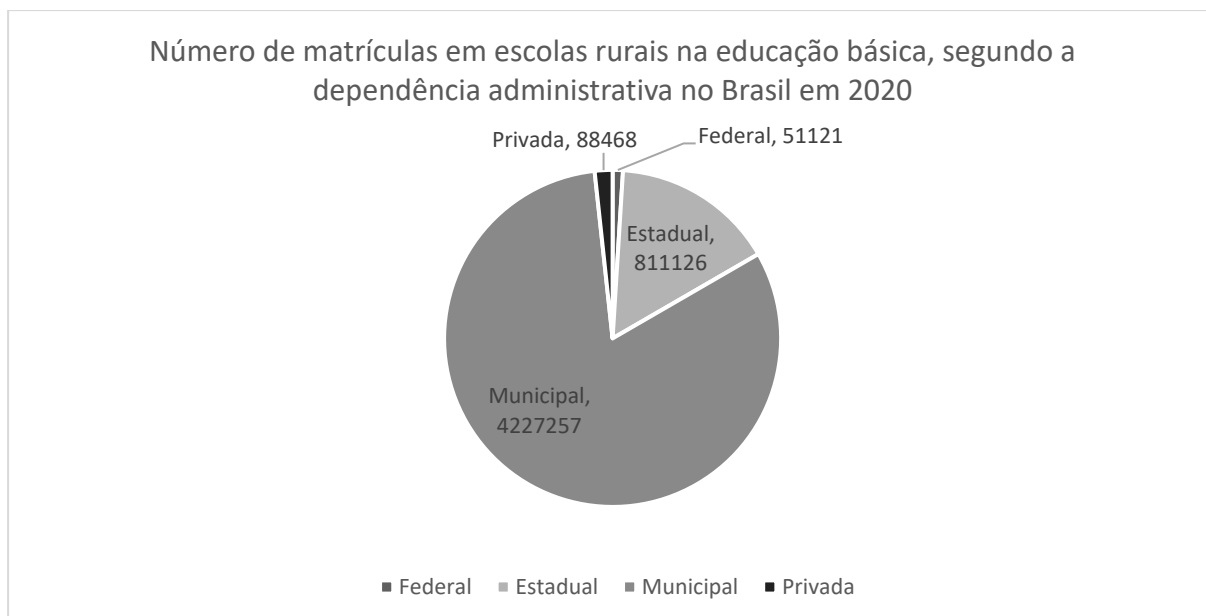


Figura 26: Número de matrículas em escolas rurais na educação básica, segundo a dependência administrativa no Brasil em 2020 (Fonte: adaptado dos dados de BRASIL, 2021)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Este indicador fornece informações sobre a proficiência dos alunos em avaliações externas, no caso as provas de língua portuguesa e matemática, assim como a taxa de aprovação dos alunos, o que traduz a progressão dos estudantes na educação básica (anos iniciais e anos finais do ensino fundamental e ensino médio). Este índice permite avaliar duas dimensões importantes da educação, o desempenho nas avaliações e o fluxo escolar, e ajuda a definir uma meta com esforços distintos a desenvolver para atingir uma educação com equidade no país inteiro. O resultado é uma nota entre 0 e 10, combinando as notas das provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) padronizadas em uma nota de 0 a 10, multiplicada pela taxa de aprovação dos alunos (de 0 a 100%).

Por exemplo, uma escola obtendo um IDEB de 10 teria estudantes com uma nota média de 10 nas provas de língua portuguesa e matemática, assim como uma taxa de aprovação de 100%. O IDEB médio no Brasil em 2019 foi de 5,9. O Estado do Pará tem o menor IDEB dos estados brasileiros, com 4,9 em 2019, enquanto o IDEB do Rio Grande do Sul no mesmo período foi de 6,0. O IDEB médio da Ilha do Marajó é de 3,5 (BRASIL, 2021). A nota média padronizada nas provas do SAEB foi de 5,51 no Pará e de 6,43 no Rio Grande do Sul. A taxa de aprovação dos alunos também foi maior no Rio Grande do Sul, com 94% de aprovação dos estudantes, contra 89% no Pará. No entanto, o IDEB do Pará aumentou 2,1 pontos entre 2005, ano da criação do índice, e 2019. O IDEB do Rio Grande do Sul aumentou 1,7 pontos no mesmo

período. A tendência é uma melhoria do desempenho nas avaliações nos dois estados, de acordo com esse indicador.

Um outro indicador pode ser usado para caracterizar a educação nas áreas consideradas: a taxa de distorção idade-série. Esta taxa representa o percentual de alunos numa série dada com idade superior à idade recomendada (BRASIL, 2021). Quanto maior a porcentagem, maior a porcentagem de alunos com atraso escolar. A Figura 27 expressa a distorção idade-série em 2020 de acordo com a etapa no ensino fundamental (anos iniciais e anos finais).

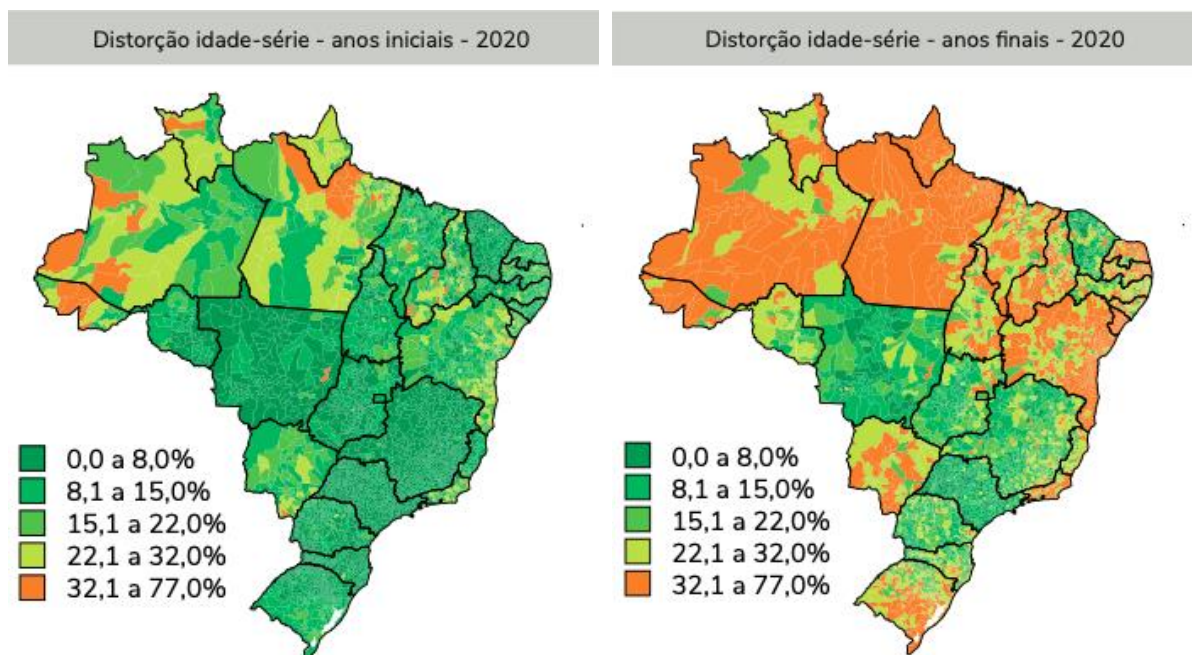


Figura 27: Taxa de distorção idade-série (2020), segundo etapa de ensino fundamental, por município (Fonte: BRASIL, 2021)

A taxa de distorção idade-série tem correlação com a proporção de não aprovados, e então com o IDEB: os municípios da Ilha de Marajó têm uma maior taxa de distorção que os municípios do Rio Grande do Sul, principalmente nos anos iniciais (BRASIL, 2021).

O estado do Pará dispõe de várias instituições de educação superior, dentro das quais quatro universidades federais: a UFPA, Universidade Federal do Pará, a UFRA, Universidade Federal Rural da Amazônia, a UNIFESSPA, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, e a UFOPA, Universidade Federal do Oeste do Pará. No entanto, vale ressaltar que estas universidades não têm campus no Marajó. A Universidade do Estado do Pará (UEPA) também oferece educação superior no estado em vários campi, um dos quais está localizado em Salvaterra, Marajó. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) está presente em 19 campi no estado, um deles sendo no município de Breves, na região de Furos de Breves de Marajó. Além das instituições federais, a Ilha do Marajó conta com a presença de outros estabelecimentos de ensino superior particulares: a UniCesumar (Universidade Centro

de Ensino Superior de Maringá) em Anajás, um polo de apoio presencial da Faculdade Educacional da Lapa (FAEL) no município de Salvaterra, e dois polos da Universidade Paulista em Breves e Soure. No entanto, um estudo do INEP mostra que os alunos das escolas do Pará têm um nível socioeconômico mais baixo que a média do Brasil, e os alunos das escolas rurais têm um nível socioeconômico menor que os alunos de escolas urbanas (BRASIL, 2019). Um baixo nível socioeconômico pode dificultar o acesso a estabelecimentos de ensino superior particulares, mas também o acesso às universidades públicas localizadas em Belém por exemplo.

O Rio Grande do Sul contava em 2021 com 141 instituições de ensino superior: 10 instituições públicas e 131 privadas. Dentro das instituições públicas, seis Universidades Federais, uma Universidade Estadual e três Institutos Federais de educação propõem cursos de graduação em vários *campi*. Por exemplo, a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul está presente em 24 municípios do estado (BRASIL, 2021).

A taxa de escolaridade líquida pode ser usada para caracterizar o acesso à educação superior. Ela representa o percentual da população de 18 a 24 anos que está matriculado na educação superior (BRASIL, 2018). Em 2020, a taxa de escolaridade líquida do Brasil foi de 23,8%. No Rio Grande do Sul, esse número chega a 27,5%, contra 21,7% no Pará (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021). A taxa de escolaridade líquida está crescendo no Brasil nos últimos anos, como mostra a Figura 28.

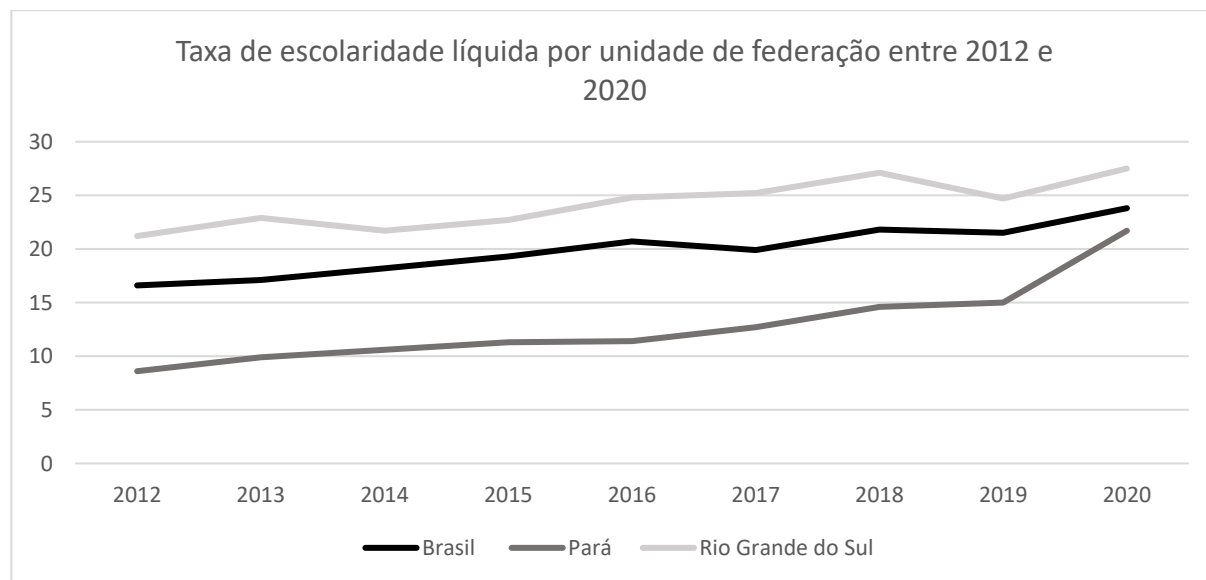


Figura 28: Taxa de escolaridade líquida por unidade de federação entre 2012 e 2020 (Fonte: adaptado dos dados de TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021)

Podemos observar um aumento nítido do percentual de jovens matriculados na educação superior no Pará entre 2019 e 2020. Este aumento poderia ser explicado em parte pelo

programa “Forma Pará”, iniciativa do Governo do Pará, lançado em 2019. Este programa está presente em 54 dos 144 municípios do estado. Sua meta é disponibilizar 4.000 vagas em cursos de graduação ofertados por instituições públicas, com um investimento de R\$ 30 milhões em recursos próprios (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2021). Na chamada de 2021, foram ofertadas 1.867 vagas no Pará, dentre as quais 290 vagas repartidas entre os municípios de Bagre, Cachoeira do Arari, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra e Santa Cruz do Arari, no Marajó (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2021).

Enquanto a taxa de escolaridade líquida está aumentando no Brasil com o decorrer dos anos, ainda podemos observar algumas fortes discrepâncias, como mostra a Figura 29.

**Porcentagem de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam o Ensino Superior em relação à população dessa faixa etária
Brasil – 2020**

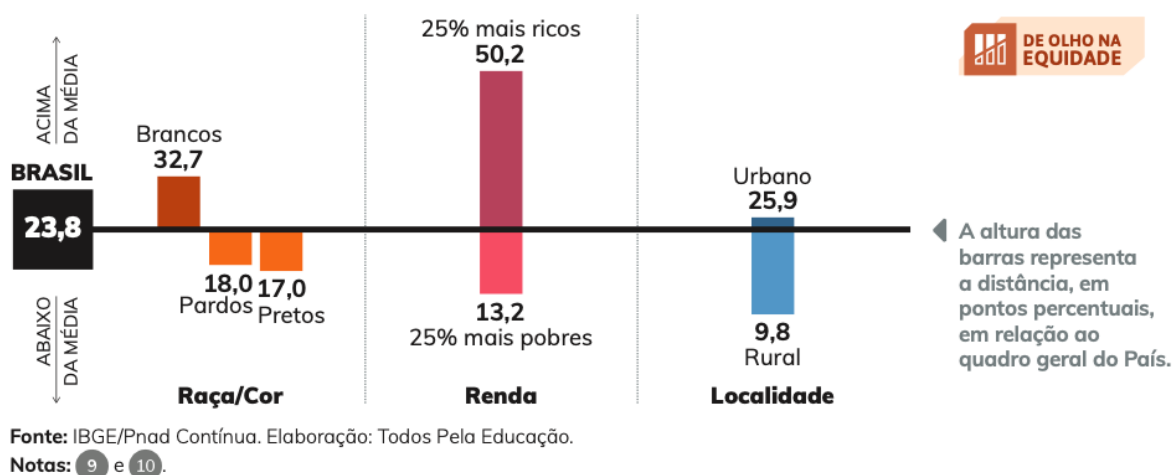


Figura 29: Taxa de escolaridade líquida no Brasil por localidade, renda e cor (Fonte: TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021)

Somente 9,8% das pessoas entre 18 e 24 anos morando em áreas rurais frequentavam o Ensino Superior no Brasil em 2020, contra 25,9% dos jovens com domicílio na área urbana (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021).

2.2. Problemas identificados pelos atores locais

Um professor de pedagogia da UFPA comenta:

“Foi construída uma espécie de narrativa urbanocêntrica em que tudo que é bom, tudo que representa sucesso foi construído dizendo que está no espaço urbano, na cidade. E aí, tem uma série de fatores, por exemplo, nós não temos escolas de boa qualidade no geral no Brasil, mas no campo, menos ainda.” (transcrição de entrevista realizada no 04/03/2021).

Um outro professor da UFPA relata uma visão similar:

“A permanência dos jovens no campo pode significar a sustentabilidade do campo, o próprio desenvolvimento do campo. A saída deles, a expulsão deles – porque nem sempre eles saem exatamente porque querem né – eles estão em busca de escolarização, eles estão em busca de emprego...da escolarização tanto por conta do acesso quanto do conteúdo do processo educacional daqui, que não é sintonizado com a vida deles, é de caráter urbanocêntrico e acaba motivando, induzindo os jovens a sair.” (transcrição de entrevista realizada no 20/03/2021).

Um educador popular da Casa de Educação Popular de Altamira comenta:

“Lá no Marajó, assim como em outras regiões, a juventude não vê perspectiva de permanência no campo. Ela as vezes acaba saindo do campo porque há uma falta de condições objetivas para que ela fique no campo. Dificilmente o jovem sai do campo por vontade própria, ele sai por falta de políticas públicas que garanta sua permanência.” (transcrição de entrevista realizada no 17/03/2021).

As falas dos atores locais permitem identificar dois problemas importantes, que são o pouco acesso e investimento nas escolas rurais, e a inadequação da educação no campo, pensada numa narrativa urbanocêntrica. Além disso, podemos concluir destas falas que, de acordo com os atores entrevistados, a saída dos jovens resulta de uma falta de políticas públicas, permitindo sua permanência no campo. Ao contrário, a visão urbanocêntrica da educação atual poderia ser um fator motivando os jovens a sair do campo, pela desvalorização dos espaços rurais.

No que diz respeito aos investimentos nas escolas rurais, o investimento público direto em educação no Brasil representava 5,2% do Produto Interior Bruto (PIB) em 2017, contra 3,9% no ano 2000 (BRASIL, 2021). Este investimento representa as despesas em pessoal ativo e encargos sociais, outras despesas correntes, investimentos e inversões financeiras. No entanto, a proporção relativa do investimento público direto na educação básica e superior mostra uma disparidade: todas as despesas representam uma maior proporção do investimento entre 2000 e 2017, menos a proporção de despesas de capital. As despesas de capital passaram de 6,8% dos investimentos públicos em 2000 a 2,8% do investimento na educação em 2017. Esta última despesa representa a construção, renovação e reparo de estabelecimentos escolares (BRASIL, 2021). De fato, nos últimos dez anos, de 8.182 escolas no Pará, 6.752 escolas rurais foram fechadas. Só em 2020, foram fechadas 322 escolas no Pará (QEDU, 2021). De 2002 a 2017, foram fechadas aproximadamente 30 mil escolas rurais no país (ATLAS DAS JUVENTUDES, 2021), seguindo uma estratégia de nucleação das escolas rurais.

Um professor de pedagogia da UFPA explica:

“A escola aqui na região, ela representa uma espécie de patrimônio. A escola que está lá na comunidadezinha, no vilarejo, ela é uma espécie de orgulho do vilarejo. O que que aconteceu nos últimos anos: o governo, com discurso de que seria melhor, para melhorar a qualidade, ele desativou muitas dessas

escolas, e construiu uma espécie de escola núcleo, que é a nucleação. E eles buscam de embarcação essas crianças, esses alunos, para a escola. Só que o vilarejo perdeu o patrimônio dele.”

Além da perda de patrimônio, centralizar as escolas rurais numa escola central tem outras implicações, como explicado pelo professor:

“Tem uma série de implicações: crianças que entram as cinco da manhã no barco e chegam as duas, três da tarde sem tomar um café, sem ter uma alimentação de qualidade.” (transcrição de entrevista realizada no 04/03/2021).

De fato, quando perguntada sobre a disponibilidade de merenda escolar para os alunos rurais, uma professora membro do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP) comenta:

“Falta com muita constância. Mais falta do que tem.” (transcrição de entrevista realizada no 27/03/2021).

Este dado vem dialogar com outras disparidades observadas nas escolas rurais e urbanas: apenas 27% das escolas rurais se beneficiavam de acesso a água encanada em 2015, contra 94% das escolas urbanas (ATLAS DAS JUVENTUDES, 2021).

No que diz respeito à inadequação da educação no campo, um primeiro ponto a considerar é a adequação de formação dos docentes em relação à disciplina que lecionam. O INEP coletou dados sobre os professores das escolas brasileiras em 2020. No estado do Pará, 23,5% dos professores de ensino fundamental das escolas rurais não possuem curso superior completo. Em comparação, só 7,3% dos professores de ensino fundamental das escolas urbanas não possuem curso superior completo. No estado do Rio Grande do Sul, existe também uma diferença entre as escolas rurais e urbanas, no entanto menor: 8,6% dos professores de ensino fundamental de escolas rurais não têm curso superior completo, contra 6,9% nas escolas urbanas. Esta porcentagem inclui todas as escolas de ensino fundamental: federais, estaduais, municipais, privadas e públicas. Somente 38,5% (contra 73,0% nas escolas urbanas) dos docentes de escolas rurais do Pará possuem formação superior de licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou um bacharelado na mesma disciplina com um curso de complementação pedagógica concluído. No Rio Grande do Sul, essa categoria representa 53,7% dos professores de escolas rurais, contra 68,8% dos docentes de escolas urbanas (BRASIL, 2021). Seriam necessários programas de formação para licenciatura e de complementação pedagógica para reduzir a disparidade entre as escolas urbanas e rurais.

No entanto, podemos ressaltar a iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Os 16 municípios de Marajó confirmaram participação na última edição do Selo

UNICEF, assumindo assim o compromisso de seguir a metodologia Unicef por quatro anos para fortalecer as políticas públicas pela infância e adolescência. Se comprometem assim a contribuir para o alcance de uma educação de qualidade (UNICEF, 2021). O programa Abrece o Marajó, iniciativa do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro, foi criado em março de 2020 e propõe ações e projetos num plano 2020-2023. O programa tem como objetivo o desenvolvimento dos municípios do Marajó e a oferta de serviços de saúde, educação, saneamento e segurança entre outros (BRASIL, 2020b). Na introdução do plano de ação do programa, Damares Alves, então Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos declara que o programa atuará “*com a coordenação e integração de atores públicos e privados*” (BRASIL, 2020b, p.8). No entanto, 60 organizações da sociedade civil do Marajó assinaram em junho uma nota pública de posicionamento sobre o programa. Entre elas, o Observatório do Marajó, que procura fortalecer as comunidades ribeirinhas. Sobre o programa, um membro do Observatório comentou

“É um programa para outros interesses, que não são os interesses das populações locais, nem das populações urbanas do Marajó, mas sobretudo das populações tradicionais. É um programa que é uma estratégia muito sofisticada de expulsão de terras, de desapropriação das comunidades tradicionais para disponibilizar as terras que hoje são territórios de conservação ambiental.” e segue “Foi construído não só sem participação cidadã, mas ele foi construído com uma narrativa pra dizer que houve participação mesmo sem que tenha havido.” (transcrição de entrevista realizada no 25/06/2021).

2.3. A visão dos jovens rurais sobre o acesso à escola

2.3.1. Comparação das duas regiões de estudo

Pedimos para os jovens entrevistados avaliarem o acesso à educação na comunidade rural onde moram, escolhendo entre “bom”, “médio” e “ruim”. A repartição das respostas foi testada por um teste de Khi² e mostrou resultados significativamente diferentes de acordo com a região de estudo considerada. Os jovens marajoaras entrevistados escolheram na maioria a categoria “médio” para definir o acesso à educação na comunidade rural (60%), seguida pela categoria “bom” com 23% e “ruim” com 17% das respostas (Figura 30). No Rio Grande do Sul, os resultados diferem: a maioria definiu o acesso à educação na comunidade rural “bom”, com 51% das respostas, seguido por “médio” (40%) e por fim “ruim” com 9% das respostas. A porcentagem das diferentes respostas se encontra na Figura 30.

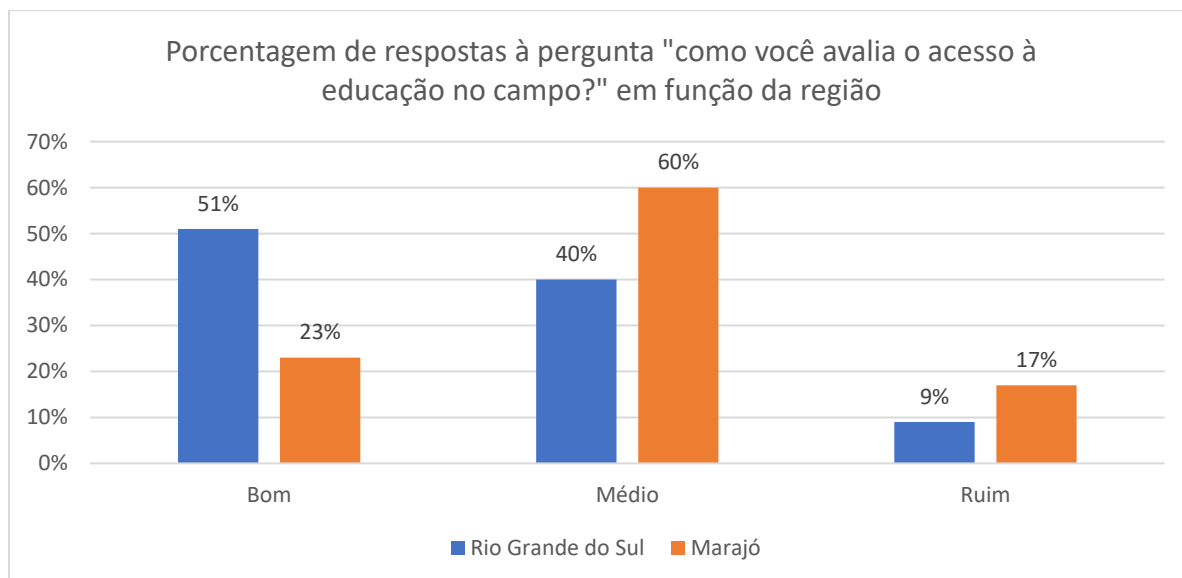


Figura 30: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "como você avalia o acesso à educação na sua comunidade?" nos entrevistados em função da área de pesquisa (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)

No entanto, somente 61% dos jovens sul rio-grandenses entrevistados declaram ter uma escola na comunidade, contra 96% dos jovens marajoaras. Só 31% dos jovens do Rio Grande do Sul entrevistados tem um estabelecimento de ensino médio onde moram, um resultado similar ao dos jovens marajoaras: 28% deles declara ter um estabelecimento de ensino médio ao redor da comunidade rural. Os entrevistados de ambas as regiões parecem ter menos ofertas de creches do que de escolas nas comunidades rurais: 28% deles declaram ter uma creche na comunidade no Rio Grande do Sul, e 36% no Marajó. Parece então que a avaliação do acesso à educação no campo não depende das infraestruturas presentes.

Outro resultado relacionado ao acesso à educação é o motivo de saída para a cidade: 32% dos jovens entrevistados no Rio Grande do Sul e 28% dos jovens entrevistados no Marajó tinham migrado para a cidade. Foi perguntado para os jovens que tinham saído da comunidade o motivo da migração deles. Eles tinham escolha entre escrever um motivo ou marcar a opção correspondente entre as caixas seguintes: "o meu emprego não existe na comunidade", "os meus estudos não estão ministrados na minha comunidade", "queria sair da comunidade para ter outras experiências", "tinha mais oportunidades na cidade", "queria ter mais autonomia", "não tinha acesso à terra na minha comunidade", "fui para a cidade morar com outros familiares" e "fui na cidade para minha vida de casal". 54% dos jovens rurais entrevistados no Sul e 69% dos jovens entrevistados no Marajó que moram na cidade declaram ter migrado porque o curso que escolheram não estava ministrado na comunidade deles. Este é o primeiro motivo de saída dos jovens entrevistados, seguido por "tinha mais oportunidades na cidade" com 18% das respostas no Rio Grande do Sul e 31% das respostas no Marajó. A resposta

“queria ter mais autonomia” foi escolhida por 21% dos sul-rio-grandenses e 15% dos marajoaras entrevistados, e “queria sair da comunidade para ter outras experiências” recebeu as mesmas proporções respectivas por parte dos entrevistados.

Ademais, procuramos saber se os entrevistados tinham familiares que já tinham saído de casa, e no caso, se moravam na área rural ou urbana, assim como as razões da saída deles. A maioria dos entrevistados tem familiares que saíram de casa (70% deles) e, em ambas as regiões consideradas, os familiares migraram para a área urbana (76% no Marajó e 85% no Rio Grande do Sul). A primeira razão invocada para justificar a migração dos familiares dos entrevistados é o acesso ao emprego, em 57% dos casos (57% dos casos no Rio Grande do Sul e 58% dos casos no Marajó). Os outros motivos são o acesso aos estudos, com 50% dos casos no Rio Grande do Sul e 36% dos casos no Marajó. Um outro motivo apontado é o casamento, com 35% dos casos no Rio Grande do Sul e 42% dos casos no Marajó.

2.3.2. Comparação em função das classes obtidas na tipologia

Uma vez identificadas as classes de filhos de produtores, realizamos estatísticas mais precisas a fim de definir com mais fineza a potencial influência das percepções dos jovens na migração para a cidade. Foram realizados testes de χ^2 de independência entre as variáveis de avaliação da situação atual na área rural e as classes dos jovens. Os resultados desse teste aparecem na Figura 31.

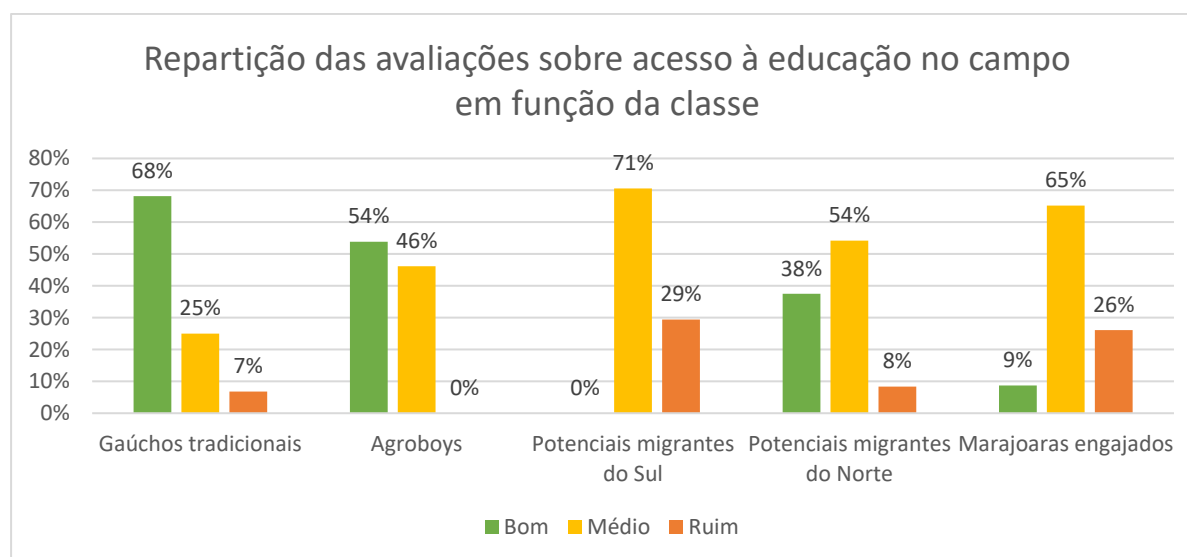


Figura 31: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "como você avalia o acesso à educação na sua comunidade?" nos entrevistados em função da classe de jovens obtida na tipologia (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)

Podemos observar que os “Gaúchos tradicionais” e os “Agrobóys”, que são constituídos pelos jovens do Rio Grande do Sul que pretendem seguir na atividade agropecuária, tendem a

ter uma percepção positiva do acesso à educação no campo (Figura 31). Vale ressaltar que estes dois grupos são constituídos por jovens com níveis de educação diferentes: os “Gaúchos tradicionais” são em maioria jovens com um nível de educação até o ensino médio, enquanto os “Agroboys” atenderam na maioria o ensino superior. Parece então que a percepção positiva do acesso à educação não esteja vinculada a um nível de educação. Ao contrário, os “Potenciais migrantes do Sul” tendem a ter uma percepção mais negativa do acesso à educação no campo. Este grupo é constituído na maioria por jovens entre 18 e 20 anos que não pretendem seguir na atividade agropecuária.

Os “Potenciais migrantes do Norte” e os “Marajoaras engajados” mostram a repartição das percepções dos jovens marajoaras. Como já observamos, essas percepções são significativamente diferentes das percepções dos jovens sul-rio-grandenses, e em geral mais negativas. No entanto, um resultado nos interpela: os “Potenciais migrantes do Norte” têm uma percepção melhor do acesso à educação no campo que os “Marajoaras engajados”. Os “Potenciais migrantes do Norte” avaliam o acesso à educação como médio a bom, enquanto os “Marajoaras engajados” o avaliam como médio a ruim. Os “Potenciais migrantes do Norte”, que têm uma percepção mais otimista, é um grupo constituído por jovens querendo migrar para a cidade e trabalhar num outro setor. As percepções do acesso à educação poderiam então ter uma influência na migração dos jovens do Rio Grande do Sul, mas os resultados no Marajó sugerem que as percepções do acesso à educação não estejam vinculadas a uma migração ou uma saída da atividade agropecuária. Não parece possível obter resultados genéricos que possam vincular as percepções da educação a uma migração para a cidade. No entanto, vale ressaltar a demanda dos jovens sobre a necessidade de melhorar o acesso a uma educação do campo, para o campo.

2.3.3. Descrição adicional

Foram realizados testes de χ^2 de independência entre as variáveis de avaliação da situação atual na área rural com a variável “onde prefere morar”. Também foram adicionadas variáveis sobre as infraestruturas presente na área rural do jovem entrevistado: uma variável indica a presença de escolas, creches ou ensino médio na área rural considerada, outra indica a presença de postos de saúde e farmácias. Essas variáveis foram construídas com base nas respostas dos jovens à pergunta de escolha múltipla que contabiliza todas as infraestruturas presentes na área rural do entrevistado. Uma última variável indica a presença de estradas asfaltadas na comunidade rural do entrevistado.

No que diz respeito ao acesso à educação, os resultados dos testes de Khi2 de independência mostram que uma boa avaliação do acesso à educação está vinculada positivamente a querer morar no campo no Rio Grande do Sul. No entanto, a repartição das respostas sobre a avaliação do acesso à educação no campo não depende dessa variável no Marajó. O gráfico seguinte mostra a repartição das respostas à pergunta “como você avalia o acesso à educação no campo” nos jovens do Rio Grande do Sul, em função de onde preferem morar: no campo ou na cidade (Figura 32).

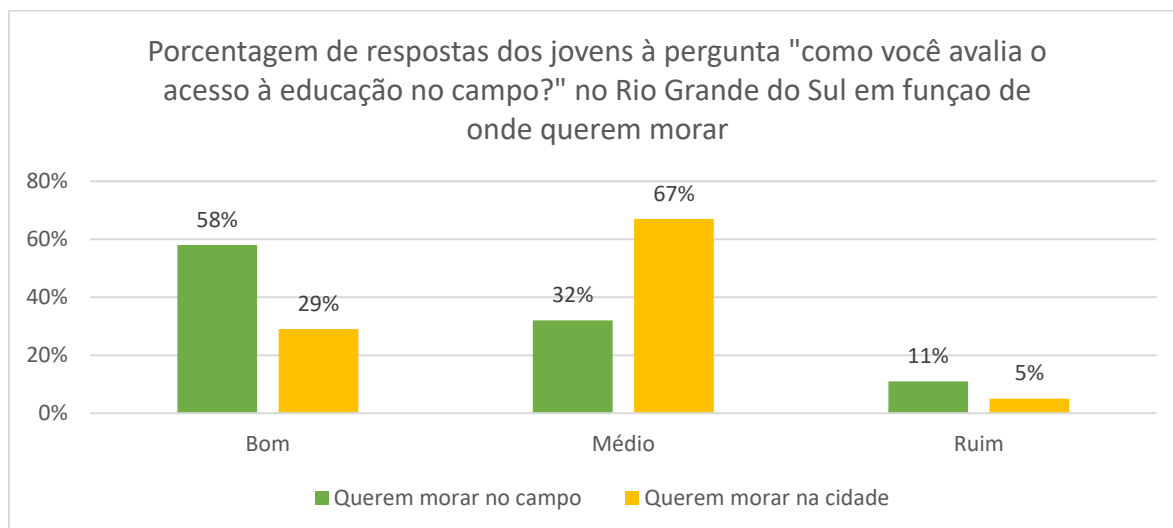


Figura 32: Porcentagem de respostas à pergunta "como você avalia o acesso à educação no campo?" no Rio Grande do Sul em função da preferência de moradia (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)

De fato, jovens que preferem morar no campo têm uma percepção positiva do acesso à educação no campo. Ao contrário, os jovens que preferem morar na cidade tendem a ter uma percepção mais neutra ou média do acesso à educação na área rural. O primeiro motivo de migração para a cidade dos entrevistados é a resposta “os meus estudos não estão ministrados na minha comunidade”, com 54% das respostas, ou 15 entrevistados dos 28 que migraram para a cidade. Os seguintes motivos dados para a migração são “queria sair da comunidade para ter outras experiências” e “queria ter mais autonomia”, cada um com 21% das respostas.

Além disso, a avaliação do acesso à educação no campo está vinculada negativamente ao fato de ter migrado para a cidade para os jovens sul-rio-grandenses. Os jovens entrevistados que moram atualmente na cidade têm uma percepção mais pessimista do acesso à educação na área rural que os jovens que não migraram.

Esforços são então precisos para melhorar o acesso à educação, a fim de incentivar os jovens rurais sul-rio-grandenses a permanecerem no campo. Por fim, a avaliação dos jovens não depende da presença de escolas na comunidade dos entrevistados. Este resultado sugere

que o esforço se foque também na qualidade e adequação da educação ofertada no campo e não somente no número de escolas existentes nas comunidades.

No Marajó, o nível de educação está ligado à avaliação do acesso à educação: os jovens que estão cursando ou concluíram o ensino superior tendem a ter uma avaliação mais severa que os jovens que cursaram ou estão cursando até o ensino médio. A Figura 33 mostra a repartição das avaliações do acesso à educação em função do nível de educação.

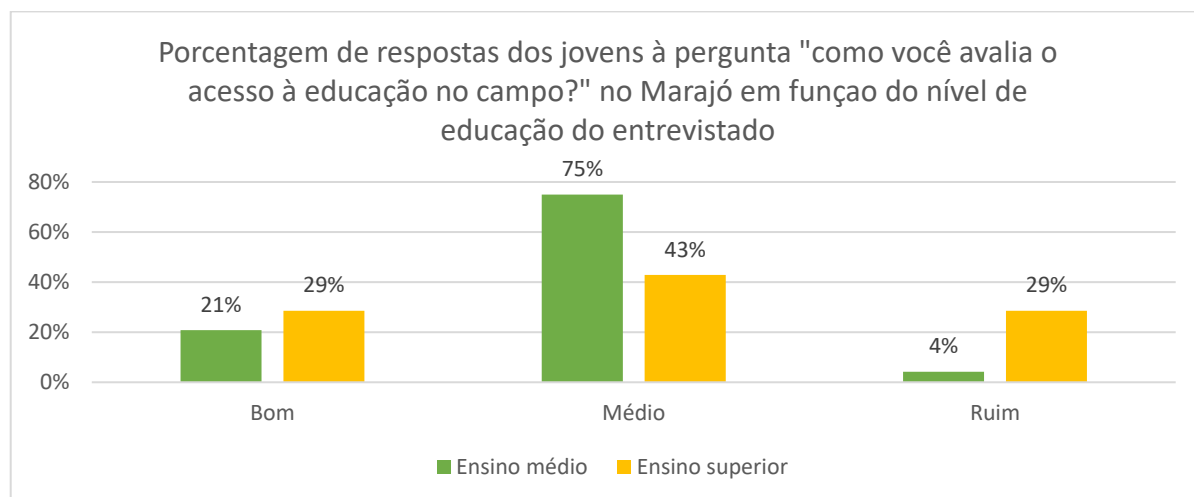


Figura 33: Porcentagem de respostas à pergunta "como você avalia o acesso à educação no campo?" no Marajó em função do nível de educação dos entrevistados (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)

Podemos observar que 75% dos jovens marajoaras que cursaram até o ensino médio avaliam o acesso à educação como médio, contra 43% dos jovens que cursam ou cursaram o ensino superior. 29% dos jovens com ensino superior avaliam negativamente o acesso à educação no campo, contra somente 4% dos jovens com ensino médio. Este resultado se observa somente na população de jovens marajoaras, e não nos jovens sul-rio-grandenses. De fato, no Rio Grande do Sul, a percepção do acesso à educação não varia em função do nível de educação.

Em conclusão, as percepções são ligadas a diferentes fatores de acordo com a região de estudo considerada. As percepções do acesso à educação no campo têm uma repartição significativamente diferente de acordo com onde os jovens do Rio Grande do Sul querem morar, ou se eles moram atualmente no campo, ou ainda se pretendem seguir na atividade agropecuária. Ao contrário, a repartição das percepções dos jovens marajoaras não difere significativamente em função desses fatores. No Marajó, as pessoas com ensino superior tendem a avaliar o acesso à educação com mais severidade que as pessoas com um nível de educação até o ensino médio. Por fim, as percepções diferem significativamente segundo as classes obtidas na tipologia, em ambas as regiões de estudo.

3. As políticas públicas relativas a outros serviços públicos

3.1. O acesso à saúde nas áreas rurais

Os leitos hospitalares são definidos como todos os leitos com pessoal hospitalar imediatamente disponível em hospitais gerais, psiquiátricos e especializados. Os leitos considerados não incluem camas em instalações de cuidados prolongados (OCDE, 2017). O número de leitos hospitalares fornece uma indicação dos recursos disponíveis para serviços de internação numa área dada. O Japão é o país com maior número de leitos hospitalares por 1.000 habitantes, com 12,84 leitos por 1.000 habitantes em 2019 (OCDE, 2021). Já a França tem 5,84 leitos de internação por 1.000 habitantes em 2019 (OCDE, 2021) e o Brasil 2,09 leitos por 1.000 habitantes em 2021 (BRASIL, 2021d). No entanto, o número de leitos para internação varia dentro do Brasil em função da área considerada, como mostra a Tabela 9.

Tabela 9: Número de leitos para internação, população estimada e leitos hospitalares por 1000 habitantes por área considerada (Fonte: adaptado dos dados de BRASIL, 2021d; IBGE, 2020)

<i>Brasil e Unidades de Federação</i>	Número de leitos hospitalares (2021)	População estimada (2021)	Leitos para internação por 1000 habitantes
<i>Brasil</i>	448 308	213 891 120	2,10
<i>Rio Grande do Sul</i>	29 411	11 482 380	2,56
<i>Pará</i>	15 223	8 811 230	1,73
<i>Marajó</i>	286	564 199	0,51

Enquanto podemos observar que o estado do Pará tem menos leitos para internação por 1.000 habitantes que a média do Brasil e que o Rio Grande do Sul, se destaca que o Marajó tem um coeficiente ainda menor, de 0,51 leitos por 1000 habitantes.

Podemos pôr em perspectiva estes dados com os resultados das entrevistas de jovens rurais marajoaras e sul rio-grandenses. Quando perguntados como avaliam o acesso à saúde na comunidade rural, os jovens entrevistados no Marajó respondem majoritariamente pela negativa: 57% deles considera o acesso à saúde ruim (entre as escolhas “bom”, “médio” ou “ruim”). Só 4% dos jovens marajoaras entrevistados escolhe a categoria “bom” para definir o acesso à saúde na comunidade rural onde moram. Ao contrário, os jovens rurais entrevistados no Rio Grande do Sul têm uma avaliação diferente: 37% deles considera o acesso bom, 48% consideram o acesso médio, e 17% escolheram a opção “ruim”. Estes resultados são

comparados na Figura 34. Estes resultados diferem significativamente em função da região de estudo. As percepções são mais positivas no Rio Grande do Sul de que no Marajó.

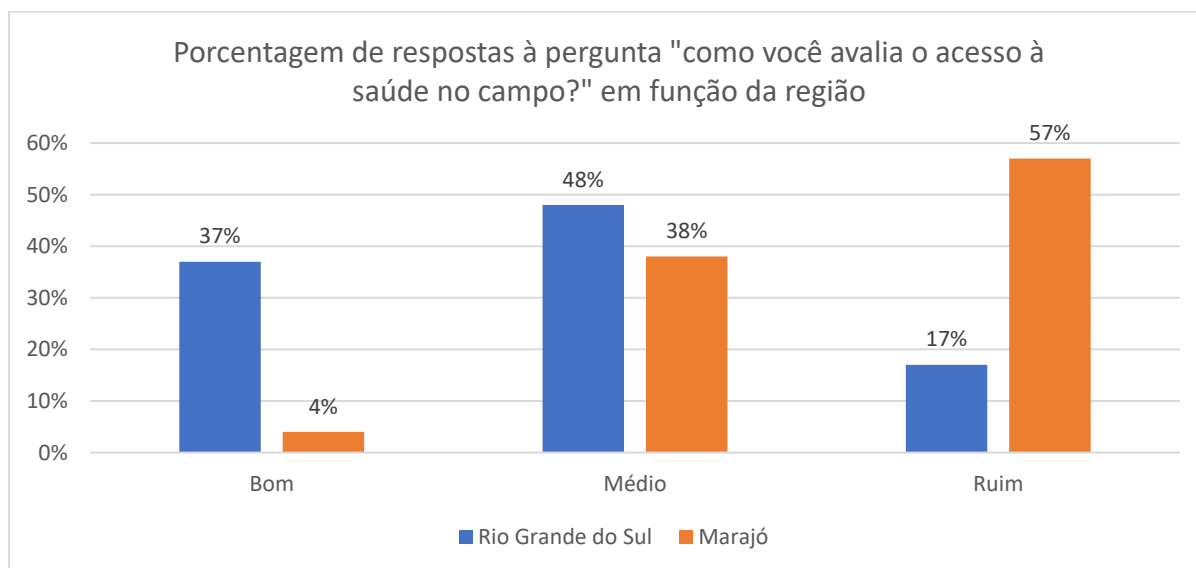


Figura 34: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "como você avalia o acesso à saúde na sua comunidade?" nos entrevistados em função da área de pesquisa (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)

Além dessa avaliação geral, os jovens foram questionados sobre a presença de postos de saúde e de farmácias nos entornos. 39% dos jovens sul rio-grandenses entrevistados declararam ter um posto de saúde próximo onde moram, contra 79% dos jovens marajoaras. 28% dos entrevistados do Rio Grande do Sul se beneficiam de uma farmácia, contra 51% dos entrevistados do Marajó. Podemos ver que a avaliação dos jovens não está necessariamente vinculada à presença de estabelecimentos de saúde, já que os jovens marajoaras tiveram uma avaliação mais severa e a maioria deles mora perto de um posto de saúde.

Como foi feito para as percepções sobre o acesso à educação no campo, foram realizados testes de χ^2 de independência entre as variáveis de avaliação do acesso à saúde na área rural com a variável "onde prefere morar". Também foram adicionadas variáveis sobre as infraestruturas presentes na área rural do jovem entrevistado, que indicam a presença de postos de saúde e farmácias. Essas variáveis foram construídas com base nas respostas dos jovens à pergunta de escolha múltipla que contabiliza todas as infraestruturas presentes na área rural do entrevistado. Os resultados dos testes de χ^2 de independência mostram que, no Rio Grande do Sul, uma boa avaliação do acesso à educação está vinculada positivamente a morar atualmente no campo. Os jovens que já migraram para a cidade têm de fato uma percepção neutra (para 47% deles) a negativa (para 28% deles) do acesso à saúde no campo. Ao contrário, os jovens que moram no campo têm uma percepção mais otimista: eles avaliam o acesso à saúde no campo como bom (para 45% deles) ou médio (com uma porcentagem idêntica de

45%). O fato de morar ou não no campo não influencia as respostas dos jovens marajoaras no que diz respeito ao acesso à saúde.

No Rio Grande do Sul, a presença de posto de saúde e de farmácia ao redor do lugar de moradia do jovem também influencia a percepção do acesso à saúde: os jovens morando perto de um posto de saúde e/ou de uma farmácia têm uma melhor avaliação do acesso à saúde no campo. A Figura 35 evidencia que somente 9% dos jovens morando perto de um estabelecimento ligado à saúde têm uma percepção negativa do acesso à saúde no campo, contra 23% dos jovens que não se beneficiam destes estabelecimentos na sua comunidade.

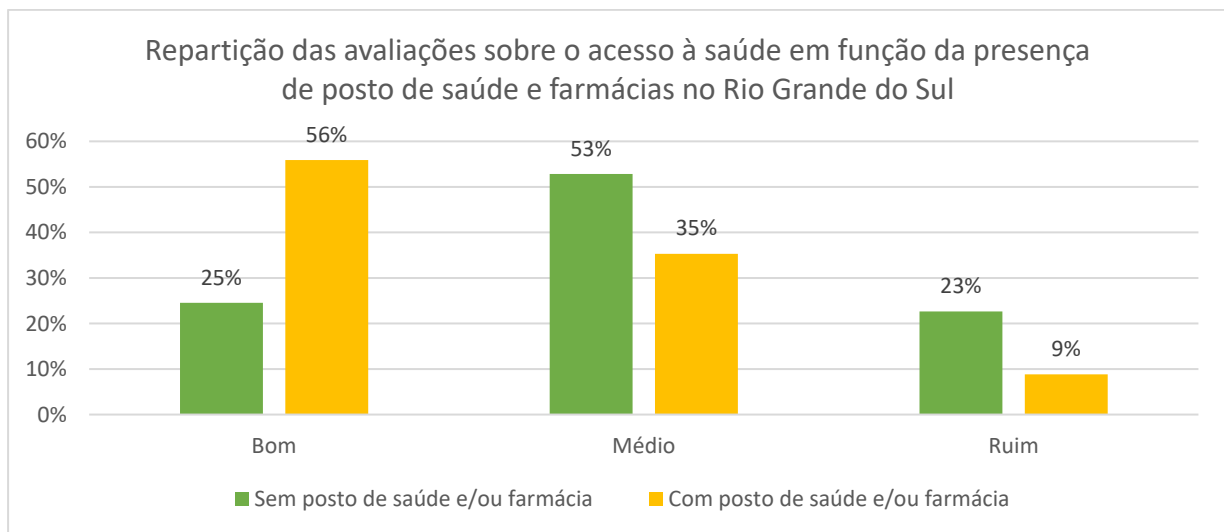


Figura 35: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "como você avalia o acesso à saúde na sua comunidade?" nos entrevistados em função da presença de postos de saúde e farmácias no Rio Grande do Sul (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)

A repartição das respostas sobre o acesso à saúde no campo não depende da presença de estabelecimentos de saúde na comunidade no Marajó. Em outras palavras, a presença de estabelecimentos de saúde não leva a uma melhor avaliação do acesso à saúde de acordo com os jovens marajoaras. Vale ressaltar a maior presença desses estabelecimentos no Marajó de que nas comunidades do Rio Grande do Sul entrevistadas. No entanto, a percepção dos jovens marajoaras é mais severa que a dos jovens sul-rio-grandenses. Os estabelecimentos ligados à saúde no Marajó não permitem atender as demandas da população, e os jovens lamentam a falta de remédios, equipamentos e pessoal de saúde nesses estabelecimentos.

Por fim, a repartição das avaliações dos jovens depende da classe considerada na tipologia obtida para os jovens do Rio Grande do Sul, mas não para os jovens do Marajó. A Figura 36 mostra a repartição das avaliações em função das classes dos jovens sul-rio-grandenses.

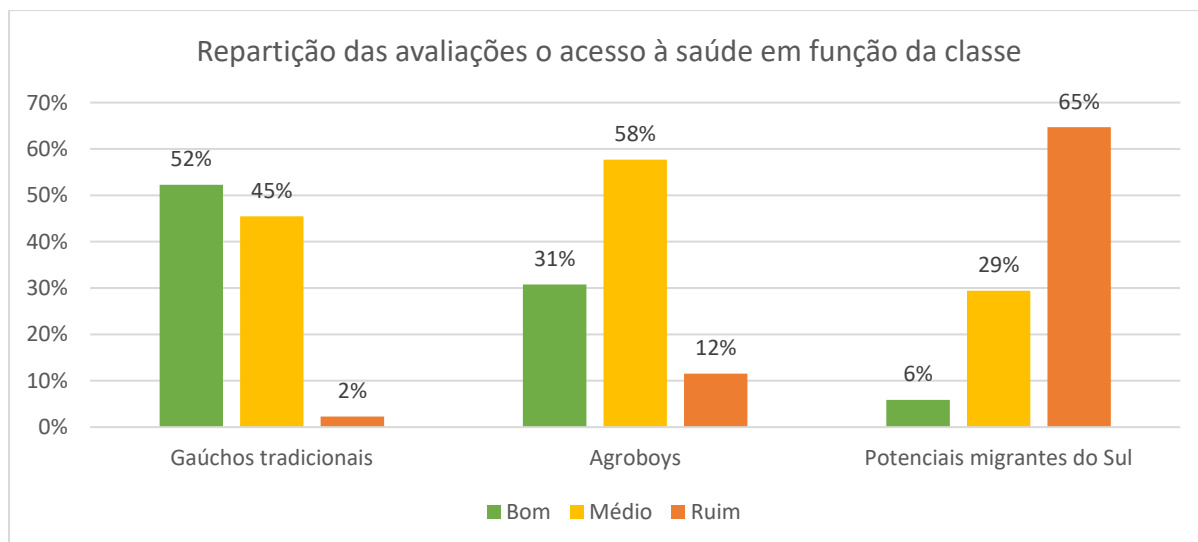


Figura 36: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "como você avalia o acesso à saúde na sua comunidade?" nos entrevistados em função da classe de jovens obtida na tipologia (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)

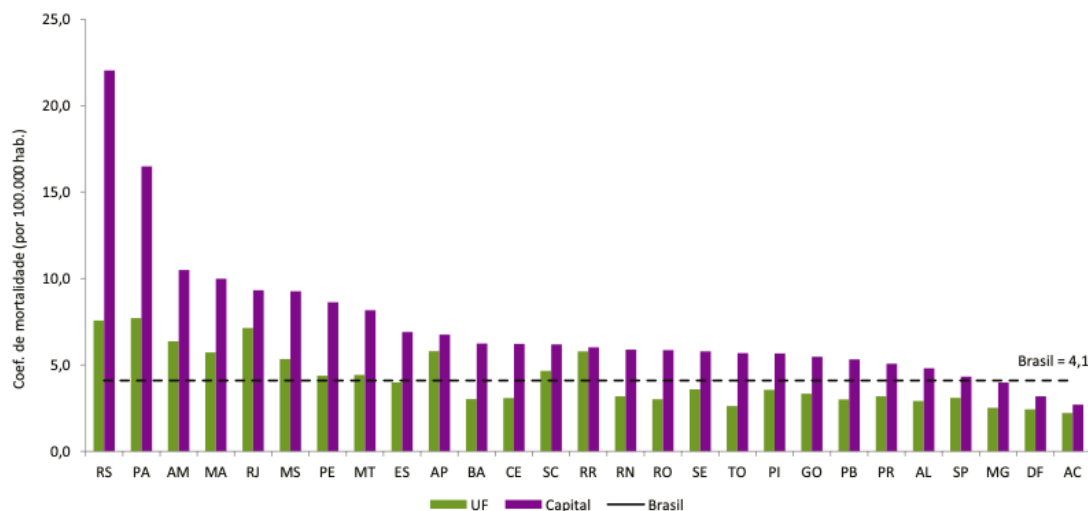
Podemos observar que a categoria de jovens que pretende sair da atividade agropecuária, os “Potenciais migrantes do Sul”, tem uma percepção significativamente mais negativa do acesso à saúde no campo, com 65% dos jovens considerando o acesso ruim. Esta mesma avaliação negativa foi dada por 12% dos “Agrobóys” e somente 2% dos “Gaúchos tradicionais”.

De novo, as classes obtidas na tipologia dos jovens do Marajó não têm uma repartição de avaliação do acesso à saúde diferente. Ambas as classes tendem a ter uma percepção negativa do acesso à saúde nas comunidades rurais, quer queiram mudar para a cidade ou não. Este resultado sugere que o acesso à saúde não seja um fator determinante da migração dos jovens para a cidade, no entanto, os jovens marajoaras concordam em denunciar o estado precário da saúde na área rural.

Estes resultados trazem à tona a necessidade de políticas públicas facilitando o acesso à saúde, principalmente no Marajó. Por saúde, entendemos aqui estabelecimentos de saúde com equipamento adequado e funcionando, disponibilidade de remédios e pessoal de saúde qualificado em medicina geral, mas também em outras especialidades tais como odontologia, cardiologia ou ginecologia. A Ilha do Marajó contava em 2009 (data do último censo disponível) com 206 estabelecimentos de saúde, e somente 12 deles tinham atendimento de emergência (IBGE, 2020).

O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma iniciativa do Ministério da Educação que desenvolve ações de promoção, prevenção e atenção à saúde para estudantes da educação básica e a comunidade escolar. Um dos componentes do programa é a avaliação das condições de saúde das crianças e dos jovens da escola pública (BRASIL, 2021c). Este programa está

suspensão devido à pandemia. Entre outras ações, o programa propõe oficinas de prevenção e testagem das doenças sexualmente transmissíveis. Os estados do Rio Grande do Sul e do Pará têm a maior taxa de óbitos por AIDS de todas as unidades federais do Brasil em 2019, como mostra a Figura 37 (BRASIL, 2020). O coeficiente padronizado de mortalidade por AIDS por 100.000 habitantes representa o número de óbitos por AIDS como causa básica no local considerado dividido pela população de residentes no mesmo local, multiplicado por 100.000. Este coeficiente está padronizado, levando em conta a média e o desvio-padrão de todos os valores do indicador. O estado do Pará apresenta o maior coeficiente de mortalidade por HIV do país, com 7,7 óbitos por AIDS por 100.000 habitantes, seguido pelo estado do Rio Grande do Sul com 7,6 mortes em 2019 (BRASIL, 2020). A suspensão das oficinas do programa PSE pela pandemia poderia influenciar o número de casos da doença no país, principalmente das populações mais jovens.



Fonte: SIM (atualizado em 31/12/2019).
 Nota: (*) Óbitos registrados no SIM até 31/12/2019.

Coeficiente de mortalidade padronizado de aids (por 100.000 hab.), segundo UF e capital de residência. Brasil, 2019*

Figura 37: Coeficiente de mortalidade padronizado de AIDS (por 100.000 habitantes), segundo a Unidade Federal e capital de residência, Brasil, 2019. (Fonte: BRASIL, 2020)

3.2. Mobilidade e transporte nas áreas rurais

Um aspecto vinculado ao acesso à educação tem a ver com a mobilidade dos jovens: a qualidade das estradas e a presença ou não de transporte escolar pode influenciar: favorecer ou, ao contrário, dificultar o acesso dos jovens rurais à educação. Nas entrevistas online e presenciais, foi pedido aos jovens uma avaliação geral do transporte para a cidade e das estradas no campo onde eles moram. Os resultados são similares entre os jovens rurais do Rio Grande

do Sul e os jovens do Marajó, como podemos observar na Figura 38. Somente 26% dos jovens rurais do Rio Grande do Sul consideram que o transporte para a cidade e as estradas são de boa qualidade, 39% os consideram médio, e 34% escolheram a resposta “ruim”. No Marajó, 53% dos jovens entrevistados avaliaram o transporte para a cidade e as estradas na categoria “médio”, 34% deles na categoria “ruim” e só 15% na categoria “bom” (Figura 38).

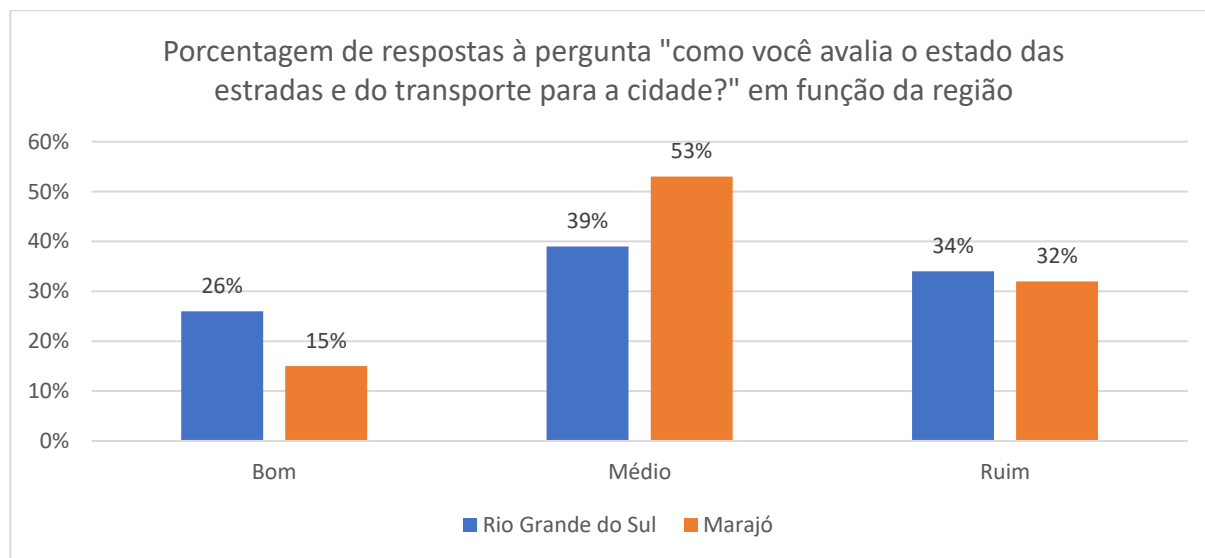


Figura 38: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "como você avalia o estado das estradas e do transporte para a cidade?" nos entrevistados em função da área de pesquisa (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)

Além disso, a avaliação dos jovens varia de acordo com a classe obtida na tipologia. A Figura 39 mostra a repartição das avaliações sobre o transporte em função da classe de jovem considerada. Podemos observar que as classes com as piores avaliações são os grupos “Potenciais migrantes do Sul” e “Marajoaras engajados”. Os jovens do Rio Grande do Sul que pretendem sair da atividade agropecuária têm uma avaliação mais severa do transporte na área rural, seguida pelos jovens do Marajó que pretendem ficar no campo e seguir na atividade agropecuária. Portanto, a avaliação dos “Potenciais migrantes do Norte”, que pretende sair para a cidade e trabalhar num outro setor, não é positiva senão média em geral (para 63% dos “Potenciais migrantes do Norte”). Podemos então sugerir que esforços sejam feitos no estado das estradas nas áreas rurais e na oferta de transporte para a cidade, a fim de apoiar os jovens que pretendem ficar na atividade e de não aumentar a fuga dos jovens para a cidade. De fato, as idas para a cidade são necessárias para os jovens, mesmo eles querendo ficar na atividade agropecuária e no campo, para motivos administrativos por exemplo.

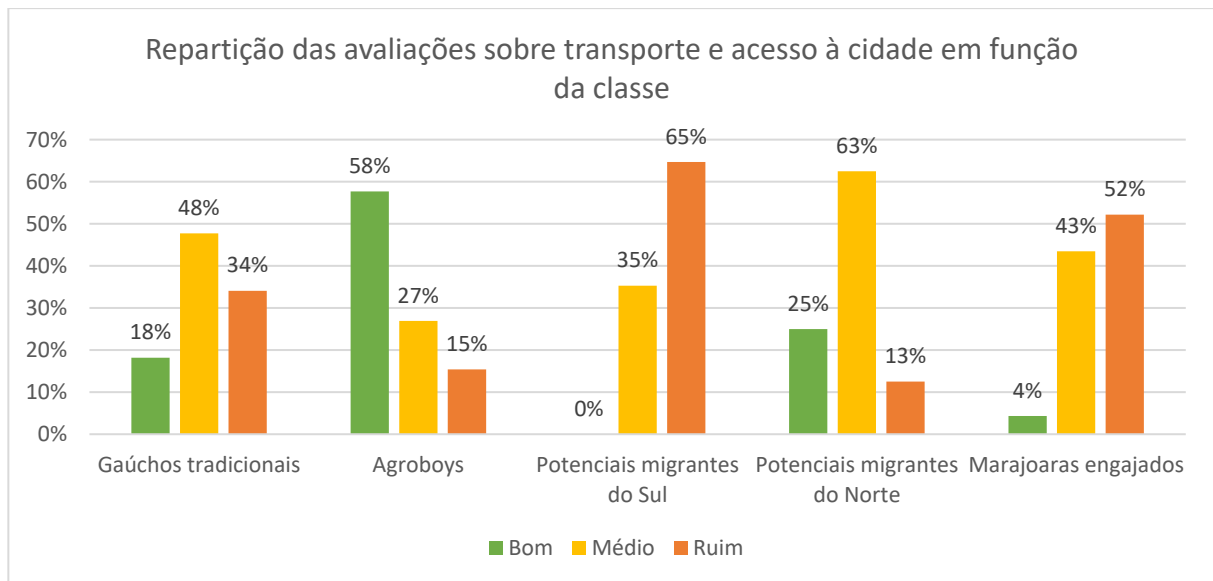


Figura 39: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "como você avalia o estado das estradas e o transporte para a cidade?" nos entrevistados em função da classe de jovens obtida na tipologia (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)

Vale ressaltar que os “Agroboys”, que pretendem seguir na atividade agropecuária, mas preferem morar na cidade, avaliam mais positivamente o transporte e o estado das estradas, com 58% deles dando uma boa avaliação. A percepção desses jovens é interessante pois permite construir uma situação híbrida onde os jovens ficando na atividade limitam a concentração de terras e o campo não se esvazia completamente, devido às idas e voltas frequentes dos jovens. Se torna necessária a manutenção das estradas para assegurar essas idas e voltas dos jovens considerando morar na cidade e efetuar um deslocamento diário para a propriedade agrícola. Um teste de Khi2 complementar permitiu evidenciar a relação entre a preferência para morar na cidade e a avaliação positiva do transporte e do estado das estradas. A Figura 40 mostra a relação entre essas duas variáveis no Rio Grande do Sul. Enquanto cerca de 40% dos jovens que preferem morar no campo avaliam negativamente o transporte e estado das estradas (39% deles), a metade dos que preferem morar na cidade o avaliam positivamente (52% deles-Figura 40). Podemos imaginar que uma boa percepção do transporte e das estradas para a cidade seja um fator favorável a considerar morar na cidade e se deslocar todos os dias para o campo. Este resultado sugere a importância da manutenção das estradas para contribuir na dinâmica das áreas rurais. De fato, sem estradas praticáveis, as áreas rurais ficam cada vez mais isoladas, diminuindo o poder de atração do campo para os jovens e potencialmente aumentando o êxodo rural.

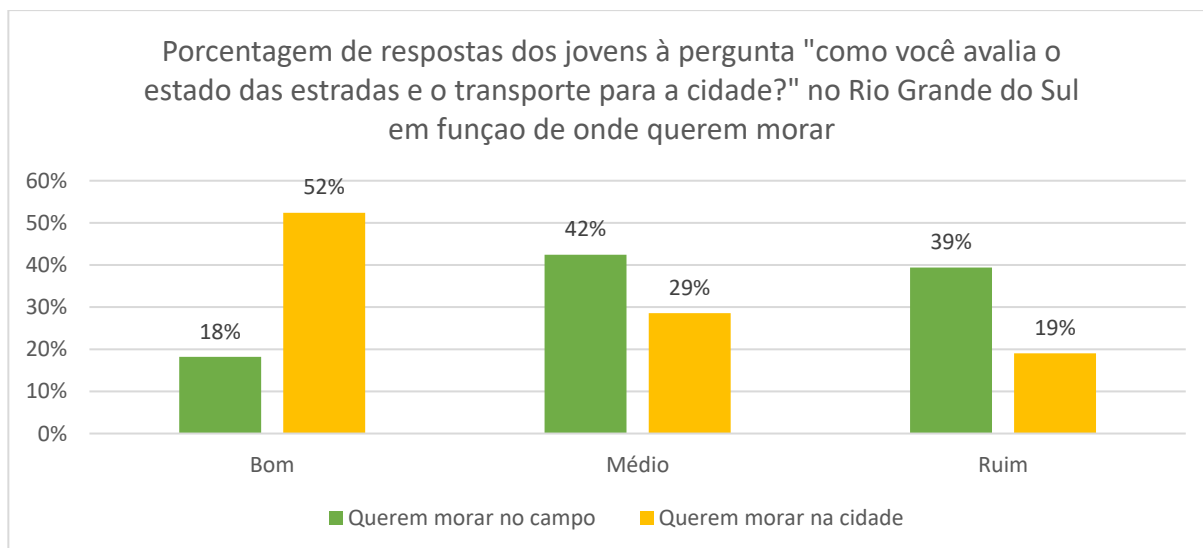


Figura 40: Porcentagem de respostas à pergunta "como você avalia o estado das estradas e o transporte para a cidade?" no Rio Grande do Sul em função da preferência de moradia (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)

No Marajó, a situação difere: a avaliação dos jovens não está ligada significativamente a onde os jovens preferem morar. No entanto, ela parece depender significativamente da presença de estradas asfaltadas. A Figura 41 mostra a repartição das avaliações sobre o estado das estradas e o transporte para a cidade em função da presença de estradas asfaltadas na comunidade rural dos entrevistados marajoaras. Como podemos imaginar, a ausência de estradas asfaltadas perto da comunidade rural leva a uma avaliação mais negativa do transporte. No entanto, a maioria dos jovens que se beneficiam de estradas asfaltadas não tende a dar uma avaliação positiva, senão média. De fato, 57% dos jovens morando em comunidades não servidas por estradas asfaltadas consideram o estado das estradas e o transporte para a cidade como ruim, e 69% dos jovens morando em áreas rurais se beneficiando de asfalto o consideram médio (Figura 41). No que diz respeito aos jovens que avaliaram o estado das estradas e o transporte como bons, eles representam 10% dos jovens sem estradas asfaltadas, e 19% dos jovens com estradas asfaltadas. Podemos concluir que a presença de estradas asfaltadas melhora a percepção do transporte para a cidade, mas não basta obter uma avaliação positiva da última. Este resultado sugere que sejam feitos esforços na manutenção das estradas. Um outro aspecto pode ter a ver com a iluminação pública das estradas e a construção das vias para prevenir o efeito das enchentes e enfraquecimento do asfalto pelas intempéries.

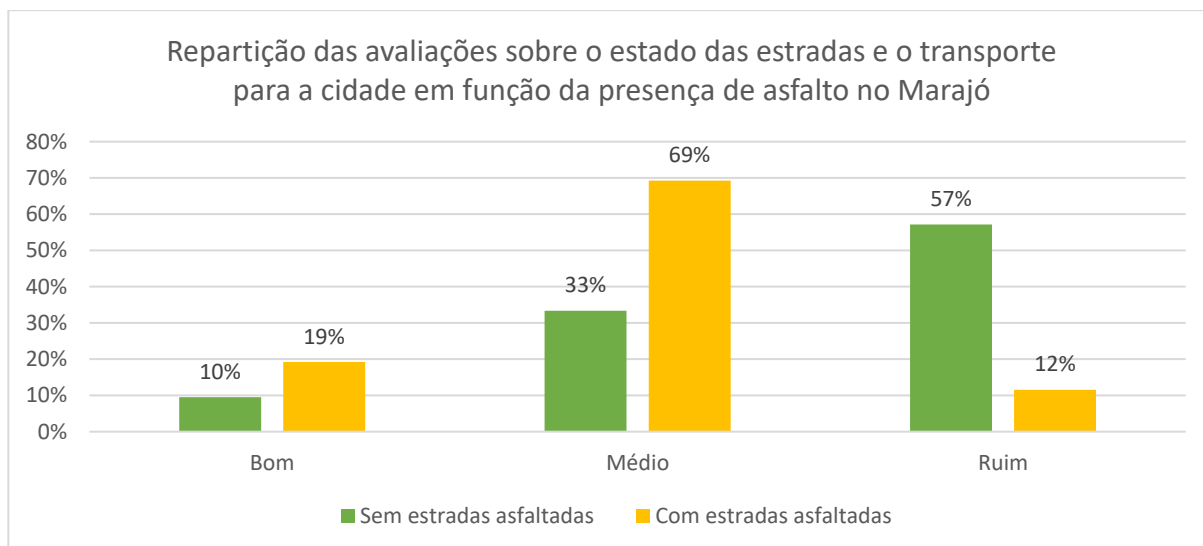


Figura 41: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "como você avalia o estado das estradas e o transporte para a cidade?" nos entrevistados em função da presença de estradas asfaltadas no Marajó (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)

Vale ressaltar uma diferença no transporte escolar: 84% dos jovens sul rio-grandenses entrevistados declararam ter ônibus escolar onde moram, contra só 39% dos jovens marajoaras. Além disso, somente a metade dos entrevistados declarou ter estradas asfaltadas perto do lugar de moradia (51% deles no Rio Grande do Sul, e 57% dos jovens no Marajó). Em ambas as regiões se encontram muitas estradas de chão, como mostrado nas Foto 3Foto 4. Além disso, só 38% dos jovens sul rio-grandenses e 37% dos jovens marajoaras entrevistados declaram ter um posto de gasolina nos entornos da comunidade na qual moram.



Foto 3: Exemplo de estrada de chão com declive em Santana de Livramento, no Rio Grande do Sul (Fonte: foto tirada pela autora em 18/07/2019)



Foto 4: Estrada de chão no Marajó usada por uma carroça rebocada por um búfalo (Fonte: foto tirada pela autora em 28/09/2019)

A presença de luz pública nas ruas também é um fator relevante na mobilidade dos jovens de casa até a escola. No inverno, as chuvas dificultam o acesso nas estradas de chão, como ressaltam vários entrevistados, tanto do Rio Grande do Sul quanto do Marajó. Enquanto 78% dos entrevistados sul rio-grandenses declaram ter luz pública nas ruas, só 50% dos jovens

marajoaras entrevistados se beneficiam dela. A presença de gado solto na beira das estradas é um fator de risco de acidentes na estrada (que constitui um maior risco de noite), como mostrado na Foto 5.



Foto 5: Travessia de búfalos numa estrada asfaltada sem iluminação pública no Marajó (Fonte: foto tirada pela autora em 20/08/2021)

O nível socioeconômico dos alunos paraenses e sul rio-grandenses aporta informações sobre a mobilidade dos jovens. Quanto mais baixo o Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) dos alunos, menos acesso terão a um modo de transporte privativo como carro ou moto (BRASIL, 2021). O INSE médio dos alunos no Brasil é de 5, considerando as escolas urbanas e rurais. A média do INSE dos alunos rurais do Pará e do Rio Grande do Sul é menor do que a média do INSE dos alunos totais dos estados, como mostra a tabela seguinte (Tabela 10).

Tabela 10: Média ponderada do Indicador de Nível Socioeconômico dos alunos do estrato da UF (Fonte: adaptado dos dados de BRASIL, 2019)

Estado	Tipo de escola	Média INSE em 2019
<i>Pará</i>	Escolas totais	4,31
	Escolas rurais	3,87
<i>Rio Grande do Sul</i>	Escolas totais	5,46
	Escolas rurais	5,17

Os alunos das escolas do Rio Grande do Sul têm um INSE mais alto que a média do Brasil, no entanto os alunos das escolas rurais têm um INSE menor que os alunos de escolas urbanas. O mesmo se observa nos alunos rurais do Pará (BRASIL, 2019). Os alunos rurais são então menos propensos a ter acesso a um veículo próprio para o transporte até a escola, o que ressalta o caráter essencial da presença de ônibus escolar nas áreas rurais.

Uma particularidade do Marajó é a travessia de braços do rio e de igarapés por meio de balsas, como é o caso para passar do município de Salvaterra para o município de Soure, e de Cachoeira do Arari para Camará. Por exemplo, um aluno de Soure querendo seguir uma formação na

Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará (EETEPA) do município de Salvaterra está dependente das balsas que acabam às 19h20 nos dias da semana, como pode ser visto na Foto 6. Estes horários de balsa dificultam a volta do aluno após as aulas, já que vários cursos são oferecidos no período vespertino ou noturno.

SABADO		DOMINGOS E FERIADOS	
SOURE	SALVATERRA	SALVATERRA	SOURE
05:00	07:20	07:20	07:00
06:00	08:00	08:00	09:00
07:20	09:30	11:00	10:30
08:20	10:30	12:50	12:30
09:50	11:30	13:50	13:30
10:50	13:30	14:50	14:30
11:50	14:30	15:50	15:30
13:50	16:30	17:20	17:00
14:50	18:00	18:20	18:00
16:50			
18:20			
18:20			

Foto 6: Horários de travessia entre os municípios de Soure e Salvaterra, no Marajó (Fonte: foto tirada pela autora em 20/08/2021)

3.3. Acesso à internet

Na América latina, 32% da população não tem acesso a serviços de internet (AGUDELO *et al.*, 2020), e só 37% da população rural tem conectividade. No Brasil, só 13% das pessoas que moram em área rural tem acesso à internet em casa, contra 49% das pessoas em meio urbano em 2018. O celular tem um papel importante para o acesso à internet dos jovens brasileiros, já que 91% deles usam o celular para se conectar à internet. No total, em 2018, 48% das pessoas que moram na área rural tinham acesso à internet, em casa ou no celular, contra 85% das pessoas morando em área urbana (TRUCCO & PALMA, 2020).

No Brasil, quatro empresas (Vivo, Claro, TIM e Oi) representam 98% do mercado de provedores de banda larga móvel (UNESCO, 2021). No nível federal, as quatro empresas têm uma participação de mercado relativamente equilibrada: Vivo mantém 31,7% do mercado, Claro e TIM 25,0% e 24,7% respectivamente, e Oi mantém 16,5% do mercado. Mas a Vivo mantém 47,2% do mercado no estado do Rio Grande do Sul, e 37,3% do mercado no Pará. Tim está menos presente no Rio Grande do Sul (8,65% do mercado), mas se posiciona no segundo lugar no Pará com 29,3% de participação do mercado (ANATEL, 2018). Essas desigualdades de participação de mercado podem sugerir que uma empresa tenha o monopólio de cobertura

de rede em algumas áreas dos estados. De fato, em 2018, 5,4 mil municípios tinham acesso à internet móvel via atendimento 3G, o que representa 97,8% dos municípios do Brasil. No entanto, menos da metade dos municípios do Pará são atendidos por fibra ótica (71 dos 144 municípios do estado), contra 68,9% dos municípios do Rio Grande do Sul (ANATEL, 2018). Além disso, a banda larga fixa é o serviço obtendo as piores avaliações da pesquisa de satisfação organizada pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) na maioria dos indicadores pesquisados (ANATEL, 2018).

Estima-se que serão necessários 428 bilhões de dólares para conectar toda a humanidade à Internet até 2030. Na América Latina e no Caribe, este montante corresponde a USD 47 bilhões (Aliança para Internet Acessível, 2021). O acesso à internet exacerba as desigualdades no acesso à informação e ao conhecimento em geral e, considerando as juventudes, não ter acesso à internet dificulta a socialização e limita a capacidade de usar ferramentas básicas úteis para a vida futura do jovem (TRUCCO & PALMA, 2020). De fato, as crianças e adolescentes no Brasil começam a usar Internet para atividades relacionadas à socialização e entretenimento. À medida que crescem, os jovens incorporam atividades relacionadas à cidadania e comunidade (TRUCCO & PALMA, 2020).

No Brasil, o Portal Brasileiro de Dados Abertos reúne mais de 5.700 conjuntos de dados em 23 temas, dentre os quais saúde, educação e agricultura (UNESCO, 2021). O Portal da Legislação também põe à disposição as leis federais e estaduais em livre acesso aos cidadãos. Um estudo de 2021 aponta que 58% dos órgãos públicos federais e estaduais têm websites compatíveis com acesso desde um celular. Considerando unicamente os órgãos federais, 76% deles têm um website com versão adaptada para um celular (UNESCO, 2021). Em 2017, 44% dos usuários de internet da área rural (com 16 anos ou mais) usaram serviços de governo eletrônico nos últimos 12 meses, contra 66% dos usuários da área urbana. Os serviços de governo considerados incluem serviços de saúde e educação, entre outros. Na área rural, 84% dos usuários de internet não interagiram com autoridades públicas online nos últimos 12 meses e os 16% restantes procuraram informações em websites governamentais (UNESCO, 2021).

4. Considerações finais

Podemos ressaltar alguns pontos que emergem dos resultados. Um deles é o acesso a uma educação de qualidade, que seja adequada aos jovens rurais. Como uma professora membro do SINTEPP comentou:

“A escola não chega para todos, e além de não chegar para todos, a escola que chega é um currículo urbanocêntrico. É um currículo que não dialoga praticamente em nada com a realidade desses jovens do campo.” (transcrição de entrevista realizada no 27/03/2021).

Esforços são necessários para melhorar o acesso à educação a fim de incentivar os jovens rurais a permanecerem no campo. Os resultados sugerem que o esforço se foque também na qualidade e adequação da educação ofertada no campo e não somente no número de escolas existentes nas comunidades. O acesso à educação recebe melhores avaliações por parte dos jovens do Rio Grande do Sul, resultado coerente com os dados da literatura sobre a qualidade das infraestruturas de educação, formação dos professores e porcentagem de atraso escolar. Esta análise ressalta então a importância de melhorar o acesso à educação para os jovens marajoaras.

Outro aspecto importante tem a ver com a necessidade de um acesso à saúde para as populações rurais, com estabelecimentos equipados, com disponibilidade de remédios e pessoal de saúde. Contudo, devemos lembrar que o acesso à saúde e escolas passa por uma estrutura de transporte e estradas seguras. Os resultados sugerem a importância da manutenção das estradas para contribuir na dinâmica das áreas rurais.

Por fim, a população rural no Marajó está aumentando, seguindo o crescimento da população total (urbana e rural) na região. As avaliações dos serviços públicos podem sugerir que uma solução para combater o êxodo rural seja aumentar o número de estabelecimentos de educação e de saúde nas áreas rurais. No entanto, a tendência atual é a diminuição do número de escolas rurais e a criação de escolas-núcleo, o que representa uma perda de patrimônio para as áreas rurais.

Capítulo 5: Apoio à produção e sucessão geracional

Este capítulo pretende mostrar o estado atual de diversas políticas públicas de apoio à produção agrícola, assim como as percepções dos jovens sobre o acesso à terra e as condições para a produção. Uma primeira parte evidencia as políticas públicas dedicadas à produção agrícola, especificamente a assistência técnica e financeiro à produção e comercialização agrícola. Uma segunda parte trata das percepções dos jovens sobre a produção agrícola. Em particular, buscaremos evidenciar as percepções dos jovens sobre o acesso à terra, as condições para a produção, assim como as relações entre comunitários e com o poder público. Uma parte aborda a percepção dos jovens sobre sucessão dentro da propriedade agropecuária e sua tomada de decisão nela. Por fim, uma última parte aborda algumas considerações finais.

1. As políticas públicas dedicadas à produção agrícola

1.1. Assistência técnica à produção agrícola e comercialização

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, somente 20% dos estabelecimentos agropecuários recebem assistência técnica (IBGE, 2017). São então mais de 4 milhões de estabelecimentos agropecuários que não recebem nenhuma assistência técnica no Brasil. Estamos considerando aqui a assistência técnica tanto para a produção como para uso de insumos ou comercialização. Sem assistência técnica e com acesso à internet limitado nas áreas rurais, as fontes de informações sobre a otimização da produção agrícola ficam menos acessíveis para o produtor rural.

Uma jovem diretora da secretaria de mulheres da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará (FETAGRI-PA) observa:

“A sucessão rural, ela não vai acontecer no campo se a gente não tiver políticas públicas e acesso à essas políticas públicas.” (transcrição de entrevista realizada no 22/03/2021).

Um aspecto importante do apoio à produção é a ajuda técnica pelo viés de técnicos agrônomos e/ou veterinários, pois permite otimizar a produção e assegurar a renda pelos produtores. Podemos constatar que o acesso à ajuda técnica por parte do governo, seja federal ou municipal, está limitado nas áreas consideradas., como mostra a Figura 42.

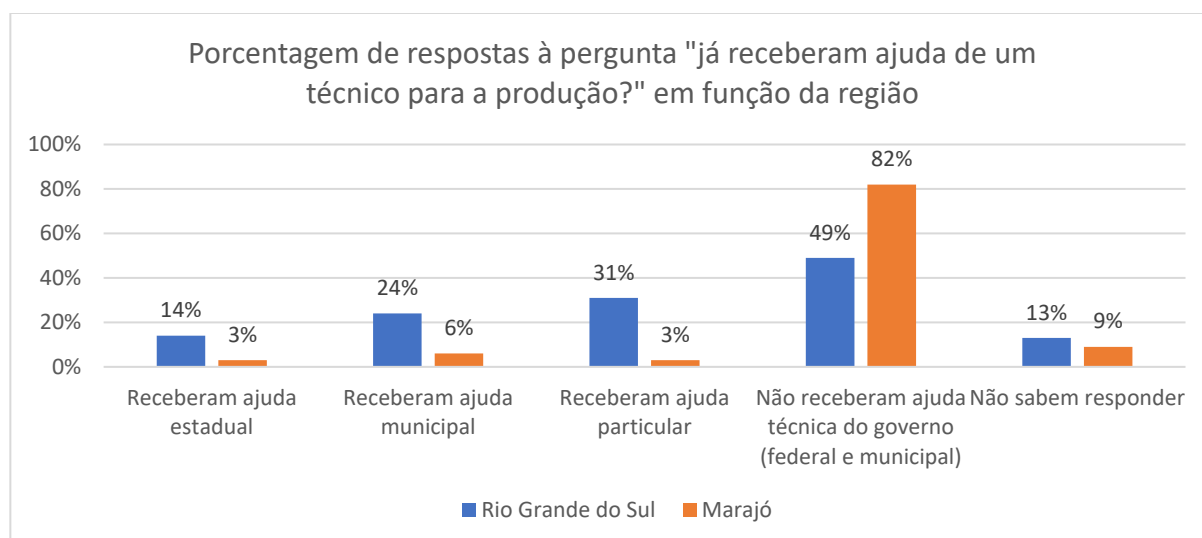


Figura 42: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "já receberam ajuda de um técnico para a produção?" nos entrevistados em função da área de pesquisa (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)

82% dos jovens marajoaras entrevistados e 49% dos jovens sul rio-grandenses declaram não terem se beneficiado de ajuda técnica por parte do governo. Um percentual dos entrevistados não soube responder à pergunta (13% no Rio Grande do Sul e 9% no Marajó). Uma diferença interessante tem a ver com a contratação de técnicos particulares: 31% dos entrevistados do Rio Grande do Sul declararam ter se beneficiado de assistência técnica particular na propriedade familiar. Só 3% dos entrevistados marajoaras se beneficiaram de ajuda técnica particular. Esta diferença poderia ser explicada pela própria renda das propriedades agrícolas.

Em geral, poucos entrevistados se beneficiaram de assistência técnica, e quando o fizeram, foi com uma ajuda municipal, como foi o caso para 24% das famílias dos sul rio-grandenses entrevistados e 6% das famílias dos marajoaras entrevistados.

Um teste de Khi2 permitiu evidenciar a relação entre a participação em organizações agrícolas e assistência técnica no Rio Grande do Sul. De fato, jovens sul-rio-grandenses participando em organizações sociais agrícolas tais como sindicatos ou cooperativas tendem a receber mais assistência técnica na propriedade agropecuária. A Figura 43 representa a repartição das propriedades que receberam assistência técnica em função da participação dos jovens em organizações agrícolas.

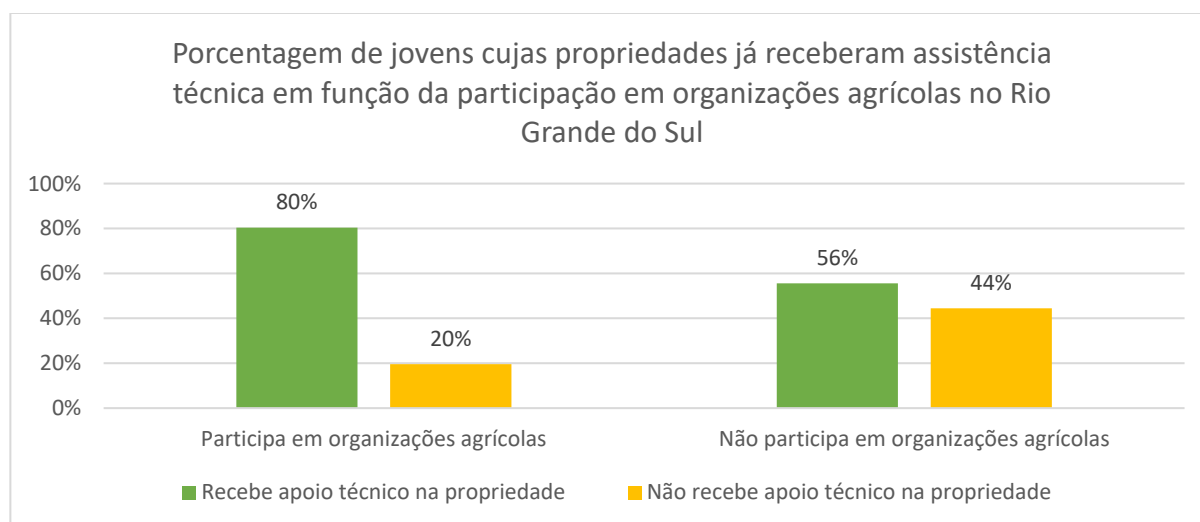


Figura 43: Porcentagem de jovens cujas propriedades já receberam assistência técnica em função da participação em organizações agrícolas no Rio Grande do Sul (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)

Dentre os jovens que participam em organizações agrícolas, 80% recebem assistência técnica na propriedade, seja ela particular, municipal ou estadual. Somente 20% deles não receberam assistência técnica. Este número alcança 44% para os jovens que não participam em organizações sociais agrícolas. Podemos imaginar que a participação em organizações agrícolas permite ter acesso a informações sobre a oferta de assistência técnica.

Este resultado somente foi encontrado para as propriedades do Rio Grande do Sul, e não no Marajó. A baixa proporção de estabelecimentos agrícolas que recebem assistência técnica (12% das propriedades dos marajoaras entrevistados) pode ajudar a explicar por que participar em organizações agrícolas não faça diferença nessa área de estudo. Além disso, participar em organizações agrícolas não facilita o acesso a ajudas financeiras por parte do governo: um teste de Khi2 mostrou uma independência das duas variáveis consideradas.

Este resultado sugere que a participação em sindicatos ou cooperativa facilita o acesso à assistência técnica, e que é necessário mais diálogo entre o poder público e as organizações agrícolas para comunicar sobre as ajudas financeiras disponíveis para os produtores agropecuários. Parece, no entanto, haver um diálogo entre as instituições oferecendo assistência técnica e os sindicatos e cooperativas.

No que diz respeito à comercialização dos produtos, alguns entrevistados lamentam a falta de apoio do governo. É o caso de um membro do Conselho de Alimentação Escolar de Portel, no Marajó:

“A gente estima que em Portel, pelo PNAE na verdade, é recomendado que a Agricultura Familiar preenche à 30% da alimentação escolar. Só que na região de Portel, aqui no município, no ano passado de 2019 a gente fez a análise, a gente não conseguiu atingir os 15%. Ou seja, isso é um retrato de

que a Agricultura Familiar não está tão presente nas escolas, na merenda escolar.” (transcrição de entrevista realizada no 29/03/2021).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), antigamente Campanha da Merenda Escolar, foi criado em 1955 (BRASIL, 2021b). O PNAE permite oferecer alimentação escolar aos estudantes da escola básica pública, assim como promove ações de educação alimentar e nutricional. Em 2009 a compra de 30% de produtos da agricultura familiar virou obrigatória dentro do programa, assim como o incentivo à compra de produtos orgânicos e agroecológicos com preços até 30% mais altos que para produtos convencionais (SAMBUICHI *et al.*, 2014). No entanto, se observa uma diminuição de famílias de produtores beneficiárias nos últimos anos (SOUZA *et al.*, 2021).

Esta redução pode ser explicada por um conjunto de fatores, dentre os quais a falta de fiscalização para garantir que seja cumprida a compra de produtos da agricultura familiar para pelo menos 30% dos produtos, e a falta de comprometimento dos gestores a nível municipal (SOUZA *et al.*, 2021). As organizações da agricultura familiar destacam diferentes problemas para a execução do programa. A maior dificuldade identificada é a excessiva burocracia, seguida pela falta de apoio da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), cujo propósito é melhorar a qualidade de vida e a renda das famílias rurais. Outro problema observado tem a ver com as mudanças nas administrações municipais (DA SILVA *et al.*, 2020).

Contudo, podemos constatar uma necessidade de assistência técnica adequada para os produtores rurais. Por exemplo, como um membro do Conselho de Alimentação Escolar de Portel explica, a Ilha do Marajó não tem uma estrutura de vigilância sanitária para que o produto produzido pela Agricultura Familiar seja aceitável conforme pede o PNAE. No Rio Grande do Sul, ainda 33% dos municípios não cumprem a meta de 30% (TROIAN *et al.*, 2020).

Um outro programa federal de compras públicas da agricultura familiar já existia desde 2003: o Programa de Aquisição de Alimentos. Este programa propõe ajudar famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional:

O público-alvo do PAA é constituído por agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, extrativistas, pescadores, indígenas e integrantes de povos e comunidades tradicionais. Já os beneficiários consumidores são indivíduos em situação de insegurança alimentar, nutricional e aqueles atendidos pela rede de assistência social. (CONAB, 2021, p.10)

O PAA é menos exigente que o PNAE no que diz respeito à regularidade de fornecimento dos produtos. Ele pode alcançar pequenos produtores com pouca organização e inserção no mercado, onde o PNAE exige mais regularidade e possui um valor de teto mais alto, o que pode restringir o alcance dos agricultores familiar a cooperativas e associações

(SAMBUICHI *et al.*, 2014). No entanto, como também é o caso para se beneficiar do PNAE, os agricultores familiares que queiram participar do programa devem possuir uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Vários entrevistados lamentaram a burocracia para obter o talão do produtor, como a coordenadora estadual da juventude rural da FETAG do Rio Grande do Sul. Principalmente para os jovens, obter o talão pode representar uma dificuldade, já que quem não tiver terra (seja própria ou arrendada, como pode ser o caso de um jovem trabalhando na propriedade familiar) não pode comprovar sua atividade. Um exemplo dos vários documentos necessários para os produtores rurais é a nota fiscal eletrônica. A nota fiscal eletrônica para produtores rurais é o documento que permite seguir a circulação de mercadorias e prestação de serviços das propriedades rurais. Passou a ser obrigatória em 2020 no Brasil.

Um estudo recente indica que é preciso um esforço conjunto da ATER, de cooperativas, das Secretarias Municipais de Agricultura e das várias associações e sindicatos rurais para melhorar a oferta de assistência técnica, a participação em políticas públicas, e garantir o acesso dos produtores à DAP (GUIMARAES *et al.*, 2016).

1.2. As políticas públicas de apoio financeiro à produção agropecuária

Em 2017, o Censo Agropecuário identificava um pouco mais de 5 milhões de estabelecimentos agropecuários no Brasil repartidos em 351 milhões de hectares e envolvendo 15 milhões de pessoas ocupadas com atividades agropecuárias (IBGE, 2017). Desses 5 milhões de estabelecimentos, somente 15% obteve um tipo de financiamento para investimento, comercialização, custeio ou manutenção do estabelecimento. Somente 8% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros receberam financiamento do governo, como mostra a Tabela 11, adaptada dos dados do Censo Agropecuário.

Tabela 11: Estabelecimentos agropecuários e financiamentos no Brasil, no Rio Grande do Sul e no Pará (Fonte: adaptado dos dados de IBGE, 2017).

	Brasil		Rio Grande do Sul		Pará	
	Número total	%	Número total	%	Número total	%
<i>Estabelecimentos agropecuários</i>	5073324	100%	365094	100%	281699	100%
<i>Obteve financiamento</i>	784538	15%	112425	31%	17661	6%

<i>Financiamento do governo</i>	418853	8%	79137	22%	6605	2%
<i>Pronaf</i>	320922	6%	67122	18%	4940	2%

Quando não especificados, os financiamentos considerados na tabela incluem investimentos do governo, assim como de outras fontes (como programas internacionais, ONGs ou bancos). A proporção de estabelecimentos sul rio-grandenses que obtiveram financiamento é duas vezes maior que a proporção dos estabelecimentos agropecuários brasileiros: 31% no Rio Grande do Sul contra 15% no Brasil recebem financiamento. Ao contrário, a proporção de estabelecimentos paraenses beneficiando de financiamento é de 6%, menos da metade da média nacional.

Os financiamentos do governo beneficiaram 8% dos estabelecimentos do Brasil, 22% dos estabelecimentos do Rio Grande do Sul e somente 2% dos estabelecimentos agropecuários do Pará (BRASIL, 2017). Estamos considerando aqui todos os estabelecimentos agropecuários, oriundos da agricultura familiar ou não. A repartição dos financiamentos do governo é claramente desigual entre os diferentes estados: a proporção de estabelecimentos do Rio Grande do Sul que recebem apoio do governo é mais de dez vezes maior à do Pará. No entanto, já ressaltamos que o estado do Pará tem um IDH menor que o Rio Grande do Sul e um rendimento mensal domiciliar per capita cerca de duas vezes menor que o rendimento do Rio Grande do Sul. A repartição dos financiamentos do governo para os produtores deveria ser mais justa, levando em conta estes indicadores, mas também ser mais abrangente, de modo a incluir o maior número possível de estabelecimentos agropecuários.

No Brasil, a agricultura familiar representa 77% dos estabelecimentos com 3,9 milhões de unidades de produção. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) dispõe de R\$ 39,34 bilhões para custeio e comercialização, com juros de 3 e 4,5% para os pequenos produtores rurais. Foi criado em 1996 para a promoção e desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. No Plano Safra de 2019/2020, recursos do Pronaf foram autorizados a ser usados para a construção e reforma de moradias dos pequenos agricultores (BRASIL, 2021). A Tabela 11 mostra que o Pronaf beneficia 6% dos 5 milhões de estabelecimentos agropecuários brasileiros. No Rio Grande do Sul, 18% dos estabelecimentos obtiveram financiamento do Pronaf, contra somente 2% dos estabelecimentos paraenses (IBGE, 2017). Vale ressaltar que, enquanto a agricultura familiar representa 77% dos estabelecimentos, ela concentra somente 23% das terras agropecuárias do Brasil, o que demonstra a importância de um apoio do governo à produção dos pequenos agricultores que dispõem em média de 20 hectares (IBGE, 2017).

O Pronaf Jovem disponibiliza até R\$ 16.500 (em até três operações) para o financiamento das infraestruturas da propriedade familiar vinculadas à produção e serviços (agropecuários ou não) de interesse do jovem agricultor. Este programa está aberto aos jovens entre 16 e 29 anos, com um prazo de até 10 anos, com alguns anos de carência (GOMES DE CASTRO *et al.*, 2013). Para se beneficiar do Pronaf jovem, é necessária a DAP, assim como atender uma ou mais de certas condições: ter concluído ou estar cursando uma formação em centros familiares rurais, escolas técnicas agrícolas ou cursos de ciências agrárias ou veterinária ou cursos de formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) ou Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo) (CRÉDITO RURAL, 2020). Estes requisitos devem ser olhados tendo em mente a situação do acesso à educação nas áreas rurais.

Uma jovem diretora da FETAGRI-PA comenta:

“A gente quer ficar no campo. Eu por exemplo amo ficar na minha área, cuidar do meu açcaizal, trabalhando a safra. Mas também o que dificulta muito para a gente é o capital para a gente manter a nossa produção. A gente precisa de capital. E a gente sabe que aqui no estado do Pará, inclusive na nossa região do Marajó, os Pronaf, que são os Pronaf Jovens, nós tivemos pouquíssimo acesso. Não conseguimos ter acesso. Da forma que foi apresentada pelo governo, a proposta do governo é de a gente ter acesso, e nós não conseguimos, então isso faz também que a gente fique sem perspectivas de trabalho e renda.” (transcrição de entrevista realizada no 22/03/2021).

O Terra Brasil - Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) oferece recursos para a compra de um imóvel rural, a estruturação da unidade produtiva e a contratação de ATER por meio de financiamento de crédito rural (GOMES DE CASTRO *et al.*, 2013; BRASIL, 2019). Este crédito pode ser concedido aos trabalhadores rurais não proprietários que comprovam cinco anos de experiência na atividade agropecuária, assim como produtores proprietários de imóveis que não alcançam os requisitos da propriedade familiar e que não geram renda suficiente para o sustento próprio (GOMES DE CASTRO *et al.*, 2013).

Existem 4 linhas de crédito dentro do Terra Brasil: duas no PNCF Social, o PNCF Mais e o PNCF Empreendedor. O PNCF Social está dividido entre o PNCF Social / SIC (Subprojeto de Investimento Comunitário) e PNCF Social / SIB (Subprojeto de Investimento Básico). O PNCF Empreendedor se constitui numa linha com risco bancário e o PNCF Mais atende os agricultores sem ou com pouca terra. Este último oferece o mesmo valor que o SIB, ou seja, um crédito podendo atender até R\$ 151.000 para a compra de um imóvel (ou investimento na infraestrutura da propriedade rural) e R\$ 7.500 para ATER (BRASIL, 2019). O SIC permite o acesso aos créditos para um investimento de forma associativa. Ao SIC podem se somar

recursos adicionais para jovens, mulheres e projetos ambientais, como o Nossa Primeira Terra (NPT). Este último se dirige aos jovens entre 18 e 28 anos e é constituído de um valor adicional de SIC de até R\$ 1.000 por participante (BRASIL, 2019). Este crédito Nossa Primeira Terra representa um apoio para facilitar o acesso à terra e assim a permanência na atividade agropecuária. No entanto, estudos ressaltam que o crédito não garante a diminuição do êxodo rural, já que representa uma dívida para o jovem (MOURA, 2022). Mesmo tendo abaixado os juros, a política pública segue criticada pela burocracia e falta de comunicação ao redor deste recurso (BARCELLOS, 2016).

Contudo, estas políticas de crédito são criticadas pelos atores locais. Uma coordenadora estadual da juventude rural da FETAG do Rio Grande do Sul observa que existem políticas públicas para os jovens, mas que não funcionam. De acordo com ela, a burocracia e alguns requisitos impedem os jovens de ter acesso aos créditos. Além disso, ela comenta que “*Cada local é uma política pública!*” (transcrição de entrevista realizada no 15/02/2021), ressaltando a dificuldade de acesso às informações sobre os créditos e outros meios disponíveis para apoiar a produção agropecuária. Por fim, ela conclui “*inventam uma forma diferente de fazer a cada governo*”, destacando a necessidade de seguir uma linha comum entre os diferentes governos para a aplicação de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar e da produção agropecuária em geral. Uma professora membro do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP) comenta:

“Existe uma burocracia muito grande, e eles não têm acesso nem de informação as vezes de que este crédito está disponível para eles, e aí é muita burocracia, o outro problema também é que não existe acompanhamento, seria importante junto com o Pronaf Jovem por exemplo ter o acompanhamento técnico para que esse jovem conseguisse realmente usar esse recurso e ter prosperidade na utilização destes recursos. Muitos acabam se endividando.” (transcrição de entrevista realizada no 27/03/2021).

Os resultados das entrevistas mostram uma tendência similar aos dados de financiamentos dos estabelecimentos agropecuários no Brasil. No Marajó, 28% dos entrevistados declaram receber ou ter recebido uma ajuda financeira por parte do governo. Desses jovens que receberam ajuda, 85% deles declara receber o seguro defeso. Trata-se de uma situação de atividade agropecuária de subsistência conjunta com uma atividade de pesca, no qual o seguro defeso oferece um benefício de um valor de um salário mínimo por cada mês nos períodos em que a pesca está proibida pela preservação das espécies. Além do seguro defeso, um entrevistado marajoara declara ter se beneficiado de um empréstimo bancário, um do Bolsa Verde, e outro de uma ajuda de um projeto próprio da comunidade.

No Rio Grande do Sul, 34% dos entrevistados declaram ter recebido uma ajuda financeira. Dentre eles, 35% receberam o Pronaf, 35% receberam empréstimos bancários para custeios e 25% receberam uma ajuda da prefeitura para projetos diversos como consertar a estrada ou auxílios para plantação. Um entrevistado declara ter se beneficiado do PNAE.

São então 8% dos entrevistados do Rio Grande do Sul que declaram ter se beneficiado do Pronaf, e nenhum dos entrevistados do Marajó declara ter recebido uma ajuda pelo viés desse programa. A resposta mais encontrada é o uso de empréstimo bancário com baixos juros para custeios tais como compra de fertilizantes, reprodução agropecuária, compra de ração, sementes ou diesel para o maquinário.

Em conclusão, os jovens rurais filhos e filhas de produtores manifestam uma vontade de ficar no campo, mas lamentam a falta de apoio financeiro e acompanhamento do governo. A proporção de estabelecimentos agropecuários se beneficiando de financiamentos do governo é insuficiente (afeta somente 8% dos estabelecimentos brasileiros) e não responde à demanda dos produtores. Além disso, a proporção fica ainda menor no estado do Pará, abrangendo somente 2% dos estabelecimentos agropecuários paraenses. O acesso parece ser dificultado por uma falta de comunicação sobre o apoio disponível para os pequenos produtores de um lado, e por uma burocracia inadequada para beneficiar dos financiamentos do outro. Quando finalmente um jovem acede à um financiamento tal como o Pronaf Jovem, ele não recebe acompanhamento técnico para garantir a prosperidade e estabilidade da unidade de produção. É preciso uma redistribuição mais igualitária e justa dos financiamentos do governo entre os diferentes estados brasileiros, um acesso facilitado e um acompanhamento dos jovens produtores.

2. Percepções dos jovens sobre a produção agrícola

2.1. O acesso à terra

2.1.1. Comparação das duas regiões de estudo

A repartição das avaliações do acesso à terra varia em função da região de estudo. Um teste de Khi2 evidenciou uma repartição dos efetivos significativamente diferente em função da área considerada. A Figura 44 representa as porcentagens de respostas à avaliação do acesso à terra em função da área: Rio Grande do Sul e Marajó.

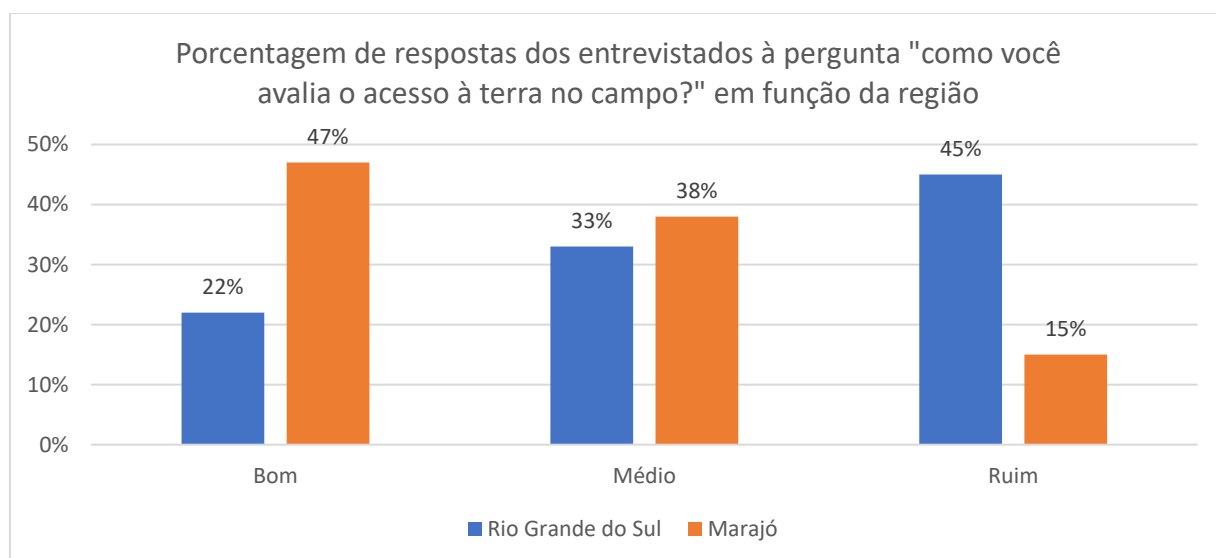


Figura 44: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "como você avalia o acesso à terra no campo?" nos entrevistados em função da área de pesquisa (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)

Se destaca a avaliação positiva do acesso à terra para os jovens marajoaras (47% deles). Ao contrário, 45% dos jovens do Rio Grande do Sul consideram o acesso à terra no campo difícil. Este resultado sugere que o acesso à terra seja mais difícil no Rio Grande do Sul (Figura 44). De fato, a expansão agrícola no Rio Grande do Sul, majoritariamente impulsionada pelo cultivo de soja, leva a uma competição pela terra por parte do agronegócio e consequentemente a uma explosão dos preços da terra (SARAVIA, 2016; LEVROUW *et al.*, 2007). Enquanto o Marajó parece sofrer da mesma competição pela terra, o aumento do cultivo de soja e arroz pode não estar tão avançado como para influenciar os preços da terra. Podemos então imaginar que a mesma problemática presente no Rio Grande do Sul surja no Marajó nos próximos anos.

2.1.2. Descrição adicional

No Rio Grande do Sul, testes do Khi2 adicionais mostram a dependência das variáveis “onde querem morar” e “avaliação do acesso à terra”. De fato, a tendência dos jovens que pretendem morar no campo é de ter uma percepção negativa do acesso à terra na área rural. Ao contrário, os jovens que pretendem morar na cidade tendem a ter uma avaliação mais positiva. A Figura 45 mostra a repartição das avaliações do acesso à terra dadas pelos jovens em função de onde querem morar.

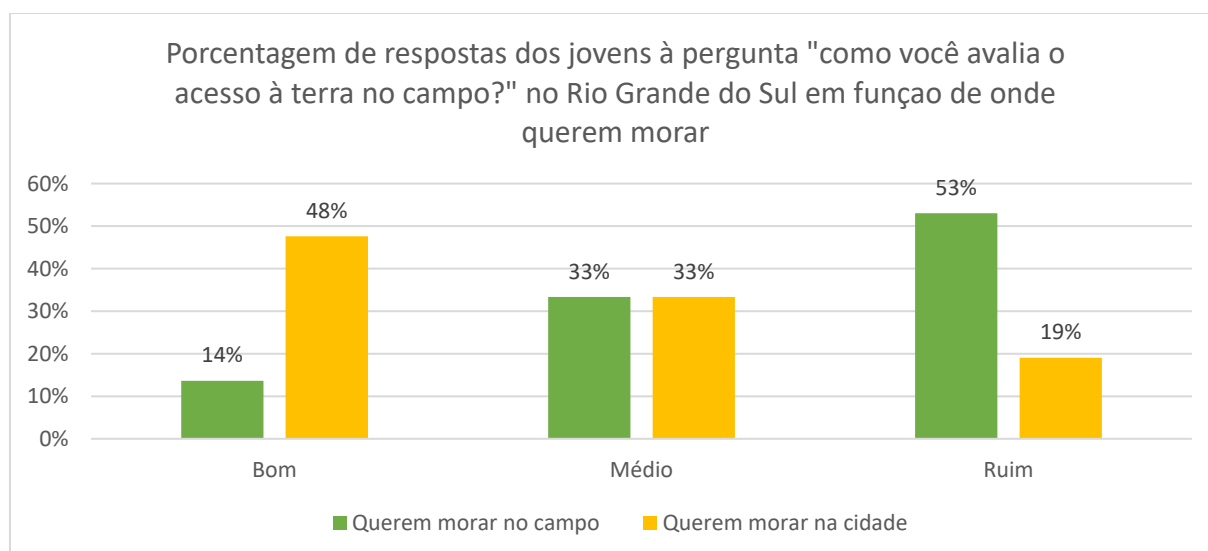


Figura 45: Porcentagem de respostas à pergunta "como você avalia o acesso à terra no campo?" no Rio Grande do Sul em função da preferência de moradia (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)

Podemos observar que cerca da metade dos jovens querendo morar na cidade tem uma percepção positiva do acesso à terra na área rural (48% dos entrevistados). Ao contrário, 53% dos jovens querendo morar no campo tem uma percepção negativa do acesso à terra (Figura 45). Este resultado pode ser explicado por dois fatores: de um lado, os jovens que não pretendem ficar no campo e na atividade agropecuária podem ter uma percepção mais neutra do acesso à terra na comunidade rural. De outro lado, os “Agroboys”, que pretendem seguir na atividade agropecuária e morar na cidade, podem ter uma melhor percepção do acesso à terra. De fato, esses jovens têm as condições financeiras de cursar estudos superiores e de morar na cidade, logo pode se supor que tenham mais capacidade financeira de comprar terras. Ao contrário, uma outra leitura desses dados é que um jovem que não pretende morar na cidade poderia ter mais informações sobre os preços da terra no campo. Essa dependência entre as duas variáveis não se encontra nas respostas dos jovens do Marajó.

Além disso, um outro fator parece contribuir à percepção do acesso à terra para os jovens sul-rio-grandenses. De fato, os jovens cujas propriedades já receberam ajuda do governo tendem a ter uma avaliação mais severa do acesso à terra. Ao contrário, os jovens cujas propriedades não receberam uma ajuda financeira do governo se repartem uniformemente entre as avaliações positivas, neutras e ruins. A Figura 46 mostra os resultados obtidos com um teste de χ^2 entre as duas variáveis.

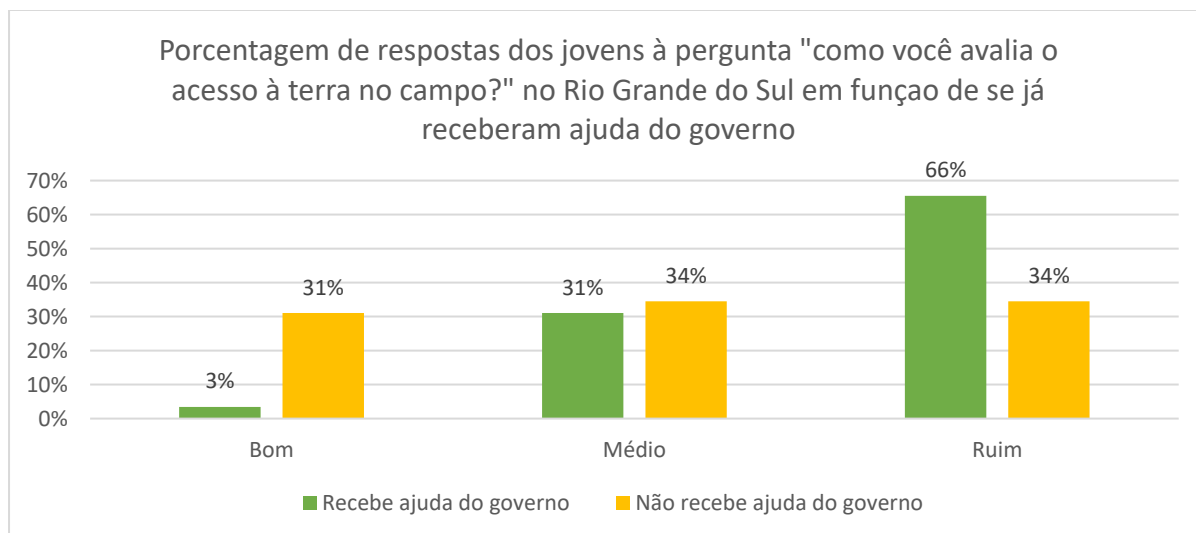


Figura 46: Porcentagem de respostas à pergunta "como você avalia o acesso à terra no campo?" no Rio Grande do Sul em função de se já receberam ajuda financeira do governo (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)

Podemos observar a repartição homogênea das respostas dos jovens cujas propriedades agropecuárias não receberam apoio financeiro por parte do governo: 31% deles avaliam o acesso à terra bom, 34% médio e 34% ruim. Ao contrário, somente 3% dos jovens cujas propriedades agropecuárias receberam uma ajuda do governo avaliam positivamente o acesso à terra na área rural. 66% deles consideram o acesso à terra difícil na comunidade (Figura 46). Podemos imaginar que dentre os sul-rio-grandenses que não receberam ajuda do governo, algumas famílias tenham uma renda suficiente para comprar terras e que conseqüentemente a percepção dos filhos sobre o acesso à terra seja positiva. Por outro lado, podemos deduzir que as famílias que conseguiram obter ajuda financeira do governo, apesar da burocracia denunciada por alguns jovens, são famílias que não tenham condições financeiras suficientes para permitir a compra de terras. Este resultado não se encontra nas respostas dos jovens da Ilha de Marajó.

Por fim, no Marajó, os jovens parecem ter percepções do acesso à terra diferentes em função da classe obtida na tipologia. De fato, os "Potenciais migrantes do Norte", jovens que pretendem sair da atividade agropecuária e do campo, tendem a ter uma avaliação mais positiva que os jovens "Marajoaras engajados", que pretendem ficar. A Figura 47 mostra a repartição das avaliações do acesso à terra no campo em função da classe de jovens marajoaras.

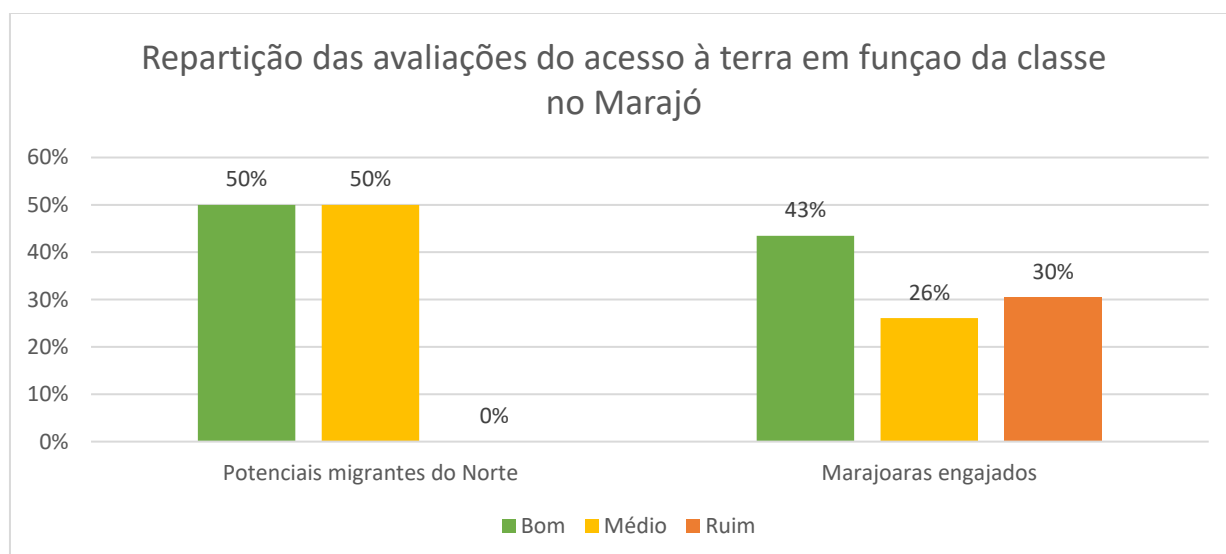


Figura 47: Porcentagem de respostas à pergunta "como você avalia o acesso à terra no campo?" no Marajó em função da classe de jovens obtida na tipologia (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)

Podemos ver que nenhum dos “Potenciais migrantes do Norte” avaliou negativamente o acesso à terra na área rural, contra 30% dos “Marajoaras engajados”, que pretendem ficar na atividade agropecuária e no campo. No entanto, vale ressaltar que 43% dos jovens deste mesmo grupo tiveram uma avaliação positiva do acesso à terra (Figura 47). Podemos imaginar que os jovens que pretendem ficar tenham um conhecimento mais amplo do preço das terras no campo. Este resultado sugere que o acesso à terra não seja um fator favorecendo a migração para a cidade. No entanto, vale ressaltar que o apoio aos produtores para a compra de terra é essencial para lutar contra a concentração de terras.

2.2. As condições para a produção

No que diz respeito à produção agropecuária, foi pedido aos jovens de ambas as regiões para avaliarem as condições para a produção agropecuária na área rural. Um teste de Khi2 mostrou que as repartições das respostas dadas variam significativamente em função da região de estudo considerada. A Figura 48 apresenta a porcentagem de respostas à pergunta “como você avalia as condições para a produção agropecuária na região” em função do local de estudo: no Rio Grande do Sul e no Marajó.

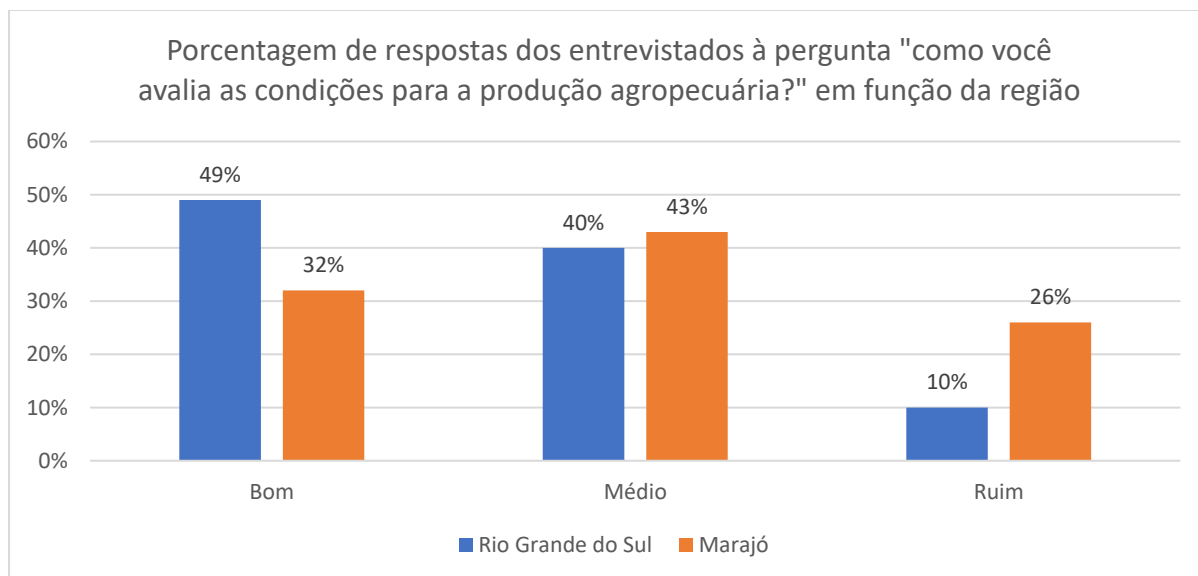


Figura 48: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "como você avalia as condições para a produção agropecuária na região?" nos entrevistados em função da área de pesquisa (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)

Se as condições para a produção agropecuária são consideradas médias por 43% dos jovens marajoaras e 40% dos jovens sul-rio-grandenses, as proporções das avaliações positivas e negativas diferem de acordo com a região. De fato, as condições são avaliadas positivamente por cerca da metade (49%) dos jovens sul-rio-grandenses. Somente 10% deles avalia negativamente as condições para a produção agropecuária na região.

Ao contrário, no Marajó, as avaliações negativas representam 26% das respostas, e as avaliações positivas 32% das respostas. Parece então que as avaliações das condições para a produção são repartidas de uma maneira mais homogênea nos jovens marajoaras, e são mais positivas no Rio Grande do Sul.

Realizamos uma série de testes de Khi2 para avaliar a potencial influência de outras variáveis na repartição das avaliações das condições para a produção por parte dos jovens de ambas as regiões. Já que cada região de estudo têm uma repartição significativamente diferente, os testes foram feitos separadamente para cada região. Os resultados mostram que a repartição das avaliações não depende da obtenção de uma ajuda financeira do governo na propriedade ou da obtenção de uma assistência técnica (em nenhuma das regiões). As avaliações tampouco dependem da participação do jovem em organizações agrícolas tais como sindicato ou cooperativa, nem dos seus planos futuros. Por fim, o fato de querer morar na área rural ou na área urbana não parece influenciar as respostas à pergunta sobre as condições para a produção agropecuária.

2.3. As relações entre comunitários e com o poder público

2.3.1. Comparação das duas regiões de estudo

No que diz respeito à percepção das relações tanto com o poder público quanto entre comunitários, a repartição das respostas não difere entre as regiões de estudo. As repartições das respostas sobre a avaliação dessas relações são de fato semelhantes em ambas regiões, já que um teste de Khi2 não evidenciou uma repartição dos efetivos significativamente diferente em função da área de estudo. Podemos então comparar o aspecto geral da repartição das respostas. A Figura 49 representa as diferentes respostas relativas à avaliação das relações entre comunitários e das relações com o poder público pelos jovens filhos de produtores, ambas regiões confundidas.

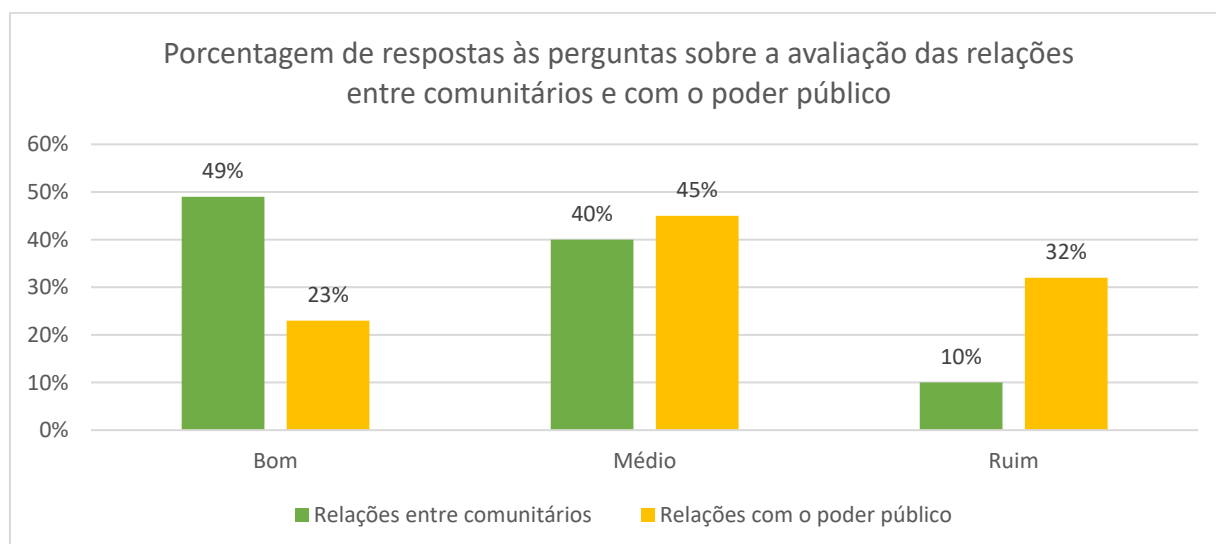


Figura 49: Porcentagem de respostas às perguntas sobre a avaliação das relações entre comunitários e com o poder público (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)

Se destaca a percepção positiva das relações entre comunitários, que concentra cerca da metade das respostas dos jovens rurais entrevistados. São somente 10% dos entrevistados que têm uma percepção negativa das relações entre comunitários na área rural (Figura 49). Ao contrário, a repartição das respostas à pergunta “como você avalia as relações com o poder público” observa uma tendência diferente. Cerca de um terço dos jovens têm uma percepção negativa das relações com o poder público. Eles consideram de fato as relações com o poder público como insuficientes. A menor frequência pertence à percepção positiva das relações com o poder público: somente 23% dos jovens interrogados declaram ter uma boa avaliação das relações com o poder público (Figura 49). A diferença entre as avaliações das relações entre comunitários e com o poder público indica uma falta de diálogo entre o poder e a juventude rural.

Testes de χ^2 de independência adicionais permitem testar a potencial influência de outras variáveis na repartição das respostas sobre a avaliação das relações entre comunitários ou com o poder público. As avaliações das relações entre comunitários não depende da participação em organizações sociais. Isso significa que a participação em organizações sociais não leva a uma avaliação diferente das relações entre comunitários, mas também indica que dar uma avaliação positiva ou negativa não condiciona a participação em organizações sociais nos jovens entrevistados. No entanto, vale ressaltar que 81% dos jovens entrevistados participam em organizações sociais. As avaliações das relações entre comunitários também não parecem depender dos planos futuros dos entrevistados.

No que diz respeito às relações com o poder público, a percepção dos jovens não parece depender de se já receberam ajuda financeira do governo ou assistência técnica na propriedade. Em outras palavras, a repartição das respostas sobre a avaliação das relações com o poder público não muda em função da recepção de uma ajuda financeira ou técnica na propriedade agropecuária. Como já observamos, a maioria das ajudas financeiras percebidas nas propriedades agropecuárias dos jovens entrevistados são o Pronaf no Rio Grande do Sul e o seguro defeso no Marajó, ambos auxílios federais. Podemos imaginar que um maior diálogo entre o poder local e as juventudes poderia levar a um melhor acesso às ajudas financeiras municipais disponíveis e facilitar a permanência dos jovens no meio rural e na atividade agropecuária.

2.3.2. Comparação em função das classes

Observamos que a percepção das relações entre comunitários era similar em ambas as áreas de estudo, assim como a percepção das relações com o poder público. No entanto, testes de χ^2 de independência mostram uma repartição diferente das percepções em função da classe obtida na tipologia. A Figura 50 representa a repartição das avaliações sobre relações entre comunitários em função da classe obtida na tipologia.

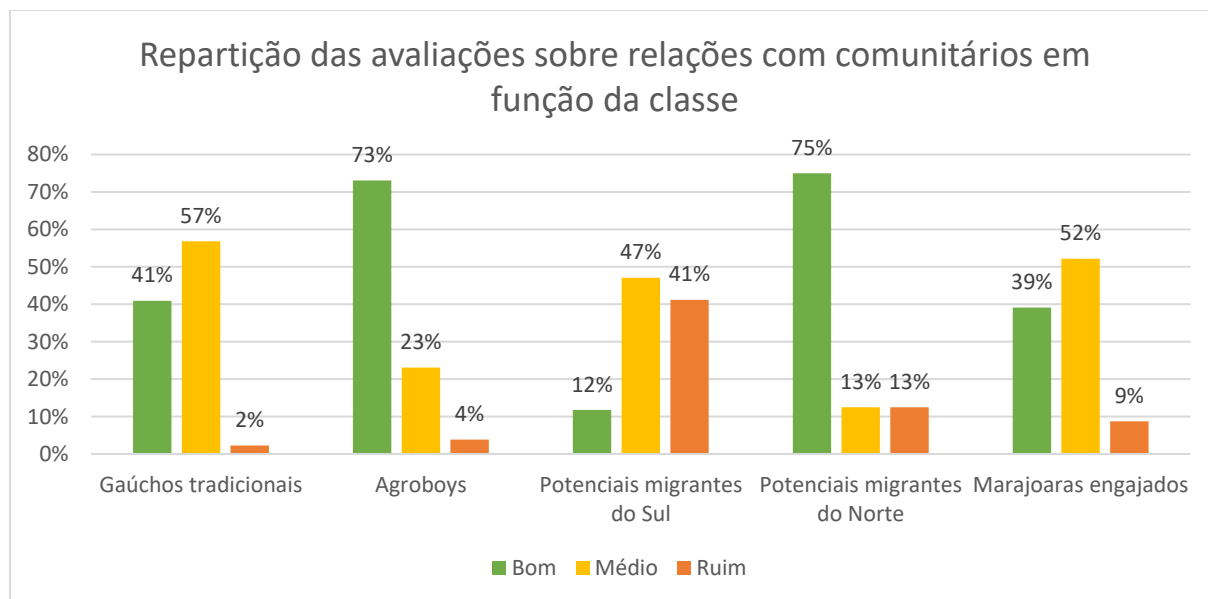


Figura 50: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "como você avalia as relações entre comunitários?" nos entrevistados em função da classe de jovens obtida na tipologia (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)

Podemos observar que duas classes se destacam por terem avaliações majoritariamente positivas sobre as relações entre comunitários: os “Agrobóys”, com 73% de avaliações positivas, e os “Potenciais migrantes do Norte”, com 75% de avaliações positivas (Figura 50). Estes grupos correspondem à classe de jovens sul-rio-grandenses que pretendem ficar na atividade agropecuária, morar na cidade e que chegaram até o ensino superior, e aos jovens marajoaras que pretendem trabalhar num outro setor e morar na cidade. Parece então que relações boas com comunitários não seja um fator influenciando a permanência dos jovens no campo; ao contrário, este resultado sugere que quem tenha as melhores relações com comunitários esteja mais disposto a sair da área rural.

No entanto, os “Potenciais migrantes do Sul”, que mostram um certo desinteresse pela atividade agropecuária e pelo meio rural, têm as avaliações mais severas das relações entre comunitários, com 41% de avaliações negativas e 47% de avaliações neutras. Este resultado sugere que, enquanto ter boas relações com outros comunitários não pareça favorecer a permanência no campo, ter relações conflitivas com outros comunitários possa ter uma influência numa rejeição do meio rural e suas atividades. De fato, as outras classes têm avaliações negativas relativamente baixas (13% para os “Potenciais migrantes do Norte”, até 2% para os “Gaúchos tradicionais”).

Por fim, os grupos “Gaúchos tradicionais” e “Marajoaras engajados”, ambos compostos por jovens pretendendo ficar na atividade agropecuária e no campo, apresentam uma repartição similar das avaliações das relações entre comunitários. As avaliações negativas dessas classes abrangem respectivamente 2 e 9% dos “Gaúchos tradicionais” e dos “Marajoaras engajados”, as

avaliações neutras 57 e 52% das respostas dos jovens, e as avaliações positivas 41 e 39% das respostas dos jovens. Os jovens querendo permanecer no campo e na atividade agrícola tendem então a ter relações entre comunitários boas ou médias, mas são poucos a terem relações conflitivas com os demais comunitários.

Este resultado deixa entrever o potencial de ações coletivas na comunidade e entre produtores rurais para enfrentar dificuldades ligadas ao frágil acesso a serviços públicos ou dependência de preços do mercado para os insumos necessários à produção por exemplo. Manter boas relações entre comunitários pode de fato contribuir à permanência dos produtores agropecuários nas regiões de estudo pelo viés de ações tais como cooperativas, capacitação ou mutirões.

No que diz respeito às relações com o poder público, um teste de Khi2 evidenciou a dependência entre essa variável e a classe obtida na tipologia. A Figura 51 apresenta a repartição das avaliações sobre relações com o poder público em função da classe de jovens considerada.

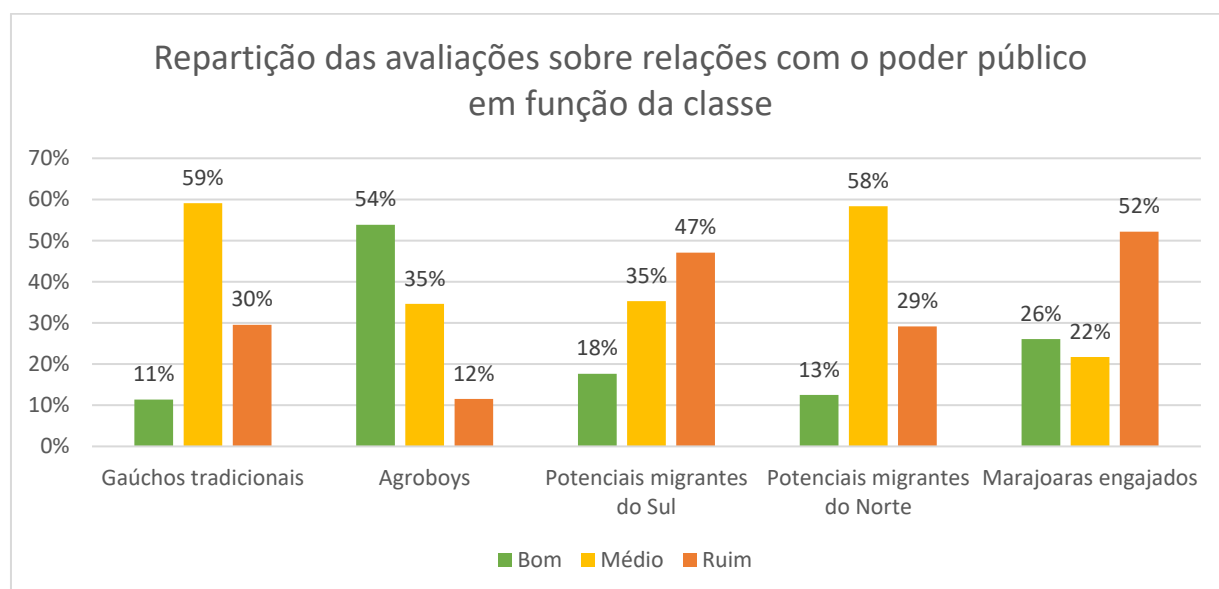


Figura 51: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "como você avalia as relações com o poder público?" nos entrevistados em função da classe de jovens obtida na tipologia (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)

Um grupo se destaca por ter melhores relações com o poder público (54% de respostas positivas e 35% de respostas neutras): os "Agroyboys", grupo constituído por jovens sul-rio-grandenses pretendendo ficar na atividade agrícola e preferindo morar na cidade. Esta classe parece manter melhores relações com o poder público local que os "Gaúchos tradicionais", que representam jovens sul-rio-grandenses pretendendo seguir na atividade, mas preferindo morar na área rural. Aparece então uma dicotomia dos jovens sul-rio-grandenses que pretendem ficar na atividade agropecuária: de um lado, jovens sem estudos superiores pretendendo morar no campo, denunciando um difícil acesso à terra e relações médias ou ruins com o poder público.

Do outro lado, jovens cursando estudos superiores e com condições financeiras de morar na cidade, avaliando positivamente o acesso à terra e as relações com o poder público.

O último grupo de sul-rio-grandenses, os “Potenciais migrantes do Sul”, tem uma percepção mais negativa que os outros das relações com o poder público, com cerca da metade desses jovens declarando as relações como ruins. Este resultado sugere que um esforço por parte do poder público para manter um contato frequente e de confiança com os produtores rurais permitiria reduzir o desinteresse pela atividade pecuária e pelas áreas rurais no Rio Grande do Sul. No Marajó, podemos observar que nenhum dos dois grupos de jovens identificados na tipologia declara em maioria fomentar boas relações com o poder público: somente 13% dos “Potenciais migrantes do Norte” e 26% dos “Marajoaras engajados” estão satisfeitos com as relações com o poder público. As respostas dos “Marajoaras engajados” são mais negativas, com mais da metade (52%) deles denunciando as relações com o poder público como “ruins”. Esses resultados sugerem um necessário esforço a ser feito por parte dos poderes públicos marajoaras para manter um contato com a população de produtores rurais.

3. Sucessão dos jovens e tomada de decisão

3.1. Os planos futuros dos jovens

As entrevistas mostram que a maioria dos jovens filhos de produtores ajudam na propriedade familiar. 55% dos jovens entrevistados no Rio Grande do Sul ajudam todos os dias na propriedade, e 43% declara ajudar quando pode. Só 2% deles não participa das tarefas na propriedade. No Marajó, os resultados diferem em proporção, mas vale ressaltar que 83% dos jovens participa na propriedade: 17% deles todos os dias, e 66% participa das tarefas quando pode.

No que diz respeito aos planos futuros dos jovens, a tendência segue a mesma direção que a proporção de jovens ajudando na propriedade. Os resultados das duas áreas estão comparados na Figura 52. Uma grande maioria dos jovens sul-rio-grandenses entrevistados pretende continuar na propriedade depois da aposentadoria dos pais: 77% deles. 11% adicionais querem ter uma outra propriedade agrícola. São então 88% dos jovens entrevistados que querem trabalhar no mundo agrícola; 11% dos entrevistados declara preferir trabalhar num outro ramo. No Marajó, 46% dos jovens entrevistados pretendem trabalhar no mundo agrícola: 40% dos jovens querem retomar a propriedade familiar, e 6% querem ter outra propriedade agrícola. 53% dos jovens rurais entrevistados declaram preferir trabalhar num outro ramo no Marajó.

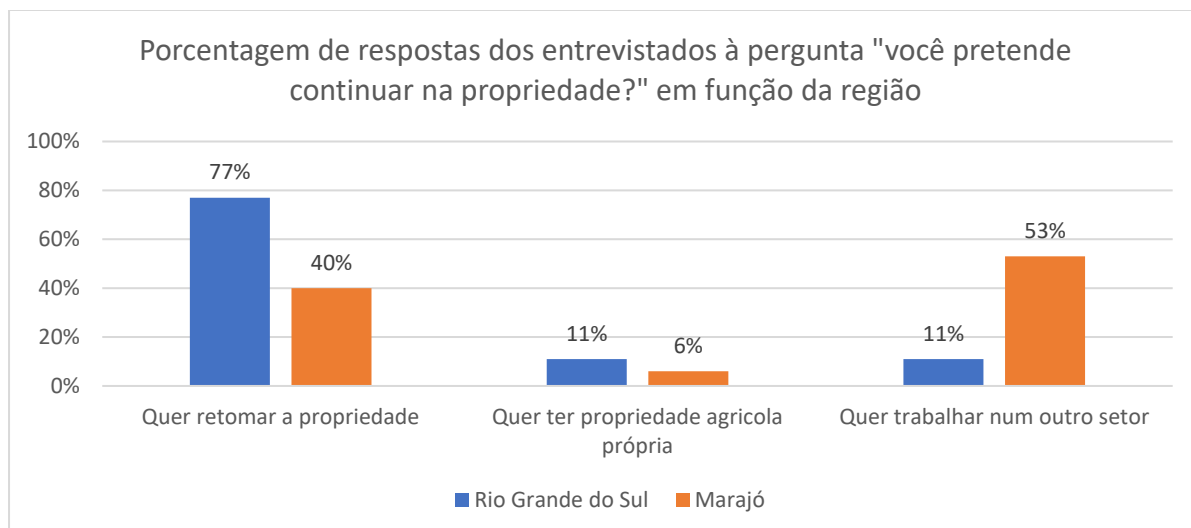


Figura 52: Porcentagem das respostas dadas à pergunta "você pretende continuar na propriedade?" nos entrevistados em função da área de pesquisa (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)

Podemos observar que os jovens estão implicados nas atividades da propriedade familiar e que a maioria deles pretende seguir na propriedade depois da aposentadoria dos pais, isso no Rio Grande do Sul e no Marajó. No entanto, a maioria deles não estuda nas áreas correspondentes: só 11% dos jovens marajoaras entrevistados estudam num curso relacionado à agropecuária, e 40% dos jovens sul-rio-grandenses. Além disso, podemos observar que só 41% dos jovens do Rio Grande do Sul declaram ter acesso a cursos na comunidade rural (todos cursos confundidos), contra 28% das comunidades dos jovens marajoaras.

Alguns cursos são oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), tanto no Rio Grande do Sul quanto no Marajó. Por exemplo, em novembro de 2021, foram ofertados 215 cursos presenciais do SENAR no Rio Grande do Sul (que conta com 497 municípios), dos quais 117 eram dedicados à produção agropecuária (SENAR-RS, 2021). No mesmo período, foram oferecidos 13 cursos presenciais no Marajó (que conta com 16 municípios), dos quais 9 eram dedicados à produção agropecuária (FAEPA, 2021).

Realizamos uma entrevista com um grupo de 21 alunos de um curso de manutenção e operação de tratores agrícolas, dos quais 10 tinham menos de 30 anos, no município de Salvaterra. Este curso foi organizado pelo SENAR em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Salvaterra, no dia 20 de agosto de 2021. Os participantes lamentaram ter sido avisados sobre a oportunidade do curso pelo viés de amigos e não por um canal oficial. O curso foi divulgado pela rádio local e na página web do SENAR, no entanto, os participantes declararam ter recebido informações por grupos de WhatsApp. Podemos considerar que a estratégia de divulgação dos cursos precisa ser melhorada. Uma divulgação em massa por redes sociais poderia atrair mais participantes por exemplo.

Outro ponto da formação específica dos jovens rurais tem a ver com a sucessão rural. Dos cursos propostos pelo SENAR, nenhum é específico sobre a sucessão rural. No entanto, é importante levar em conta o processo de sucessão para permitir aos jovens retomar a propriedade familiar depois da aposentadoria dos pais. Vimos que a maioria dos jovens participa nas atividades da propriedade familiar, no entanto, a maioria deles não participa da tomada de decisões. Perguntamos para os entrevistados quem toma as decisões na propriedade. No Rio Grande do Sul, 54% dos entrevistados declaram que os pais (ou o pai, ou em alguns casos o pai e um tio) tomam as decisões. São 83% dos jovens marajoaras entrevistados que declaram a mesma coisa. Só 46% dos jovens sul rio-grandenses e 17% dos jovens marajoaras participam da tomada de decisão. A inclusão dos jovens neste processo, incentivado por cursos tratando da sucessão, poderia facilitar a permanência deles na propriedade familiar e então nas áreas rurais.

3.2. A tomada de decisão dos jovens na propriedade agropecuária

Considerando a vontade de fazer mudanças na propriedade, podemos ver que a grande maioria (89%) dos jovens sul-rio-grandenses propuseram mudanças, sejam elas aceitas pelos pais ou não. No Marajó, a proporção de jovens querendo fazer mudanças é menor, mas ainda alcança 43% dos jovens entrevistados. Procuramos entender se a proposta de mudanças podia ser influenciada por outras variáveis. Os resultados de testes de Khi2 evidenciam que o nível de educação dos jovens não está ligado à proposta de mudanças dentro da propriedade (em nenhuma das regiões de estudo). Ao contrário, os resultados mostram que a proposta de mudanças está ligada aos planos futuros dos jovens. A Figura 53 representa a repartição das respostas à pergunta “você já propôs mudanças na propriedade” em função dos planos futuros dos jovens e da região de estudo.

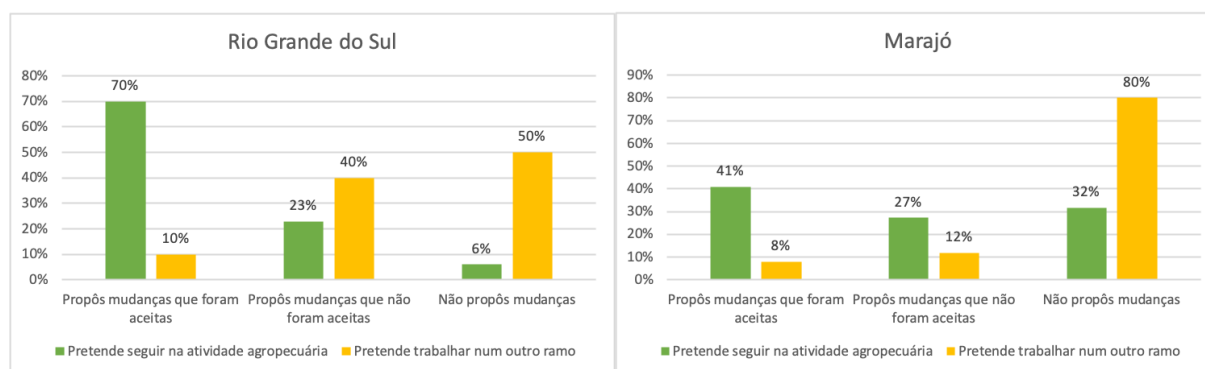


Figura 53: Repartição das respostas à pergunta “você já propôs mudanças na propriedade?” em função dos planos futuros dos jovens no Rio Grande do Sul (esquerda) e no Marajó (direita) (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)

No Marajó, a maioria dos jovens que pretendem ficar na atividade agropecuária já fizeram propostas de mudanças na propriedade (68% deles). No entanto, se 41% dos jovens marajoaras que pretendem seguir na atividade viram suas propostas aceitas pelos pais, 27% propuseram mudanças que não foram aceitas. Somente 20% dos jovens marajoaras que pretendem trabalhar num outro setor propuseram mudanças dentro da propriedade. Dentro deles, mais da metade teve propostas que não foram aceitas pelos pais.

No Rio Grande do Sul, 93% dos jovens que pretendem ficar na atividade agropecuária já propuseram mudanças. A proporção de jovens sul-rio-grandenses que pretendem seguir na atividade e viram suas propostas aceitas pelos pais é maior que no Marajó e constitui 70% das respostas dos jovens. De fato, 23% dos jovens do Rio Grande do Sul que querem trabalhar na atividade agropecuária viram suas propostas de mudança rejeitadas pelos pais.

No que diz respeito aos jovens sul-rio-grandenses que querem trabalhar num outro setor, podemos observar que a metade deles propôs mudanças na propriedade. Este resultado aparece mais alto que nos jovens marajoaras. No entanto, vale destacar que, entre os jovens pretendendo sair da atividade que propuseram mudanças, a grande maioria teve suas propostas rejeitadas pelos pais. Este resultado pode sugerir que jovens apresentando um certo desinteresse pela atividade agropecuária são menos considerados na hora de tomar as decisões na propriedade.

Uma outra explicação para este resultado é que os jovens sul-rio-grandenses que propuseram mudanças na propriedade que não foram aceitas no passado se desinteressaram pela atividade agropecuária. Uma leitura possível seria então que os jovens que viram suas propostas aceitas tendem a querer seguir na atividade agropecuária da família, e que os jovens cujas propostas foram rejeitadas tendem a querer trabalhar num outro setor. Esta leitura sugere a importância de cursos e assistência técnica dedicada à sucessão e integração progressiva dos jovens dentro do processo de tomada de decisão na propriedade agropecuária.

Além disso, outros resultados se destacam em função da região de estudo considerada. O fato de ter mudanças aceitas pelos pais está ligado ao gênero do jovem no Rio Grande do Sul. A Figura 54 mostra a repartição das respostas à pergunta “você já propôs mudanças na propriedade?” em função do gênero do jovem entrevistado no Rio Grande do Sul.

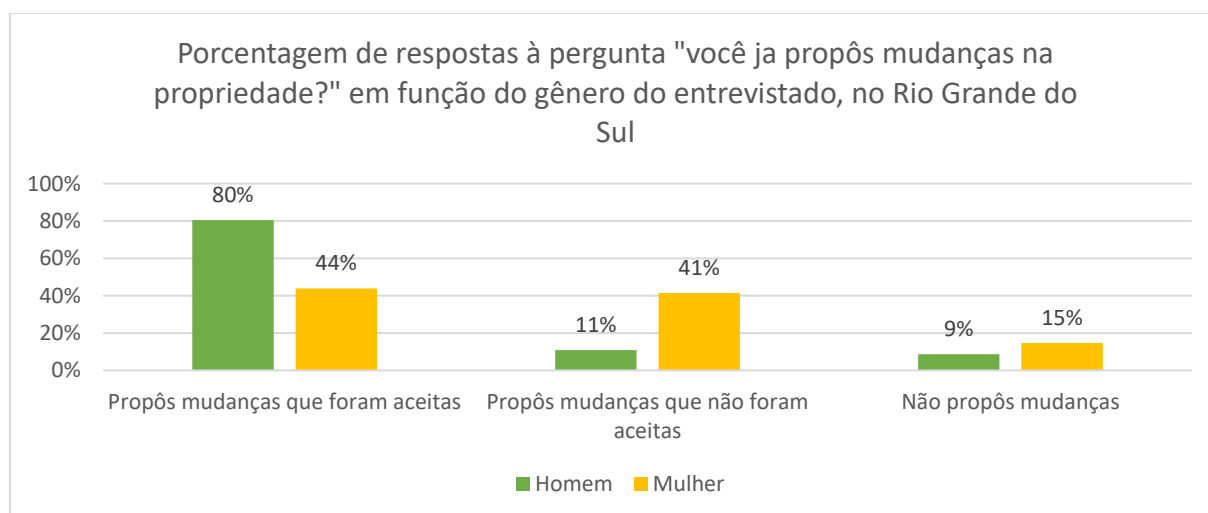


Figura 54: Repartição das respostas à pergunta “você já propôs mudanças na propriedade?” em função do gênero do jovem entrevistado no Rio Grande do Sul (Fonte: figura elaborada pela autora com dados recolhidos à campo)

Enquanto 91% dos homens e 85% das mulheres entrevistadas já propuseram mudanças na propriedade agropecuária, 80% dos homens viram suas propostas aceitas pelos pais, contra 44% das mulheres. De fato, 41% das mulheres fizeram propostas de mudanças que não foram aceitas pelos pais. No entanto, os resultados não mostram uma dependência entre as variáveis “gênero” e “planos futuros”. Em outras palavras, os planos de ficar ou não na atividade agropecuária não depende do gênero do entrevistado: a maioria dos homens e das mulheres pretende ficar na atividade agropecuária (este resultado também se encontra nos jovens marajoaras). Estes resultados sugerem que as propostas das mulheres são aceitas com uma menor frequência, embora ser mulher não tenha influência no fato de querer seguir ou não na atividade agropecuária.

O gênero do entrevistado não está ligado às propostas dos jovens marajoaras, mas este resultado deve ser considerado com cuidado. De fato, a proporção de jovens que chegou a propor mudanças na propriedade é menor na Ilha do Marajó que no Rio Grande do Sul. Parece então que a tendência dos jovens marajoaras seja de propor mudanças com menos frequência que para os jovens sul-rio-grandenses, como já sugeriam os resultados da tipologia.

Por fim, realizamos um teste de Khi2 para avaliar a potencial influência do nível de escolaridade na repartição das repostas à pergunta “você já propôs mudanças na propriedade?” por parte dos jovens de ambas regiões. Já que cada região de estudo têm uma repartição diferente, os testes foram feitos separadamente para cada região. Os resultados mostram que a repartição das respostas não depende do nível de escolaridade do jovem entrevistado (em nenhuma das regiões).

4. Considerações finais

Em geral, a grande maioria dos entrevistados participava em organizações sociais tais como igreja, sindicato, cooperativas ou grupos de jovens. Os entrevistados no Marajó pertenciam a diversas redes com mais frequência que os entrevistados no Rio Grande do Sul. De fato, 78,3% dos jovens entrevistados pertenciam a organizações sociais no Marajó, contra 73,9% dos jovens sul-rio-grandenses entrevistados. Podemos então observar um grande potencial de ação vinculado às organizações sociais, que são de fato identificadas como impulsionadores para beneficiar de assistência técnica.

Além do potencial dos jovens rurais para se tornarem atores do desenvolvimento local e da produção agropecuária, podemos ressaltar alguns pontos que emergem dos resultados. No que diz respeito à assistência técnica, a metade dos jovens sul-rio-grandenses entrevistados nunca recebeu assistência técnica por parte do governo (seja municipal ou federal) na propriedade. No Marajó, ainda menos entrevistados declaram ter recebido ajuda técnica na propriedade: eles representam 18% dos entrevistados marajoaras. As ajudas técnicas municipais tendem a abranger mais propriedades que as ajudas técnicas federais. Este resultado levanta dois assuntos. Primeiramente, estes dados ressaltam a demanda de simplificar os processos administrativos dos programas federais. O segundo ponto a levar em consideração trata da importância para o poder público local de manter boas relações com a população rural e de comunicar sobre os programas disponíveis. Além disso, vale ressaltar que o Pará (e conseqüentemente o Marajó) se beneficia de menos financiamentos do governo para estabelecimentos agropecuários que a média nacional. Ao contrário, o Rio Grande do Sul tem acesso a mais financiamentos.

Contudo, é preciso apoiar a produção agropecuária e garantir a geração de renda dos produtores rurais para assegurar a sucessão rural. Os entrevistados lamentam a burocracia e a dificuldade de acesso à informação sobre as políticas públicas voltadas aos jovens rurais. Facilitar o acesso às diversas políticas de crédito e simplificar o processo administrativo deles permitiria manter os jovens na produção agropecuária e então nas áreas rurais. Além disso, é necessário um acompanhamento de assistência técnica e extensão rural para que os jovens possam usufruir ao máximo das ações disponíveis. Por fim, um apoio à comercialização e valorização dos produtos agropecuários oriundos da agricultura familiar permitiria garantir a renda dos produtores e poderia limitar o êxodo dos jovens.

para o futuro deles, principalmente de emprego e formação. Por fim, outra tendência é a demanda de mais apoio por parte do governo para as comunidades locais, e mais investimento nos pequenos agricultores.

Os jovens entrevistados no Rio Grande do Sul compartilham algumas reivindicações com os jovens paraenses. A Figura 56 mostra que as palavras com mais incidência são acesso, estradas, internet e governo. O acesso evocado se refere ao acesso à cidade com o estado das estradas, mas também ao acesso à informação. Os jovens sul-rio-grandenses demandam um melhor acesso à informação, pelo viés de um acesso à internet de qualidade e um sinal de telefone mais amplo nas áreas rurais, mas também esforços de comunicação por parte do poder público sobre programas e políticas públicas existentes e disponíveis para apoiar os jovens rurais.

Se observa o uso de palavras relativas ao governo e poder público. De fato, uma pista de melhoria destacada pelos jovens entrevistados diz respeito ao apoio ao produtor por parte do governo e das prefeituras. Alguns pedidos dos jovens são ajuda nos preços dos insumos e do combustível, financiamentos permitindo investir na unidade de produção, em tecnologia e maquinário, além de uma simplificação da burocracia. Em geral, as pistas de melhoria são orientadas na produção agropecuária, como confirma o uso das palavras “produtor”, “condições”, “produção” e “agricultores”. De fato, o discurso dos jovens tende a se focar nas pistas de melhoria e otimização da produção, com a demanda por cursos, extensão e assistência técnica. Se observa também a demanda por uma valorização dos produtores rurais, principalmente em relação à população da cidade. Eles lamentam uma falta de reconhecimento por parte da população da cidade. Por fim, vale destacar o uso das palavras “roubos”, “segurança” e “abigeatos”, que traduzem uma problemática de insegurança no campo.

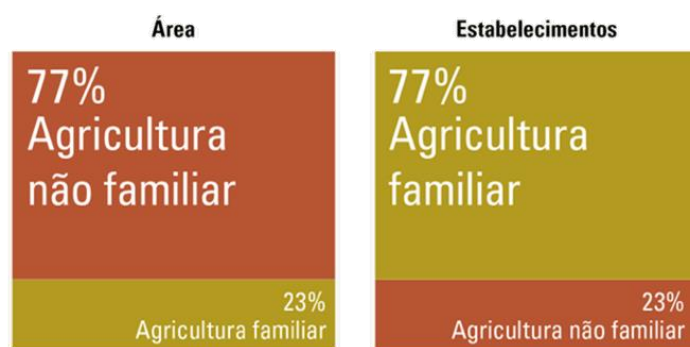
1.2. Outros problemas identificados

Um problema identificado na literatura é a concentração das terras, que traz consequências comprometendo a sustentabilidade dos biomas de campos naturais. Vale lembrar que a observação deste fenômeno não foi um objetivo primário da nossa pesquisa, e de fato não foi incluído no nosso questionário: foi decidido entrevistar filhos e filhas de produtores, não somente de agricultores familiares. No entanto, é de relevância para entender o contexto global dos campos naturais e do futuro dos jovens rurais. As pastagens estão atraindo mais agronegócios que competem com a agropecuária de médio e pequeno porte (GUIBERT *et al.*, 2011). Por exemplo, se observarmos a evolução da agricultura familiar no Brasil entre os censos

agropecuários de 2006 e 2017, em 2006, 84,4% dos estabelecimentos agropecuários eram classificados como agricultura familiar, o que representava 4.367.902 estabelecimentos (IBGE, 2006; IBGE, 2017). Em 2017, esta porcentagem cai para 77% dos estabelecimentos agropecuários totais do país, com 3.897.408 estabelecimentos. Em 2006, a agricultura familiar ocupava 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários, em 2017 a mesma ocupava 23% da área (IBGE, 2006; IBGE, 2017). Ademais, a repartição das terras entre a agricultura familiar e não familiar é desigual, como mostra a Figura 57. Enquanto a agricultura familiar representa a maioria dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, ela abrange somente 23% da área usada pela produção agropecuária em 2017 (IBGE, 2017).

Agriculturas familiar e não familiar

Proporção das áreas e dos números de estabelecimentos



Fonte: Censo Agropecuário 2017



Figura 57: Porcentagens da área e estabelecimentos oriundos da agricultura familiar e não familiar no Brasil (Fonte: IBGE, 2017).

Com o êxodo rural, os estabelecimentos nos quais os filhos de produtores não querem retomar a atividade são comprados por vizinhos ou empreendedores do agronegócio, contribuindo para a concentração das terras. Este fenômeno leva ao desaparecimento da agricultura de pequenos e médios produtores, geralmente caracterizada por um baixo investimento de capital e mão de obra, como máquinas, fertilizantes e pesticidas, em relação à área usada. Ao contrário, o agronegócio dispõe de mais capital, permitindo aproveitamento da mão de obra em áreas maiores graças a tratores e drones por exemplo, e se caracteriza pelos cultivos flexíveis.

Os cultivos flexíveis são cultivos com múltiplos usos (alimentos, rações, combustíveis, fibras, materiais industriais etc.). Eles apresentam um interesse para o produtor, já que podem ajudar a enfrentar a volatilidade dos preços no mercado global e então reduzir a incerteza e estabilizar a lucratividade. A soja é um exemplo de cultivo flexível, por ser usada pela alimentação animal e humana e também para biodiesel. O milho é outro exemplo, já que pode

ser usado pela produção de etanol. Outros exemplos incluem a cana de açúcar e o óleo de palma. A demanda para esses cultivos aumentou, e as fontes de demanda são mais difusas e globais (BORRAS *et al.*, 2016). No entanto, o potencial destes cultivos de mitigar o risco dos investimentos e maximizar os retornos os tornam um alvo particularmente atrativo para a especulação financeira. Os lucros derivam então cada vez mais das atividades especulativas, e não do comércio e produção de bens reais. Vale sublinhar que mudanças no uso de cultivos criam uma lacuna no mercado e estimulam a mudança do uso de terra em outros lugares. Estamos testemunhando um dogma da busca do crescimento econômico, mas que produz desigualdades e danos ambientais. Isso mostra os limites de um sistema de produção e consumo intensivos (BURSZTYN & BURSZTYN, 2013). A economia global determina o esgotamento da biodiversidade, a perda de um patrimônio natural e cultural, juntamente com a estagnação econômica para comunidades locais distantes dos modelos tecnológicos de intensificação agrícola (FLORES WIZNIEWSKY & FOLETO, 2017).

Depois de ter identificado os maiores problemas e desafios do campo, procuramos identificar cenários potenciais para o futuro das áreas rurais estudadas, que permitem sublinhar pistas de ação para assegurar a sustentabilidade das áreas de campo natural. Foi perguntado aos jovens a visão deles sobre o futuro do campo. De acordo com as respostas, e como explicado na metodologia, tentamos construir alguns cenários possíveis: um cenário mais pessimista, um cenário utópico e dois cenários alternativos.

2. O futuro do campo: cenários construídos a partir da visão do futuro dos jovens

2.1. Primeiro cenário - mais pessimista

No caso mais pessimista, os jovens entrevistados imaginam um cenário onde não são feitas mudanças no sistema atual e onde observamos um aumento da concentração das terras entre grandes fazendeiros. Junto a esse fenômeno, eles imaginam uma diminuição da população local que se reduziria aos empregados das grandes fazendas. Sem jovens habilitados e incentivados a retomar as propriedades familiares, iremos observar uma concentração das terras pelo agronegócio. Como destacaram alguns jovens do Rio Grande do Sul, eles já vivenciam uma diminuição dos serviços públicos e dos serviços culturais e de lazer. Neste cenário, o desaparecimento dos serviços públicos fica ainda mais importante, contribuindo para a fratura social entre os grandes empresários morando nas cidades e os empregados rurais morando nas propriedades. Parece necessário um reconhecimento do papel dos produtores na gestão da paisagem. De fato, como já vimos na literatura, o gado tem um impacto na transformação de

espaços e paisagens através da ação humana. Se torna então necessário reconhecer e apoiar os jovens querendo retomar a unidade de produção agropecuária da família, a fim de evitar que seja comprada por grandes empresas do agronegócio.

Uma redução da população rural pode levar à diminuição dos serviços públicos na região, retroalimentando o êxodo rural. De fato, se os jovens saírem para as cidades sem projetos de voltar às áreas rurais, se observa um envelhecimento da população. Isso enfraquece o vínculo entre as áreas urbanas e rurais, e contribui para o fechamento de escolas rurais, entre outros serviços. Além disso, um esvaziamento da população rural aumenta o isolamento das pessoas morando nas propriedades rurais, aumentando o sentimento de insegurança.

Além da catástrofe social imaginada pelos jovens entrevistados, podemos nos questionar sobre os riscos de uma catástrofe climática. De fato, podemos vincular as políticas públicas (ou a falta delas) ao avanço de cultivos flexíveis. A ascensão de cultivos flexíveis em monoculturas está vinculada a um sério impacto ambiental. Assim, investidores interessados em agricultura intensiva (soja, eucalipto, milho e arroz), causam sérios danos ambientais (OVERBECK *et al.*, 2007; MODERNEL *et al.*, 2016). De fato, a substituição das pastagens para a implementação de cultivos de soja e a integração lavoura-pecuária cria uma rotação de culturas onde se costumava ter pastagens naturais ou temporárias. Essa mudança leva a um aumento da erosão, do uso de irrigação, ferramentas motorizadas e agrotóxicos, bem como uma perda de biodiversidade (MODERNEL *et al.*, 2016; OVERBECK *et al.*, 2007; URCOLA *et al.*, 2015). Por fim, a expansão agrícola, impulsionada pelo cultivo de soja, leva a uma maior competição pela terra, pelo agronegócio e conseqüentemente uma explosão dos preços da terra (SARAVIA, 2016; LEVROUW *et al.*, 2007), impulsionando ainda mais o êxodo dos jovens para as áreas urbanas.

Resumindo, o cenário mais pessimista tem a ver com a ausência de políticas públicas dedicadas aos jovens rurais. Neste cenário, os jovens não têm incentivos nem apoios diversos para permanecerem no campo. Aqui consideramos os incentivos e apoios seguintes: escolas rurais de qualidade e com vagas suficientes para acolher os jovens da área, transporte frequente, seguro e acessível entre as áreas rurais e urbanas, estradas mantidas em bom estado e disponibilização de luz pública para garantir um transporte seguro. Também estão incluídos estabelecimentos de saúde adequados à demanda da população rural, com equipamento, remédios e pessoal de saúde suficiente para atender a população. Os incentivos também incluem cursos de capacitação para jovens que queiram retomar a propriedade rural dos pais ou se instalar num estabelecimento agrícola próprio, bem como auxílio financeiro incentivando uma produção sustentável, e formação específica incluindo (mas não resumida à) gestão e sucessão

da propriedade agrícola. Os apoios técnicos e financeiros complementam esta lista de fatores favorecendo a permanência dos jovens nas áreas rurais.

2.2. Segundo cenário - impulso empresarial ou vinculado às fazendas

Um outro cenário surge como alternativa ao cenário mais pessimista. De fato, este cenário alternativo se baseia na suposição de que não apareçam políticas públicas favorecendo a permanência dos jovens no meio rural. Consideramos aqui um futuro sem políticas públicas apoiando a educação, como a criação de escolas, o incentivo à formação de professores, a adaptação do currículo para cessar a oferta centralizada de cursos urbanocêntricos e a oferta de cursos especializados para a produção agropecuária nas áreas rurais. Neste futuro suposto, também não foram implementadas políticas públicas para assegurar boas condições de estradas e transporte público, que participam das condições favorecendo a permanência dos jovens no meio rural e na atividade agropecuária. Por fim, neste cenário, o poder público não implementa nem incentiva ações cidadãs e lugares de fala em conjunto com a população rural para fomentar as relações entre comunitários e as relações entre população e poder público.

Neste cenário, observaríamos uma concentração das terras, com a compra das terras de pequenos e médios produtores sem sucessores por parte de fazendeiros. Como vimos, esta concentração de terra acompanha-se de ameaças ambientais, já que uma intensificação da produção agropecuária nas fazendas leva à destruição das pastagens naturais.

Pode então se esperar uma destruição das pastagens naturais devido a um desmatamento e implementação de cultivos como soja, arroz ou eucalipto. No entanto, enquanto uma concentração de terras levaria provavelmente a uma degradação ambiental, de um ponto de vista social, poderia se esperar melhorias. De fato, a presença de fazendas implica na presença de alguns empregados morando na propriedade, juntos com suas famílias respectivas. A presença de famílias de empregados nas fazendas pode favorecer a permanência de escolas rurais na área, que tendem a desaparecer neste contexto de êxodo rural. Seguindo essa lógica, os familiares de empregados, que não trabalham na propriedade, podem participar da vida local e representam tanto uma fonte de consumidores para mercados locais como própria fonte de bens para esses mercados (como artesanato, hortaliças e verduras). Essas famílias também podem contribuir para a vida associativa na área rural, com grupos de igreja, grupos de mulheres, de jovens, grupos de dança folclórica ou de tradições locais. No entanto, vale ressaltar que sistemas de produção de soja, arroz ou eucalipto necessitam de pouca mão de obra, já que

o trabalho se efetua com base no uso de maquinário. A influência das famílias de empregados agrícolas deve então ser considerada com cuidado.

Um fato podendo aumentar este fenômeno tem a ver com a permanência dos aposentados na propriedade agropecuária. De fato, os pequenos e médios produtores tendem a ficar na propriedade depois de se aposentarem. Esta coabitação com a geração seguinte pode levar a conflitos geracionais e sem projeto de sucessão claro e influenciar os jovens a saírem da propriedade para ter mais autonomia. Existem outros exemplos de gestão das propriedades onde a geração se aposentando deve entregar a terra para a geração seguinte, como é o caso das terras do *Instituto Nacional de Colonización* no Uruguai. Este instituto visa promover a divisão racional da terra e seu uso adequado. Tem como alvo pequenas propriedades familiares e oferece terras produtivas sob propriedade social: cada membro aluga a terra do instituto a um preço inferior ao do mercado. O instituto oferece serviços de apoio nos territórios mais descentralizados e tem como objetivo a melhoria da gestão agrícola e o desenvolvimento territorial rural. No entanto, o produtor entrega a sua terra na hora de se aposentar.

No Brasil, a permanência dos aposentados representa uma certa falta de autonomia por parte das gerações seguintes. Sem alguém para retomar a propriedade e sem projeto de sucessão claro, os pequenos e médios produtores na idade de se aposentar são obrigados a vender suas terras para se sustentar financeiramente. Neste cenário, as famílias de empregados se substituem às famílias de pequenos e médios produtores. O êxodo rural pode assim ser reduzido, mas a paisagem muda irremediavelmente. De fato, pode-se imaginar um fortalecimento do acesso à saúde por parte de proprietários de fazendas, a fim de assegurar boas condições de vida para os empregados agropecuários e suas famílias. No entanto, vale ressaltar que a produção intensiva acompanha-se do uso de agrotóxicos a fim de otimizar a produção, o que representa um risco para a saúde dos empregados rurais e suas famílias (SILVA *et al.*, 2005; MOREIRA *et al.*, 2015).

As fazendas são mais propensas a mobilizar dinheiro para concertar as estradas, já que dependem mais fortemente do estado das estradas tanto para receber insumos por caminhão como para entregar a produção agropecuária até silos ou estabelecimentos da agroindústria. Por ter um volume de produtos agropecuários maior, devido à intensificação da produção e a grande quantidade de hectares, as fazendas dependem do uso de caminhões para levar a mercadoria até os compradores. Esses caminhões deterioram as estradas de chão que necessitam então de uma manutenção frequente. Por fim, grandes propriedades agropecuárias podem cooperar com serviços de polícia e organizar patrulhas nas áreas rurais a fim de diminuir os abigeatos, o que participaria da melhoria da segurança no campo.

Podemos então imaginar um desenvolvimento dos serviços e da dinâmica local por e para os empregados agropecuários e suas famílias. No entanto, neste cenário, o sistema considerado se define por fazendas organizadas no território, empregando trabalhadores rurais, e dependendo fortemente do mercado internacional para a venda dos produtos agropecuários. Além disso, se nota um aumento dos preços de fertilizantes, problema exacerbado em 2022 pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia (SCHNITKEY *et al.*, 2022). As propriedades agropecuárias são então influenciadas pelos preços dos insumos (sementes, fertilizantes e diversos produtos fitossanitários, vacinas e alimentos para os animais) e pelos preços de compra dos produtos finais (preço pago ao produtor pela soja, o arroz, o eucalipto, mas também preço do leite ou da carne). Esta produção, além de ser vulnerável aos preços definidos por fatores externos tais como a inflação, está vinculada à riscos ambientais.

De fato, a produção está influenciada por riscos de seca, que vão ocorrer com mais frequência e mais intensidade no futuro, como resultado das mudanças climáticas (IPCC, 2019; IPCC, 2022). As mudanças de uso da terra (como a destruição das pastagens naturais para o cultivo de soja, arroz ou cana de açúcar) levam à degradação das terras (IPCC, 2019). As mudanças climáticas contribuem também para essa degradação pelo viés de enchentes e secas cada vez mais frequentes e mais severas (IPCC, 2019). No Brasil, o aumento das secas é ainda mais visível no Norte do país (IPCC, 2019) e contribuem com o êxodo rural (IPCC, 2022). Frente à essas secas, as fazendas vão depender cada vez mais de estratégias de mitigação, como o desenvolvimento de sistemas de irrigação por exemplo. Elas serão também mais dependentes de seguros e créditos de campanha para enfrentar os riscos ligados a secas intensas e cada vez mais frequentes.

Para resumir, sem políticas públicas permitindo e incentivando a permanência dos jovens rurais no campo, vamos observar uma concentração de terras em favor do agronegócio, mais precisamente das grandes propriedades. Uma dinâmica nas áreas rurais poderia emergir das famílias de trabalhadores rurais empregados em fazendas. Neste cenário, as famílias de empregados agrícolas substituem as famílias de pequenos e médios produtores. No entanto, a concentração de terras e o avanço de cultivos sobre as pastagens nativas leva a uma degradação das terras. Esse fenômeno de degradação de solo está exacerbado pelas mudanças climáticas. Se espera então um risco de secas intensas e frequentes, o que modificará as estratégias de gestão das fazendas. Se espera também que a agropecuária nessas áreas seja cada vez mais vulnerável às intempéries e conseqüentemente cada vez mais dependente de apoios governamentais como seguros e créditos de campanha.

2.3. Terceiro cenário - cooperação entre jovens

Em geral, a grande maioria dos entrevistados participava em organizações sociais tais como igreja, sindicato, cooperativas ou grupos de jovens. Os entrevistados no Marajó pertenciam a diversas redes com mais frequência que os entrevistados no Rio Grande do Sul. De fato, 78,3% dos jovens entrevistados pertenciam a organizações sociais no Marajó, contra 73,9% dos jovens sul rio-grandenses entrevistados. Podemos então observar um grande potencial de ação vinculado ao capital social. O capital social aqui tem a ver com a totalidade de recursos baseados no pertencimento a um grupo. O volume de capital social possuído por um indivíduo depende da extensão da rede de conexões que possa mobilizar, e do volume de capital possuído pelos indivíduos com quem está relacionado (BOURDIEU, 2011).

O capital social pode se revelar mais importante do que o capital físico para a estabilidade política, a boa governança, e o desenvolvimento econômico. Criar capital social é fundamental para o funcionamento da democracia (PUTNAM, 1996). Putnam (1996) defende a tese que a cooperação voluntária é mais fácil quando a comunidade tiver um capital social importante. O autor lembra que o capital social é um bem público, ao contrário do capital convencional, e muitas vezes sua oferta aumenta com o uso, em vez de diminuir. Ele afirma que a confiança promove a cooperação; essa confiança pode emanar de regras de reciprocidade (balanceada ou generalizada), e de sistemas de participação cívica (PUTNAM, 1996). O desenvolvimento local depende de um processo coletivo de inovação, para enfrentar os vários desafios relacionados ao território. O uso de uma abordagem participativa parece necessário para desenvolver uma iniciativa compartilhada pela comunidade local. De fato, o envolvimento da população local ajuda a incluir sua vontade no projeto, bem como o desenvolvimento do potencial humano e da produtividade das famílias rurais (RIBEIRO, 2009).

Um desafio fundamental para o reconhecimento dos jovens rurais é o número e a diversidade dos atores e setores envolvidos. Para enfrentar esse desafio, várias abordagens colaborativas podem ser desenvolvidas. As razões dadas para colaborar incluem os recursos limitados do governo, o que o torna dependente de outras partes interessadas. Além disso, envolver diversas partes interessadas pode aumentar o apoio público, reduzir a oposição e melhorar a implementação de políticas governamentais (FLIERVOET *et al.*, 2016). Foi demonstrado que as redes sociais podem ser mais importantes do que a existência de instituições formais para a efetiva aplicação e conformidade com as regulamentações ambientais por exemplo. No entanto, é necessário conhecer as diferentes partes interessadas, bem como as interações entre elas, para desenvolver ações colaborativas (BODIN & CRONA,

2009). Engels apontava a formação de cooperativas de produção agrícola sob controle da comunidade como solução aos efeitos do capitalismo nos pequenos produtores (HEGEDÜS, 1984). A exploração da natureza poderia então acabar se a terra e os meios de produção estivessem sob o controle das comunidades, para produzir o necessário para as necessidades humanas (WILLIAMS, 2010). De fato, é necessário levar em conta a função social da agropecuária.

Os produtores desenvolvem uma rede local, que lhes permite ser mais eficientes economicamente, tecnicamente e ter acesso aos recursos. É o caso das cooperativas de produtores para gerenciamento da produção e/ou da comercialização, ou para acessar aos empréstimos para equipamentos etc. Com essas organizações, os pecuaristas estão mais integrados ao setor.

No caso da pecuária, os animais têm um papel central nos laços sociais, como foi ressaltado na revisão da literatura. Estratégias de distribuição de capital (pelo viés do gado) permitem coesão social, assim como segurança aos riscos econômicos, ambientais e de saúde das comunidades pecuárias. A posse de animais atribui uma relevante posição social ao agropecuarista e pode ter um impacto favorável em negociações e tomada de decisões (como o acesso a pastagens ou água).

O gado também tem uma função cultural considerável. De fato, a atividade de criação faz parte do estilo de vida (habitat, técnicas de criação). É também um símbolo forte em muitas comunidades e confere um importante patrimônio culinário no Brasil, tanto no Rio Grande do Sul com a carne quanto no Marajó com o queijo marajoara.

Foi perguntado para os jovens entrevistados se participavam de organizações sociais, e se preferiam morar no campo ou na cidade. A análise de resultados mostrou uma correlação positiva entre essas duas perguntas: o fato de fazer parte de organizações sociais e preferir morar no campo estão vinculados. Podemos imaginar que, se um jovem estiver mais inserido na comunidade pelo viés de organizações sociais, terá mais relutância em deixar o campo para morar na cidade.

A falta de acesso a mercados para vender a produção agropecuária é identificada como um fator contribuindo para o êxodo rural no Brasil (IPCC, 2019). Outros fatores descritos como favorecendo o êxodo são a falta de infraestruturas e a economia, entre outros (IPCC, 2019). Podemos então enxergar as vantagens que poderiam trazer uma cooperativa agrícola. De fato, uma cooperativa permitiria juntar as forças de vários produtores para negociar os preços de insumos, ou empréstimos para equipamentos agrícolas. Uma cooperativa também pode intervir e apoiar a administração da propriedade. Com a ajuda dessas organizações, os agricultores se

tornam mais integrados ao setor. A construção de uma rede local permite resolver problemas, desenvolver as capacidades dos agricultores e incluir inovações, através do diálogo, apoio e aconselhamento entre os agricultores e outros atores do setor. Além disso, vimos na nossa análise que os jovens querendo permanecer no campo e na atividade agrícola tendem então a ter relações entre comunitários boas ou médias, mas são pouco propensos a terem relações conflitivas com os demais comunitários. Este resultado deixa entrever o potencial de ações coletivas na comunidade e entre produtores rurais para enfrentar dificuldades ligadas ao frágil acesso a serviços públicos ou dependência de preços do mercado para os insumos necessários à produção por exemplo. Cooperativas, capacitação ou mutirões são exemplos de cooperação entre comunitários que permitem enfrentar as dificuldades ligadas à propriedade agropecuária.

2.4. Quarto cenário - políticas públicas e espiral virtuosa

De acordo com Britto (2018), o futuro da atividade pecuária de pequenas propriedades familiares do Pampa depende em grande medida das políticas públicas. As políticas públicas e o interesse demonstrado pelos consumidores moldam a relação entre o agricultor e seu gado, modificando a gestão de pastagens (DE TORRES, 2013). Políticas públicas incentivando a consciência ambiental dos produtores familiares no Pampa, junto com certificações dos produtos da pecuária familiar, são uma opção para fomentar a sustentabilidade da pecuária familiar (LITRE *et al.*, 2007). Além disso, as condições de acesso ao mercado, à informação, ao crédito e à assistência técnica podem influenciar as estratégias adotadas pelo produtor familiar (WAQUIL & FINCO, 2018).

No que diz respeito à educação, vimos que a primeira razão dada pelos jovens que migraram do campo para a cidade é estudar. De fato, 54% dos jovens do Rio Grande do Sul e 69% dos jovens do Pará que migraram da área rural para a cidade declaram ter migrado porque seus estudos não são ministrados no campo. Conseqüentemente, um investimento em educação é necessário para reduzir o êxodo rural dos jovens. Se 96% dos jovens paraenses entrevistados declaram morar perto de uma escola, somente 63% dos jovens sul-rio-grandenses podem fazer a mesma afirmação. Quando se trata do ensino médio, somente um terço dos jovens entrevistados (28% no Pará e 31% no Rio Grande do Sul) tem acesso ao ensino médio perto do lugar de moradia. Uma conclusão desses dados é a necessidade de oferecer aos jovens rurais espaços onde possam cursar ensino médio nas áreas rurais, de maneira a limitar o êxodo dos jovens para as cidades. Este ponto é uma das várias alavancas de ação para melhorar o acesso

à educação no campo. Os alunos de escolas rurais correm o risco de ver suas escolas fecharem, e não se beneficiam das mesmas infraestruturas que os alunos de escolas urbanas.

Uma outra desigualdade que enfrentam os alunos de escolas rurais é a taxa de distorção idade-série. Esta taxa representa o percentual de alunos numa série dada com idade superior à idade recomendada (BRASIL, 2021a). Quanto maior a porcentagem, maior a porcentagem de alunos com atraso escolar. Neste ponto, os Estados brasileiros apresentam diferenças. Por exemplo, as escolas rurais no Rio Grande do Sul apresentam uma taxa de distorção idade-série similar à taxa encontrada nas escolas urbanas. No Rio Grande do Sul, 10% dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental têm uma idade superior à idade recomendada, tanto nas escolas rurais quanto nas escolas urbanas. Nos anos finais do ensino fundamental, ainda no Rio Grande do Sul, 32% dos alunos de escolas rurais e 29% dos alunos de escolas urbanas apresentam um atraso escolar.

No Pará, 27% dos alunos de escolas rurais apresentam um atraso escolar nos anos iniciais do ensino fundamental, contra 16% dos alunos em escolas urbanas. Nos anos finais do ensino fundamental, 49% dos alunos de escolas rurais e 32% dos alunos de escolas urbanas apresentam um atraso escolar no Pará. Esta maior taxa de distorção idade-série nas escolas rurais paraenses pode ser explicada por vários fatores. Um deles pode ser a formação dos professores. 75% dos docentes das escolas rurais paraenses têm ensino superior, contra 91% dos docentes das escolas rurais sul-rio-grandenses (QEDU, 2021). Outro fator que deve ser considerado é a infraestrutura na qual os alunos recebem instrução. O Pará conta com 6.921 escolas rurais, das quais 10% estão sem abastecimento de água, e 19% sem energia elétrica. 78% das escolas rurais paraense não têm acesso à internet (QEDU, 2021). Por fim, 31.030 professores trabalham nas 6.921 escolas rurais do Pará, o que representa uma média de menos de 5 professores por escola (QEDU, 2021). Em comparação, existem 1.894 escolas rurais no Rio Grande do Sul. Somente 13 dessas escolas rurais não tem abastecimento de água e só uma delas não se beneficia de energia elétrica (QEDU, 2021); 7% dessas escolas rurais não se beneficiam de um acesso à internet; 15.008 professores são empregados nessas escolas rurais, o que representa uma média de cerca de 8 professores por escola (QEDU, 2021).

Diante dessas informações, identificamos vários pontos de ação para melhorar o acesso à educação para os jovens. Um investimento nas escolas já construídas para assegurar o acesso à energia e água potável permitiria uma melhor experiência para os jovens frequentando essas escolas. Um incentivo é necessário para permitir a formação contínua dos professores, de maneira a sempre melhorar a qualidade da educação dada aos jovens. Além disso, podemos observar a repartição desigual de professores por escola nas diferentes regiões de estudo. É

preciso uma campanha de recrutamento de professores para as escolas rurais, especialmente no Marajó. Estes três fatores (investimentos na infraestrutura, formação e contratação dos professores) permitiriam reduzir o atraso escolar. O acesso a recursos didáticos é também um dos componentes principais para uma educação de qualidade no campo.

Por fim, um investimento na cobertura de rede de internet permitiria um maior acesso à informação para os jovens rurais e potencialmente um melhor preparo aos requisitos de um futuro emprego, seja na atividade agropecuária ou não. De fato, não ter acesso à internet dificulta a socialização e limita a capacidade de usar ferramentas básicas úteis para a vida futura do jovem (TRUCCO & PALMA, 2020). Além disso, as entrevistas evidenciaram a dificuldade de acesso às informações sobre os créditos e outros meios disponíveis para apoiar a produção agropecuária. Um bom acesso à internet parece então cada vez mais necessário para os produtores, a fim de ter acesso à informação sobre políticas públicas de apoio à produção agropecuária.

A melhoria do estado das estradas e do transporte público está diretamente vinculada à problemática do acesso à educação no campo. De fato, a nucleação das escolas rurais e a transferência dos alunos até escolas-núcleos implica um transporte escolar que permita o deslocamento dos alunos. 84% dos jovens sul rio-grandenses entrevistados declararam ter ônibus escolar onde moram, contra só 39% dos jovens marajoaras. Além disso, somente a metade dos entrevistados declararam ter estradas asfaltadas perto do lugar de moradia (51% deles no Rio Grande do Sul, e 57% dos jovens no Marajó).

Um investimento no transporte escolar (ônibus e barcos no caso da Ilha de Marajó) é necessário para assegurar o acesso às escolas. Além de investir num aumento da própria frota de veículos, os municípios devem efetuar um controle frequente do estado dos veículos já disponíveis, a fim de permitir um trajeto seguro para os jovens rurais. As estradas devem também ser consertadas, principalmente nas épocas de chuvas fortes como no inverno. Alguns jovens denunciaram o papel das grandes propriedades na degradação das estradas no campo. De fato, as grandes propriedades de agronegócio dependem de uma valsa de caminhões tanto para o abastecimento em insumos agrícolas e veterinários quanto para a distribuição dos produtos agrícolas para os intermediários, as indústrias agroalimentares ou os compradores. No cenário de espiral virtuosa, a alocação de parte do orçamento municipal para a manutenção das estradas é necessária, junto com uma obrigação de consertar as estradas por parte das grandes empresas agropecuárias ou por parte das empresas de transporte. De fato, algumas empresas consertam as estradas antes de começar a temporada da colheita, de maneira a proteger os caminhões de

danos potenciais devidos ao péssimo estado das estradas de chão, mas não depois da temporada, quando os próprios veículos danificaram de maneira significativa as estradas.

Neste cenário, também é preciso considerar políticas públicas que favoreçam a saúde dos moradores das áreas rurais. No caso, as áreas rurais precisam de estabelecimentos de saúde adequados à demanda da população rural, com equipamento, remédios e pessoal de saúde suficiente para atender a população. As políticas públicas devem então visar a melhorar e fortalecer a atenção básica à saúde para os produtores e moradores das áreas rurais. Esforços também são necessários na comunicação sobre práticas agrícolas alternativas viáveis para reduzir o uso de agrotóxicos, que têm um impacto negativo para a saúde dos produtores (SILVA *et al.*, 2005). Por fim, aparece necessário capacitar profissionais de saúde para problemas de saúde vinculados ao uso de agrotóxicos, de maneira a melhorar o atendimento dos trabalhadores rurais (SILVA *et al.*, 2005).

Capítulo 7: Discussão

1. Discussão dos resultados

Esta pesquisa permitiu identificar e caracterizar diferentes tipos de jovens rurais: os “Gaúchos tradicionais”, os “Agroboys”, os “Potenciais migrantes do Sul”, os “Potenciais migrantes do Norte” e os “Marajoaras engajados”. O grupo “Agroboys” representa um grupo híbrido, rompendo a dicotomia de acordo com a qual um jovem quer ficar no campo e na propriedade ou quer migrar para a cidade e trabalhar num outro setor. Existem de fato jovens usufruindo dos dois mundos: a área rural para a produção agropecuária, e a área urbana como lugar de moradia, o que permite ter acesso à mais comodidades como produtos de consumo, mas também um acesso ao ensino superior. Estes jovens mantêm relações significativamente melhores com poderes públicos que os outros grupos de jovens identificados na análise. A maioria dos “Agroboys” (65% deles) propõe implementar mais tecnologia dentro da propriedade agropecuária. Algumas ideias descritas pelos entrevistados são o melhoramento do campo nativo, a inseminação de animais ou a modernização do maquinário. Esses jovens pretendem intensificar a produção pelo viés do uso de tecnologia. Este grupo de jovens nos permite romper com a ideia de que o êxodo rural está necessariamente ligado a um desaparecimento da atividade agropecuária e a uma concentração das terras. A revisão da literatura permitiu evidenciar vários fatores influenciando a saída dos jovens rurais para a cidade. De acordo com vários estudos, o fator com mais influência no êxodo rural é a percepção das oportunidades de emprego (BARCUS & BRUNN, 2010; BEDNAŘÍKOVÁ *et al.*, 2016; FARRUGIA, 2016; LIMA, 2013). De fato, a maioria dos familiares dos jovens entrevistados que migraram para a cidade foi em busca de um emprego. No entanto, o primeiro motivo de saída dos próprios jovens entrevistados que migraram para a cidade é o acesso à educação. O difícil acesso à educação no campo, junto à inadequação do currículo escolar, são destacado pelos jovens. Vale ressaltar que o acesso à educação é melhor avaliado pelos jovens sul-riograndenses, mas ele é mais criticado pelos jovens que pretendem migrar no Rio Grande do Sul. O segundo motivo de saída dos jovens entrevistados é a busca de oportunidades de emprego, concordando com a literatura. No entanto, por se focar nos jovens, o motivo mais frequente do êxodo rural tem a ver com o acesso à educação.

O apego ao lugar, fator identificado na literatura como diminuindo o êxodo rural, é influenciado pelas interações do indivíduo com sua família e a comunidade (BARCUS & BRUNN, 2010; KHANIAN *et al.*, 2019; PEDERSEN, 2018). As relações com a família

consideradas no nosso estudo são a participação na tomada de decisão. Os resultados da nossa pesquisa sugerem que jovens com mais poder de decisão na propriedade tendem a querer seguir na atividade agropecuária e suceder aos seus pais. Os nossos resultados evidenciam uma diferença na participação da tomada de decisão para as jovens mulheres. De fato, os resultados mostram que as propostas das mulheres são aceitas com menos frequência que as propostas feitas pelos homens. No entanto, ser mulher não aparece vinculado com o fato de querer seguir ou não na atividade: a maioria das mulheres entrevistadas pretende ficar na atividade agropecuária, assim como a maioria dos homens entrevistados.

No que diz respeito às relações comunitárias, foram avaliadas no questionário da nossa pesquisa, bem como as relações com o poder público. Em ambas regiões de estudo, as relações entre comunitários são avaliadas mais positivamente que as relações com o poder público. Somente 23% dos jovens declaram ter uma boa avaliação das relações com o poder público, enquanto cerca da metade avalia positivamente as relações entre comunitários. No entanto, os potenciais migrantes do Rio Grande do Sul tendem a avaliar negativamente essas relações, sugerindo que relações degradadas com a comunidade podem contribuir para o êxodo rural, apoiando a literatura. No Marajó, observa-se o contrário: os potenciais migrantes não avaliam negativamente as relações com comunitários. No que diz respeito às relações com o poder público, cerca da metade dos potenciais migrantes do Sul as avaliam negativamente, sugerindo que relações conflitivas ou inexistentes com o poder público também possam contribuir para o êxodo rural. Mas esse resultado não se confirma na população entrevistada no Marajó: os jovens marajoaras que desejam ficar no campo avaliam mais negativamente que os potenciais migrantes do Norte as relações com o poder público. Em geral, esses resultados sugerem um esforço a ser feito por parte dos poderes públicos para estabelecer uma relação de confiança com os jovens e participar da valorização da atividade agropecuária. De fato, a desvalorização da atividade foi identificada como um fator favorecendo o êxodo rural dos jovens, junto com a baixa renda.

A revisão da literatura permitiu identificar que políticas públicas fomentando a sucessão rural e acesso a créditos bancários contribuem à permanência dos jovens no meio rural (BEDNAŘÍKOVÁ *et al.*, 2016; BREITENBACH & CORAZZA, 2019). No Brasil, somente 8% dos estabelecimentos agropecuários recebem financiamento do governo para investimento, comercialização, custeio ou manutenção do estabelecimento. Essa porcentagem cai para 2% no Estado do Pará e sobe para 22% no Estado do Rio Grande do Sul. À luz dessa informação, nossos resultados não são surpreendentes: os jovens entrevistados lamentam a falta de apoio financeiro e acompanhamento por parte do governo.

No que diz respeito à assistência técnica, cerca da metade dos entrevistados do Rio Grande do Sul e mais de 80% dos entrevistados marajoaras declaram não receber nenhuma. No Rio Grande do Sul, parece que participar de organizações agrícolas está vinculado positivamente com o fato de receber apoio técnico. Em geral, a excessiva burocracia é identificada pelos atores locais como freio à recepção de apoio financeiro e técnico. Além disso, no Rio Grande do Sul, quem pretende ficar no campo tende a avaliar negativamente o acesso à terra. No Marajó, os “Marajoaras engajados”, que pretendem seguir no campo e na atividade agropecuária, também avaliam com mais severidade o acesso à terra que os potenciais migrantes.

Estudos prévios destacaram as percepções sobre a região como um fator influenciando o êxodo rural. Além da avaliação do acesso à educação, foi também perguntado aos jovens a avaliação do acesso à saúde, assim como o estado das estradas e do transporte no campo. Enquanto o acesso a saúde foi avaliado mais favoravelmente no Rio Grande do Sul que no Marajó, os jovens que pretendem migrar em ambas regiões foram mais críticos que os jovens pretendendo ficar. O estado das estradas e do transporte foi avaliado em ambas regiões como médio a ruim. Estes resultados reforçam a ideia que melhores serviços públicos poderiam limitar o êxodo rural, assim como melhorar a imagem do campo.

Um resultado original da nossa pesquisa tem a ver com as avaliações dos jovens marajoaras. De fato, foi identificado que os jovens marajoaras que pretendem sair da área rural e da atividade agropecuária, os “Potenciais migrantes do Norte”, têm avaliações mais otimistas das condições atuais da comunidade rural, comparado ao grupo dos “Marajoaras engajados”. A vontade de seguir ou não na propriedade e na atividade agropecuária nem sempre está ligada a uma percepção negativa dos serviços públicos disponíveis no campo, nem a uma percepção negativa das condições de produção e aquisição de terra. Os “Potenciais migrantes do Norte” indicam buscar novas oportunidades na cidade, mas têm uma percepção positiva das condições de vida na área rural. Este resultado sugere que uma vontade de trabalhar num outro setor e de morar na cidade não necessariamente se acompanha duma rejeição ou desvalorização do meio rural.

Os jovens marajoaras que migraram do campo para a cidade indicam a procura de emprego e novas oportunidades como motivos de migração. Poderíamos então imaginar a criação de empregos para desenvolver os serviços públicos que faltam atualmente no campo. De fato, desenvolver e melhorar as escolas e postos de saúde criando mais empregos permitiria empregar pessoas da área rural e formá-las no campo. Além disso, melhorar as condições de

transporte entre as áreas rurais e urbanas permitiria uma situação híbrida como no Sul, onde pessoas possam se beneficiar da cidade e do seu acesso à mercados, e se deslocar todos os dias para o campo, a fim de manter uma certa dinâmica na área rural. Políticas alinhadas com a realidade de cada região, visando a melhorar as condições de vida no meio rural, permitem diminuir o êxodo rural (LOIOLA *et al.*, 2021).

Podemos observar que as avaliações sobre as condições de vida na área rural dos “Potenciais migrantes do Sul” são mais severas que as avaliações dos “Potenciais migrantes do Norte”. Este fator indica que a migração no Sul pode estar mais vinculada às condições de vida na área rural do que a migração no Marajó. Este ponto pode ser explicado pela própria organização das comunidades rurais nas diferentes áreas de pesquisa. De fato, a organização dos municípios no Sul gira ao redor do urbano: as comunidades rurais são espalhadas no município, com a presença de “comunidades” onde frequentemente se encontra um salão de festas, uma escola e uma igreja. No Marajó, os municípios observam uma outra organização; além da área urbana, existem polos rurais: as vilas. Estas últimas são de tamanho variável, mas contam frequentemente com pequenos comércios, escolas, igrejas e são localizadas perto de uma estrada asfaltada. O fato de morar longe do centro urbano, mas perto de uma vila, permite um acesso a comodidades tais como produtos de primeira necessidade, alimentos e remédios por exemplo. A dinâmica das vilas poderia então ser um fator diminuindo o êxodo rural dos jovens.

Por fim, observamos nas entrevistas que os jovens lamentam a burocracia e a dificuldade de acesso à informação sobre as políticas públicas voltadas aos jovens rurais. As políticas públicas já existentes implicam um acesso à internet e documentos conseguidos através de pedidos específicos, dificultando o acesso aos recursos disponibilizados pelo governo. Facilitar o acesso às diversas políticas de crédito, reduzir os juros e simplificar o processo administrativo deles permitiria manter os jovens na produção agropecuária e então nas áreas rurais. Além disso, os entrevistados lamentam uma falta de acompanhamento de assistência técnica e extensão rural uma vez os recursos conseguidos, a fim de otimizar a produção.

De fato, uma particularidade das aposentadorias de trabalhadores rurais no Brasil tem a ver com a frequente permanência dos aposentados na propriedade. Produtores rurais têm de fato a possibilidade de se aposentar ao redor dos 60 anos, percebendo uma pensão. A permanência desses produtores aposentados na propriedade pode levar a um conflito geracional, já que os aposentados tendem a seguir administrando a propriedade e tomando as decisões, limitando o poder dos filhos pretendendo retomar a propriedade. A inclusão dos

jovens no processo de tomada de decisão e nas estratégias desenvolvidas na propriedade favorece a permanência dos jovens no meio rural (KISCHENER *et al.*, 2015). Neste ponto, vale ressaltar um dos resultados da nossa análise: no Rio Grande do Sul, 91% dos homens e 85% das mulheres entrevistadas já propuseram mudanças na propriedade agropecuária. No entanto, enquanto 80% dos homens viram suas propostas aceitas pelos pais, somente 44% das mulheres viram suas propostas aceitas. Em outras palavras, 41% das mulheres entrevistadas fizeram propostas de mudanças que não foram aceitas pelos pais. Os papéis sociais da mulher rural ainda influenciam a migração das mulheres do meio rural (BEDNAŘÍKOVÁ *et al.*, 2016). Iniciativas fomentando a sucessão geracional nas propriedades rurais poderiam então contribuir para mudar este aspecto do lugar da mulher e estabelecer a legitimidade das jovens mulheres dentro da propriedade.

Por fim, observamos nas entrevistas que a visão urbanocêntrica da educação atual poderia ser um fator motivando os jovens a sair do campo, pela desvalorização dos espaços rurais. Alguns entrevistados do Marajó destacam também ter sofrido um certo preconceito por parte de jovens da área urbana, ao ir estudar na cidade. Alguns pontos destacados são o jeito de falar e de se vestir. Observamos então uma certa desvalorização do meio rural, junto à uma imagem alterada dos produtores rurais. De fato, jovens do Rio Grande do Sul lamentam a falta de comunicação sobre o papel do produtor agropecuário. Eles indicam se sentir associados ao agronegócio e à imagem vinculada aos danos ambientais por parte do meio urbano. Contudo, eles reivindicam uma produção sustentável e cuidadosa do meio ambiente. Além disso, alguns jovens lamentam a imagem negativa do pequeno produtor, associada por pessoas urbanas à pobreza. A melhoria da comunicação ao redor do papel do pequeno produtor para o abastecimento em comida no Brasil, assim como da riqueza da cultura do meio rural, permitiria uma valorização dos jovens rurais e poderia influenciar a permanência dos jovens no campo.

2. Discussão sobre os métodos

2.1. A questão do questionário e da pesquisa online

Como indicado no Capítulo 2: Materiais e métodos, o uso de questionário online foi adotado como estratégia de adaptação frente à pandemia de Covid-19, que impossibilitou a realização de entrevistas presenciais nas áreas de estudo. Lembramos que, assim, sem possibilidade de se deslocar nas áreas de pesquisa para fazer as entrevistas, e sem perspectiva de saber quando seria possível voltar naquelas áreas, decidimos elaborar um questionário a ser aplicado online. Além de evitar um deslocamento impossível, o questionário online permite

atingir um número de pessoas maior que nas entrevistas presenciais em menos tempo, e não representa um custo alto de realização. Ademais, Marconi & Lakatos (2003) alegam que o anonimato permite ao entrevistado de responder com mais liberdade e sem influência do entrevistador. No entanto, paralelamente a essas algumas vantagens da pesquisa online, vários pontos precisam ser ressaltados no que diz respeito ao uso do questionário online: um deles é a impossibilidade de esclarecer perguntas mal compreendidas pelos entrevistados, uma vez que são originários de meio social e educacional diferentes. Mesmo tendo sido testado em alunos e professores de várias universidades brasileiras, não temos a certeza de que todas as perguntas tenham sido entendidas da mesma maneira pelos entrevistados.

Um questionário online também tem a desvantagem de receber uma porcentagem baixa de respostas, em comparação com o público para o qual foi divulgado. Existe então um risco de ter uma amostragem não representativa da população alvo: somente quem concordou em responder ao questionário online está representado nos resultados. Podemos imaginar que pessoas lutando pelos direitos dos jovens rurais sejam mais sensíveis ao tema e sejam mais propensos a responder ao questionário online por exemplo. Assim, a impossibilidade de poder explicar melhor as perguntas ao entrevistado e a sensibilidade específica do entrevistado para o tópico da pergunta aparecem como duas primeiras limitações sérias da pesquisa baseada em questionário online.

Paralelamente, o anonimato torna difícil o controle dos questionários e das circunstâncias nas quais foram preenchidos, considerando que são informações importantes em caso de entrevistas presenciais para balancear e comentar as falas e respostas dos entrevistados. Também, a pesquisa online não permite obter informações adicionais que poderiam ser coletadas em entrevista presencial para aprofundar e explicar melhor as razões atrás de respostas que parecem surpreendentes, estranhas e/ou aparentemente contraditórias com o discurso prévio do entrevistado. Ou seja, a pesquisa online impede a coleta de todas as informações não verbais, como o ambiente habitacional, social, cultural, no qual evolui o entrevistado. Além disso, a própria definição de um questionário online exclui as pessoas sem acesso à internet, que de fato poderiam fazer parte de uma população mais vulnerável. Por fim, ele não pode ser aplicado em analfabetos ou pessoas com dificuldades para ler ou escrever.

2.2. Entrevistas presenciais e online

Frente essas diversas restrições, foi então decidido realizar entrevistas presenciais, uma vez que isso foi possível, seguindo o roteiro do questionário online, a fim de atenuar as lacunas

conhecidas do questionário online. Para atenuar os vieses de pesquisa, todas as entrevistas seguiram rigorosamente a mesma metodologia e a mesma ordem de perguntas, usando um vocabulário neutro e mantendo um comportamento neutro e cordial com o entrevistado. Além dessas precauções, todas as entrevistas foram realizadas pela autora com o apoio de uma mestrande da Universidade Federal de Santa Maria, nativa do Rio Grande do Sul. Ambas mantivemos uma aparência sóbria, um tom de voz calmo e uma atitude respeitosa frente aos entrevistados para atenuar qualquer viés não intencional. No entanto, estas precauções para assegurar a boa conduta das entrevistas não impede eventuais erros de compreensão ou um potencial viés nas respostas para “agradar” o entrevistador. Este viés compõe um risco tanto nas entrevistas presenciais como no questionário online.

Apesar de ter testado o questionário com professores e alunos antes de divulgá-lo nas áreas de estudo, a realização de entrevistas presenciais seguindo o roteiro do questionário permitiu evidenciar falhas neste último. De fato, o questionário online foi construído seguindo seções, ou grupos de perguntas sobre um tema dado. O roteiro do questionário pode ser encontrado no anexo I. Algumas perguntas eram condicionais e apareciam ou não em função das respostas dos entrevistados. Por exemplo, ao responder “sim” à pergunta “você é filho/a de produtor ou pescadores?”, o entrevistado devia responder algumas perguntas sobre a participação das tarefas na propriedade. No caso contrário, essas perguntas não apareciam para o entrevistado. No entanto, se o entrevistado era filho de produtor, mas não participava das tarefas na família, a própria construção do questionário o levava a perguntas sobre as tarefas que preferia e as que gostava menos de fazer. Outro defeito identificado diz respeito ao lugar de moradia do jovem. Por ter um público alvo composto de filhos de produtores, as perguntas foram concebidas supondo que os jovens moravam no campo ou tenham migrado do campo para a cidade. No entanto, existe uma parte de entrevistados que sempre moraram na cidade, tendo propriedade na área rural e se deslocando até a propriedade com diferentes frequências. O questionário não levou em conta este caso específico, os entrevistados que sempre moraram na cidade foram então confrontados a perguntas concebidas para jovens tendo migrado para a cidade. Por exemplo, os jovens tiveram que responder às perguntas “porque você saiu do campo para a cidade?” ou “o que lhe faz falta do campo?”. Neste caso, os jovens descreveram nas partes de resposta que as perguntas não se aplicavam. Para eventuais pesquisas em outras áreas de estudo no futuro, o questionário deveria então ser modificado para incluir essas especificidades, criando perguntas intermediárias por exemplo.

2.3. Potencial de melhoramento na coleta de dados

A realização de entrevistas presenciais levanta a questão de amostragem. Entramos em contato com jovens através de sindicatos, comunidades religiosas, prefeitura, secretaria de agricultura, associações e escolas. A partir deste primeiro contato, tivemos acesso a outros jovens pelo método bola de neve. Este método permite uma certa inserção em redes culturais e profissionais, no entanto, não garante o acesso aos jovens mais isolados. Uma solução em potencial para acessar áreas mais remotas e jovens mais isolados é a inclusão e participação dos próprios jovens rurais no processo de levantamento de dados. Por exemplo, o projeto INCT-Odisseia desenvolveu um estudo de campo na região de Santarém no Pará (COUDEL *et al.*, 2021). Este estudo foi organizado em vários períodos, um deles sendo a capacitação de jovens pesquisadores comunitários oriundos de Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) entre os dias 1 e 5 de abril de 2019 (COUDEL *et al.*, 2022).

A escolha dos indicadores a serem usados na análise, assim como dos dados a serem levantados, foi feita em conjunto com os representantes das STTR e os jovens pesquisadores comunitários. Este método permitiu escolher temas relevantes para a comunidade local e incluir a população no projeto de pesquisa. Os jovens capacitados aplicaram o questionário assim criado em 544 agricultores familiares dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí, no Pará (COUDEL *et al.*, 2022). Imaginar um trabalho similar nas comunidades rurais de áreas de campo nativo pode permitir a inclusão dos jovens e o alcance das populações mais isoladas que não participam em organizações sociais locais. No entanto, a implementação deste método implica recursos financeiros altos, assim como disponibilidade de vários atores, e recorrência de encontros a fim de construir uma confiança mútua entre os atores locais e os atores acadêmicos (ATTARD, 2021).

Outra pista de melhoria da nossa pesquisa tem a ver com o acesso à internet e sinal de telefone nas propriedades agropecuárias. De fato, o nosso questionário apresenta uma pergunta avaliando as facilidades presentes na área rural do entrevistado. Ele podia marcar as opções correspondentes dentro de vários itens selecionados, tais como creche, escola, posto de saúde, mercado, etc. No entanto, não incluímos a presença de um acesso à internet nem de um sinal de telefone nesta pergunta. Contudo, a literatura aponta que, em 2018, 48% das pessoas que moravam na área rural tinham acesso à internet em casa ou no celular, contra 85% das pessoas morando em área urbana (TRUCCO & PALMA, 2020). Esta desigualdade de acesso relevante traduz uma certa desigualdade de acesso à informação. Internet pode de fato ser usada para obter documentos oficiais no Brasil e se torna necessária para se beneficiar de políticas públicas

tanto para os jovens quanto para os produtores. Por exemplo, um acesso à internet é necessário para se beneficiar do Programa Identidade Jovem, que oferece vagas de transporte coletivo gratuitas ou com desconto para viagens interestaduais. O sinal de telefone também pode ser levado em conta, já que várias propriedades se encontram em lugares remotos. O sinal de telefone foi identificado por algumas mulheres entrevistadas como uma fonte de segurança quando permanecem na propriedade remota. Uma pista de melhoria da nossa pesquisa seria então a inclusão do acesso à internet e sinal de telefone no nosso questionário.

2.4. Tipologia

Como foi ressaltado, a ACM é um instrumento matemático que permite a representação do mundo social e assim sua compreensão (DUVAL, 2013). A ACM representa uma forma de representação e formalização da realidade. Assim, a ACM é nada mais que um modelo geométrico dos dados agrupando modalidades e identificando grupos de indivíduos. No entanto, um modelo da realidade é uma das possíveis representações da realidade, e deve ser considerado como uma maneira de simplificar a complexidade do mundo social (DUVAL, 2013; LEBARON, 2010). Um modelo é a representação de um sistema, que pode ser manipulado independentemente do sistema real. Assim, cada modelo depende das questões envolvidas e das pessoas que o desenvolvem.

Nossa tipologia reflete as perguntas que escolhemos para diferenciar os indivíduos e identificar grupos de jovens. Poderíamos então escolher outras perguntas a fim de distinguir grupos de indivíduos diferentes. As perguntas que escolhemos foram definidas em relação à literatura existente sobre jovens rurais e suas motivações para migrar nas áreas rurais. No entanto, poderíamos selecionar outros dados e ver se estes influenciam a formação dos grupos de indivíduos na análise. Por exemplo, não perguntamos desde qual geração a família do entrevistado está envolvida na atividade agropecuária. Podemos imaginar que quanto mais gerações estiverem envolvidas na produção agropecuária, maior seria a vontade do jovem de seguir na atividade. Um outro aspecto de discussão tem a ver com a descrição dos grupos obtidos nas análises. De fato, observamos no gráfico das nuvens de indivíduos que, dentro dos grupos identificados e descritos no capítulo da tipologia, existem indivíduos mais próximos um dos outros. Isso significa que, dentro dos cinco grupos obtidos, alguns indivíduos têm um perfil levemente diferente e outros são muito mais semelhantes. Em outras palavras, existem indivíduos que deram respostas muito semelhantes às perguntas feitas e consideradas na análise

realizada. Uma pesquisa futura poderia tentar identificar com mais fineza as diferenças existentes dentro de cada grupo.

Considerações finais

No que diz respeito às nossas hipóteses de pesquisa, podemos ressaltar alguns resultados da nossa análise. A primeira hipótese estabelece que a maioria dos jovens gostaria de permanecer no campo e na atividade agropecuária. Foi observado que esta hipótese se verifica somente nos entrevistados sul-rio-grandenses. De fato, a maioria dos jovens filhos e filhas de produtores do Rio Grande do Sul pretende retomar a propriedade dos pais: é o caso de 77% dos entrevistados. 11% adicionais querem ter uma outra propriedade agrícola. São então 88% dos jovens sul-rio-grandenses entrevistados que pretendem seguir na atividade agropecuária.

No entanto, não encontramos resultados similares nos entrevistados marajoaras. De fato, somente 46% dos jovens marajoaras entrevistados pretendem trabalhar no mundo agrícola: 40% dos jovens querem retomar a propriedade familiar, e 6% querem ter outra propriedade agrícola. No entanto, o fato de querer trabalhar num outro ramo não significa que os jovens queiram sair para a cidade. Se considerarmos todos os 134 filhos de produtores entrevistados, 74% deles preferem morar no campo. Enquanto 76% dos jovens entrevistados no Rio Grande do Sul preferem morar no campo, observamos que 70% dos jovens entrevistados no Marajó também aspiram a morar no campo. Se encontramos uma proporção maior de jovens preferindo morar na cidade no grupo de entrevistados marajoaras do que no grupo do Sul, vale lembrar que a população rural está aumentando no Marajó, seguindo o crescimento da população total (urbana e rural) na região.

A visão sobre o futuro do campo também é esclarecedora sobre a percepção dos jovens sobre as áreas rurais de onde são oriundos: 87% dos jovens marajoaras que foram entrevistados declaram ter uma visão positiva do futuro do campo. Ao contrário, somente 39% dos jovens sul-rio-grandenses entrevistados tem uma visão positiva do futuro. Os resultados sobre as políticas públicas podem ajudar a explicar essa diferença de opinião entre os dois grupos. Nossa tipologia dos jovens filhos de produtores mostra que, tanto no Rio Grande do Sul quanto no Marajó, existe um grupo de “potenciais migrantes”, que pretende trabalhar num outro setor e não retomar a propriedade dos pais. No entanto, os “Potenciais migrantes do Norte” e os “Potenciais migrantes do Sul” diferem em vários aspectos, dentre eles as percepções sobre o acesso a diversos serviços públicos nas áreas rurais.

Além desses grupos de potenciais migrantes, encontramos três outros tipos de jovens: os “Gaúchos tradicionais” e os “Agroboys” no Rio Grande do Sul, e os “Marajoaras engajados” no Marajó. Se ambos os “Gaúchos tradicionais” e os “Marajoaras engajados” representam um

tipo de jovens que pretende seguir na atividade agropecuária e morar no campo, observamos que o grupo “Agroboys” se destaca. De fato, ele representa um tipo de jovens que estudam num curso relacionado a atividade agropecuária, e que se beneficiam de um apoio por parte dos seus pais. Este tipo representa jovens preferindo morar na cidade, mas a maioria dos jovens entrevistados entrando neste grupo pretende seguir na atividade agropecuária, seja na propriedade dos pais ou numa propriedade própria. A existência deste grupo de jovens nos mostra que o êxodo dos jovens para a cidade não significa o desaparecimento da atividade agropecuária. A tendência desses jovens é de fato morar na cidade e se deslocar até a propriedade todos os dias. A segunda hipótese supõe de fato que as políticas públicas não apoiam a permanência dos jovens no meio rural. Foi constatado que a educação recebeu avaliações mais positivas por parte dos jovens do Rio Grande do Sul, com exceção dos jovens “Potenciais migrantes do Sul”, que deram em sua maioria uma avaliação negativa do acesso à educação no meio rural. Na luz da primeira hipótese, este resultado permite entrever que a vontade de permanecer no campo é maior nas áreas onde o acesso à educação recebe melhores avaliações. O acesso aos estudos é dado como o primeiro motivo de saída dos jovens para a cidade. Diante do processo atual de fechamento e nucleação das escolas rurais, a migração dos jovens para a cidade pode aumentar no futuro.

A saúde e particularmente seu acesso nas áreas rurais também foi avaliada pelos jovens rurais entrevistados. Os resultados demonstram que o acesso à saúde é considerado como mais dificultado no Marajó do que no Rio Grande do Sul. De novo, os jovens “Potenciais migrantes do Sul” se destacam por ter uma avaliação mais negativa do acesso à saúde no Rio Grande do Sul em comparação com os outros grupos de jovens. Estes resultados sugerem que um melhor acesso à saúde permitiria fomentar a permanência dos jovens no meio rural. Além disso, os jovens lamentam a falta de remédios, equipamentos e pessoal de saúde nos postos já estabelecidos.

Um outro aspecto das condições de vida dos jovens rurais tem a ver com o transporte e estado das estradas para a cidade. Em ambas as regiões de pesquisa, são poucos os jovens que se declaram satisfeitos pelo transporte e estado das estradas: somente 26% dos jovens sul-riograndenses e 15% dos jovens marajoaras entrevistados têm uma boa avaliação do transporte e das estradas para a cidade. Os resultados sugerem a importância da manutenção das estradas para contribuir na dinâmica das áreas rurais. Se destaca também o papel central do transporte escolar, reforçado pela tendência atual de diminuição do número de escolas rurais e de criação de escolas núcleo.

Diante dos nossos resultados, identificamos vários pontos de ação para melhorar o acesso à educação para os jovens. Um investimento nas escolas já construídas para assegurar o acesso à energia e água potável permitiria uma melhor experiência para os jovens frequentadores dessas escolas. Um incentivo é necessário para permitir a formação contínua dos professores, de maneira a sempre melhorar a qualidade da educação dada aos jovens. Além disso, podemos observar a repartição desigual de professores por escola nas diferentes regiões de estudo. É preciso uma campanha de recrutamento de professores para as escolas rurais, especialmente no Marajó. Investimentos na infraestrutura, formação e contratação dos professores permitiriam reduzir o atraso escolar. O acesso a recursos didáticos é também identificado como um dos componentes principais para uma educação de qualidade no campo.

Por fim, um investimento na cobertura de rede internet permitiria um maior acesso à informação para os jovens rurais e potencialmente um melhor preparo aos requerimentos de um futuro emprego, seja na atividade agropecuária ou não.

Um investimento no transporte escolar (ônibus e barcos no caso da Ilha de Marajó) é necessário para assegurar o acesso a escolas. Além de investir num aumento da própria frota de veículos, os municípios deveriam efetuar um controle frequente do estado dos veículos já disponíveis, a fim de permitir um trajeto seguro para os jovens rurais. Estradas em boas condições assegurariam também uma certa dinâmica nas áreas rurais, o que traz a questão da manutenção das estradas, principalmente nas épocas de chuvas fortes como no inverno.

As áreas rurais precisam de estabelecimentos de saúde adequados à demanda da população rural, com equipamento, remédios e pessoal de saúde suficiente para atender a população. As políticas públicas deveriam então visar a melhorar e fortalecer a atenção básica à saúde para os produtores e moradores das áreas rurais. Esforços também são necessários na comunicação sobre práticas agrícolas alternativas viáveis para reduzir o uso de agrotóxicos, que têm um impacto negativo para a saúde dos produtores (SILVA *et al.*, 2005). Por fim, parece necessário capacitar profissionais de saúde para problemas de saúde vinculados ao uso de agrotóxicos, de maneira a melhorar o atendimento dos trabalhadores rurais (SILVA *et al.*, 2005). A terceira hipótese estabelece que as políticas públicas atuais não permitem a sucessão dos jovens na propriedade. Nossos resultados mostram que a maioria das propriedades dos jovens entrevistados nunca se beneficiaram de assistência técnica por parte do governo. A maioria das pessoas que declaram ter recebido assistência técnica dentro da propriedade indica ter se beneficiado de um apoio municipal e não federal. Um destaque da literatura e da repartição desigual do orçamento federal: o estado do Pará se beneficia de menos

financiamentos do governo para estabelecimentos agropecuários que a média nacional. Ao contrário, o Rio Grande do Sul tem acesso a mais financiamentos que a média nacional.

Finalmente, quando interrogados sobre a disponibilidade de assistência técnica por parte do governo, os jovens lamentam a burocracia dos procedimentos de obtenção de financiamentos e assistência técnica, assim como a dificuldade de acesso à informação. Se destaca a necessidade de um apoio contínuo no tempo, a fim de assegurar o sucesso dos projetos desenvolvidos pelos jovens. No entanto, os resultados mostram que as políticas públicas atuais de financiamento da produção agropecuária tendem a ser pontuais e não propõem um acompanhamento inscrito no futuro. Um apoio à comercialização e valorização dos produtos agropecuários oriundos da agricultura familiar permitiria garantir a renda dos produtores e poderia limitar o êxodo dos jovens.

Por fim, o contexto que se observa nos últimos anos favoreceu o avanço da soja e a degradação dos campos nativos. De fato, observamos o conjunto de fatores seguintes: mão de obra agrícola barata, maquinário barato, uma demanda alta em soja, arroz e milho, assim como um preço relativamente baixo do combustível até mais recentemente. Visível principalmente no Sul do país, este fenômeno está vinculado à presença do grupo dos jovens “Agroboys” que se observam na tipologia dos jovens filhos e filhas de produtores. A subvenção por parte do governo de setores tais como soja, arroz ou celulose, com financiamentos de baixos juros nos bancos, permitiu a emergência deste grupo de “Agroboys”. Enquanto o cultivo agrícola assegura a renda de muitos produtores agropecuários, a permanência do gado nas terras de campo nativo é necessária pois permite a manutenção destes ecossistemas abertos.

O desaparecimento do pastoreio nestas áreas terá consequências num futuro próximo: as mudanças de uso da terra (como a destruição das pastagens naturais para o cultivo de soja, arroz ou cana de açúcar) levam à degradação das terras (IPCC, 2019). As mudanças climáticas contribuem também à essa degradação pelo viés de enchentes e secas cada vez mais frequentes e mais severas (IPCC, 2019). Além disso, a destruição do campo nativo em favor da produção de celulose aumenta o risco de incêndios. Políticas públicas de recuperação do campo nativo e boas práticas de gestão das pastagens permitiriam um cenário mais sustentável.

Para resumir, nossa pesquisa demonstrou que a maioria dos jovens entrevistados prefere morar no campo, seja trabalhando na atividade agropecuária ou não. As avaliações dos serviços públicos podem sugerir que uma solução para combater o êxodo rural dos jovens seja facilitar e aumentar o acesso à educação e à saúde nas áreas rurais. De fato, nossa pesquisa demonstra que o acesso aos estudos é dado como o primeiro motivo de saída dos jovens para a cidade, e a

vontade de permanecer no campo é maior nas áreas onde o acesso à educação recebe melhores avaliações. Se destaca também o papel central da manutenção das estradas e do transporte escolar, reforçado pela tendência atual de diminuição do número de escolas rurais e de criação de escolas núcleo. Além da educação, nossos resultados sugerem que um melhor acesso à saúde permitiria fomentar a permanência dos jovens no meio rural.

No que diz respeito ao papel das políticas públicas, nossos resultados mostram que a maioria das propriedades dos jovens entrevistados nunca se beneficiaram de assistência técnica por parte do governo. Os jovens entrevistados lamentam a burocracia dos procedimentos de obtenção de financiamentos e assistência técnica, assim como a dificuldade de acesso à informação. Por fim, nossos resultados mostram que as políticas públicas atuais de financiamento da produção agropecuária tendem a ser pontuais e não propõem um acompanhamento inscrito no futuro.

Destacam-se algumas pistas de pesquisa futura. Uma delas é a realização de um estudo mais amplo no país, que possa contar com áreas de pesquisa com IDH diversos, a fim de ver a potencial correlação entre este indicador, as percepções dos jovens sobre serviços públicos, e êxodo rural. De fato, poderíamos tentar aprofundar as diferenças entre as regiões que escolhemos, a fim de ter uma melhor análise das avaliações dos potenciais migrantes marajoaras, que aparecem mais otimistas que as dos potenciais migrantes sul-rio-grandenses. Também permitiria ter uma leitura mais esclarecida sobre a visão dos jovens sobre o futuro do campo, que também parece mais otimista no Marajó do que no Rio Grande do Sul. Podemos considerar a possibilidade de comparar nosso estudo com regiões do mundo onde há fortes políticas públicas para apoiar a sucessão agrícola, a fim de avaliar seu efeito sobre o êxodo rural. Poderíamos então realizar um estudo similar em outros países, em áreas de pastagens naturais. Podemos nos interrogar sobre os benefícios de realizar essa pesquisa a longo prazo: voltar a entrevistar estes jovens em 5 e/ou 10 anos permitiria seguir a trajetória dos jovens das diferentes regiões. A pesquisa aparece como uma fotografia da situação de um instante determinado da vida dos jovens entrevistados. Seguir os jovens no tempo permitiria ter uma visão ainda mais clara da realidade nas áreas rurais.

Referências bibliográficas

- ALARY V., DUTEURTRE G., FAYE B. (2011). Élevages et sociétés : les rôles multiples de l'élevage dans les pays tropicaux. In : Numéro spécial, Elevage en régions chaudes. Coulon J.B., Le-comte P., Boval M., Perez J.M. (Eds). INRA Prod. Anim., 24, 145-156.
- AGOSSOU, D. S. M., TOSSOU, C. R., VISSOH, V. P., & AGBOSSOU, K. E. (2012). Perception des perturbations climatiques, savoirs locaux et stratégies d'adaptation des producteurs agricoles béninois. *African Crop Science Journal*, 20(2), 565-588.
- AGUDELO, M., CHOMALI, E., SUNIAGA, J.S., NÚÑEZ, G., JORDÁN, V., ROJAS, F., NEGRETE, J., BRAVO, J., BERTOLINI, P., KATZ, R. (2020). Las oportunidades de la digitalización en América Latina frente al COVID-19. CAF: Washington, DC, USA.
- ALIANÇA PARA INTERNET ACESSIVEL. (2021). Rural Broadband Policy Framework. Disponível em <https://a4ai.org> (Consultado 29/10/2021).
- ANATEL. (2018). Agência nacional de telecomunicações. Plano de Dados Abertos 2018-2020 Disponível em: <https://www.gov.br/anatel/pt-br/dados> (Consultado 03/11/2021).
- ATLAS DAS JUVENTUDES, 2021. Disponível em <https://atlasdasjuventudes.com.br/> (Consultado 12/12/2021).
- ATTARD, D. (2021). Collaboration entre scientifiques et syndicats d'agriculteur. rice. s familiaux en amazonie brésilienne: que nous apprend INT-Odisseia (Santarém) au sujet de la co-construction de connaissances? (Doctoral dissertation, Université Paul Valéry Montpellier 3).
- BARBOSA, M. D. S., CRUZ, W. C., SOUZA, E. J. L., & FÉLIX, O. D. L. (2012). Relatório analítico do território do Marajó. Belém: UFPA.
- BARCELLOS, S. B. (2016). O crédito fundiário e a linha Nossa Primeira Terra em debate no Brasil. *Novos Cadernos NAEA*, 19(1).
- BARCUS, H. R., BRUNN, S. D. (2010). Place elasticity: Exploring a new conceptualization of mobility and place attachment in rural America. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, 92(4), 281-295.
- BEDNARIKOVA, Z., BAVOROVA, M., & PONKINA, E. V. (2016). Migration motivation of agriculturally educated rural youth: The case of Russian Siberia. *Journal of rural studies*, 45, 99-111.
- BENZECRI, J. P. (1977). Sur l'analyse des tableaux binaires associés à une correspondance multiple. *Cahiers de l'Analyse des Données*, 2(1), 55-71.
- BITTENCOURT MACHADO G. (2009). Familiar agriculture functions and activities diversification in the semi-arid Sertão of the Bahia State (Brazil). MSc Thesis. Sciences of the Universe, AgroParisTech, 2009.
- BLANFORT V., DOREAU M., HUGUENIN J., LAZARD J., PORPHYRE V., SOUSSANA J-F., TOUTAIN B. (2011). Impacts et services environnementaux de l'élevage en régions chaudes. *Inra Productions Animales*, 2011, 24 (1), 89-112.
- BLANFORT, V. & STAHL, C. (2013). Actes du séminaire : « Le carbone en forêt et en prairies issues de déforestation en Guyane, processus, bilans et perspectives ». Cayenne, Guyane française, 1 octobre 2013. Cirad, Montpellier, France, 76p.
- BLANFORT, V., VIGNE, M., VAYSSIERES, J., LASSEUR, J., ICKOWICZ, A., LECOMTE, P. (2015). Les rôles agronomiques de l'élevage dans la contribution à l'adaptation et l'atténuation du changement climatique au Nord et au Sud. *Agronomie Environnement et Sociétés*, 5,1, 87-95.
- BOND-BUCKUP, G., BUCKUP, L., & DREIER, C. (2010). Biodiversidade dos campos de Cima da Serra. Libretos.

BORRAS JR, S. M., FRANCO, J. C., ISAKSON, S. R., LEVIDOW, L., & VERVEST, P. (2016). The rise of flex crops and commodities: implications for research. *The Journal of peasant studies*, 43(1), 93-115.

BOURDIEU, P. (2011). The forms of capital. (1986). *Cultural theory: An anthology*, 1, 81-93.

BRASIL. (2013) Lei Nº 12.852, de 5 de Agosto de 2013. Casa Civil. Estatuto da Juventude. Brasília. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm (Consultado 20/06/2019).

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. (2021a) Censo da educação básica 2020 : resumo técnico [recurso eletrônico] – Brasília : Inep, 2021. 70 p.: il.

BRASIL. MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO. (2019). Terra Brasil – Programa Nacional De Crédito Fundiário. Disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/credito> (Consultado 03/12/2021).

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. (2021b). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em <http://mds.gov.br/compra-da-agricultura-familiar/pnae> (Consultado 13/12/2021).

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2021c). Programa Saúde nas Escolas. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programa-saude-na-escola> (Consultado 15/11/2021).

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. (2020a). Obter a carteira de Identidade Jovem. Brasília. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/idjovem> (Consultado 07/02/2022).

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. (2020b). Abrace o Marajó. Plano de Ação 2020-2023. Brasília, Brasil, 2020. 131 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE (2020) Boletim Epidemiológico HIV / Aids | 2020, Secretaria de Vigilância em Saúde, 1, p. 68. Disponível em <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2020/boletim-epidemiologico-hiv-aids-2020> (Consultado 23/11/2021).

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE (2021d) DATASUS. Leitos de internação. Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?cnes/cnv/leintbr.def> (Consultado 16/11/2021).

BREITENBACH, R., CORAZZA, G. (2019). Questões de gênero na sucessão familiar na agricultura: cenário internacional. *INTERdisciplina*. 9. 10.22201/ceiich.24485705e.2021.25.79969.

BRUMER, A. (2007). A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 35-51.

BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. (2013). Fundamentos de política e gestão ambiental – Caminhos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond. 2013. 604 p.

CAMARANO, A. A., & ABRAMOVAY, R. (1999). Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. IPEA. Texto para discussão nº621.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). (2021). Boletim da agricultura familiar. Diretoria de Política Agrícola e Informações –Dipai. Superintendência de Estudos Agroalimentares e da Sociobiodiversidade – SUEAS. ISSN 2763 7786. B. Hortigranjeiro, v. 1, n. 1, Brasília, janeiro 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE (CONJUVE). (2021). Relatório: Evidências sobre as políticas federais de juventude no Brasil: Mapeamento dos investimentos de 2012 a 2020. Brasil, 2021. 60 p.

COUDEL, E., NASUTI, S., ABREU DOS SANTOS, B., PIVA, M., FECHINE, V., & FOLHES, R. T. (2022). Co-producing knowledge with family farming organizations: a citizen science observatory in Santarém, Brazilian Amazon. *Cahiers Agricultures*, 31 (1).

COUDEL, E., NASUTI, S., SILVA, D. W., BONNET, M. P., PIVA, M., SANTOS, B. A. D., ... & MOURA, G. R. D. (2021). Rendre visible les impacts des pesticides du soja: contributions et limites d'un observatoire de science citoyenne à Santarém, Amazonie brésilienne. *VertigO-la revue électronique en sciences de l'environnement*, 21(3).

CREDITO RURAL, (2020). Manual de Crédito Rural – Banco Central do Brasil. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Crédito de Investimento para Jovens (Pronaf Jovem). Disponível em www3.bcb.gov.br/mcr (Consultado em 15/01/2021).

CRESWELL, J. W. (2007). Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. trad. Luciana de Oliveira da Rocha. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed.

DAVIES, A. (2008). Declining youth in-migration in rural Western Australia: the role of perceptions of rural employment and lifestyle opportunities. *Geographical Research*, 46(2), 162-171.

DA SILVA, L. H., MEDEIROS, M., TAVARES, F. B., DIAS, I. A., & FRAZÃO, A. D. G. F. (2020). PNAE em tempos de pandemia: desafios e potencialidades para sua operacionalização no contexto amazônico. *Mundo Amazônico*, 11(2).

DE ALBUQUERQUE, A. E. M., DOS SANTOS, R., & MORAES, G. H. (2021). A Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional. *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*, 5, 35-35.

DE AVELINE BERTÊ, A. M., DE OLIVEIRA LEMOS, B., TESTA, G., ZANELLA, M. A. R., & DE OLIVEIRA, S. B. (2016). Serra. *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*, (26), 774-821.

DE MAJO, C., & MORETTO, S. P. (2021). From slash and burn to winemaking: the historical trajectory of Italian colonos in the uplands of Rio Grande do Sul, Brazil. *Modern Italy*, 26(2), 141-158.

DE OLIVEIRA, C. M., DE MATTOS, C. A. C., & DE SANTANA, A. C. (2016). Aspectos produtivos e socioeconômicos do arranjo produtivo local bovino e bubalino no arquipélago do Marajó, estado do Pará. *Revista em agronegócio e Meio ambiente*, 9(1), 25-45.

DE OLIVEIRA SILVA, E., MELO, R. A., & LIMA, F. R. (2022). A atuação dos movimentos sindicais rurais no enfretamento ao fechamento das escolas do campo no Território Entre Rios. *Abatirá-Revista de Ciências Humanas e Linguagens*, 3(5), 54-77.

DE TORRES ALVAREZ, M. F., ARBELETICHE, P., SABOURIN, E., CARDELLIAC GULA, J., & MASSARDIER, G. (2015). Uruguay: la agricultura familiar entre dos proyectos contrapuestos. In: Sabourin, E., Samper, M., & Sotomayor, O. (2015). *Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: nuevas perspectivas*.

DOLLÉ, J. B., AGABRIEL, J., PEYRAUD, J. L., FAVERDIN, P., MANNEVILLE, V., RAISON, C., ... & LE GALL, A. (2011). Les gaz à effet de serre en élevage bovin: évaluation et leviers d'action. *Productions Animales*, 24(5), 415.

DONG, S., KASSAM, K. A. S., TOURRAND, J. F., & BOONE, R. B. (2016) *Building Resilience of Human-Natural Systems of Pastoralism in the Developing World* (p. 295). Springer: Basel, Switzerland.

DURU, M., CRUZ, P., THEAU, J.P., JOUANY, C., ANSQUER, P., AL HAJ KHALED, R., THEROND, O. (2007). Typologie de prairies riches en espèces en vue d'évaluer leur valeur d'usage : bases agro-écologiques et exemples d'application. *Fourrages*, 192, 453-475.

DUTEURTRE G., BONNET P., DUTILLY C., NAPOLEONE M., PEYRE M.I., TOURE I. (2011). L'élevage tropical: terrae incognitae? *Panorama général des systèmes d'informations sur le secteur élevage dans les pays du sud*. In: Actes de l'atelier de formation

collective : Systèmes d'information et outils de pilotage du secteur élevage dans les pays du Sud : Postures et méthodes. Duteurtre G. (ed.), Bonnet P. (ed.), Dutilly C. (ed.), Napoléone M. (ed.), Touré I.(ed.). CIRAD, INRA. Montpellier: CIRAD, pp. 12-15. Atelier de formation collective "Systèmes d'information et outils de pilotage du secteur élevage dans les pays du Sud : postures et méthodes", Montpellier, France, 11 July 2011/13 July 2011.

DUTEURTRE G. & FAYE B. (2009). L'élevage, richesse des pauvres, Editions QUAE «Update Sciences & Technologies», 2009.

DUVAL, J. (2013). L'analyse des correspondances et la construction des champs. Actes de la recherche en sciences sociales, (5), 110-123.

ESQUIVEL, M.J., HARVEY, C.A., FINEGAN, B., CASANOVES, F., SKARPE, C. (2008). Effects of pasture management on the natural regeneration of neotropical trees. *Journal of Applied Ecology*, 45, 371-380.

FARRUGIA, A. (2007). La diversité floristique dans et pour les exploitations d'élevage. Commission Bovine «Elevage & Environnement». *Theix-Laschamp*, 8-9 novembre 2007.

FARRUGIA, D. (2016). The mobility imperative for rural youth: The structural, symbolic and non-representational dimensions rural youth mobilities. *Journal of Youth Studies*, 19(6), 836-851.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO PARÁ. (FAEPA). (2021). Cursos presenciais. Núcleo Marajó. Disponível em <http://sistemafaepa.com.br/faepa/> (Consultado 24/11/2021).

FOLLET, R.F., REED, D.A. (2010). Soil carbon sequestration in grazing lands: societal benefits and policy implications. Society for Range Management. *Rangeland Ecology & Management*, 63(1): 4-15.

FERRARI, D. L., SILVESTRO, M. L., DE MELLO, M. A., TESTA, V. M., & ABRAMOVAY, R. (2004). Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? *Estudos Sociedade e Agricultura*.

FOGUESATTO, C. R., ARTUZO, F. D., LAGO, A., & MACHADO, J. A. D. (2016). Fatores relevantes para a tomada de decisão dos jovens no processo de sucessão geracional na agricultura familiar. *Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD*, 37(130), 15-28.

FOGUESATTO, C. R., & MACHADO, J. A. D. (2015). A tomada de decisão dos jovens no processo migratório rural-urbano no Brasil: panorama entre 1970 e 2010. *Enciclopédia Biosfera*, Goiania, 11(21), 2793-2802.

FOLLET, R.F., REED, D.A., (2010). Soil carbon sequestration in grazing lands: societal benefits and policy implications. Society for Range Management. *Rangeland Ecology & Management*, 63(1): 4-15.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). (2009). Review of evidence on drylands pastoral systems and climate change. Implications and opportunities for mitigation and adaptation. Land and water discussion paper, 8. 50p.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). (2014). Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente. Brasília. Disponível em <https://www.fao.org/family-farming/detail/es/c/469803/> (Consultado 05/01/2022).

FRAGOSO, C., LAVELLE, P., BLANCHART, E., SENAPATI, B.K., JIMENEZ, J.J., DE LOS ANGELES MARTINEZ, M., DECAENS, T., TONDOH, J. (1999). Earthworm communities of tropical agroecosystems: origin, structure and influence of management practices. Earthworm management in tropical agroecosystems, *CABI Publishing*, 27-55.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ (FAPESPA). (2015). Estatísticas Municipais Paraenses: Cachoeira do Arari. / Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. – Belém, 2015. Disponível em <http://www.fapespa.pa.gov.br/> (Consultado 03/01/21).

GODET, M. (1983). Méthode des scénarios. *Futuribles*, 71(110-120).

GODOY, C. M. T., PEREZ, F. I. C., WIZNIEWSKY, J. G., GUEDES, A. C., & MORAES, C. D. S. (2010). Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: a realidade do município de Santa Rosa/RS. In Congresso da sociedade brasileira de economia administração e sociologia rural (Vol. 48, pp. 1-18).

GOMES DE CASTRO, A. M., MORAES SARMENTO, E. P. D., VIEIRA, L. F., & VALLE LIMA, S. M. (2013). Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso a terra no Brasil.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. (2021). Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, profissional e tecnológica. Apresentação do projeto Forma Pará. Disponível em <https://www.sectet.pa.gov.br/audiovisual/basic-page/forma-pará> (Consultado 23/11/2021).

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. (2020). Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Atlas socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/edicao> (Consultado 14/03/2023).

GUEROUI, F. (2016). La conception et l'usage de la méthode des scénarios 1. *Revue management et avenir*, (5), 15-34.

GUILLAUMIN, A., DOCKES, A.C., TCHAKERIAN, E., DARIDAN, D., GALLOT, S., HEN- NION, B., LASNIER, A., PERROT, C. (2008). Demandes de la société et multifonctionnalité de l'agriculture: attitudes et pratiques des agriculteurs. *Courrier de l'environnement de l'INRA*, 56, 45-66.

GUIMARÃES, D., SARMENTO, C. S., & CASTRO FILHO, E. (2016). Abrangência da declaração de aptidão ao Pronaf (DAP) e do programa Garantia Safra 2015/2016 aos agricultores familiares do território de identidade sudoeste baiano. *Enciclopédia biosfera*, 13(23).

HOEKSTRA, A.Y., CHAPAGAIN, A.K., ALDAYA, M.M. AND MEKONNEN, M.M. (2011). "The Water Footprint Assessment Manual: Setting the Global Standard", Earthscan, London, UK.

HOWLEY P., YADAV L., HYNES S., O. DONOGHUE C., O NEILL S. (2013). Contrasting the attitudes of farmers and the general public regarding the 'multifunctional' role of the agricultural sector. *Land use policy*. P. Howley et al. / *Land Use Policy* 38 (2014) 248–256.

HUSSON, F., & PAGÈS, J. (2009). *Analyse des Correspondances Multiples*. Analyse de Données Avec R. Rennes, France, 127-167.

HUYGHE C. (2008). La multifonctionnalité des prairies en France. *Cahiers agricultures*, vol 17, n°5.

INGRAM, L.J., STAHL, P.D., SCHUMAN, G.E., BUYER, J.S., VANCE, G.F., GANJEGUNTE, G.K., WELKER, J.M., DERNER, J.D. (2008). Grazing impacts on soil carbon and microbial communities in a mixed-grass ecosystem. *Soil Science Society of America Journal*: volume 72: number 4, 939-948.

INSTITUT DE L'ÉLEVAGE. (2007). La prairie, un enjeu économique et societal. Le dossier économie de l'élevage. Hors-série. Janvier 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). (2006). Censo agropecuário. Rio de Janeiro. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/> (Consultado 27/05/19).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). (2017). Censo agropecuário, resultados preliminares. Rio de Janeiro. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/> (Consultado 27/05/19).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). (2018). Censo populacional. Rio de Janeiro. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/> (Consultado 05/09/19).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). (2019). Biomass e sistema costeiro-marinho do Brasil: compatível com a escala 1:250 000. IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro. 164p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). (2020). Cidades. Distrito Federal. Brasília. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br> (Consultado 05/09/19).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). (2008). 1ª Conferência Nacional de Juventude. Caderno de resoluções. Disponível em https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Juventude/relatorio_deliberacoes_1_conferencial_juventude.pdf (Consultado 07/12/2021).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). (2010). Ipeadata. População residente rural. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/> (Consultado 01/11/2019).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). (2014). Ipeadata. Anos de estudo – média – pessoas 25 anos e mais. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/> (Consultado 03/11/2019).

IPCC. (2019). Climate Change and Land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems [P.R. Shukla, J. Skea, E. Calvo Buendia, V. Masson-Delmotte, H.-O. Pörtner, D. C. Roberts, P. Zhai, R. Slade, S. Connors, R. van Diemen, M. Ferrat, E. Haughey, S. Luz, S. Neogi, M. Pathak, J. Petzold, J. Portugal Pereira, P. Vyas, E. Huntley, K. Kissick, M. Belkacemi, J. Malley, (eds.)]. In press.

IPCC. (2022). Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, M. Tignor, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegría, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem, B. Rama (eds.)]. Cambridge University Press. In Press.

KHANIAN, M., SERPOUSH, B., & GHEITARANI, N. (2019). Balance between place attachment and migration based on subjective adaptive capacity in response to climate change: The case of Famenin County in Western Iran. *Climate and Development*, 11(1), 69-82.

KISCHENER, M. A., KIYOTA, N., & PERONDI, M. A. (2015). Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. *Mundo agrário*, 16(33), 00-00.

KRAUSMAN, P.R., BLEICH, V.C., BLOCK, W.M., NAUGLE, D.E., WALLACE, M.C. (2011). An assessment of rangeland activities on wildlife populations and habitats. Conservation Benefits of Rangeland Practices. *USDA Rangeland Conservation Practice Effectiveness Program*. 253-290.

KRAUSMAN, P., NAUGLE, D., FRISINA, M., NORTHRUP, R., BLEICH, V., BLOCK, W., WALLACE, M., WRIGHT, J. (2009). Livestock grazing, wildlife habitat, and rangeland values. *Society for Range Management*, 15-19.

KRONE, E. E. (2009). Identidade e cultura nos Campos de Cima da Serra (RS): práticas, saberes e modos de vida de pecuaristas familiares produtores do Queijo Serrano. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre: UFRGS.

LÊ, S., JOSSE, J., HUSSON, F. (2008) FactoMineR: An R Package for Multivariate Analysis. *Journal of Statistical Software* 25:1-18. dx.doi.org/10.18637/jss.v025.i01

LEBARON, F. (2010). L'analyse géométrique des données dans un programme de recherche sociologique: Le cas de la sociologie de Bourdieu. *Revue Modula*, 102(42), 132-133.

LEBART, L. (1975). L'orientation du dépouillement de certaines enquêtes par l'analyse des correspondances multiples. *Consommation*, 2, 73-96.

LEVROUW, F., MORALES, H., ARBELETCHÉ, P., MALAQUIN, I., TOURRAND, J., DEDIEU, B. (2007). Les élevages uruguayens, le long terme et les incertitudes : une diversité de stratégies pour se maintenir dans la production, *Rencontres Recherches Ruminants*, 14(1), pp. 413–416.

LIMA, S. M. V. (2013). Juventude rural e as políticas e programas de acesso a terra no Brasil: recomendações para políticas de desenvolvimento para o jovem Rural. Brasília, DF: MDA. (Estudos Nead, 25).

LITRE, G. (2010). Os gaúchos e a globalização: vulnerabilidade e adaptação da pecuária familiar na pampa do Uruguai, Argentina e Brasil. (Tese de Doutorado) Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: CDS, UnB.

LOIOLA, A., FREIRE RODRIGUES, F.X., GRZEBIELUCKAS, C., (2021). SUCESSÃO: DILEMAS ENCONTRADOS PELA JUVENTUDE PARA PERMANÊNCIA NO CAMPO. *Revista de Ciência Política, Direito e Políticas Públicas-POLITI (K) CON*, 1(1), 113-128.

LOPES FILHO, W. R. L. (2016). Produção de leite bubalino na microrregião do Arari arquipélago de Marajó, Pará: Caracterização e recursos forrageiros (Tese de Doutorado, UFRA).

MARCONI, M. D. A., & LAKATOS, E. M. (2003). Fundamentos de metodologia científica. atlas.

MARQUES, J.R.F.; CAMARÃO, A.P.; MARTINEZ, G.B. et al. (1998) Criação de búfalos. Brasília: Embrapa-SPI; Belém: Embrapa- CPATU. 141p. (Coleção Criar, 5).

MENEZES, M. A. D., STROPASOLAS, V. L., & BARCELLOS, S. B. (2014). Juventude rural e políticas públicas no Brasil. Disponível em <http://www.contag.org.br/> (Consultado em 20/01/2022).

MODERNEEL, P., ROSSING, W. A., CORBEELS, M., DOGLIOTTI, S., PICASSO, V., & TITTONELL, P. (2016) Land use change and ecosystem service provision in Pampas and Campos grasslands of southern South America. *Environmental Research Letters*, 11(11), 113002.

MORAIS, M., BORGES, J. A. R., & BINOTTO, E. (2018). Using the reasoned action approach to understand Brazilian successors' intention to take over the farm. *Land use policy*, 71, 445-452.

MORALES GROSSKOPF, H., ARBELETCHÉ, P., BOMMEL, P. (2010) Modéliser le changement dans la gestion des terres de parcours en Uruguay. *Cah Agric* 2010; 19 : epub. DOI: 10.1684/agr.2010.0385.

MOREIRA, J. P. D. L., OLIVEIRA, B. L. C. A. D., MUZI, C. D., CUNHA, C. L. F., BRITO, A. D. S., & LUIZ, R. R. (2015). A saúde dos trabalhadores da atividade rural no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 31, 1698-1708.

MOURA, M. B. M. (2022). Jovens do campo e a estratégia de acesso à terra-O Nossa Primeira Terra (NPT) no sertão do Pajeú em 2005-Pernambuco, Brasil.

MOURA, N. F. D., & FERRARI, E. A. (2016). Juventudes e agroecologia: a construção da permanência no campo na zona da mata mineira. ANA: Rio de Janeiro, Brazil.

NUGIN, R. (2014). "I think that they should go. Let them see something". The context of rural youth's out-migration in post-socialist Estonia. *Journal of Rural Studies*, 34, 51-64.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). (2017). « Lits d'hôpital », dans *Health at a Glance 2017: OECD Indicators*, Éditions OCDE, Paris. DOI: https://doi.org/10.1787/health_glance-2017-62-fr

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). (2021). Hospital beds. Disponível em <https://data.oecd.org/healtheq/hospital-beds.htm> (Consultado 17/11/2021).

OVERBECK, G. E., MÜLLER, S. C., FIDELIS, A., PFADENHAUER, J., PILLAR, V. D., BLANCO, C. C., ... & FORNECK, E. D. (2007). Brazil's neglected biome: the South Brazilian Campos. *Perspectives in Plant Ecology, Evolution and Systematics*, 9(2), 101-116.

PALLARÉS, O. R., BERRETTA, E. J., & MARASCHIN, G. E. (2005). The south american campos ecosystem. SUTTIE, J, REYNOLDS, SG, BATELLO, C. *Grasslands of the world*. FAO, 171-219.

PANNO, F. & MACHADO, J. A. D. (2014). Influências na decisão do jovem trabalhador rural partir ou ficar no campo. *Desenvolvimento em Questão*, 12(27), 264-297.

PAPINOT, C. (2013). Erreurs, biais, perturbations de l'observateur et autres «mauvais génies» des sciences sociales. *SociologieS*.

PEDERSEN, H. D. (2018). Is out of sight out of mind? Place attachment among rural youth out-migrants. *Sociologia Ruralis*, 58(3), 684-704.

PERAFÁN, M. E. V., BALESTRO, M., SAYAGO, D., & SABOURIN, E. (2018). Difusión regional de políticas públicas de desarrollo territorial rural. *Mundos Plurales-Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública*, 5(2).

PEREIRA, V.C. (2014). Elementos para pensar a contribuição de Desenvolvimento Rural para conservação do bioma Pampa. *Mundo Agrário*, 15,28.

POCCARD-CHAPUIS, R., THALES, M., VENTURIERI, A., PIKETTY, M.G., MERTENS, B., BASTOS DA VEIGA, J., TOURRAND, J.F. (2005). *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 125-138.

POHLMANN, M., RÜTHSCHILLING, E., DUARTE, L., KINDLEIN, W. (2011). Iconografia Marajoara. Referencial para padronagem aplicada à joalheria por corte e gravação a laser em materiais naturais. VI Ciped. Congresso Internacional de Pesquisa em Design, Lisboa, Portugal.

PROJETO MAPBIOMAS. (2022). Projeto MapBiomias – Coleção 2022 da Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil. Disponível em <https://mapbiomas.org/> (Consultado 25/02/2023)

PUTNAM, R. (1996). *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*. trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.

QEDU. (2021). Use dados, transforme a educação. Disponível em <https://analitico.qedu.org.br> (Consultado 14/07/2022).

RENISIO, Y., & SINTHON, R. (2014). L'analyse des correspondances multiples au service de l'enquête de terrain. *Genèses*, (4), 109-125.

RIBEIRO, C.M., (2009). Estudo do modo de vista dos pecuaristas familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre: UFRGS.

SABOURIN, E., SAMPER, M., & SOTOMAYOR, O. (2015). Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: nuevas perspectivas.

SAMBUICHI, R. H. R., GALINDO, E. P., OLIVEIRA, M. D., & MOURA, A. D. (2014). Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas, 273.

SARAVIA, A. (2016). *Ganaderos y Sociedad del Norte de Uruguay Frente al Cambio Global*. Tesis de Doctorado, AgroParisTech, ED ABIES, France, 2016. 203p.

SCHAAN, D. P., & MARTINS, C. P. (2010). Muito além dos campos. Arqueologia e história na Amazônia Marajoara. Belém: GKNoronha.

SCHNITKEY, G., PAULSON, N., ZULAUF, C., SWANSON, K., COLUSSI, J., & BALTZ, J. (2022). Nitrogen Fertilizer Prices and Supply in Light of the Ukraine-Russia Conflict. *Farmdoc daily*, 12(45).

SCHUMAN, G.E., JANZEN, H.H., HERRICK, J.E. (2002). Soil carbon dynamics and potential carbon sequestration by rangelands. *Environmental Pollution* 116, 391-396.

SEAMON, D. (2014). Merleau-ponty, perception, and environmental embodiment: implications for architectural and environmental studies. *Carnal Echoes: Merleau-Ponty and the Flesh of Architecture*.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RIO GRANDE DO SUL (SEBRAE). (2020). Perfil das cidades gaúchas: 2020 Alegrete. Porto Alegre, 2020. Disponível em <http://www.datasebrae.com.br/rs> (Consultado 30/12/20).

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL DO RIO GRANDE DO SUL (SENAR-RS). (2021). Cursos. Disponível em <http://www.SENAR-rs.com.br/cursos/todos> (Consultado 25/11/2021).

SILVA, J. M. D., NOVATO-SILVA, E., FARIA, H. P., & PINHEIRO, T. M. M. (2005). Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. *Ciência & saúde coletiva*, 10, 891-903.

SILVEIRA, V. C. P., GONZÁLEZ, J. A., & FONSECA, E. L. D. (2017). Land use changes after the period commodities rising price in the Rio Grande do Sul State, Brazil. *Ciência Rural*, 47(4).

SISTEMA NACIONAL DE JUVENTUDE (SINAJUVE). (2020). Disponível em <https://sinajuve.ibict.br> (Consultado 16/01/2022).

SOUZA, S. F., SOUZA, A. L., SANTOS, R. B., & RAMOS, M. D. C. P. (2021). Agricultura familiar no Pará e as limitações do programa nacional de alimentação escolar (PNAE). In *Anais do 59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) & 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC)*.

SPERB, P. (2019). Pampa gaúcho sofreu desmate de 44%, aponta novo monitoramento do Inpe. *Folha de São paulo*, 5 jun. 2019.

SRAÏRĪ M., TOURRAND J-F., LONG R., FAYE A., CORONATO F., MORALES H., CORNIAUX C., HUBERT B. (2015). La coviabilité dans la gouvernance des systèmes pastoraux, permanence et changements. En quoi la gouvernance des systèmes pastoraux fait appel à la coviabilité, et cela depuis la nuit des temps? *In*. Barrière, O., Benhassi, M., et. Coll. 2017. *Coviability of Social and Ecological Systems: Reconnecting Mankind to the Biosphere in an Era of Global Change*. v.1. The Foundation of a New Paradigm, SPRINGER, Chap. 16.

TANG, L. et al. (2023). Paleoproteomic evidence reveals dairying supported prehistoric occupation of the highland Tibetan Plateau. *Sci. Adv.* 9, eadf0345. DOI:10.1126/sciadv.adf0345

THISSEN, F., FORTUIJN, J. D., STRIJKER, D., & HAARTSEN, T. (2010). Migration intentions of rural youth in the Westhoek, Flanders, Belgium and the Veenkoloniën, The Netherlands. *Journal of Rural Studies*, 26(4), 428-436.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. (2021). Dados da educação. Disponível em <https://todospelaeducacao.org.br> (Consultado 17/11/2021).

TOURRAND, J. F., WAQUIL, P., SRAIRI, T., HUBERT, B. (2015). Livestock farming embedded in local development: Functional perspective to alleviate vulnerability of rural communities. *Rev. Elev. et de Médecine Vétérinaire des Pays Trop.* 68, 51–53.

TROIAN, A., & BREITENBACH, R. (2018). Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. *Interações (Campo Grande)*, 19(4), 789-802.

TROIAN, A., TROIAN, A., OLIVEIRA, S. V. D., & PEREIRA, J. C. (2020). Desempenho dos municípios do Rio Grande do Sul na execução dos recursos do PNAE com a agricultura familiar. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 58.

TRUCCO, D., & PALMA, A. (2020). Infancia y adolescencia en la era digital: un informe comparativo de los estudios de Kids Online del Brasil, Chile, Costa Rica y el Uruguay.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). (2021). Avaliação do desenvolvimento da internet no Brasil: usando os Indicadores de Universalidade da Internet DAAM-X. Paris, France. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375456> (Consultado 09/11/2021).

UNITED NATIONS INTERNATIONAL CHILDREN'S EMERGENCY FUND (UNICEF). (2021). Municípios superam distâncias na Amazônia pelos direitos de crianças e adolescentes. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/municipios-superam-distancias-na-amazonia-pelos-direitos-de-criancas-e-adolescentes> (Consultado 02/12/2021).

UNIVERSITY OF IDAHO. (2009). Rangelands, an introduction to Idaho's wild open spaces.

URCOLA, H. A., DE SARTRE, X. A., VEIGA JR, I., ELVERDIN, J., & ALBALADEJO, C. (2015). Land tenancy, soybean, actors and transformations in the pampas: A district balance. *Journal of Rural Studies*, 39, 32-40.

U.S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE, (2013). Summary Report: 2010 National Resources Inventory, Natural Resources Conservation Service, Washington, DC, and Center for Survey Statistics and Methodology, Iowa State University, Ames, Iowa.

VENDRAMINI, C. R. (2015). Qual o Futuro das Escolas no Campo? Educação em Revista, 31, 49-69.

VEYSSET, P., LHERM, M., & BÉBIN, D. (2011). Productive, environmental and economic performances assessments of organic and conventional suckler cattle farming systems. *Organic Agriculture*, 1(1), 1-16.

VIGNE M., BLANFORT V., VAYSSIÈRES J., LECOMTE P., STEINMETZ P. (2015). Livestock farming constraints in developing countries – from adaptation to mitigation in ruminant production systems. Editions QUAE. Versailles, Chapitre 10.

WAQUIL, P., MATTE, A., NESKE, M., & BORBA, M. (2016). Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 288.

WEISS, K., MOSER, G., & GERMANN, C. (2006). Perception de l'environnement, conceptions du métier et pratiques culturelles des agriculteurs face au développement durable. *Revue européenne de psychologie appliquée/European Review of Applied Psychology*, 56(2), 73-81.

WILSEY, B.J., PARENT, G., ROULET, N.T., MOORE, T.R., POTVIN, C. (2002). Tropical pasture carbon cycling: relationships between C source/sink strength, above-ground biomass and grazing. *Ecology Letters*, 5:367-376.

WOOD, C.H. (2015). Methodological Introduction to the Study of Cattle Ranching, Land Use, and Deforestation in Brazil, Peru and Ecuador. In: Organizado por Charles H Wood, Jean François Tourrand, Fabiano Toni (eds). Pecuária, uso da terra e desmatamento na Amazônia: um estudo comparativo do Brasil, do Equador e do Peru. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 15-48.

ZANETTI, C., KOLCHINSKI, E. M., SIEBENEICHLER, T. J., & BIONDO, E. (2021). Evolução do Pronaf no território rural do Vale do Taquari/RS (2012-2017). *Revista Grifos*, 30(51), 257-279.

Jovens rurais e agropecuária

O (A) Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa de tese de doutorado “motivações e percepções dos jovens rurais em relação à agropecuária”, de responsabilidade da professora Doris Sayago e da estudante Marie Opplert.

O (A) Sr.(a) está livre para participar ou recusar-se a participar, retirando seu consentimento ou interrompendo sua participação a qualquer momento. Seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo as informações que permitam identificá-lo/a.

A coleta de dados será realizada por meio deste questionário e ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa. Os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados posteriormente na comunidade científica por diversos formatos (material digital ou impresso, plataformas virtuais informativas como sites, softwares e aplicativos).

Em caso de dúvidas em relação a pesquisa, pedimos a gentileza de entrar em contato com a pesquisadora responsável pela pesquisa no e-mail marie.opplert@gmail.com e telefone +33631531894 (WhatsApp).

Seção 1

1) Qual é seu nome?

2) Número de telefone (opcional)

3) Você é

Mulher

Homem

Prefiro não dizer

4) Qual é sua idade?

Entre 15 e 17 anos

Entre 18 e 20 anos

Entre 21 e 25 anos

Entre 26 e 30 anos

Entre 31 e 32 anos

Outro

5) Qual é seu município?.....

6) Qual é seu nível de escolaridade?

Ensino fundamental incompleto

Ensino fundamental completo

Ensino médio incompleto

Ensino médio completo

Ensino superior incompleto

Ensino superior completo

7) Você está casado/a?

Sim

Não

8) Quais são suas atividades? (Marcar as opções correspondentes)

- Estuda
- Estuda num curso relacionado à agropecuária (agronomia, zootecnia...)
- Participa nas atividades agrícolas da família
- Tem uma propriedade agrícola própria
- Artesanato
- Faz diárias na zona rural
- Faz bicos na cidade
- Pequeno comércio na comunidade
- Venda de produtos da comunidade para fora
- Tem emprego agrícola
- Tem emprego na comunidade
- Tem emprego na cidade
- Outros (completar)

9) Você é filho/a de produtores ou pescadores?

- Sim
- Não

Se a resposta for sim, vai para a seção 2, se a resposta for não, vai diretamente para a seção 3

Seção 2 : Filho/a de produtores

1) Você participa das tarefas na propriedade?

- Sim, todos os dias
- Sim, quando eu posso
- Não

2) Qual tarefa você prefere fazer na propriedade? Por quê?

3) Qual tarefa você gosta menos de fazer? Por quê?

4) Se você quisesse mudar alguma coisa na propriedade, o que seria? Por quê?

5) Você já propôs mudanças na propriedade?

- Sim, e foram aceitas
- Sim, mas não foram aceitas
- Não

6) Já receberam ajuda financeira do governo para a produção? (Marcar as opções correspondentes)

- Sim, auxílio federal Não
 Sim, auxílio estadual Não sei
 Sim, auxílio municipal Outro (completar)

7) Se receberam auxílio, qual foi? (Opcional)

8) Já receberam ajuda de um técnico para a produção? (Marcar as opções correspondentes)

- Sim, ajuda técnica do estado
 Sim, ajuda técnica do município
 Não
 Não sei

9) Quem toma as decisões na propriedade?

- Meus pais
 Só meu pai
 Só minha mãe
 Todos os membros da família
 Outro (completar)

10) Você pretende continuar na propriedade?

- Sim, quero trabalhar aqui depois que meus pais se aposentarem
 Gostaria de ter outra propriedade agrícola
 Quero trabalhar num outro ramo

11) Seus pais apoiam você no seu projeto para o futuro?

Seção 3 : Familiares que saíram de casa

1) Você tem familiares que saíram de casa?

- Sim
 Não

Se for sim, continua com as perguntas que seguem, se a resposta for não, vai para a próxima seção

2) Eles moram

- Na área rural
 Na área urbana

3) Por qual razão saíram de casa? (Marcar as opções correspondentes)

- Casamento Viver outras experiências
 Estudos Falta de terra
 Emprego Não tinha perspectivas na comunidade
 Encontrar outros familiares Outro (completar)

Seção 4 : Tempo passado no campo

1) Quanto tempo você passa no campo?

- Moro no campo
- Passo a semana na cidade e volto ao campo no final de semana
- Moro na cidade e volto de vez em quando ao campo
- Passo alguns dias da semana no campo e alguns na cidade
- Moro na cidade e nunca vou para o campo

Se a resposta for 'Moro no campo', vai diretamente para a seção 5, senão continua com as perguntas seguintes:

2) Porque você saiu do campo para a cidade? (Marcar as opções correspondentes)

- O meu emprego não existe na comunidade
- Os meus estudos não estão ministrados na minha comunidade
- Queria sair da comunidade para ter outras experiências
- Tinha mais oportunidades na cidade
- Queria ter mais autonomia
- Não tinha acesso à terra na minha comunidade
- Fui na cidade para morar com outros familiares
- Fui na cidade para minha vida de casal
- Outro (completar)

3) O que lhe faz falta do campo?

4) Você pretende voltar morar ao campo? Porque?

Seção 5 : Vida no campo

1) Onde você mora, tem (marcar as opções correspondentes)

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Creche | <input type="checkbox"/> Campo de futebol |
| <input type="checkbox"/> Escola | <input type="checkbox"/> Cabelereiro / Salão de beleza |
| <input type="checkbox"/> Ensino médio | <input type="checkbox"/> Poço |
| <input type="checkbox"/> Ônibus escolar | <input type="checkbox"/> Mercado |
| <input type="checkbox"/> Igreja | <input type="checkbox"/> Borracheira / Oficina de reparação |
| <input type="checkbox"/> Posto de saúde | <input type="checkbox"/> Posto de polícia |
| <input type="checkbox"/> Farmácia | <input type="checkbox"/> Estradas de asfalto |
| <input type="checkbox"/> Posto de gasolina | <input type="checkbox"/> Luz pública |
| <input type="checkbox"/> Banco | <input type="checkbox"/> Acesso à cursos na comunidade |

2) Você participa em organizações sociais? (Marcar as opções correspondentes)

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Igreja | <input type="checkbox"/> Cooperativa |
| <input type="checkbox"/> Grupo de jovens | <input type="checkbox"/> Associação de moradores |
| <input type="checkbox"/> Grupo de mulheres | <input type="checkbox"/> Clube de futebol |
| <input type="checkbox"/> Sindicato | <input type="checkbox"/> Não participo de nenhuma organização |
| <input type="checkbox"/> Outro (completar) | |

3) O que você gosta do campo?

4) O que poderia melhorar no campo?

5) O que mudou no campo nos últimos anos?

6) De forma geral, como você avalia a situação atual na comunidade?

	Ruim	Médio	Bom
Acesso à saúde			
Acesso à educação			
Condições para produção			
Acesso à terra			
Estrada e transporte para a cidade			
Relações entre comunitários			
Relações com o poder público			

7) O que você gosta da cidade?

8) O que poderia melhorar na cidade?

9) O que mudou na cidade nos últimos anos?

10) Você prefere morar no campo ou na cidade? Por quê?

11) Como você vê o futuro da comunidade?

12) Você tem sugestões, quer falar alguma coisa a mais?

Mensagem de confirmação:

Sua resposta foi registrada! Obrigada pela sua ajuda. Se você tiver perguntas ou observações, pode mandar um Email a este endereço: marie.opplert@gmail.com ou uma mensagem WhatsApp ao seguinte número: +33631531894

Anexo II: Justificação do questionário

1. Perguntas sobre o perfil dos entrevistados

A primeira parte diz respeito ao perfil do entrevistado. As variáveis recolhidas nesta parte são qualitativas e permitem estabelecer o perfil das pessoas entrevistadas. Em geral, não foram usadas como variáveis ativas nas diferentes análises e sim como variáveis suplementares para caracterizar os resultados obtidos nas análises. Foi perguntado o nome do entrevistado, seu género e sua idade. Decidimos agrupar as idades em classes, uma para os jovens entre 15 e 17 anos, entre 18 e 20 anos, entre 21 e 25 anos, entre 26 e 29, entre 30 e 32 anos e uma classe “outro”. Foram depois excluídas as respostas dos indivíduos menores de idade e acima de 29 anos. No entanto, as respostas dos indivíduos de 30 anos e mais foram lidas, em particular as perguntas abertas, afim de recolher informações sobre o contexto geral dos produtores nas áreas pesquisadas. Estas informações não foram tomadas em conta nas análises e simplesmente ajudaram a completar os dados recolhidos com indivíduos chaves das comunidades. As respostas dos indivíduos menores de idade foram excluídas para cumprir a lei impossibilitando entrevistar pessoas menores de idade sem o consentimento dos pais, o que se tornou impossível de implementar com questionários online.

Foi perguntado o município do indivíduo entrevistado, e seu nível de escolaridade. As respostas possíveis foram agrupadas em classes, seguindo o padrão do ensino brasileiro: “ensino fundamental incompleto”, “ensino fundamental completo”, “ensino médio incompleto”, “ensino médio completo”, “ensino superior incompleto”, “ensino superior completo”. Perguntamos depois se o entrevistado era casado. Esta pergunta foi adicionada no intuito de medir uma possível influência do celibato nas migrações. Aqui, foi feita a escolha de não considerar outras formas de relacionamento, devido ao uso do questionário online. De fato, este último apresenta as perguntas ao entrevistado sem contexto e, portanto, consideramos que uma pergunta mais detalhada sobre as formas de relacionamento que o entrevistado tinha poderia constrangê-lo e causar uma recusa em responder ao questionário.

Foi depois perguntado para o entrevistado sobre suas atividades, com a possibilidade de escolher várias opções. Foi feita a distinção entre os estudos e os estudos “agro” (agronomia, zootecnia, veterinária), mas também entre participar das atividades agrícolas da família e ter uma propriedade agrícola própria. Dentro das respostas propostas, o entrevistado podia escolher também entre um emprego fixo na cidade, realizar “bicos” na cidade, a venda de produtos da comunidade para fora, um emprego na comunidade, um pequeno comercio na

comunidade, um emprego agrícola, artesanato, ou fazer diárias na área rural. A última opção proposta, “outros” permitia ao entrevistado completar com uma situação específica. Estas propostas de respostas visavam a incluir o máximo de casos encontrados e de avaliar a estabilidade de emprego e de atividade dos jovens entrevistados. Por fim, foi perguntado ao entrevistado se era filho ou filha de produtores. Esta última pergunta era condicional: em função da resposta, o questionário seguia com uma parte sobre as atividades agrícolas ou passava diretamente na seção sobre o histórico de migrações na família do entrevistado.

2. Perguntas sobre as atividades agrícolas

Procuramos recolher dados sobre a frequência com a qual o entrevistado participe das tarefas na propriedade: todos os dias, quando puder, ou nunca. Para ter uma avaliação das tarefas efetuadas pelo entrevistado, procuramos saber quais eram as que o jovem preferia fazer e por quais razões, assim como as que gostava menos de fazer e suas razões. Esses dados permitiam não só avaliar quais tarefas são confiadas aos jovens e assim ter uma ideia da sua implicação na propriedade, mas também identificar as tarefas para as quais os jovens têm menos interesse. Estas duas perguntas foram apresentadas como perguntas abertas no questionário online.

Procuramos então se o entrevistado identificava coisas a serem melhoradas na propriedade agrícola, sejam elas relativas ao sistema de produção, à mão de obra, ao maquinário, ou ao uso de tecnologia por exemplo. Para não influenciar as respostas dos indivíduos, a pergunta foi deixada aberta e foi então perguntado ao entrevistado “Se você quisesse mudar alguma coisa na propriedade, o que seria? Por quê?”. Uma pergunta complementar queria medir a valorização das ideias dos jovens na tomada de decisão na propriedade. Afim de garantir o respeito dos pais, decidimos não mencionar eles na pergunta. Perguntamos então ao jovem se já tinha proposto mudanças na propriedade. As respostas propostas eram “sim, e foram aceitas”, “sim, mas não foram aceitas” e “não”. Uma última pergunta vinha completar a avaliação do poder de decisão dos jovens dentro da propriedade: à pergunta “quem toma as decisões na propriedade?” o jovem podia escolher entre “meus pais”, “só meu pai”, “só minha mãe”, “todos os membros da família” ou completar com sua resposta na caixa “outro”.

Procuramos obter dados sobre ajuda financeira do governo e ajuda técnica nas propriedades dos jovens entrevistados. Sobre se a propriedade já tinha recebido ajuda financeira do governo para a produção, as respostas possíveis (podiam ser selecionadas varias) tomavam em conta auxílios federais, estaduais e municipais, uma opção “outro” à completar caso seja necessário, uma opção “não” e uma última “não sei”. A pergunta opcional seguinte propunha especificar

qual auxílio tinha sido recebido, conforme o caso. A pergunta seguinte procurava medir se a propriedade agropecuária da família tinha recebido ajuda de um técnico para a produção, diferenciando as ajudas técnicas do estado, do município, ou outras.

A última parte dessa seção diz respeito ao futuro do entrevistado: procuramos saber se o jovem pretendia retomar a propriedade da família à aposentadoria dos pais ou não. Foi então perguntado se pretendia continuar na propriedade, com três opções possíveis: “sim, quero trabalhar aqui depois que meus pais se aposentarem”, “gostaria de ter outra propriedade agrícola” e “quero trabalhar num outro ramo”. Aqui não permitimos uma especificação do plano de vida do jovem, já que queríamos entender se o jovem queria suceder aos pais ou não. A última pergunta pretendia medir o apoio dos pais, e o jovem foi perguntado “seus pais apoiam você no seu projeto para o futuro?” com uma resposta aberta.

3. Perguntas sobre o histórico de migração

Foi perguntado à todos os entrevistados se tinham familiares que tivessem saído de casa. Se a resposta fosse não, o questionário seguia na parte seguinte. No caso contrário, apareciam duas perguntas adicionais: uma sobre o lugar de moradia desses familiares (na área rural ou na área urbana) e outra sobre a razão pela qual saíram de casa. O entrevistado podia então escolher várias opções, dentro das quais “casamento”, “estudos”, “emprego”, “encontrar outros familiares”, “viver outras experiências”, “falta de terra”, “não tinha perspectivas na comunidade” e uma última opção livre a ser completada pelo entrevistado. Estas opções foram selecionadas em função das respostas dadas à essa pergunta nas entrevistas preliminares por telefone de atores locais chave. Essa seção tem como propósito medir um eventual vínculo entre o histórico de migração na família e a potencial migração do jovem entrevistado.

4. Perguntas sobre o tempo passado na área rural

Esta seção pretende avaliar o vínculo entre o entrevistado e a área rural. Foi perguntado aos jovens quanto tempo eles passam no campo, com várias opções possíveis. O objetivo sendo medir a frequência na qual ele se encontra na área rural, definimos várias propostas possíveis com ligeiras nuances: “moro no campo”, “passo a semana na cidade e volto ao campo no final de semana”, principalmente no caso de estudantes, “moro na cidade e volto de vez em quando ao campo”, para os estudantes de ensino superior que estudam numa cidade longe de casa, ou os jovens trabalhando na cidade. As últimas duas opções eram “passo alguns dias da semana

no campo e alguns na cidade” para os jovens em pluriatividade ou precisando ir para a cidade por razões administrativas por exemplo, e “morar na cidade e nunca vou para o campo”. Se o entrevistado morava no campo, o questionário seguia com a última seção. Nos outros casos, algumas perguntas adicionais eram propostas. A primeira delas tem a ver com as razões da saída do campo para a cidade. Essa pergunta permite entender as razões da migração dos jovens entrevistados. O jovem podia marcar as opções correspondentes dentro de várias opções:

- O meu emprego não existe na comunidade,
- Os meus estudos não estão ministrados na minha comunidade,
- Queria sair da comunidade para ter outras experiências,
- Tinha mais oportunidades na cidade,
- Queria ter mais autonomia,
- Não tinha acesso à terra na minha comunidade,
- Fui à cidade para morar com outros familiares,
- Fui na cidade para minha vida de casal,
- Outro (opção que podia ser completada pelo entrevistado)

Procuramos saber também o que fazia falta do campo ao jovem que tinha migrado. Esta pergunta foi deixada aberta. Por fim, perguntamos se o jovem entrevistado pretendia voltar morar no campo, e por quê. Esta pergunta também era aberta.

5. Perguntas sobre as condições de vida e percepções das áreas rurais e urbanas

Esta seção está constituída de uma primeira parte para entender quais são as facilidades presentes no lugar de moradia do entrevistado e se o entrevistado está inserido em redes locais. Uma outra parte tem a ver com a avaliação do campo e da cidade pelo jovem, particularmente os pontos positivos e negativos de cada área e suas mudanças nos últimos anos. Uma parte vem completar a avaliação da vida no campo afim de entender as percepções dos jovens entrevistados.

A primeira pergunta da seção pretende avaliar as facilidades presente na área rural do entrevistado. Ele pode marcar as opções correspondentes dentro das opções seguintes:

- | | |
|-------------------|----------------------------------|
| - Creche, | - Campo de futebol, |
| - Escola, | - Cabelereiro / salão de beleza, |
| - Ensino médio, | - Poço, |
| - ônibus escolar, | - Mercado, |

- Igreja,
- Posto de saúde,
- Farmácia,
- Posto de gasolina,
- Banco,
- Borracharia / oficina de reparação,
- Posto de polícia,
- Estradas de asfalto,
- Luz pública,
- Acesso à cursos na comunidade.

Para medir o envolvimento do entrevistado nas redes locais, perguntamos se participava em organizações sociais. O jovem podia então marcar as opções correspondentes: igreja, grupo de jovens, grupo de mulheres, sindicato, cooperativa, associação de moradores, clube de futebol, uma opção “outro” a ser completada pelo entrevistado ou a opção “não participo de nenhuma organização”.

As opções das duas últimas perguntas foram escolhidas a partir dos resultados de uma entrevista coletiva preliminar realizada na Ilha do Marajó em 2019. Os jovens entrevistados foram juntados ao redor de uma mesa, e as respostas foram coletadas num papel central, para que cada pessoa tenha a oportunidade de responder. Foi então perguntado qual a participação deles na comunidade, assim como os pontos positivos e negativos das áreas rural e urbana.

Da mesma maneira, foram adicionadas perguntas abertas no questionário online sobre o que o entrevistado gosta do campo, o que poderia melhorar, e o que mudou no campo nos últimos anos. As mesmas perguntas foram feitas sobre a cidade. Para completar a avaliação da situação atual na comunidade, foi perguntado ao jovem entrevistado de avaliar diferentes itens como bons, médios ou ruins: o acesso à saúde, à educação e à terra, as condições para a produção agropecuária, o estado das estradas e do transporte para a cidade, e por fim as relações entre os comunitários e as relações com o poder público.

Por fim, os entrevistados tiveram que indicar onde preferem morar (entre o campo e a cidade), e porque, assim como suas visões sobre o futuro da comunidade rural deles. Como já ressaltamos, um espaço aberto a perguntas, sugestões, dúvidas ou comentários foi criado no final do questionário afim de recolher eventuais informações esquecidas e permitir ao entrevistado de exprimir-se mais livremente.

Vale ressaltar que não foram pedidos dados da unidade de produção agropecuária. Os períodos de entrevistas preliminares mostraram as dificuldades de obter dados de produção. Esta dificuldade pode ser explicada por várias hipóteses, uma sendo um certo receio de entregar dados de produção, outra sendo que alguns jovens moram longe da propriedade e não estão em posse de tais dados. Um outro fator justificando o fato de não se focar nos dados de produção tem a ver com a definição complexa da agropecuária: os tamanhos de produção variam entre as áreas de pesquisa, e podem ser difíceis de definir no caso de extrativistas por

exemplo. O propósito da nossa pesquisa é de construir uma tipologia dos jovens rurais, abrangendo todos os filhos e filhas de produtores, sejam eles filhos de proprietários ou de empregados, ou também arrendando uma terra para a produção.

Anexo III: Códigos usados no RStudio

#Para começar

```
install.packages("ggplot2")
install.packages("ggrepel")
install.packages("knitr")
install.packages("kableExtra")
install.packages("psych")
install.packages("datasets")
install.packages("corrplot")
install.packages("ggnewscale")
install.packages("readxl")
install.packages("FactoMineR")
install.packages("Factoshiny")
```

```
library(ggplot2)#para gráficos
library(ggrepel) #labels do gráfico
library(knitr) #para fazer table
library(kableExtra) #para fazer table
library(psych) #para análise de PCA
library(corrplot) #para gráficos de correlação
library(readxl) #para carregar um documento excel
```

```
setwd("~/")
setwd("~/Desktop/R studio working files") #onde vão ficar os documentos
```

```
library(Factoshiny)
library(FactoMineR)
library(readxl)
```

#Para fazer uma Análise de correspondências múltiplas (com variáveis qualitativas)

```
juv<-read_excel("Juventude.xlsx")
juv
resACM<-MCA(juv,quali.sup=1:5,graph = TRUE )
summary(resACM)
summary(resACM,file="ACM.txt")
plot(resACM, invisible="quali.sup")
```

```
#Para definir as variáveis qualitativas como "factors" e não "character" (caso aconteça)
head(juventude)
class(juventude$`ID`)
juventude$`ID` <- as.factor(juventude$`ID`)
class(juventude$`Estado`)
juventude$Estado <- as.factor(juventude$Estado)
class(juventude$`Idade`)
```

```
juventude$Idade <- as.factor(juventude$Idade)
class(juventude$`Sexo`)
juventude$Sexo <- as.factor(juventude$Sexo)
class(juventude$`Niv edu`)
juventude$`Niv edu` <- as.factor(juventude$`Niv edu`)
```

```
res.MCA<-MCA(juv,ncp=13,quali.sup=c(1,2,3,4,5),graph=FALSE)
plot.MCA(res.MCA, choix='var',title="Graphe des variables",col.quali.sup='#006400')
plotellipses(res.MCA,keepvar=2,title="Graphe de l'ACM")
```

#Para fazer uma Classificação hierárquica ascendente (agrupamentos)

```
res.MCA<-MCA(juv,ncp=13,quali.sup=c(1,2,3,4,5),graph=FALSE)
res.HCPC<-HCPC(res.MCA,nb.clust=2,consol=TRUE,graph=FALSE)
summary(res.HCPC)
```